

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 11 • Número 2 • Julho – Dezembro 2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitoria de Graduação – SR1

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais – CCS

Diretor

Domenico Mandarin

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Ricardo Lodi Ribeiro

Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



**CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A**

Latinidade. – Julho-Dezembro 2019 – Rio de Janeiro – UERJ. IFCH.

Nucleas, 2019

v. ;il

316 p.

Semestral.

Inclui bibliografia.

- 1. América Latina – Periódicos. 2. Ciências Sociais Periódicos**
- 1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.**

Editor Responsável

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno – UNC

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey

Kataryna Dembicz – CESLA

Lená Medeiros de Menezes – UERJ

Johannes Maerk – Ideaz Institute – Viena

Maurício Mota – UERJ

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO

Tânia Maria Carvalho Netto – UERJ

Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Historia – UW

Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB

Paulo Roberto Gomes Seda

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov. Moscou

Horácio Cenotti – UNAM

Adalberto Santana – UNAM

Olger Rojas Elizondo – UNA – Costa Rica

Irina Verzhinina – Inst.Latinoamericano/Universidad Lomonosov/Moscou

Esther Susana Borgarello – UNC

Henrique Shaw – UNC

Editores Eletrônica

Ana Luiza da S. Vieira Novo – Bolsista PIBIT – Nucleas/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de nível Superior
Beneficiário de
auidio financeiro da CAPES – Brasil
Programa de Apoio a Projetos
Institucionais com a participação de
Recém-Doutores (PRODOC)



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2019 vol.2, reúne artigos sobre América Latina. São estudos que visam à transdisciplinaridade e se destacam pela temática pluricultural. Os autores, pesquisadores latinoamericanistas voltados para a divulgação da cultura política e problemas que envolvem as sociedades americanas.

Os estudos publicados atestam a preocupação com as práticas culturais e representações simbólicas, sobretudo às que respondam às permanências econômicas, políticas e sociais e suas ressignificações. Esse caráter interdisciplinar fundamenta o presente volume.

A resenha do livro de Gastón Gordillo *Lugares de Diablos Tensiones del Espacio y la Memoria* aborda tema instigante referente aos povos *tobas* e sua ancestralidade. O autor analisa *aqueles lugares*, sua formação e desenvolvimento, diante da violência do Exército, da evangelização anglicana, das experiências com as enfermidades e exploração da mão de obra, experiências xamânicas de cura, sexualidade, formas de fetichismo, acomodação e resistência. Segundo Gordillo, “no imaginário dos diabos é onde se especializam essas experiências”.

O Dossiê “Rebeldes, Rebeliões e Revolução nos Andes: memória e esquecimento na história andina”, elaborado pelo professor Alexandre Belmonte, trata das rebeliões como

movimentos interconectados e sugerem uma onda *revolucionária* que não está circunscrita nem aos limites territoriais dos Vice-Reinos do Peru e do Rio da Prata, nem aos limites cronológicos que a historiografia clássica delimita. Uma das características inerentes a essas rebeliões é seu aspecto messiânico e milenarista. À medida que seus líderes se autodenominaram Túpac Amaru II e Túpac Katari, evocaram o retorno do Inca. Analisar um fato histórico somente em sua singularidade, no calor do momento em que se dá, ou seja, na perspectiva de que Braudel chamou de “tempo breve”, não nos deixa espaço para uma reflexão mais ampla do significado mais intrínseco das rebeliões.

Estes artigos revelam a profundidade das pesquisas realizadas e a preocupação com os problemas que assolam o mundo contemporâneo.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T.Dantas
Organizadores

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATINDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa –GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ

Sumário

Apresentação 05

Linha Editorial 07

DOSSIÊ

Rebeldes, Rebeliões e Revolução nos Andes: memória e esquecimento na história andina 11

Alexandre Belmonte

RESENHA

GORDILLO, Gastón - *Lugares de Diablos: Tensiones del Espacio y la Memoria*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 352 p. 47

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

ARTIGOS

Feridas abertas - as reservas indígenas nos Estados Unidos 57

Aleksandra Ziolkowska-Boehm

PODER, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO: o caso da Praça Dom José Tupinambá da Frota, na cidade de Marco/CE. 69

André Araújo Almeida

Francisco Eliezer Mota de Oliveira Filho

Dilemas urbanos: Espaços de Exclusão. Rio de Janeiro –
drogas, favelas e territorialidade 101

André Luis Toribio Dantas

Novas abordagens geopolíticas em tempos de globalização:
Considerações sobre a gestão do petróleo no Brasil. 137

Ciro Marques Reis

A linguagem midiática na construção do pensamento
hegemônico: manipulação ideológica e exclusão 169

Cleuza Faustino

Alba Valéria de S. F. Loiola

Educação não -escolar e cultura popular no quilombo do
Camorim o Jongo como movimento cultural e
educativo 179

Érica Aragão Monteiro

Continuidades y rupturas en los centros y periferias
historiográficos desde los años 90 197

Juan Manuel Santana

Educación Sexual Integral en una escuela de la modalidad
de Educación Permanente para Jóvenes y Adultos de la
provincia de Jujuy-Argentina 239

Balceda, Sofía Melina

Gutierrez, Brenda Doris del Valle

Villagra, Gabriela Soledad

Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul – CLAMOR, no contexto das ditaduras de segurança nacional (1978 - 1990) 263

Walter Angelo Fernandes Aló

Terras, conflitos e poder em áreas de engenho - Rio Capim. Pará, final do século XIX 287

William Gaia Farias

DOSSIÊ

Rebeldes, Rebeliões e Revolução nos Andes: memória e esquecimento na história andina

Alexandre Belmonte¹

Introdução

A América Latina nunca deixou de ser rebelde. Desde o início da invasão e colonização deste imenso continente, a submissão de seus povos nativos não foi - e ainda não é - um processo fácil e vertical. Pelo contrário, rebeldias, rebeliões e resistências parecem ser o que realmente deu à América Latina uma identidade, apesar de todas as suas diferenças, na longa duração de sua história. Nos últimos anos, experimentamos intensos processos de resistência e lutas sociais, principalmente na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Haiti e México. O ano de 2019 foi marcado por marchas intensas e protestos populares em quase todas as repúblicas da América Latina, a maioria das quais foi severamente reprimida pelas forças policiais e militares desses países. No ano de 2019, nossas experiências políticas, econômicas e seus impactos nas sociedades geraram rebeliões e resistências populares que, de maneiras diferentes e em contextos específicos, indicam que

¹ Professor Adjunto de História da América na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realiza estágio pós-doutoral na Unidad Ejecutora em Ciencias Agradeço as leituras, diálogos e sugestões de Adrián Omar Drake, Christine Hunefeldt Frode, Jorge Hidalgo Lehuedé, Marcelo Santos Rodrigues, Maria Teresa T. B. Lemos e Scarlett O'Phelan Godoy. Agradeço também a todos os meus orientandos, bolsistas e alunos que integram o Grupo de Estudos Túpaj Katari e Bartolina Sisa, na UERJ, pelos diálogos e trocas nos últimos 4 anos e meio.
alexandre.belmonte@uerj.br

grande parte das sociedades latino-americanas exige profundas mudanças estruturais.

Vistas em conjunto, apesar das diferenças de cada contexto, todas essas lutas e rebeldias têm uma longa história, que antecede 1492 em muitos séculos, perpassando momentos e culturas muito diferentes. São múltiplos processos que envolvem o domínio de muitas sociedades e civilizações, ou, na melhor das hipóteses, uma modificação radical em suas estruturas originais, onde antigos cacicados e senhorios foram submetidos pelas civilizações nucleares, que se transformaram em "impérios" de grande magnitude, como o dos incas e astecas, os quais, por sua vez, foram dominados pelos espanhóis, assim como diversas etnias da costa atlântica foram escravizadas e muitas delas exterminadas por portugueses, espanhóis e franceses.

Esse longo processo não ocorreu sem resistências e lutas que, muitas vezes, se transformaram em rebeliões que duraram anos. Neste artigo, buscaremos analisar alguns aspectos das rebeliões do final do século XVIII nos Andes centrais, seu esquecimento –ou melhor, sua quase invisibilidade – na maior parte da historiografia hispano-americana do século XIX, as primeiras obras historiográficas sobre o tema e, finalmente, destacar uma retomada contemporânea da memória, história e documentação sobre as rebeliões e seu desdobramento no campo da cultura política andina na atualidade. Privilegiaremos alguns episódios relacionados às rebeliões no mundo mineiro dos Andes Centrais, especialmente com base na documentação encontrada no Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia e no Archivo Histórico de Potosí. No entanto, não deixaremos de mencionar alguns vínculos que esses eventos mantêm com rebeliões em outras partes dos domínios hispano-americanos, com base na documentação coletada no Archivo Histórico de

Córdoba, Archivo Histórico de Mendoza, Archivo de la Nación (Buenos Aires) e Archivo de las Indias (Sevilha).

1. Uma América conectada em suas estruturas econômicas e sociais

As rebeliões que afetaram a região andina no último quartel do século XVIII – especialmente a rebelião de Túpac Amaru II e Micaela Bastidas e seu desdobramento aymara (as rebeliões *sisa-kataristas*² em Charcas, atual Bolívia) – são movimentos interconectados e sugerem uma onda *revolucionária*, que não esteve circunscrita nem aos limites territoriais dos Vice-Reinos do Peru e do Rio da Prata, nem aos limites cronológicos que a historiografia clássica delimitou para as rebeliões (1780-1781). Esses levantes têm pontos em comum que os vinculam irremediavelmente: sua oposição a um poder instituído e o fato de serem expressões de rebeldia indígena e mestiça, em que pesem as dificuldades em definir o que é indígena ou mestiço, seja no século XVIII, seja nos dias de hoje.³ Apesar de possuírem, cada uma das rebeliões, elementos pontuais que as tornam fenômenos únicos, vistas em seu conjunto, elas têm aspectos comuns na medida em que simbolizam sonhos e esperanças muito difíceis de concretizar, e, por isso, são sempre duramente

² Parece-me uma maneira bem-sucedida de qualificar a rebelião de Túpac Katari e Bartolina Sisa como “rebelião *sisa-katarista*”. A expressão foi usada de forma mais expressiva por Marina Ari em Ari, Marina. *Bartolina Sisa: la generala aymara y la equidad de género*. La Paz: Editorial Amuyñataki, 2003, e desde então tem se tornado uma terminologia usada principalmente em estudos de gênero, não apenas dando dignidade e importância histórica a Sisa, mas também conseguindo romper com a invisibilidade feminina na história, em geral, e nesse processo revolucionário, em particular.

³ Cf. Albó, Xavier C. El retorno del indio. Revista Andina, Año 9, n° 2, diciembre 1991.

reprimidas. Tanto na América Hispânica quanto na Portuguesa, o reparto de mercadorias levou os indígenas a um processo cada vez maior de endividamento. Em ambos os impérios coloniais, os regimes de trabalho e as políticas econômicas adotadas – no caso de Portugal, por Pombal e, no caso espanhol, pelos Bourbons – se prestam, se não a uma comparação, ao menos a certas aproximações. Não é um dado fortuito o fato de que, durante o período de reformas, centenas de rebeliões foram deflagradas por todo o mundo ibero-americano. As demandas iniciais dos “rebeldes” ou “sublevados” não caminharam no sentido de assumir o poder do Rei. “Viva o Rei, morte ao Governador” foi uma incitação bastante comum tanto em Minas Gerais quanto em Pernambuco ou na Bahia.⁴ Também na região andina, nem Túpac Amaru II, nem Túpaj Katari pretendiam a destituição do Rei espanhol.

Foi nesse contexto que se desenvolveu ao logo do século XVIII que surgiu o pensamento independentista das elites

⁴ Ver os trabalhos de Figueiredo, Luciano R de A. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). *Oceanos*, Lisboa, (40): pp. 128-144, out-dez. 1999; Figueiredo, Luciano R. de A. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. *LPH. Revista de História*. 5 (1995): pp. 56-87; Furtado, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas Setecentistas. “ In: Bicalho, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar : ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005; Jancsó, István. “A Sedução da Liberdade. Cotidiano e Contestação Política no final do século XVIII “. In: Souza, Laura de Mello e; Novais, Fernando (Orgs.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia Das Letras, 1997, v. 1, pp. 387-437; Rodrigues, Gefferson Ramos. *Escravos, índios e soldados: povo, política e revoltas na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015 e Wehling, Arno & Wehling Maria José. “O poder na colônia “. In: *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: 1994, pp. 299-312.

criollas. Deram-se conta, talvez, de que eram uma *élite*, uma vez que, do ponto de vista cultural, econômico, político e administrativo, se encontravam em um patamar claramente superior ao dos indígenas, negros e mestiços. Entretanto, certamente não eram a *classe dominante*. Eram profissionais liberais, artífices, jornalistas, religiosos, na melhor das hipóteses proprietários de *haciendas* e donos de *mitas*. Foi também nesse contexto que se alastraram insatisfações “populares” levadas a cabo por meio das rebeliões. Com um toque de messianismo, da cíclica espera pelo retorno do Inca, as insatisfações expressaram-se por meio de rebeliões que varreram *ayllus*, vilas e cidades nos Andes e vales adjacentes entre 1780 e 1783. Além dos *ayllus* mais afastados da puna andina, grandes centros urbanos como Cuzco, La Paz, Oruro, Potosí, Charcas (atual Sucre) e Cochabamba foram palco de rebeliões e insurgências.

Apesar de nos concentrarmos em aspectos das rebeliões ocorridas no altiplano andino e vales adjacentes, inúmeros enfoques paralelos e aproximações podem ser vislumbrados em experiências rebeldes e “revolucionárias” ocorridas também nos domínios portugueses e franceses.⁵ O entrelaçamento de fontes históricas dessas áreas coloniais, e mesmo depois das independências, observadas na longa duração e submetidas a uma comparação em seus aspectos peculiares, produz uma narrativa desses acontecimentos sob uma nova ótica. Identificamos pontos de aproximação dessas experiências que uma historiografia mais tradicional tem

⁵ Conferir a aproximação feita entre Amaru e Tiradentes em Souza, R. F. Infidelidades em Comum. Cronos Pedro Leopoldo/MG, v. 8, pp. 123-140, 2005. Conferir também as aproximações entre diversas rebeliões da América Lusitana e experiências rebeldes no Chaco e em Tucumán na já citada tese de doutorado de Rodrigues, Gefferson Ramos. *Escravos, índios e soldados (...)*, 2015.

visto como fragmentadas e isoladas.

Hoje em dia, é grande a recorrência do tema das rebeliões em obras de ficção⁶, e esse dado mostra-nos, a princípio, duas coisas: rebelar-se contra uma ditadura, governo ou “sistema” tornou-se algo utópico e fantasioso, distante da realidade. Por outro lado, também nos mostra que as utopias estão vivas e que o sonho de se rebelar existe, ainda que representado no campo da ficção. A reincidência desse tema na ficção não é fortuita.

Rebeldias e rebeliões acompanham a história humana desde que dela se há registros. A primeira “grande rebelião”, que instituiu a base de todo o imaginário judaico-cristão, atribuía à Eva a responsabilidade de se rebelar contra a ordem “divina”. De fato, a teologia judaico-cristã apresenta o tema da rebelião de Eva e Adão como uma corrupção moral, pela qual toda a humanidade teria de pagar “com o suor de seu

⁶ Uma busca pelo termo “rebelião” em um dos *sites* de venda de livros mais populares do mundo (Amazon) nos fornece um dado muito importante, que nos dá uma ideia dos usos desse termo na cultura escrita e no mercado editorial: a maioria dos títulos listados sob esta palavra-chave refere-se a *obras de ficção*. Geralmente, trata-se de um romance épico em que um herói de um grupo insurgente salva um povo inteiro do jugo de um sistema poderoso e aparentemente indestrutível, o qual, na maioria das vezes, é liderado por um injusto governante ou ditador com poderes ilimitados. Não raro, são romances em que o rebelde insurgente se casa, ao final, com uma linda mulher, muitas vezes uma combatente ou até mesmo uma antiga rival, ainda que por vezes a heroína tenha uma função acessória e secundária, papel que tem sido imputado à figura feminina em tantas narrativas das peripécias humanas ao longo dos tempos. Cf. Belmonte, Alexandre. (2019). “Rebeliões Indígenas em Charcas (1780-1782): cosmovisão andina, messianismo e revolução”. En: Francisco Calazans Falcon; Marieta Pinheiro de Carvalho; Érica Sarmiento. (Eds.). *Relações de poder no mundo ibero-americano*. Rio de Janeiro: Autografia, pp. 89-114. Sobre o silenciamento e a invisibilidade do protagonismo feminino na história, em especial durante o “milênio patriarcal”, consultar a apresentação de Beatriz Rossells (2000) à antologia organizada por Eugenia Bridikhina, *La mujer en la historia de Bolivia: imágenes y realidades de la colônia. (antología)*. La Paz: Ánthropos, 2000. pp. 3-11.

trabalho”. É assim que o tema das rebeldias, rebeliões e rebeldes debutam na história universal como um mecanismo negativo e repleto de “forças malignas”, totalmente contra os desígnios de um deus a quem se devia não apenas monolatria, mas a um autêntica e plena devoção monoteísta.

Na Antiguidade, muitos povos insurgiram-se, como os sumérios, os assírios, os chineses, os babilônios, os hebreus, os gregos e os romanos. Na Idade Média, além de chineses e romanos, rebelaram-se, sobretudo, os árabes, e na Baixa Idade Média, camponeses de toda a Europa. No início da Idade Moderna, houve um sem-número de rebeldias guiadas por motivações religiosas e por conflitos que envolviam a posse de terras. Insurgiram-se católicos, protestantes, artesãos e camponeses por toda a Europa moderna. Na América, insurgiram-se, sobretudo, escravos, servos, *mitayos*, aqueles que se encontravam no mais baixo patamar da pirâmide social. Insurgiram-se letrados e doutores, também, por outro lado. Alfaiates, mestres de ofícios, *criollos*, foram muitos os que se rebelaram na América Ibérica, atores históricos de distintas *qualidades*⁷ e origens sociais e culturais.

As experiências do passado mostram bem o destino dos rebeldes: em todo o período colonial, na América, líderes de

⁷ Segundo Paola Revilla Orías, “La estructura social [de la América Hispánica colonial] obedecía a un modelo de estratificación que separaba a la población según su calidad, es decir, la imagen pública condicionada por el origen y por valores socioeconómicos hegemónicos de herencia europea (aspecto, ocupación, vestimenta, entre otros). La legitimidad de estos conceptos se anclaba en imperativos del poder político, pero también tenía que ver con el modo en que la sociedad se pensaba a sí misma en la convivencia”. *In*: Revilla Orías, Paola. Padre, no es nuestra voluntad seguir tolerando sus abusos: pronunciamiento afro-indígena para liberar al esclavo Clemente Chavarría (Charcas, siglo XVIII). *Revista Historia y Cultura*, nº 38-39, 2015, pp. 85-103. A versão em português deste texto foi publicada em Belmonte, A. e Hunefeldt, C. *As minas e o cotidiano do mineral: experiências humanas coloniais*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2018, pp. 139-161.

motins e rebeliões foram exemplarmente punidos, na maioria das vezes com enforcamento, desmembramento ou esquartejamento. Geralmente esses eventos ocorreram em praça pública e, não raro, partes do corpo do rebelde eram levadas aos quatro cantos da colônia, para que qualquer atitude similar fosse desencorajada. Embora ocorressem rebeliões esporádicas desde o princípio da invasão e colonização, foi quando o sistema colonial atingiu sua maturidade que os conflitos se tornaram mais frequentes e violentos. Essa onda de levantamentos é acentuada no mundo mineiro andino, e reflete, por um lado, as contradições e insatisfações geradas pelas reformas fiscais levadas a cabo pelos Bourbons ao longo do século XVIII, e, por outro lado, reflete também conflitos culturais e laborais gerados por um sistema de castas que dividia as populações à sua revelia e segundo critérios tipicamente espanhóis, que tinha a ideia de “pureza do sangue” como fulcro essencial.

O tratamento duro e vexatório praticado por *encomenderos*, donos de minas e outros agentes da administração espanhola às populações indígenas foi também acompanhado pela dureza dos castigos morais perpetrados pelo clero, que teoricamente deveria dar-lhes alívio e consolo, conforme Juan e Ulloa já denunciavam em 1747, após regressarem à Espanha de sua expedição científica no Equador:

Todas estas desdichas experimentan los miserables indios con sus curas, los que, debiendo ser sus padres espirituales y sus defensores contra las sinrazones de los corregidores, puestos de conformidad con éstos se emulan a sacar en competencia el usufructo de su incesante trabajo a costa de la sangre y del sudor de una gente tan mísera y desdichada, a quien, faltando una escasa ración de pan o maíz para su miserable sustento, sobran riquezas para engrandecer a

otros.⁸

É notória a indignação de Las Casas em relação ao tratamento dado aos indígenas por espanhóis, tendo ele próprio renunciado à sua *encomienda* já em 1514.⁹ Em 1511, conforme o clássico texto de Barnadas¹⁰, o frei dominicano Antonio de Montesinos denunciava os colonos do púlpito da igreja onde pregava e recusou-se a dar a eucaristia a vários *encomenderos*, devido ao péssimo tratamento que estes davam aos nativos.

Na zona andina, o sistema de *mita* mineira utilizado pelos administradores espanhóis após a descoberta da prata do Cerro Rico de Potosí em 1545, entretanto, era certamente a que mais sacrificava nativos: os *mitayos* não sobreviviam muito tempo após serem deslocados a Potosí e a outras minas pelo altiplano. Mantendo a estrutura de *mitmaes*¹¹, a transformação dos *mitmakhunas* em *mitayos*, ou seja, a *mita* hispano-americana, também desarticulava os nativos do ponto de vista cultural: ao serem deslocados de seus *ayllus* de origem, tinham que necessariamente aprender a se comunicarem em quíchua, ou em outro idioma diferente do seu. Deviam, ademais, conviver com outras práticas culturais, distantes do seu mundo original. Embora essa estratégia os tivesse desarticulado num primeiro momento, certamente, por outro lado, ajudou a promover um amálgama social e cultural, mesclando populações indígenas,

⁸ Juan, Jorge e Ulloa, Antonio. *Noticias secretas de América*, tomo II. Madrid: Editorial América, 1918, pp. 9-10.

⁹ Barnadas, Josep. “A Igreja católica na América espanhola colonial.” In: Bethell, Leslie. *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1997. v.1

¹⁰ Barnadas, Josep. *Idem*.

¹¹ Sobre os *mitamaes* ou *mitmakhunas* da época incaica, Cf. Bouysse-Cassagne, Thérèse. “As minas de ouro dos incas, o Sol e as culturas do Collasuyu” In: Belmonte, Alexandre e Hunefeldt, Christine. *As minas e o cotidiano do mineral: experiências humanas coloniais*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2018, pp. 15-51.

castas e negros escravizados.

No século XVIII, o tratamento destinado a indígenas, mestiços, castas e negros, e, sobretudo as relações laborais, são renovados por meio de um pensamento supostamente ilustrado, expresso nas reformas dos Bourbons. O aumento de tributos, a diminuição dos proventos de alguns trabalhadores mineiros assalariados, a possibilidade de burlar os sistemas fiscais, assomados a uma série de outras medidas, são elementos diretamente conectados a esse “tempo médio”, ao tempo da conjuntura sobre o qual falava Braudel¹², e que certamente tiveram um papel de peso no calor dos acontecimentos, no tempo breve das rápidas “tomadas de decisões” durante os anos críticos em que rebeldias e rebeliões estouravam por todo o altiplano e vales, do sul do Peru a Charcas¹³, com significativos reflexos nas regiões chilenas de Antofagasta e Tarapacá¹⁴, e produzindo ecos na puna argentina (principalmente o altiplano de Salta e Jujuy, mas também Tucumán, Córdoba e Mendoza).¹⁵

Com visitasões de fiscais reais visando à reorganização do sistema de tributos durante grande parte do século XVIII, as condições de trabalho dos nativos, que já eram péssimas,

¹² Braudel, Fernand. “História e Ciências sociais. A longa duração”. In: Escritos sobre a História. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

¹³ São fundamentais os trabalhos pioneiros de Scarlett O’Phelan Godoy em relação à articulação das rebeliões quíchuas e aymaras, especialmente O’Phelan Godoy, Scarlett. *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Katari*. Cuzco, Centro Bartolomé de las Casas, 1995 e O’Phelan Godoy, Scarlett. *Un siglo de rebeliones anticoloniales: Perú y Bolivia 1700-1783*. Lima: Centro Bartolomé de las Casas, 1988 (Reimpressão: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2012).

¹⁴ Ver o importante trabalho de Hidalgo Lehuedé, Jorge. “Amarus y cataris: aspectos mesiánicos de la rebelión indígena de 1781 en Cuzco, Chayanta, La Paz y Arica”. *Chungara* n° 10. Arica: Universidad Tarapacá, Instituto de Antropología, 1983.

¹⁵ Cf. Os trabalhos de Lorandi, Cruz, Glatstein e Roulet, na bibliografia em anexo.

pioraram em virtude da desvalorização do próprio trabalho: o quinhão real aumentou significativamente ao largo desse século.¹⁶ Dentro de um rigoroso sistema de monopólio comercial entre a colônia e a metrópole, a única liderança que um indígena podia exercer era sobre outros índios. Desse modo, ser um curaca, ou cacique, era o mais alto nível a ser alcançado na hierarquia indígena, e são justamente estes que lideraram revoltas ou, por outro lado, que traíram o movimento rebelde / revolucionário, mantendo-se ou tornando-se aliados dos espanhóis. No final do século XVIII, dotadas de lideranças, as rebeliões indígenas expressam essas contradições e desafiam o poder espanhol e, em alguns lugares, o poder local de *criollos*.

2. A historiografia sobre as Rebeliões após um século de esquecimento

A historiografia dessas rebeliões tem uma longa história intrínseca, que remonta às compilações pioneiras feitas por Pedro De Ángelis em 1836 em Buenos Aires. Nessa coleção, analisou o discurso preliminar de Túpac Amaru II, as sentenças e martírios sofridos pelo cacique, por seus parentes e adeptos, e chegou a esboçar uma certa ideia da rebelião e de como se processou seu sufocamento pelas forças militares espanholas. No entanto, De Ángelis concentrava sua atenção no protagonismo de Gabriel Condorcanqui Túpac Amaru II, sem considerar as massas de indígenas que fizeram parte do movimento.

Ao final de um longo período de conflitos pela emancipação, a consolidação das novas repúblicas latino-

¹⁶ A esse respeito, consultar Brading, David. “A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano”. In: Bethell, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998, v. 1.

americanas no cenário mundial foi acompanhada pela necessidade de construção de suas respectivas “identidades”, com todo o aparato simbólico e material que deveria dar vulto aos valores republicanos pretendidos pelas elites *criollas* que encabeçaram os movimentos de independência. É nesse contexto que, em 1827, o historiador e jornalista napolitano Pedro De Ángelis chega à Argentina para compor a delegação de intelectuais contratados pelo presidente Bernardino Rivadavia, com o objetivo de promover reformas culturais para seu projeto de Estado, baseado na construção da “nação argentina” e de uma identidade nacional inspirada no modelo liberal inglês. Após a queda de Rivadavia, De Ángelis enfrentou problemas de ordem financeira, o que lhe impedia continuar com suas publicações, especialmente porque seus projetos estavam em grande parte vinculados ao antigo governo. Assim, ele começou a ensinar em instituições privadas para poder permanecer em solo argentino.

Seu trabalho foi novamente reconhecido durante o governo de Juan Manoel de Rosas. Embora não lhe tenha tido muita simpatia a princípio, ele mudou de ideia quando a figura do ditador ganhou força e a oportunidade de continuar seu trabalho se tornava real. Assumiu o cargo de responsável pela produção de obras que diziam respeito aos primeiros anos de uma suposta “nação argentina”, e, para isso, teve que decidir que documentos privilegiar e que tipo de narrativa contar. Organizou e compilou documentos antigos sobre diversos temas americanos relacionados ao período colonial, estabelecendo um *corpus* documental para o que se pretendia então serem as origens da nação argentina. Seu trabalho foi também de grande importância para a criação do Archivo General de la Nación, instituição que dirigiu ao longo do período em que Rosas esteve no governo.

É assim que os primeiros trabalhos sobre as rebeliões

andinas giraram em torno a Túpac Amaru II: seu levantamento em Cuzco é considerado exemplar. Em 1836, em Buenos Aires, Pedro de Ángelis publicou a primeira compilação de documentos relativos ao levantamento liderado por Micaela Bastidas e Túpac Amaru II. Nessa compilação, analisou o discurso preliminar de Túpac Amaru II, as sentenças, os martírios sofridos pelo cacique, seus familiares e adeptos, esboçando uma certa ideia de rebelião e de seu sufocamento pelas forças espanholas.

Entretanto, De Angelis centrava sua atenção no protagonismo do caudilho indígena, sem considerar as massas de indígenas que foram partícipes do movimento. Depois de quase um século se esquecimento, foi somente durante as décadas de 1940-1950 que a figura de Túpac Amaru II foi incorporada ao panteão dos grandes heróis nacionais peruanos, e o movimento revolucionário por ele encabeçado passou a ser visto como parte integrante do processo que levaria à independência peruana em 1821. São os historiadores que legitimam essa ideia, sobretudo Boleslao Lewin, Jorge Cornejo Bouroncle e Carlos Daniel Valcárcel: os três foram pioneiros no processo de “invenção” de Túpac Amaru II como um prócer precoce da independência. Em exaustivas pesquisas em arquivos, esses três historiadores realizaram os primeiros estudos profissionais sobre o tema – excetuando-se a isolada obra oitocentista de De Angelis. A ideia que marcou essa perspectiva se expressa no próprio título de algumas de suas obras: *Túpac Amaru: la revolución precursora de la emancipación continental* (Bouroncle); *La rebelión de Túpac Amaru y los orígenes de la emancipación americana* (Lewin); *Túpac Amaru, precursor de la independencia* (Valcárcel).

Um novo fôlego nas discussões ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, quando, através de um novo olhar à extensa documentação, tanto em arquivos peruanos e bolivianos

quando no Archivo de las Indias em Sevilha, como também pelo estudo das mitologias e da cosmovisão andina, passa-se a falar do caráter messiânico e milenarista das rebeliões andinas. É nesse contexto que surgem os trabalhos de Alberto Flores Galindo, Jan Szemiński e Jorge Hidalgo Lehuedé, na esteira do que já havia postulado John Rowe em seu pioneiro artigo sobre o “nacionalismo inca”, ainda na década de 1950¹⁷. Enquanto as precedentes gerações de historiadores caracterizaram o movimento em sua aproximação à causa *criolla*, aqui surge a ideia de que as rebeliões somente podiam ser explicadas pela existência de uma cosmovisão propriamente andina. Hidalgo vai além da cosmovisão andina, tratando de elucidar como as antigas profecias católicas se mesclam à compreensão do indígena de que as coisas estavam a ponto de mudar drasticamente: Hidalgo registra muitas das apreensões indígenas em relação ao calamitoso *pachakuti* que estava por vir em um texto clássico, exemplar no que se refere à compreensão do messianismo em torno do Inca no contexto rebelde. No cerne do pensamento indígena havia uma concepção cíclica do tempo, que pressagiava o retorno de civilizações passadas e que concebia as transformações históricas como o resultado de transformações cosmológicas mais amplas. A vivência de um tempo plural e dinâmico, para muitos povos cíclicos, não foi totalmente apagada, como demonstram os trabalhos de Hidalgo. Conversas de final do dia nas *chicherías* narravam histórias que circulavam de boca em boca e falavam de outros tempos, profetizando as tragédias que estavam por acontecer. Sobre a profecia de Santa Rosa e San Francisco, em lugares como Paucartambo, Uarochiri, Nazca e Arequipa – a profecia do “ano dos três setes”, 1777 – Hidalgo

¹⁷ ROWE, John H. El movimiento nacional inca del siglo XVIII. Revista Universitaria (Cuzco, julio-diciembre de 1954), 107, pp. 17-47

Lehuedé nos traz uma situação mais que plausível: “Se conversaba de ella en las chicherías, cuando el alcohol soltaba la lengua, el entusiasmo provocado por la música, el baile, la chicha y la amistad momentánea hacía olvidarse de la discreción”.¹⁸

Tanto *amarus* quanto *kataris* não eram vistos como líderes carismáticos, mas sim como portadores de alguns poderes, como profetas de uma nova era.¹⁹

3. Cosmovisão, milenarismo e messianismo nas rebeliões andinas

Um dos fatos mais extraordinários da grande rebelião de Túpaj Katari em La Paz foi sua suposta fala momentos antes de ser executado em praça pública: “*A mí solo me matarán, pero mañana volveré y seré millones.*” Ainda que seja uma frase provavelmente apócrifa, sua alusão recorrente ao longo do tempo parece sugerir que Katari reinicia um ciclo de espera pelo Inca, um ciclo de espera messiânica. A espera pelo retorno do Inca não morre consigo, e nem será preciso que uma ou duas gerações após ele o recriem: o mito é recriado no momento de

¹⁸ Hidalgo Lehuedé, Jorge. *Amarus y cataris: aspectos mesiánicos de la rebelión indígena de 1781 en Cuzco, Chayanta, La Paz y Arica*. Chungara, 10, 1983.

¹⁹ Os títulos das obras de Galindo e Szemiński são, respectivamente, Flores Galindo, Alberto. *Buscando a un Inca: identidad y utopía en los Andes*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1987. e Szemiński, Jan. *La utopía tupamarista*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 1983, indicando uma considerável mudança de perspectiva em relação aos escritos precedentes. Na esteira do que acontecia na Academia, esse clima de ideias fomentou, na Bolívia, a formação das primeiras organizações e sindicatos *kataristas*. Iniciou-se, para aqueles povos do altiplano, a busca de uma identidade ideológica e cultural que fosse independente das perspectivas adotadas pelos tradicionais partidos marxistas e pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (Serulnikov, Sergio. *Revolución en los Andes: la era de Túpac Amaru*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010).

sua execução na Praça de Armas – ou, pelo menos, é o que as narrativas orais gostariam de fazer crer.

Esta é uma das características inerentes às grandes rebeliões que acometem a região andina em fins do século XVIII: seu aspecto messiânico e milenarista. À medida que seus líderes se autodenominaram Túpac Amaru II e Túpaj Katari, evocaram com essa formulação o retorno do Inca-rei (*Inkarri*, em idioma quíchua). Segundo a tradição oral, quando o último Inca de Vilcabamba, Túpac Amaru, é assassinado em 1571, ocorre um *Pachakuti*, um cataclismo no curso da história da civilização dos Andes. O Inca passa então a ter seu corpo reconstruído nas profundezas da terra por Pachamama, divindade telúrica da manutenção da vida. Voltaria a reinar quando estivesse novamente recomposto, obedecendo a uma ordem cosmogônica que envolvia um ciclo cronológico próprio. Esquartejado pelas forças espanholas de modo exemplar, e tendo partes do seu corpo levadas aos quatro cantos do Tawantinsuyu, a cabeça do Inca é enterrada em Cuzco, sua capital. Quando o corpo fosse novamente engendrado à vida -a partir da cabeça- o Inca estaria pronto para voltar a reinar, restaurando a ordem incaica e destruindo o invasor espanhol. Este é um importante mito messiânico e milenarista, que influenciará toda a cosmovisão andina colonial, estendendo-se até os dias de hoje – não mais pelo viés do retorno do Inca, mas pelo retorno do poder às mãos do nativo.²⁰

²⁰ A este respeito, há importantes trabalhos, como os de Pease, Franklin. *El Dios Creador Andino*. Lima. Mosca Azul, 1973 e Pease, Franklin. Las versiones del mito de Inkari. Revista de la Universidad Católica, Lima, n° 2, 31 de diciembre, 1977. Os trabalhos de Mercedes López-Baralt nos indicam a continuidade desse mito, se bem que através de um viés ideológico que exalta a figura de Evo Morales e sua importância para o crescente movimento de tomada de consciência étnica das populações indígenas e mestiças da atual Bolívia. Consultar o prólogo à primeira edição de 2016,

Esta ideologia messiânica se baseia na concepção milenarista de tempo cíclico, em que o mundo e a ordem social aparecem ordenados desde a eternidade. Este processo tem uma explicação que se baseia em um dos mitos mais importantes da tradição andina: o mito do *Inkarrí*, que contava que o corpo do Rei Inca crescia embaixo da terra e que regressaria para restabelecer a ordem perdida em um reinado de “mil anos”, segundo a visão de mundo andina. O retorno de Túpac Amaru, ou a “suprema serpente”, anuncia o *Pachakuti*, o cataclismo que constrói e destrói, na medida em que renova e repara o caos imperante²¹.

De acordo com a concepção ocidental do tempo, o presente é um momento fugaz entre o passado e o futuro – assim também entendiam o tempo os europeus dos tempos da invasão e da época colonial, habituados a uma reflexão filosófica que, durante todo o Medievo, buscou entender a natureza de Deus, do homem e do tempo. No entanto, a ideia de um tempo em si, como um conceito abstrato e universal, parecia simplesmente não existir para as populações ameríndias e para as civilizações nucleares. Apesar de enormes diferenças entre as civilizações americanas, na maioria delas, como entre os astecas e os incas, o tempo era vivido como uma simultaneidade de dimensões que funcionavam como engrenagens de um esquema muito maior. Cada uma dessas engrenagens representava uma dimensão de tempo, que

pelo Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social da Bolívia, na obra López-Baralt, Mercedes. *El retorno del Inca Rey: mito y profecía en el mundo andino*, publicado originalmente por Editorial Playor, Biblioteca Autores de Puerto Rico, 1987. Posteriormente, foi editado por Hisbol, em La Paz (1989). Consultar também López-Baralt, Mercedes. *El retorno del Inca rey en la memoria colectiva andina: del ciclo de Inkarrí a la poesía quechua urbana de hoy. América: Cahiers du CRICCAL*, 2004, Volume 31, Número 1, pp. 19-26.

²¹ Pease, Franklin. *Versiones del mito de Inkarrí*. 1977.

englobava o tempo cósmico das rotações e translações dos planetas, o ciclo dos solstícios e equinócios, o tempo do plantio e da colheita, o tempo das chuvas e da seca, o tempo de vida de mulheres e homens, o tempo absoluto das divindades. Essas múltiplas dimensões do tempo foram (e ainda são) expressas em linguagem através de tempos verbais desconhecidos nas línguas indo-europeias.²² Eram também expressadas nas festividades e rituais que marcaram a vida comunitária e a relação de mulheres e homens com a colheita e a perpetuação da espécie – alguns desses rituais ainda são praticados entre muitas comunidades.²³ Eram também, como já dissemos, manifestados em uma arquitetura bem planejada de acordo com uma ordem cosmológica: as pirâmides também eram observatórios; de janelas e portinholas podia-se observar a primeira estrela que aparecia no céu à tarde. Alguns espaços também foram pensados como lugares privilegiados para observar e “receber” a entrada do solstício. É o caso da plataforma incaica Hawkaypata, atual *Plaza de Armas* de Cuzco, onde se realizavam grandes festividades e cerimônias, sendo a principal delas o *Inti Raymi*, celebrada na entrada do solstício de verão em homenagem a *Inti*²⁴. Os nativos dos Andes

²² Belmonte, Alexandre. Reflexões sobre a antiguidade da América: o altiplano andino como caso paradigmático. *NEARCO (Rio de Janeiro), Revista Eletrônica de Antiguidade* 2018, Volume X, Número I, pp. 22-56.

²³ Christine Hunefeldt me adverte que talvez devêssemos levantar aqui a questão de até que ponto as comunidades de hoje estão cientes do significado dos rituais ou, em todo caso, o que esses rituais significam no contexto de hoje. Por sua natureza e plasticidade, os mitos são modificados ao longo do tempo, cobertos de novos significados, e isso se reflete nos ritos. Além disso, não podemos deixar de notar como alguns mitos e rituais estão repletos de novos repertórios identitários e ideológicos, dentro desse fenômeno que Xavier Albó chamou de “o retorno do índio”, especialmente na Bolívia.

²⁴ Diccionario Quechua-Español-Quechua / Qheswa-Español-Qheswa Simi Taqe. Cuzco: Academia Mayor de la lengua Quechua / Qheswa simi hamut'ana kurak suntur, 2005, p. 55.

não viviam, pois, um tempo linear em que nos movemos como fenômeno, como disse Hannah Arendt, “entre o passado e o futuro”.²⁵

O messianismo indígena presente nas rebeliões está expresso no propósito essencial de retornar a um estado anterior ao da invasão espanhola, e deveu-se, em parte, à catequização dos nativos desde o século XVI, através de todo o imaginário messiânico cristão trazido pelos padres católicos, imaginário de origem judaica, centrado na vinda do Messias no “fim dos tempos”. No caso cristão, o messianismo é centrado no retorno de Jesus Cristo no Apocalipse. Entretanto, para além da escatologia judaico-cristã trazida ao Novo Mundo, há um aspecto desse messianismo adotado por líderes como Túpac Amaru II que está plasmado nas próprias noções milenaristas e messiânicas inerentes à cosmovisão das populações andinas, dos vales, terras baixas e Amazônia. De certa forma, os messianismos judaico-cristãos apenas deram mais força às formas de pensar do nativo americano, cuja inclinação milenarista está expressa no mito do *Inkarrí*²⁶, que ganhou vigor após a derrocada do incanato pelos primeiros invasores espanhóis do Tawantinsuyu.

Por sua vez, esse mito apenas conseguiu manter-se vivo devido à própria disposição mental do andino, já familiarizado a mitos milenaristas e messiânicos desde muito antes da chegada dos espanhóis. A própria chegada destes à região andina na década de 1530 parece ter sido encarada, ao menos num primeiro momento, como o retorno do antigo deus Wiracocha – entidade máxima do panteão da civilização de Tiwanaku – que, segundo a crença estimulada pelos povos de

²⁵ Arendt, Hannah. *Entre el pasado y el futuro: Ocho ejercicios sobre la reflexión política*. Barcelona: Ediciones Península, 1996.

²⁶ Pease, Franklin.

língua aymara, retornaria do mar para reaver seu reino. Esta era uma crença que fazia muito sentido para os aymaraparlantes, uma vez que eles se consideravam descendentes dos tiwanakotas e viam os incas como usurpadores das terras de Wiracocha, tendo-o substituído pelo deus solar Inti. Os incas, adotando a língua e os costumes quíchuas, subjugarão centenas de povos e culturas desde a época do Inca Pachakuti (1438), e muitas populações dominadas não hesitaram em se aliar aos espanhóis, tornando a conquista muito mais fácil do ponto de vista bélico. Na trajetória relativamente curta dos incas dominando os povos da meseta andina, muitas das antigas tradições foram reprimidas e substituídas por outros ritos, que obedeciam a outros deuses e a uma lógica diferente. Os incas desceram o Lago Titicaca, homogeneizando religiosa e linguisticamente os territórios e povos que submetiam, conquistados ao deus Inti. Os ressentimentos e as rivalidades de vários povos em relação aos incas foram importantes no contexto da invasão dos Andes e da tomada de Cuzco. Alguns cronistas coloniais da invasão espanhola – em especial Garcilaso de la Vega e Guamán Poma de Ayala – nos dão algumas indicações a respeito da mentalidade dos povos andinos, além de indícios e informações valiosas acerca dessas rivalidades e ressentimentos nutridos por vários povos, como os aymaras em relação aos quíchuas.

No ano de 1780 inicia-se um dos projetos mais ambiciosos de conversão da chamada “utopia andina”²⁷ em um projeto político: a revolução encabeçada por Túpac Amaru II em Cuzco. A narrativa desses eventos é magistralmente reconstruída por Walker em sua obra *The Tupac Amaru*

²⁷ Cf. Flores-Galindo, Alberto. *Buscando a un Inca* e Ormeño Espinoza, Claudia. El enmascaramiento de la rebelión de Túpac Amaru II . Rev. Sociedad & Equidad, 2, julio de 2011.

Rebellion (2016). Logo após um almoço com Túpac Amaru II, o corregedor Antonio Juan de Arriaga y Gurbista foi capturado numa emboscada pelos homens do cacique, mantido encarcerado nas propriedades deste e, após alguns dias, foi executado como símbolo do início do fim das injustiças. Seu verdugo, o mulato Oblitas, foi o mesmo que pintou o quadro-retrato de Túpac Amaru II, que, segundo um estudo original de O'Phelan Godoy, fora encomendado pelo cacique e estava destinado ao rei de Espanha²⁸.

Amaru representava o setor nobre da população indígena, que naquele momento encontrava-se em desacordo com as imposições metropolitanas. Era um homem rico, possuía um rebanho de 350 mulas, o que lhe garantia o controle de boa parte do escoamento de mercadorias entre Cuzco e Potosí. Muito provavelmente, ressentia-se de que suas demandas para que lhe fosse reconhecido o título de Inca não tivessem sido acatadas em Buenos Aires, sede do Vice-Reino do Rio da Prata. Mas para além disso, foi na década de 1770 que os tributos foram elevados a níveis nunca antes vistos: em 1772, a *alcabala* vai de 2 a 4%; em 1774, instalam-se aduanas em Cochabamba; dois anos depois, novamente se eleva a *alcabala* de 4 a 6%; em 1777, instala-se uma aduana em La Paz, e, no ano seguinte, criam-se novos impostos sobre o aguardente (o famoso pisco), que chegam a 12%. Também se elevam os tributos nas *haciendas* de Arequipa (sobretudo para o azeite de oliva e o vinho, fundamental para a elaboração do pisco). É neste ano que Amaru deixa Lima em direção a Oropesa, e, advertido por Micaela Bastidas, regressa ao Cuzco já com a ideia de rebelar-

²⁸ Comunicação no VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. A publicação deste texto encontra-se no prelo em Belmonte, Alexandre e Hunefeldt, Christine. *Messianismo, Reformismo, Rebelião: os Andes no século da Ilustração* (Coleção Mundo Andino, vol. 2). Rio de Janeiro: Estudos Americanos.

se.

O que carregava consigo Gabriel Condorcanqui Noguera, o Túpac Amaru II, em seu traslado? Um astrolábio (talvez para uso estratégico na rebelião que pretendia iniciar?); café proveniente de Lima; especiarias como cravo e canela. Segundo O'Phelan Godoy, leva consigo também trajes de 3 peças, chapéus de castor, uma coleção dos livros do Inca Garcilaso de la Vega, além de três caixas de livros. Era um homem relativamente culto, expressava-se tanto em castelhano quanto em quíchua com destreza. Provavelmente, durante suas andanças e, sobretudo, no decorrer do seu percurso do Cuzco a Buenos Aires, o cacique reteve-se em diversos *ayllus* e vilas. Na perspectiva do índio “comum”, era possível que sua presença em seus *ayllus* e casas fosse tida na mais alta consideração, e suas palavras devem ter surtido um efeito no que diz respeito ao apelo à questões a que hoje chamamos “identitárias”. Amaru era a prova viva de que um indígena ou mestiço podia ser um homem próspero; era, portanto, um exemplo a ser seguido.

O movimento encabeçado por ele e Micaela Bastidas alcançou limites extraordinários, provocando uma série de desajustes entre as elites locais, fossem *criollas* ou metropolitanas. Apesar da materialidade da violência em si, ocorrida desde a captura de Arriaga, o componente simbólico que dava certa “transcendência” a esse movimento se deve especialmente ao fato de que funcionava de acordo com uma predisposição messiânica e milenarista arraigada em muitas populações altioplânicas, que recorria à ideia de retorno do tempo do Inca, ideia construída no mito do *Inkarrí*.

Não foi um acaso o fato de que Julián Apaza tomou para si a tradução aymara do nome quíchua Túpac Amaru.²⁹ Túpaj

²⁹ Alguns interessantes dados biográficos de Katari estão presentes nas obras de Siles, María Eugenia del Valle de. *Historia de la rebelión de Túpac*

Katari significa exatamente o mesmo que o correspondente quíchua: Suprema Serpente, sendo a serpente uma das representações do inca. A serpente também conectava as *pachas*³⁰: era um elo entre o *uku* ou *ukhu*³¹ *pacha* (ou *urin pacha*), o inframundo, mundo subterrâneo, mundo dos mortos; com o *kay*³² *pacha*, mundo em que vivemos, “mundo daqui”, dos humanos, animais, árvores, montanhas. Ambos os caciques eram conhecedores da cultura de seus ancestrais e sabiam o que essas representações simbólicas significavam para a população: ademais de serem palavras usadas no cotidiano, ligavam-se à mitologia e às cosmovisões tanto para quem falava quíchua quanto para aymaraparlantes. Evocar a Serpente Excelsa, a nobre, magnífica serpente, insígnia e representação

Catari, 1781-1782. La Paz: Ed. Don Bosco, 1990 e Frigerio, José Oscar. *La rebelión criolla de Oruro fue juzgada en Buenos Aires (1781-1801)*. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2011.

³⁰ Em língua quíchua, *pacha* significa “mundo”, “universo”, “terra”. Também significa “tempo” e é usado como sufixo ou morfema para indicar o momento, o instante ou o tempo em que uma ação transcorre. Cf. Diccionario Bilingüe Español-Quechua / Quechua-Español. Cusco: Editorial Roc, 2015. Em idioma aymara, *pacha* quer dizer “lugar”, “tempo”, e também assume a conotação de “céu”, donde *pacha tukuy* significa “fim do mundo”, em seu sentido escatológico de “fim dos tempos”. Cf. Ebbing, Juan Enrique. *Gramática y diccionario Aimara*. (2ª ed.) La Paz: Editorial Don Bosco, 1981.

³¹ Em quíchua, *uku* ou *ukhu* significa “buraco”, “parte de dentro”, “parte interior”. Como adjetivo, significa “fundo”, “profundo”. Tem um sentido mais metafórico do que *urin*, que se refere mais à posição geográfica propriamente dita, significando “sul”, “parte sul”, “parte de baixo”. Cf. Diccionario Bilingüe Español-Quechua / Quechua-Español. Cusco: Editorial Roc, 2015.

³² O étimo *kay* significar “ser”, “existir”, de onde se origina a palavra *kawsay*, vida. Também denota os adjetivos demonstrativos “este”, “esta”, “isto” e, como em muitos idiomas, tal classe de demonstrativos também denota o advérbio locativo “aqui”. A expressão *kay pacha* – “este mundo” (mundo tangível, mundo em que vivemos) – também se conhece como *kawsay pacha*: mundo em que há vida, em sua forma biológica. Cf. Diccionario Bilingüe Español-Quechua / Quechua-Español. Cusco: Editorial Roc, 2015.

do Inca, era uma esperança de salvação, o retorno do *Inca-rei* (*Inkarrí*) em detrimento de um *Españarrí*, um rei espanhol. Entretanto, em que pese sua consciência de determinados aspectos das culturas aymara e quíchua, o messianismo observado em alguns momentos das rebeliões parece ser muito mais um produto delas mesmas do que o desdobramento de uma ideologia prévia, ou uma espécie de superestrutura ideológica que teria orientado as rebeliões e seus líderes³³.

É de se supor que os espanhóis temiam qualquer esperança minimamente messiânica por parte dos índios. A crença segundo a qual os irmãos Catari, Túpac Amaru II ou mesmo Túpaj Katari fossem percebidos como o Inca retornado representava um pesadelo para o espanhol, quiçá mesmo o fim de sua colonização e um verdadeiro apocalipse para o imenso império espanhol na América. É muito provável que os legisladores já tivessem ouvido dos padres e bispos sobre todos os perigos implicados nos sentimentos messiânicos dos indígenas, através de sua insistente repetição em realizar ritos. A documentação inquisitorial nos fornece pistas em relação a essa insistência sistemática em *atualizar* o passado através de ritos: as *conopas* encontradas junto às múmias dos ancestrais, já mencionadas anteriormente, ainda hoje são comercializadas na grande feira de Alasitas³⁴ em La Paz,

talvez a maior feira de miniaturas jamais vista. Os *yatiris*, considerados hereges no período colonial, incluídos dentro do âmbito do combate às idolatrias, são hoje solicitados até mesmo pelos detentos das penitenciárias de La Paz

³³ Serulnikov, Sergio (2010).

³⁴ A *Feria de las Alasitas* é uma feira artesanal na cidade de La Paz, Bolívia, cuja principal característica é a venda de miniaturas com a finalidade ritual de que as mesmas se convertam em realidade. A deidade aymara/tiwanakota Ekeko é o “objeto” principal da feira, identificado como a divindade da abundância.

(Spedding, 1998). Em idioma aimara, *yatiri* quer dizer “aquele(a) que sabe”. A partir de métodos de adivinhação (que incluem [o uso de] chumbo derretido, folhas de coca e cartas), ele orienta o consulente. Este pode adquirir uma casa em miniatura, que será *ch'allada* pelo *yatiri*, entre invocações às *achachilas* – espíritos protetores ancestrais – libações e defumações com madeiras, sementes e ervas.³⁵

A documentação não nos permite conjecturar que, de fato, esses líderes fossem vistos como espécies de “messias indígenas”. Mas em que medida o clero identificou que havia algo de messiânico implícito nesse processo revolucionário? Em que medida os párocos das províncias percebiam que, subjacente à luta dos rebeldes, havia uma expectativa messiânica implícita por parte dos indígenas insurretos? Não são proposições que a documentação apresenta de forma explícita, devendo o pesquisador aludir às cosmovisões nativas na tentativa de reconstruir esse momento histórico.

4. À guisa de conclusão

Embora as rebeliões em Charcas tenham sido tipicamente experiências coloniais – uma vez que apenas uma estrutura colonial poderia tê-las motivado – elas antecipam muitas questões trabalhistas relacionadas às duras condições de um proletariado que se estabelecería apenas na segunda metade do século XIX. Devido à própria natureza do mundo do trabalho de mineração, pode-se dizer que as rebeliões antecipam problemas típicos do mundo do trabalho do século XIX, decorrentes da industrialização e do uso maciço de máquinas que caracterizaram aquela fase do capitalismo.

As rebeliões nos ensinam, afinal, que o sonho da libertação

³⁵ Belmonte, Alexandre. 2018b, pp. 47-48.

é uma constante na história e nos fazem refletir sobre nossa própria condição nas sociedades de hoje, com todos os tipos de sujeição e abuso de poder aos quais um grande número de pessoas está sujeito. Talvez seja o caso de Tupaj Katari, Bartolina Sisa, Micaela Bastidas e Túpac Amaru ainda viverem, no sentido de que as motivações que os levaram a lutar perduram de forma atemporal toda vez que somos forçados a lutar por coisas que pensávamos que fossem óbvias, como a justiça, a defesa dos mais vulneráveis, a luta contra o obscurantismo e contra aqueles que querem manter-nos na ignorância de nossa própria condição. Esses personagens estão vivos toda vez que somos tomados por um espírito rebelde que contesta e vai contra o que está estabelecido ou naturalizado como norma. Os rebeldes do passado, como presenças incorpóreas, nos acompanham e não nos deixam esquecer as contradições de nosso passado colonial. Fazem com que as pensemos, assim como as contradições dos nossos tempos, sob uma ótica carregada do mesmo espírito rebelde e da mesma indignação perante situações, pessoais ou estrangeiras, nas quais é necessário exigir justiça e apelar para motivações humanitárias e humanistas.

Esses parágrafos não pretendem concluir o tema. Pelo contrário, se há alguma intenção, é a de deixar lacunas abertas. A documentação encontrada nos arquivos parece revelar repetidamente que a história dos movimentos de resistência ainda está isolada, se pensarmos em uma historiografia latino-americana em uma perspectiva mais ampla. Somente na longa duração é que essas rebeliões podem ser entendidas em sua complexidade histórica, como uma resposta à maneira violenta pela qual o capitalismo dirigiu seu olhar, suas mãos e máquinas ávidas para as minas e os trabalhadores mineiros, especialmente na Bolívia, onde uma montanha tornou-se uma devoradora insaciável de mulheres, homens e crianças, para

satisfazer a nobreza, os *criollos*, a igreja e a burguesia que nascia naquele período. É possível, portanto, alertar o leitor de que existem diferentes maneiras de fazer perguntas e que diferentes tentativas de investigação podem fornecer respostas plausíveis e consistentes em relação às inquietações, não apenas as do historiador, mas as inquietações de quem quer que olhe o passado na tentativa de entender até onde nos conduziu. As raízes das rebeliões são profundas e rapidamente cobriram um território geográfico cujas fronteiras não puderam deter a agitação dos conflitos que convergiram na vida cotidiana e nas relações sociais da América Latina, até os dias de hoje. Suas motivações, bem como os motivos para se rebelar, transcendem fronteiras e ignoram bandeiras e nacionalidades. São fatos que produziram traumas e fraturas em nossas sociedades. São histórias que falam de rebeldias, coragem, dor e morte de indígenas, mestiços, escravos, brancos pobres que, numa improvável amálgama, fizeram parte da multidão rebelde. Eram homens e mulheres anônimos e ignorados, a maioria analfabetos, muitos nem sequer sabiam falar ou mesmo entendiam a língua espanhola. No entanto, de inúmeras maneiras diferentes, eles fizeram ouvir suas aspirações e contestações. Mais do que ouvidos, muitas vezes fizeram com que seus governantes sentissem a dor da injustiça em sua própria carne. No entanto, nem o sangue derramado nem carne lacerada conseguiram silenciar sua história. Pelo contrário, esses personagens anônimos mostraram que muitas histórias têm de ser escritas com sangue, capítulos de uma história tão profunda e tão grandiosa quanto os Andes.

Referências:

1. Manuscritos:

BO ABNB, ALP, SGI-030.

BO ABNB, ALP, SGI-115.

BO ABNB, ALP, SGI-115.

BO ABNB, ALP, SGI-115.

BR BNRJ, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. XCIX.

DIARIO y relación prolija jurada que yo el General Don Juan Gelly hago de todos los pasajes y sucesos acaecidos en varios distritos y lugares. La Plata, 1780. BO ABNB, ALP, SGI.

INFORMACIÓN y testimonio de la visita de idolatrías en Cajatambo.” Los Reyes [Lima], 22.XI.1664. (Apud GAREIS, Iris. (2004). Extirpación de idolatrías e identidad cultural en las sociedades andinas del Perú virreinal (siglo XVII). Boletín de Antropología, Universidad de Antioquia, Vol. 18 No. 35)

2. Dicionários:

DICCIONARIO Quechua-Español-Quechua / Qheswa-Español-Qheswa Simi Taqe. Cuzco: Academia Mayor de la lengua Quechua Gobierno Regional de Cusco / Qheswa simi hamut'ana kurak suntur, 2005.

DICCIONARIO Bilingüe Español-Quechua / Quechua-Español. Cusco: Editorial Roc, 2015.

EBBING, Juan Enrique. *Gramática y diccionario Aimara*. (2ª ed.) La Paz: Editorial Don Bosco, 1981.

3. Obras gerais:

ACEVEDO, E. O. (1960). Repercusión de las sublevaciones de Tupac Amaru en Tucumán. *Revista de Historia de América* 49: 85-119.

ARENDT, Hannah. (1996). *Entre el pasado y el futuro: Ocho ejercicios sobre la reflexión política*. Barcelona: Ediciones Península.

ARI, Marina. (2016). Las “otras” mujeres de la rebelión Sisa-katarista

(1781-1782). *Historia (La Paz)*, 38, diciembre 2016, pp. 67-93.

BARNADAS, Josep. (1997). "A Igreja católica na América espanhola colonial." In: BETHELL, Leslie. *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1997. v.1

BELMONTE, Alexandre. (2019). "Rebeliões Indígenas em Charcas (1780-1782): cosmovisão andina, messianismo e revolução". In: Francisco Calazans Falcon; Marieta Pinheiro de Carvalho; Érica Sarmiento. (Eds.). *Relações de poder no mundo ibero-americano*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, pp. 89-114.

BELMONTE, Alexandre. (2018a). Rebeliones americanas en el siglo XVIII: estudios de historia comparada. In: Anabela Abbona e Ignacio Roca (Eds.). *Actas del II Segundo Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina, siglos XIX-XXI Avances, perspectivas y retos. Los Pueblos Indígenas de América Latina*. Santa Rosa - La Pampa: EDUNLPam, v. 2. p. 1671-1687.

BELMONTE, Alexandre. (2018b). Reflexões sobre a antiguidade da América: o altiplano andino como caso paradigmático. *NEARCO (Rio de Janeiro), Revista Eletrônica de Antiguidade*, Volume X, Número I, pp. 22-56.

BELMONTE, Alexandre. (2018c). Alexandre Belmonte entrevista a Scarlett O'Phelan Godoy. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Estúdio CTE / TV UERJ, 30 de agosto de 2018. Disponible mediante requisición a alexandre.belmonte@uerj.br

BELMONTE, Alexandre. (2016). Rebeliões americanas no século XVIII: um olhar na Longa Duração. In: Maria Teresa T. B. Lemos. (ed.). *Anais do V Congresso Internacional do Núcleas*. Rio de Janeiro: Núcleas. v. 5. p. 1-10.

BIGELOW, Allison. (2019). Transatlantic Quechuañol: Reading Race through Colonial Translations. *PMLA*, 134.2 (2019), 242-259.

BIGELOW, Allison. (2016). Conchos, colores y castas de metales: El lenguaje de la ciencia colonial en la región andina. *Umbrales (Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Bolivia)* 29 (2016): 15-47.

BLÁZQUEZ MIGUEL, Juan. (1994). Brujas e inquisidores en la América colonial (1569-1820). *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Moderna, t. 7, pp. 71-98.

BORNHEIM, Gerd. (1998). *O conceito de descobrimento*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

BOUYSSÉ-CASSAGNE, Thérèse. (2018). “As minas de ouro dos incas, o Sol e as culturas do Collasuyu” In: BELMONTE, Alexandre e HUNEFELDT, Christine. *As minas e o cotidiano do mineral: experiências humanas coloniais*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, pp. 15-51.

BRADING, David. (1998). “A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano”. In: In: BETHELL, Leslie. *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1997. v.1

BRAUDEL, Fernand. (1992). “História e Ciências sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, pp. 41-78.

CIRIZA JOFRÉ, Alejandra. (2012). Genealogías feministas: sobre mujeres, revoluciones e Ilustración. Una mirada desde el sur. *Estudios Feministas, Florianópolis*, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012, pp. 613-633.

CRUZ, E. N. (2011). Diversidad y distinción social en una rebelión indígena y mestiza. El caso de la rebelión toba de 1781 en la frontera del Chaco de Jujuy (Argentina). *Estudios Sociales* 7: 169-190.

CRUZ, Enrique N. (2007). Notas para el estudio de las rebeliones indígenas a fines del período colonial en la frontera tucumana del Chaco (1781). *Anuario de Estudios Americanos*, 64, 2, julio-diciembre, 271-286, Sevilla (España).

CRUZ, E. N. (2006). Dominación y liderazgo carismático en la frontera del Chaco de Jujuy (Río de la Plata). La rebelión toba de 1781. *Claroscuro* 5: 263-288.

CRUZ, Enrique N. (2005). Liderazgos mestizos de indígenas. La rebelión de los indios tobas de San Ignacio en la frontera del Chaco

del distrito de Jujuy al sur de Charcas en el Virreinato del Río de La Plata. *X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Rosario: Depto. de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación.

DE ANGELIS, P. [1836] (1910). *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires, Librería Nacional de J. Lajoune.

DEL VALLE DE SILES, María Eugenia. (1990). *Historia de la rebelión de Túpac Catari, 1781-1782*. La Paz: Ed. Don Bosco.

DÍEZ MARTÍN, María Teresa. (2004). Perspectivas historiográficas: mujeres indias en la sociedad colonial hispanoamericana. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, t. 17, pp. 215-253.

FIGUEIREDO, Luciano R de A. (1999). Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). *Oceanos, Lisboa*, (40): p. 128-144, out-dez.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. (1995). Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. LPH. *Revista de História*, 5: pp. 56-87.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. (1997). *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

Figueiredo, Luciano. "1676: A Revolta de Bacon na Virgínia e algumas tentações comparativas". Artigo disponível em www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=1676-a-revolta-de-bacon-na-vinginia-e-algumas-tentacoes-comparativas, acesso em 30/10/2019.

FLORES GALINDO, Alberto. (1987). *Buscando a un Inca: identidad y utopía en los Andes*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario.

FRIGERIO, José Oscar. (2011). *La rebelión criolla de Oruro fue juzgada en Buenos Aires (1781-1801)*. Córdoba: Ediciones del

Boulevard.

FURTADO, João Pinto. (2005). “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador’: tensão política e práticas de governo nas Minas Setecentistas.” In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar : ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda.

GAREIS, Iris. (2004). Extirpación de idolatrías e identidad cultural en las sociedades andinas del Perú virreinal (siglo XVII). *Boletín de Antropología*, Universidad de Antioquia, Vol. 18 No. 35.

GIL MONTERO, Raquel. (2002). “Tierras y tributo en la puna de Jujuy. Siglos XVIII y XIX” In: Farberman, Judith e Gil Montero, Raquel. *Los pueblos de indios del Tucumán colonial: pervivencia y desestructuración*. Quilmes: UNQ Ediciones, Ediunju.

GLATSTEIN, Lucía. (2019). Un “partido” de “indios y christianos”. Formas de organización y dinámicas de acción colectiva en la jurisdicción de Jujuy (1781). *Memoria Americana. Cuadernos de Ethnohistoria* 27.1, 87-106.

HIDALGO LEHUEDÉ, Jorge. (1983). “Amarus y cataris: aspectos mesiánicos de la rebelión indígena de 1781 en Cuzco, Chayanta, La Paz y Arica”. *Chungara* n° 10. Arica: Universidad Tarapacá, Instituto de Antropología.

JANCSÓ, István. (1997). “A Sedução da Liberdade. Cotidiano e Contestação Política no final do século XVIII”. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando (Orgs.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia Das Letras, v. 1, pp. 387-437.

JANCSÓ, István. (1996). *Na Bahia contra o império: história do ensaio da sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Udufba.

JUAN, Jorge e ULLOA, Antonio. (1918) *Noticias secretas de América*, tomo II. Madrid: Editorial América, pp. 9-10.

LÓPEZ-BARALT, Mercedes. (2004). El retorno del Inca rey en la memoria colectiva andina: del ciclo de Inkarrí a la poesía quechua urbana de hoy. *América: Cahiers du CRICCAL*, Volume 31, Número

1, pp. 19-26.

LÓPEZ-BARALT, Mercedes. (1989). *El retorno del Inca Rey: mito y profecía en el mundo andino*. Las Paz: Hisbol.

LORANDI, A. M. (1980). La frontera oriental del Tawantinsuyu: el Umasuyu y el Tucumán. Una hipótesis de trabajo. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* XIV (1): 147-164.

MARCHENA, Juan. (2005). Al otro lado del mundo. Josef Reseguín y su "generación ilustrada" en la tempestad de los Andes. 1781-1788. *Tiempos de América*, n° 12. pp. 43-111.

MENDIETA, Pilar. (2014). Mujeres en rebelión Una mirada desde el diario de Francisco Tadeo Diez de Medina (1781). *Investigaciones Sociales*. Año IX, N° 15, pp. 355-370.

MITRE, Bartolomé. (1887). *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Buenos Aires: Félix Lajouane, tomo II.

NEVES, Lúcia M. B. P. (2003). *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. (2012). *Un siglo de rebeliones anticoloniales: Perú y Bolivia 1700-1783*. Cuzco: Instituto Francés de Estudios Andinos.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. (1995). *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Katari*. Cuzco, Centro Bartolomé de las Casas.

ORMEÑO ESPINOZA, Claudia. (2011) El enmascaramiento de la rebelión de Túpac Amaru II. *Rev. Sociedad & Equidad*, 2, julio de 2011.

PAZ, Gustavo. (1999). *Province and Nation in Northern Argentina. Peasants, Elite and the State, Jujuy 1780-1880*. Tesis Doctoral. UMI Dissertation Services, 1999.

PEASE, Franklin. (1977). Las versiones del mito de Inkarri. *Revista de la Universidad Católica*, Lima, n° 2, 31 de diciembre, 1977.

PEASE, Franklin. (1973). *El Dios Creador Andino*. Lima. Mosca Azul.

PODERTI, A. (1997). *Palabra e historia en los Andes. La rebelión del Inca Tupac Amaru y el Noroeste argentino*. Buenos Aires, Ediciones Corregidor.

PORTUGAL, Ana Raquel M. C. M. (1999). A Inquisição Espanhola e a Bruxaria Andina: Evangelização e Resistência. *Revista de História Regional* 4(2):9-34, Inverno de 1999.

REVILLA ORÍAS, Paola. (2015). Padre, no es nuestra voluntad seguir tolerando sus abusos: pronunciamiento afro-indígena para liberar al esclavo Clemente Chavarría (Charcas, siglo XVIII). *Revista Historia y Cultura*, n o 38-39, pp. 85-103.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. (2015). *Escravos, índios e soldados: povo, política e revoltas na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História.

ROULET, Florencia. (2015). “Capitanes de amigos en la frontera de Mendoza: los usos indígenas de una institución colonial” In: Alonso Araguás, Icíar; Samaniego, Mario; Páez Rodríguez, Alba (eds.). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

ROULET, Florencia. (2008). “Embajadoras y hechiceras: las dos caras del poder femenino en las sociedades indígenas de la frontera sur”. In: *Todo es Historia*. 489, abril 2008: 6-24.

ROULET, Florencia. (2004). “Con la pluma y la palabra. El lado oscuro de las negociaciones de paz entre españoles e indígenas”. In: *Revista de Indias*, LXIV, 231, pp. 313-348.

ROULET, Florencia. (2002) “Guerra y diplomacia en la frontera de Mendoza: la política indígena del Comandante José Francisco de Amigorena (1779-1799)”. En Nacuzzi, Lidia R. (comp.). *Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y Patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, pp. 65-117.

SÁNCHEZ, S. (2002). “*Se hace camino al andar*. Tupac Amaru en Jujuy. Una reinterpretación”. Tesis de Magister en Historia con Mención en Etnohistoria. Santiago de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades - Universidad de Chile (Ms. inédito).

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. (2015). Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, n. 31, p. 667-688, Dec. 2015.

SERULNIKOV, Sergio. (2010). *Revolución en los Andes: la era de Túpac Amaru*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

SERULNIKOV, Sergio. (2006). Conflictos sociales e insurrección en el mundo colonial andino. El norte de Potosí, siglo XVIII. *Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica*.

SICA, Gabriela. (2017). Las sociedades indígenas del Tucumán colonial. Una breve historia en larga duración. Siglos XVI a XIX. In: BANDIERI, Susana y FERNÁNDEZ, Sandra (Comp.) *La Historia Nacional en perspectiva regional. Nuevas investigaciones para viejos problemas*. Editorial Teseo, Buenos Aires, pp. 41-82.

SOUZA, R. F. *Infidelidades em Comum*. (2005). Cronos Pedro Leopoldo/MG, v. 8, pp. 123-140.

SPEDDING, Alison. (2008). *La segunda vez como farsa: etnografía de una cárcel de mujeres en Bolivia*. La Paz: Editorial Mama Huaco.

SZEMIŃSKI, Jan. (1984). *La utopía tupamarista*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 1983.

TERUEL, A. (1994). Zenta y San Ignacio de los tobas. El trabajo en dos misiones del Chaco occidental a fines de la colonia. *Anuario del IEHS*9: 227-252.

VITAR, B. (1991). Las relaciones entre los indígenas y el mundo colonial en un espacio conflictivo: la frontera tucumano-chaqueña en el siglo XVIII. *Revista Española de Antropología Americana* 21: 243-278.

WALKER, Charles. (2014). *The rebellion of Tupac Amaru*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016.

ZAVALA, José Manuel. *Les indiens mapuche du Chili. Dynamiques inter-ethniques et stratégies de résistance, XVIIIe siècle*. Paris: IHEAL/ L'Harmattan, 2000.

RESENHA

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos -IFCH/NUCLEAS/UERJ

GORDILLO, Gastón - *Lugares de Diablos: Tensiones del Espacio y la Memoria*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 352 p.

A obra *Lugares de diablos - Tensiones del espacio y la memória*, de Gastón Gordillo, trata das práticas históricas toba, as tensões predominantes que configuraram suas experiências espaciais que opõem o trabalho assalariado à caça, pesca e coleta. A obra está organizada em três capítulos, além da introdução, agradecimentos, conclusões, glossário, referências e mapas. Oferece um amplo estudo sobre lugares, memórias e recordações do grupo Toba, do Gran Chaco argentino.

O autor, Gaston Gordillo, é antropólogo. Durante quinze anos pesquisou os grupos toba no Gran Chaco, com o objetivo de estudar o espaço sob tensões, memória e imaginários envolvendo caráter histórico, instável e contraditório. A narrativa se concentra nas conexões tensas entre lugares e práticas desses grupos. Destaca os imaginários desse grupo, assinalando os traços particulares sobre os diabos. Esses imaginários são significativos para o maior entendimento desses grupos a respeito da experiência coletiva de opressão. Os diabos são espíritos malignos que adquirem traços particulares em distintos lugares, além de expressar sensibilidade histórica e cultural produzida pela exploração da mão de obra no engenho Tabacal, o estudo destaca as memórias de dominação e violência.

Na introdução, o autor descreve o Chaco ocidental e analisa as experiências históricas, as tensões e os lugares que produziram esses fenômenos como uma arena de disputa. O

argumento dele é que “todo lugar se produz em tensão com outros lugares e como esses lugares foram constituindo tensões que se fazem culturalmente tangíveis através da espacialização da memória” (p.19). Também, acentua entre outros, como esses lugares foram constituídos historicamente pela violência do Exército e pela evangelização anglicana, bem como as experiências de enfermidade e exploração do trabalhador, de cura, do xamanismo, da sexualidade, das formas de fetichismo, dos discursos estatais e das práticas de acomodação e resistência. No imaginário dos diabos é onde se espacializam essas experiências.

Gordillo ressalta a espacialização absoluta da prática com o objetivo de integrar as experiências de lugares com as relações históricas que se tornaram possíveis, analisando a materialidade da memória e sua corporização no espaço.

Na prática histórica toba a tensão predominante configurada opõe, no mesmo espaço, o trabalho assalariado à caça, pesca e coleta. As contradições sociais acirraram as contradições espaciais, expressando as tensões entre os distintos tipos de relações sociais de produção.

Na discussão do capítulo Sobre lugares, memórias e diabos, o autor destaca a forma como os lugares se tornaram memórias significativas, pelo fato de serem espaços particulares - as comunidades, o monte e o alagado e, em um momento específico da configuração desses lugares. Segundo Gordillo a espacialização da memória é evidente nos corpos das pessoas, pois é por meio do corpo que o espaço se percebe, vive e produz.

Gordillo explica como os tobas incorporaram o nome diabo ao espírito do mal paiák, produto da evangelização anglicana, como parte da oposição entre o mal e o bem. O anglicanos apresentaram o Diabo como síntese do mal e deram ênfase às forças diabólicas que animavam as práticas indígenas.

Mesmo não aceitando inteiramente o diabo, os tobas interagiram com os missionários e incorporaram as características negativas associadas ao paiák, agora vistas como diabos. Os diabos capturam algumas das oposições espaciais gerais de migrações de trabalho.

No final da introdução, o autor define a abordagem epistemológica de seu estudo e os métodos adotados.

A primeira parte, *A Construção do Monte*, integra momentos históricos que escapam à atual memória toba com os eventos mais recentes que culminaram com a evangelização anglicana e a emergência do monte como um novo tipo de lugar.

Nesse capítulo, o autor descreve a organização das comunidades toba, a vida cotidiana, o monte, o alagado do Pilcomayo e o povoado de Pozo de Maza. Também se refere aos lugares mais distantes onde homens e mulheres migram para trabalhar. Esse mapeamento está imerso na memória dos lugares que desapareceram e banidos da história, mas permanentes nas memórias e lembranças.

Ainda nessa parte, o autor acentua essas duas dimensões, rastros espaciais e recordações, se cruzam na configuração dos lugares onde foram realizados os trabalhos de campo. Gordillo analisa, primeiramente, lugares como o monte, o alagado ou as fazendas marcadas pelo sedimento espacial deixando marcas que geram memórias sobre as transformações ocorridas na paisagem. O objetivo do estudo é destacar o dinamismo desses lugares, por meio das histórias construídas pela população, tentando esconder a enganosa aparência de rigidez, pois na paisagem estão sempre os movimentos, sempre em processo. O autor enfatiza o céu e o inferno, destacando os lugares de violência, além de outras questões como a busca dos ancestrais e dos santuários.

Gordillo assinalou as dificuldades para delimitar as comunidades, devido à complexidade de saber onde iniciava e terminava o monte. Desde a década de 1990 está envolvido com os toba. Por isso, descreveu a vida do grupo e a tranquilidade da comunidade, organizada através de redes exogâmicas com famílias extensas distribuídas em casas matrilocais.

O texto, com intensa abordagem antropológica, também historiciza as transformações sociais ocorridas com a presença estatal na região, enfatizando a atuação da igreja anglicana sobre as mulheres e a consolidação das comunidades como lugares de trabalho na produção artesanal de tapetes de lã. Ressalta o trabalho mais visível das mulheres, além do pastoreio de ovelhas e cabras. Os homens são absorvidos por empregos nos organismos estatais, trabalho altamente valorizado. Esses empregos converteram as comunidades em lugares estruturados em hierarquias sociais que evoluem para a administração da municipalidade de Pozo de Maza, empregados públicos capacitados como auxiliares docentes, enfermeiros e parteiros.

As tensões criadas por aquela diferença podem ser interpretadas pela linguagem da reciprocidade, já que a acumulação de riqueza é vista como violação dos valores que os definem como aborígenes”, um marcador de Etnicidade que está fortemente associado à pobreza. Essas diferenças causam as tensões e as desestruturações espaciais. O capítulo contém cerca de 101 páginas que relatam as tensões entre os tobas com a introdução dessas novas formas de trabalho e riqueza.

A segunda parte, *Ossos nos Canaviais* retrata as memórias sobre a Missão El Toba. Aborda temas como Terra Prometida, Parecíamos que vivíamos lá, o alento dos diabos, voltamos a nos tornar ricos e não fazíamos greve.

Nesse capítulo, o autor trata dos Andes e, em particular, o engenho San Martín del Tabacal. Destaca a história do

engenho e as memórias das hierarquias étnicas e relações de poder que regularam o trabalho toba até a mecanização da produção no final da década de 1960. A seguir, examina a morte, a enfermidade e o terror que muitos tobas projetaram sobre os canaviais como figuras de diabos e canibais, e as simultâneas memórias do dinheiro e das mercadorias que converteram San Martín de Tabacal em um lugar de riquezas deslumbrantes e de alienação.

As memórias retratadas são narrativas sobre a Missão El Toba, local que atualmente está coberto por sedimentos e vegetação do outro lado do alagado do Pilcomayo, mas que já fez parte, em outras épocas, das terras tobas e afetou a configuração do monte de maneira direta. As memórias dos engenhos, pelo contrário, evocam lugares diferentes do Chaco. Essa distância acentua a percepção das diferenças que existem na população entre aquelas terras e os engenhos, mas que converte estes últimos em uma presença invisível.

Na década de 1990, a prática do grupo toba, em seus territórios, era influenciada pelas memórias de terror, dos diabos, da morte e da riqueza, do excesso sexual e que tornou o engenho um lugar poderoso, estranho e contraditório em suas experiências.

Nesse capítulo, o autor tenta capturar as dimensões examinando as relações de poder, experiências e imaginários que emergem das atuais memórias sobre os engenhos, somadas à da missão, pastagens e o rio.

Os relatos de memória abrangem as fases do imaginário fazendo fluir as práticas e representações dos engenhos e as terras do monte e destacam também as festas em San Martín de Tabacal, como lugar que produzia múltiplas formas de excesso. As descrições apontam o excesso de doença, morte, terror, mercadoria e riqueza, além do excessivo prazer corporal,

concentrado nos bailes noturnos e nas relações sexuais que se seguiam.

Sobre A morte e os diabos das montanhas, o autor assinala fatos de meados de 1990, quando o grupo se reportava às condições de vida e de trabalho, destacando os efeitos negativos sobre a saúde e os cuidados como empregados e a falta de assistência. Descreve certos fatos como a falta de cuidado dos patrões não se preocupando com a vida dos empregados, deixando-os sem assistência médica, remédios, médicos ou mesmo sem onde morar. Diante desse quadro de abandono, os tobas responsabilizavam os diabos pelo alto índice de mortes nos canaviais, assim como das duras condições de vida. Para eles, nos engenhos havia grande número de diabos e doenças que matavam as crianças. Acreditavam que os diabos ou payák viviam nos cerros, além de macacos, leões, pumas e tigres do Chaco que os diabos das montanhas eram os mais mortíferos.

A alta taxa de mortalidade e a ameaça dos diabos não impediram que a maioria dos tobas trabalhasse nos engenhos todos os anos, pois para sobreviver precisam das mercadorias e do pagamento dos trabalhos realizados nos engenhos, mesmo com a presença da morte.

Deve-se assinalar que os tobas tinham consciência do horror que os engenhos significavam e evitavam levar seus filhos quando iam trabalhar, deixando-os com os parentes.

Os diabos das montanhas não eram os únicos elementos perigosos que se acercavam dos engenhos, pois semelhantes a eles eram os kiyaGaiak'pi ou os comedores de carne humana que viviam próximos a San Martin de Tabacal.

Esses kiyaGaiak'pi vinham das montanhas. Eram homens medonhos, com barbas, turbantes e sujios. Eram brancos ou mulatos, alguns negros. Vinham para os engenhos atrás de emprego e carne humana.

Uma outra versão para a presença desses canibais são os relatos sobre suas riquezas, de que eram ricos e ostentavam mostrando poder, causando medo e impacto. Onde passavam deixavam pacotes de dinheiro e carne para atrair pessoas para comerem.

Essa fama influenciou nos costumes tobas. Eles também queriam ser ricos e imitar os comedores. Queriam dinheiro para comprar pessoas que passaram a ser mercadorias, pois eram carne. Assim, os toba acreditavam que a única posse que tinham era do próprio corpo e que esse poderia ser comprado e vendido como carne, um novo tipo de mercadoria, possuíam enfim algo para oferecer.

Os empregados nos engenhos acreditavam que a administração da empresa os protegia dos comedores, os *kiyaGaiak'p*, e que os expulsava, pois comiam seus trabalhadores. Esses relatos assinalam as relações paternalistas que vigoravam nos engenhos. Essa proteção implicava na percepção que os engenhos eram lugar de segurança contra a ameaça externa. Uma segurança contraditória e frágil.

Os comedores não comiam carne de gado, pois vomitavam e preferiam carne humana. Outro aspecto destacado nos relatos era sobre a preferência dos comedores. Eles diziam que a carne dos tobas era ruim, sem gosto, pois eles se alimentavam mal e, por esse motivo preferiam comer trabalhadores guaranis, bolivianos, kollas e criollos. Esse traço étnico indígena os salvou em grande parte daqueles canibais.

Outra experiência perturbadora, a partir de 1912, foi a entrada de imigrantes sikhs, da Índia, para trabalhar nos canaviais, pois eram considerados “mais produtivos que os indígenas do Chaco, assim como os imigrantes russos, japoneses, italianos e espanhóis.

Os sikhs impressionaram pelas barbas longas, turbantes e roupas sujas. Pouco tempo depois, homens e mulheres tobas

estariam imitando os sikhs usando turbantes, roupas sujas, depositando seu dinheiro no banco e deixaram de comer carne de vaca. Os tobas temiam que os sikhs, pois ao não comerem carne de vaca, colocavam em risco o único poder que eles possuíam - o corpo, a carne, pois os sikhs poderiam vendê-los.

Deve-se destacar que a conexão entre exploração capitalista e canibalismo não se limitava a essa região, e os relatos sobre trabalhadores consumidos ou devorados em fazendas, fábricas ou minas são comuns em muitos lugares do mundo (Gould 1990:29; Nash 1993, Stoler 1985:197, Weismantel 2001).

Deve-se destacar as conexões indiretas entre os donos dos engenhos e os comedores. Eram todos brancos ou claros e não é certo que os empresários os expulsavam de seus engenhos, assim como forçavam o branqueamento dos sikhs.

Essas tensões é que justificam os indígenas em várias partes da América Latina associarem criaturas diabólicas aos brancos. A maioria das pessoas toba vê uma continuidade entre ser rico, ser branco e não trabalhar e os kiyaGaik'pí agregam um elemento adicional - comer carne humana.

Outro monstro revelado pelo imaginário toba era a Fábrica - o Familiar - Um dos lugares mais temidos pelos tobas, considerado refúgio dos diabos, um payák. A Fábrica concentrava no sótão seus diabos. Esse medo ao Familiar e sua associação com a indústria açucareira se estende no norte argentino. Além do medo, também havia a possibilidade de se pactuar com o diabo com a finalidade de enriquecer. A riqueza dos patrões era vista como pacto com o diabo. O patrão fazia pacto com o governo também para esconder as mortes nos canaviais.

Ainda nesse capítulo (pp.135/217) o autor revela as tensões do espaço e a memória do universo toba.

A terceira parte, Mariscando até o fim do mund, (217/319) relata lembranças e experiências de homens e mulheres tobas

em San Martín del Tabacal, reconstruindo a distância espacial existente entre aquele local e o monte

Essas memórias acentuam o que é 'distinto em suas terras sobre a morte, a riqueza, o excesso sexual e o estranhamento dos canaviais.

O autor analisa aspectos da missão anglicana, os diabos do monte em oposição ao dos engenhos e como os tobas reproduziram os costumes do uso coletivo do monte, através de lutas e negociações com os criollos, agências estatais e seus líderes. O monte se define, também em relação com terras, localizadas no Pilcomayo e evocam a memória de paisagem de liberdade.

Nesse capítulo, Gordillo analisa como as memórias com as recordações da missão anglicana e dos pastos se tornaram parte de um habitus baseado no monte e em sua produção.

A construção de lugares através das práticas e memórias cotidianas já ocorrera em outras épocas por ocasião das migrações entre o Pilcomayo e San Martín del Tabacal. O movimento entre lugares cria significados (Turner 1974), especialmente pela dialética entre memória e lugares que geram.

Quando os grupos tobas regressavam ao Chaco, ao terminar a colheita, sua experiência do monte e do rio estava marcada pelos meses passados em kajonaGá, nas montanhas e engenhos. Levavam memória das doenças e saúde e vice-versa no retorno. Décadas depois, essas memórias moldaram a configuração sociocultural do monte.

Grande parte da população toba que partiu para os engenhos morreu. Esse luto, no tempo e no espaço, é relatado em Lugares de luto. O povo toba lembra o luto pelos parentes mortos no engenho e constrói em seu imaginário um lugar e um tempo de memória para lembrar o momento em que regressavam para suas comunidades. Esse lugar configurará o

monte como um lugar onde de horror, doenças, morte e crueldade.

A representação simbólica do luto atesta o contraste perturbador entre o grande número de pessoas que morreram e os poucos que conseguiam regressar. Os tobas entoavam cânticos fúnebres em lugares agora semi- vazios e lembravam que naqueles lugares, meses antes estavam todas as famílias felizes , que em pouco tempo morreram nos engenhos.

Feridas abertas - as reservas indígenas nos Estados Unidos

Fragmentos do capítulo: The sadness of reservations – A tristeza das reservas. Pág. 41 - 50

Aleksandra Ziółkowska-Boehm

Seleção de fragmentos e tradução: **Tomasz Łychowski**

A visão que temos das reservas indígenas é bastante triste. Não nos anima. É, geralmente, uma visão bastante desoladora. É assim que eu as lembro, quando com Norman fomos a Pine Ridge Reservation no Dakota do Sul. Seguindo o nosso mapa, parecia-nos já termos entrado na reserva. A estrada era de terra. A nossa volta, nada havia. Apenas um incômodo vazio. Bem distante, víamos casas, ou, antes, choupanas. Dirigindo por mais meio hora, vimos um jovem caminhando lentamente pela estrada. Aproximamo-nos dele e paramos o carro. Abri a janela.

“Você pode nos dizer onde fica a reserva Pine Ridge?”

O moço sorriu para nós visivelmente divertido. Um sorriso simpático, de poucos dentes.

“Senhora, basta sair do carro e olhar em volta.”

Parece que eu tinha vindo com a impressão errônea de que as reservas teriam uma placa de boas vindas. Ou, até mesmo, que haveria um portal semelhante aos que avistamos nos Chinatowns das grandes cidades americanas.

Quão diferente entre si são as reservas indígenas nos Estados Unidos! Quando estivemos no Texas, formamos uma boa impressão da Reserva Tigua, perto de El Paso. Nessa reserva as edificações eram simples, mas atraentes, em estilo

sudeste, e na frente dessas casas havia carros estacionados de última geração. A aldeia indígena de Tingua, localizada na Reserva Isleta Del Sur Pueblo ficava ao lado do seu cassino. O emprego e o lucro que esse cassino proporcionava, tornava-se, assim, bem visível e palpável. A aparência agradável daquelas casas e do seu entorno era mais um motivo de orgulho daquela gente.

Parece-me que é mais fácil descrever o esplendor da riqueza do que a pobreza, contudo é a pobreza que é mais impactante. A pobreza se revela através de fatos, a paisagem dispensa palavras. Como poderíamos descrever a pobreza no contexto dessa paisagem? Como podem palavras descrever essa visão de uma pobreza extrema? Como poderia eu descrever a tristeza das reservas?

A Reserva Pine Ridge está localizada no Condado de Shannon, no sudeste do Estado de Dakota do Sul. Pine Ridge é a segunda maior reserva de índios nos Estados Unidos. Sua área cobre quase dois milhões de acres e é o lar de 41 mil índios Sioux. Muitos deles descendem dos lendários guerreiros Crazy Horse, Red Cloud e Sitting Bull.

Lá não há fazendas ou sítios, não há indústria. Nenhuma das ruas tem nome; a maioria delas não é pavimentada. Não há ônibus, trens, bancos, teatros, lojas de roupas, farmácias, restaurantes, oficina mecânica, e não há carteiros para entregar o correio.

Não tem cinema ou sapataria. Lá, não vi barbeiro ou salão de beleza. Nessa reserva homens não tem onde comprar calças e as mulheres os seus vestidos. Só há um grande estabelecimento chamada Big Bat's, que fica aberto 24 horas e alguns menores, que mais parecem fortalezas, pois os seus donos tem medo de assaltos.

O carro é o meio de transporte dos habitantes daquela reserva, mas poucos possuem um.

Não apenas o que se constata a olho nu nos diz que essa região é a mais pobre dos Estados Unidos; as estatísticas governamentais o comprovam. O desemprego alcança 88%, uma entre três moradias não tem energia elétrica ou saneamento básico. Há o problema do alcoolismo, embora o regulamento da reserva proíba o consumo de mais de uma lata de cerveja. Todavia, as causas de mortes mais frequentes em Pine Wood, são justamente devidas a acidentes provocados pelo excesso de consumo de bebidas alcoólicas.

Whiteclay, uma cidade próxima em Nebraska, tem vários estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e é lá que os índios as compram, já que a venda na reserva é proibida. Alguns índios solicitaram que fossem fechados esses estabelecimentos, mas o seu apelo não surtiu nenhum efeito.

Em 6 de outubro de 2006 recebemos uma carta do padre jesuíta Peter Klink. Ele é o diretor da escola “Red Cloud School” em Pine Ridge. Eis o que ele nos escreveu: “Distante apenas cinco milhas de “Red Cloud, quatro milhões de latas de cerveja são vendidas todo ano numa cidade na fronteira de Nebraska que possui apenas trinta e cinco habitantes. Isso corresponde ao equivalente anual de cento e trinta e cinco latas de cerveja para cada homem, mulher e criança na Reserva.”

Um terço dos índios vive abaixo do nível de pobreza dos Estados Unidos; metade das crianças na miséria. A renda anual por habitante das Reservas é de quatro mil e quinhentos dólares (para os demais cidadãos dos EEUU é de cerca de dezoito mil dólares). Em mil recém nascidos, vinte e nove morrem e muitos nascem com síndrome alcoólica. Cinquenta por cento dos estudantes abandonam os seus estudos e duas mil famílias aguardam auxílio moradia. Mas os sem-teto não dormem nas ruas, as suas famílias os acolhem, ajudam os necessitados e alimentam os famintos... quase sempre em precárias condições de superlotação.

A revista Time Magazine publicou um artigo sobre Anita Hollow Horn, uma índia Oglala Sioux, que vive em Pine Ridge. Ela mora numa casa de três quartos com quatro filhos, sua mãe, padrasto e sete irmãos. Ela e sua filha de nove anos, bem como alguns outros adultos, moram no porão da casa. O seu irmão, doente de câncer, e os seus dois filhos bem como as demais crianças, ocupam a parte superior da casa. A maioria deles dorme no chão. A situação se agrava quando o porão é inundado e o mofo cobre as paredes de baixo para cima.

Todavia, a casa da Anita Hollow tem um banheiro, algo que os outros proprietários de casas em Pine Ridge podem tão somente almejar. A secretária da escola *Red Cloud School*, uma jovem de nome Luci Red Stone, nos contou que em sua casa o chão é de terra. Não tem água corrente porque não há canalização. Segundo nos contou, dezesseis pessoas têm de se acomodar numa casa de três quartos.

Na fachada da igreja *Gospel Fellowship Church* colocaram os seguintes dizeres: *Assistência: Nossa Única Esperança*.

Antes de vir para a escola Sacred Heart Catholic Church, que fica na Reserva, o jesuíta Joseph Daniel Sheehan trabalhou durante anos na Índia. Ele explicou que na Índia os hindus são uma sociedade unida. Eles procuram seguir o lema: “Na pobreza somos unidos”. Os índios americanos tendem a pensar que: “nós apenas recebemos o que sobra”. Eles entram em conflito entre si porque a pobreza desune suas famílias. O padre termina dizendo: “não sei o que seria de mim se tivesse que viver numa reserva. Provavelmente, acabaria um alcoólatra”.

Essa não foi a primeira vez que ouvi falar que a pobreza destrói as famílias indígenas. Os brancos são, geralmente, sensíveis à indigência de outras pessoas, inclusive dos índios.

Porém, quase sempre, não tem conhecimento dela. A publicação mensal “Biography” dedicou um longo artigo ao comerciante

Rob Young de Seattle que presta ajuda aos índios da reserva de Pine Ridge. Ele é um bem sucedido fabricante de artigos de esporte. Para ajudar os índios, ele pedia aos que compravam os seus artigos para deixar o troco numa latinha ao lado do caixa. Mais tarde, ele tomou parte num programa chamado “Adote um avô/avó”. Este programa congrega voluntários que enviam cartas aos velhinhos e lhes prestam ajuda, enviando, entre outros, cobertores e lenha para o aquecimento durante o inverno. Rob Young mantinha correspondência com a idosa Katherine Red Feather, de setenta e sete anos, que vivia em Pine Ridge num estado de triste indigência. Quando Rob se dispôs a visitá-la, ela respondeu que a casa dela era meio “precária”. Embora ela relutasse, ele foi assim mesmo. Ele teve um choque quando descobriu que a “avó” que ele tinha adotado morava num trailer de um só quarto. Ele dividia com uma família vizinha uma toaleta fora do trailer. “Eu conheci famílias de até vinte e oito pessoas morando debaixo dum mesmo teto numa casa bem pequena. Nunca tinha visto tanta pobreza”, disse-nos ele.

Depois dessa visita, ele voltou a Seattle com a decisão firme de fazer algo para remediar essa situação. Pelo menos, para ajudar a “avó” por ele adotada, Katherine Red Feather. Ele começou a procurar quem pudesse cooperar com essa iniciativa. Após dezoito meses, ele tinha conseguido montar uma rede de colaboradores bem grande. Essa ajuda veio da TV local e do comércio local em Seattle. Apresentaram se vários voluntários e Red Redford incluiu no seu catalogo do Sundance Festival um apelo para que se apresentassem doadores para a construção de moradias na Reserva de Pine Ridge. Alunos de arquitetura da Universidade de Nebraska

contribuíram com projetos de casas simples, mas de boa qualidade e, eles mesmos, participaram da construção dessas casas. Em junho de 1995, Katherine Red Feather mudou-se para a sua nova casa. Não é grande, mas possui uma varanda e, mais importante, tem banheiro e água corrente. Para Red Feather, essa foi certamente uma data marcante em sua vida.

Assim, foram construídas trinta casas, sendo que algumas com rampas para cadeiras de rodas. Um dos moradores disse que não conseguia sair de casa durante sete anos por falta de uma rampa.

A reserva Pine Ridge é tão vasta que até parece separada do resto do país. Lá, as condições de vida sublinham dramaticamente o contraste entre a cultura dominante dos brancos e a cultura reprimida dos índios. Os índios não têm alimentação adequada e tampouco condições de vida adequadas. Por isso, eles também não têm hábitos do chamado mundo civilizado. Na cultura dos Sioux a generosidade é considerada uma virtude e errado descrever alguém como ganancioso ou de mão fechada. Ao contrário do que foi dito pelo jesuíta Daniel Sheehan, compartilham tudo com os familiares e com seus amigos. Eles não costumam economizar para comprar uma casa, ou fazer obras para melhorá-la e, tampouco, para investir num negócio. O pouco que têm, é, geralmente, compartilhado com membros da família. Não se sentem motivados para poupar dinheiro. Os jovens não fazem planos para o futuro, porque não vislumbram um futuro. Poucos índios alcançam a idade “dourada dos velhos”. A média para os homens na Reserva Pine Ridge é de 55 anos. As mulheres vivem cerca de dez anos mais.

As crianças não ficam pensando o que gostariam de fazer no futuro; ninguém lhes pergunta quais seriam os seus sonhos. Que sonhos poderiam ter já que os seus pais e avôs não tinham emprego e viviam de ajuda governamental? Eles fazem parte da

quinta ou sexta geração de índios que sofrem dos males de décadas de desemprego. Como poderia tal estagnação de várias gerações ser superada?

Os jovens são defrontados com uma existência sem meios materiais e sem a possibilidade de achar emprego. Os que sonham não conseguem encontrar trabalho nas reservas. Os mais afortunados conseguem um emprego nas agências estaduais ou federais que lidam com a questão indígena. Outros conseguem algo fora das reservas, mas acabam retornando porque faz parte de sua cultura cuidar dos idosos. Outros tantos voltam com mágoas por terem sido tratados com discriminação e se sentido isolados na comunidade dos brancos. Às vezes, aqueles que retornam à reserva já adquiriram lá fora o hábito da bebida e um número significativo deles comete suicídios. Dados estatísticos nos EEUU mostram que a taxa de suicídio é 6 vezes maior entre os índios do que a média do país.

Alguns trabalham fora da reserva, mas, na maioria dos casos, recebem somente um salário mínimo. Esses não ganham o suficiente para pagar um plano de saúde e perdem direito à assistência de saúde que tinham na reserva. O governo não arca com planos de saúde fora da reserva, pois é de opinião que isso seria da alçada e dos fundos da Agência Indígena.

A imensidão das reservas, o seu isolamento e sua pobreza extrema, são agravados pela aridez do solo e pelo clima difícil. Uma grande parte do território é o *The Badlands* – terra inóspita. Tente lembrar-se das paisagens dos filmes western – das esculturas esculpidas em calcário, com alguma grama na vasta campina. Quando vi *The Badlands* pela primeira vez, fiquei impressionada. Não por sua beleza majestosa, mas porque *The Badlands* mais parece um monumento devastador à pobreza do solo. Lá, não há água, não há verde. Isso me lembrou as rosas de areia, que Norman me trouxe da

Arábia Saudita – grãos de areia em formato de lindas rosas. Elas até podem ornamentar a janela panorâmica da nossa casa, mas as terras do *The Badlands* nos enchem de pavor como os aterradores contos de fada da nossa infância. Quão desolador deve ser passar uma noite nos *The Badlands*.

....

Em muitos países em processo de desenvolvimento os seus governos promovem políticas que visam estimular investimentos que vem de fora. Algo assim deveria ocorrer nas reservas indígenas. Todavia, as instituições que as administram não têm verbas (elas têm um orçamento bastante restritivo) para investir e não estimulam as pessoas a fazê-lo. Os índios não conseguem obter créditos, pois as suas terras “estão em custódia do governo federal”.

E, por isso, o sistema tribal não tem como desatar esse nó.

... ..

Alguns índios tentam a sua sorte no comércio. Emma “Pinky” Clifford é dona de um estabelecimento distante trinta quilômetros da reserva Pine Ridge. Ela o adquiriu há oito anos. No começo, ela morava num trailer e vendia gasolina. Posteriormente, conseguiu um empréstimo e construiu uma venda. Agora ela, além da gasolina, também vende outras coisas.

Soube também de outras iniciativas. Uma delas foi de Rosalie e Bob Benson, que eram sócios de uma empresa artística. Já Leatrice “Chick” Big Crow, uma índia, abriu um centro de recreação onde às crianças indígenas e jovens eram oferecidas atividades construtivas que as afastavam das bebidas e das drogas.

... ..

Durante os últimos vinte anos, o governo federal aumentou o seu orçamento em praticamente todas as áreas, menos para solucionar os problemas ingentes dos índios. Faz algum tempo, o governo prometeu que, no mínimo, toda criança índia teria assegurada moradia, assistência médica e ensino básico. Como todas as promessas governamentais, essa também não foi cumprida.

Duas horas distante de viagem de Pine Ridge, perto de Rapid City, há uma mina de ouro, que deveria pertencer aos índios, já que se encontra em seus território.

Os índios Sioux solicitaram ao governo uma compensação pelas terras que lhes foram tomadas em 1877. “Todos esses montes em volta são para nós sagrados” – afirmou Sam Loudhawk.

Pelo tratado assinado em 1868 no Fort Laramie, à grande nação Sioux foi garantido o direito ao território ao oeste do rio Missouri e que agora faz parte de South Dakota. O tratado foi rompido depois de seis anos, quando lá se descobriu minas de ouro.

O presidente Bill Clinton visitou Pine Ridge em julho de 1999. Ele foi o primeiro presidente dos EEUU a visitar uma reserva indígena após a breve visita de Franklin Delano Roosevelt em 1936 na Reserva Cherokee na Carolina do Norte. A visita de Clinton despertou bastante interesse na mídia falada e escrita. Na TV mostraram uma conversa de Clinton com um grupo de índios. Um índia, Geraldine Blue Bird, de quarenta anos de idade, lhe disse que morava numa casa de cinco cômodos e que com ela lá moravam vinte e sete pessoas. Ela não tinha dinheiro para aquecer a casa durante o inverno. Para se sustentar, fazia e vendia *tacos*. Não havia outra possibilidade de ganhar algum dinheiro. Com os olhos marejados de lágrimas, ela disse: “Seria tão bom se pudéssemos ter algum tipo de trabalho!”

O presidente Clinton teve, posteriormente, a iniciativa de formar uma comissão especial para criar mil vagas de trabalho e para incentivar homens de negócios a criar condições para investimentos naquela área. Mas o fundo de dois milhões de dólares criado para esse fim, não é suficiente. Para começar, são necessárias boas estradas para escoar os bens produzidos. Como mencionei anteriormente, em Pine Ridge, que faz parte dos Estados Unidos, um país tão orgulhoso de suas auto-estradas, não existem estradas pavimentadas. No Dakota do Sul, os invernos são longos e severos. Quando chove, há lama por toda parte e em tempo de seca, nuvens de poeira. No verão, por falta de esgotos, há proliferação de moscas.

Pine Ridge é diferente de todas as demais reservas, nas quais algumas tribos indígenas lucram grandes somas graças aos cassinos. Mas a grande maioria das reservas é de pobreza inimaginável e de estagnação total.

O repórter John J. Miller expressou a opinião de que: “Chegou a hora de fechar as reservas.” Não há dúvida de que o conceito de reserva precisa ser repensado. Há muitas explicações (ou quem sabe escusas) relativas a situação existente. Em sua grande maioria, prepondera a opinião de que o sofrimento dos índios decorre do fato de a terra lhes foi tirada. Pine Ridge está localizado onde ocorreu o grande massacre de índios em Wounded Knee, em 1890. Naquele sítio, trezentos índios foram mortos, inclusive mulheres e crianças. Quando Norman e eu lá paramos nosso carro, somente uma simples placa identificava o lugar como sendo Wounded Knee. Não há nada mais, tão somente a placa e a vasta planície.

Entrevistei Rex Alan Smith que me disse que, em vez de focar o presente, a uma tendência de reabrir velhas feridas. Ele acha que o problema principal nas reservas não é a terra, que o governo federal, gerações atrás, tirou dos índios. É antes uma noção controvertida sobre a questão a quem ela pertence. Os

índios não conseguem obter créditos bancários porque os bancos não podem hipotecar a terra. Se os índios não estão em condições de pagar o crédito junto ao banco, esses não podem exigir a posse de terra como se essa tivesse sido dada em garantia. Por esse mesmo motivo, os índios não conseguem créditos para construir casas; algo que é muito comum e popular nos EEUU, mas não nas reservas. A única solução é pleitear crédito para comprar um trailer-moradia. Isso, sim, é possível, porque o banco pode exigir o trailer de volta.

Rex Alan Smith nos explicou que a independência das tribos é ilusória. As reservas não funcionam como países independentes, os que lá habitam são cidadãos americanos, mesmo tendo sua própria jurisdição e polícia.

Há problemas de toda sorte. As questões indígenas são tão complicadas e complexas que é mais fácil conceder-lhes uma verba anual de quarenta milhões de dólares em fundos de ajuda do que tentar resolver os seus problemas.

A solução seria talvez, um novo código comercial, que permitisse aos índios dar a sua terra em garantia. Todavia, Pine Ridge não concorda com essa solução. Além disso, os fortes conflitos tribais não ajudam a criar uma conjuntura construtiva e favorável. E também há os índios que se consideram puro-sangue que se colocam contra aqueles que, segundo eles, não o são.

Um presidente eleito lidera a tribo, mas o seu mandato é de apenas dois anos e, assim, não há como introduzir reformas profundas na legislação em tão curto prazo. Alguns dos melhores *experts* nos EEUU, são de opinião que somente reformas promovidas na legislação pelos próprios índios poderão mudar as regras ora existentes e, desse modo, criar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico. Até agora, todos os projetos apresentados foram criticados pelos indígenas como sendo coisas de homem branco. Por isso, a não

ser em se tratando de compras de coisas básicas, é preciso viajar até para fora das reservas para adquirir bens de consumo.

Fala-se da inabilidade dos índios quanto à pontualidade e de indisciplina no trabalho profissional. Todavia, esse argumento pode ser apenas uma escusa para não lhes dar treinamento apropriado. O desempenho de índios nas forças armadas prova o contrário. Está mais do que provado de que lá eles são pontuais, regrados e, em situações de guerra, demonstram grande bravura.

Seleção de fragmentos e tradução: Tomasz Łychowski

OPEN WOUNDS - A NATIVE AMERICAN HERITAGE

NEMSI BOOKS

PUBLICADO EM PIERPONT, DAKOTA DO SUL - 2009

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

PODER, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO: o caso da Praça Dom José Tupinambá da Frota, na cidade de Marco/CE.

André Araújo Almeida

Universidade de Fortaleza e Centro Universitário 7 de Setembro

Francisco Eliezer Mota de Oliveira Filho

Universidade de Fortaleza

Resumo

Este artigo é fruto da disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso I” do aluno Francisco Eliezer Mota de Oliveira Filho. Teve como estudo de caso o processo de deterioração da Praça D. José Tupinambá da Frota, em Marco/CE, consequência das ações políticas. Partiu-se, como base conceitual, da obra “Arquitetura e Política” de Josep Maria Montaner e Zaida Muxi, onde se compreendeu as formas de atuação do poder no espaço público. Percebe-se que nas cidades há um conjunto de elementos atuando nas esferas pública, privada e social, o que serviu para se entender como a modificação do espaço urbano, sob atuação dessas esferas em (des)equilíbrio, tem alterado a praça estudada. Traz-se ao debate a importância do papel do arquiteto como ser político inserido, ora contribuindo negativamente para manutenção do *status quo*, ora militando para a melhoria dos espaços públicos, seja no campo projetual, seja com uma crítica voltada para a construção da cidadania.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo, Política, Cidadania.

Resumen

Este artículo es el resultado de la disciplina “Trabajo de finalización del curso I” del estudiante Francisco Eliezer Mota de Oliveira Filho. Su estudio de caso fue el deterioro de Praça D. José Tupinambá da Frota, em Marco / CE, como

consecuencia de acciones políticas. Comenzó, como base conceptual, de la obra "Arquitectura y política" de Josep Maria Montaner y Zaida Muxi, donde se entendió la forma en que el poder opera en el espacio público. Se observa que en las ciudades hay un conjunto de elementos que actúan en las esferas pública, privada y social, que sirvieron para comprender cómo la modificación del espacio urbano, bajo la influencia de estas esferas en (des) equilibrio, ha cambiado la plaza estudiada. La importancia del papel del arquitecto como un ser político insertado se pone en debate, a veces contribuyendo negativamente al mantenimiento del status quo, a veces militando por la mejora de los espacios públicos, ya sea en el campo del proyecto, o con una crítica dirigida a la construcción de la ciudadanía.

Palabras clave: Arquitectura y Urbanismo, Política, Ciudadanía.

Abstract

This article is the result of the discipline "Course Completion Work I" by student Francisco Eliezer Mota de Oliveira Filho. Its case study was the deterioration of Praça D. José Tupinambá da Frota, in Marco / CE, as a consequence of political actions. It started, as a conceptual basis, from the work "Architecture and Politics" by Josep Maria Montaner and Zaida Muxi, where it was understood the ways in which power operates in the public space. It is noticed that in the cities there is a set of elements acting in the public, private and social spheres, which served to understand how the modification of the urban space, under the influence of these spheres in (un) balance, has changed the studied square. The importance of the role of the architect as an inserted political being is brought to the debate, sometimes negatively contributing to the maintenance of the status quo, sometimes militating for the improvement of public spaces,

either in the project field, or with a criticism aimed at building citizenship.

Keywords: Architecture and Urbanism, Politics, Citizenship.

1. Poder, política e o espaço

A relação entre poder, política e espaço tem existido de diversas formas ao longo da história das sociedades. Na Idade Média, por exemplo, o poder estava atrelado aos interesses da Igreja e do Senhor Feudal. A sociedade se organizava de modo que o poder estava vinculado a quem estava no maior nível hierárquico. (MUMFORD, 1998, p. 290). Como costumamos pensar essas relações de forma piramidal, é possível imaginar que quem se situava no topo dessa pirâmide seria aquele que detinha o maior poder. Essa figura era representada pelo Senhor Feudal.

Esse poder estava relacionado com a capacidade de que o Senhor Feudal tinha de oferecer segurança na sua fortificação (Feudo) durante aquele período conturbado de invasões e domínios. Sobre isso, Mumford (1998, p. 275) fala que:

O recinto murado não só dava proteção contra as invasões exteriores: tinha uma nova função política, pois revelou-se um instrumento de dois gumes. Invertendo o antigo precedente da cidade, a muralha podia ser usada para manter a liberdade no interior. Por meio da muralha, uma pequena cidade, outrora inerme ante mesmo uma pequena força armada, tornava-se uma fortaleza. As pessoas afluíam a tais abençoadas ilhas de paz, assim como originariamente tinham-se submetido, em desespero, aos bandidos feudais, tornando-se seus vassalos e servos, em troca de um pouco de terra e segurança - ou tinham abandonado todas as esperanças de felicidade doméstica, para encontrar uma proteção estéril num mosteiro ou num convento de freiras.

Podemos destacar também como essencial para a manutenção dessa estrutura de poder a relação do Senhor Feudal com o clero, que consolidava o domínio através da relação com o poder simbólico que a Igreja detinha então. Isso gerou um estado de subordinação, servidão e dependência entre as pessoas que buscavam essa segurança e o Senhor Feudal, ao mesmo tempo que a segurança e o conforto pela fé consolidava em definitivo essa pirâmide social.

Assim como na Idade Média, o Brasil colonial e a Europa de primeira e segunda Revolução Industrial, mesmo que em contextos históricos diferentes, mostraram estruturas sociais semelhantes. Fazendo um paralelo superficial, o **coronelismo**, cujas origens remontam o período colonial brasileiro, é um exemplo disso (FAORO, 2012). Nesse sistema, a relação se dava como uma troca: de um lado os donos das propriedades cediam a terra para as pessoas morarem e como retribuição essas pessoas deveriam trabalhar para eles. Ao invés do Senhor Feudal, aqui se faz presente o coronel, que “[...] antes de ser um líder político, é um líder econômico [...] o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes” (FAORO, 2012, p. 700). O autor completa dizendo que “Segundo esse esquema, o homem rico - o rico por excelência [...] dono da terra - exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal” (FAORO, 2012, p. 700).

Esse modelo somado à uma estrutura tradicional moldada pelo capital agrícolamercantil desde século XVI, levou a uma outra forma de poder que se enraizou na política: o **patrimonialismo**. Sobre essa forma de domínio, Faoro (2012, p. 819) conta:

De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos,

à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado - o capitalismo político, ou o pré-capitalismo -, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo - liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições.

Como podemos ver, as relações de poder vão além da esfera política, mas passam também pelo domínio sócio-econômico. A produção, extremamente dependente dos recursos naturais e da mão-de-obra, passa a ser também elemento de manutenção de poder, no caso não apenas do estado sobre a sociedade, mas também dos homens entre si, garantido pelas relações estatais. Essa relação cíclica garante o poder nas mãos da parcela que detém o estado e os meios de produção, em detrimento daqueles que detém apenas a força de trabalho. No caso do Brasil Rural (do Colonial ao Contemporâneo), essas relações de poder político e econômico se materializam no latifúndio. No Brasil Urbano, nos setores secundário /terciário e na terra urbana. Como observa Faoro (2012, p. 819):

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo - assim é porque sempre foi.

Na era moderna, essas formas de domínio também podem ser encontradas nas relações entre os operários e os industriais, na Europa, por volta do século XVII e XVIII, materializando-se

no espaço através da planta industrial e do trabalho vinculado à habitação, através das vilas operárias. Nesse caso, a servidão se caracterizou devido à moradia do operário estar vinculada ao seu trabalho. Logo, caso ele fosse demitido, também perderia sua casa, pois esta seria ocupada pelo seu substituto.

Ressalta-se ainda que desse contexto surgiram muitas das teorias marxistas, por exemplo, as associadas às relações trabalhistas. Isso se deu por perceberem que essa dependência estava sendo utilizada como força de negociação desigual, já que o trabalhador não tinha poder de negociação, por ter suas necessidades suprimidas historicamente. Entretanto, essas relações entre poder, política e espaço público nem sempre seguiram essa mesma lógica, como comenta Montaner *et al* (2015, p. 27) ao falar que:

[...] a primeira grande transformação ocorreu no fim do século XVIII e no início do século XIX, quando os incipientes Estados-Nação criaram, na Europa e na América, novas instituições estratégicas para sua consolidação política. Esse processo concretizou-se em edifícios de transmissão da cultura e de ensino dos novos Estados - museus, bibliotecas, teatros, colégios etc. -, edifícios de produção - fábricas de tecido e açúcar, salinas etc. -, edifícios para a distribuição de bens - alfândegas, matadouros, feiras e mercados -, edifícios para a administração - a bolsa, o tesouro público, o parlamento etc. - e recintos para controle e a cura - palácios da justiça, quartéis, presídios, hospícios, leprosários, hospitais e manicômios. Já não se tratava [...] de um poder dominante [...] mas de edifícios de um novo poder, mais próximo, que administrava, legislava, controlava e distribuía.

Esse tipo de relação, apesar de semelhante ao que ocorria nos períodos históricos anteriores, apresenta-se com novas ferramentas na primeira fase da modernização (alta modernidade). Esse período, como afirma Ascher (2010),

“cobre aproximadamente o período qualificado como tempos modernos e abarca o fim da Idade Média ao começo da revolução industrial”. Segundo o autor, essa modernização se caracteriza como “[...] um processo de transformação da sociedade” e que “o que diferencia as sociedades modernas de outras é o fato de a mudança ser o seu princípio essencial”. Essa fase “[...] resulta de três dinâmicas socioantropológicas [...]: a individualização¹, a racionalização² e a diferença social³” (ASCHER, 2010, p. 22-23).

Referindo-se ao mesmo período histórico, Montaner et al (2015, p. 28) identifica os sinais que são resultantes da era Iluminista, onde buscava-se superar as estruturas absolutistas, de raízes feudais, e para isso a nova sociedade:

[...] valorizou o público como garantia de igualdade legal e de oportunidades, de oferta de serviços, de cobertura e de bem-estar. Ao mesmo tempo, ao longo da modernidade, foi-se construindo o privado como direito à propriedade, à privacidade e à intimidade.

¹ Ascher (2014, p. 22) fala que “Pode-se definir individualização, em primeiro lugar, como a representação do mundo, não a partir do grupo ao qual pertence o indivíduo, mas a partir da sua própria pessoa. [...] Podemos falar igualmente de individuação, para explicar as lógicas de apropriação e domínio individuais, que vão ocupado progressivamente o lugar das lógicas coletivas”.

² Ascher (2014, p. 22) fala que “A racionalização consiste na substituição progressiva da tradição pela razão na determinação dos atos. [...] A racionalização é uma forma de “desencantamento do mundo”, pois atribui às ações humanas e às leis naturais o que fora anteriormente atribuído aos deuses.”

³ Ascher (2014, p.22) fala que “A diferenciação social é um processo de diversificação das funções de grupos e indivíduos no interior de uma mesma sociedade. Ela é amplamente reforçada pelo desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho, e resultante da dinâmica da economia de mercado. A diferenciação produz diversidade e desigualdade entre grupos e indivíduos gerando assim uma sociedade cada vez mais complexa”.

Montaner et al (2015, p. 28) completa:

Nessa nova sociedade, foram as instalações do poder que começaram a distinguir os papéis que configuraram a segregação e os limites entre o domínio público e o privado, superando estilos de vida medievais em que a escola e o hospital se encontravam dentro da própria casa.

Nesse sentido, o poder na modernidade se projeta nessas duas esferas - público e privada - e também em uma terceira, a social, “[...] no contexto da criação do Estado-nação e do surgimento das questões de justiça social [...]” (MONTANER *et al*, 2015, p. 28). Essas esferas são caracterizadas da seguinte forma por Montaner:

- Esfera do Público: “[...] se refere ao comum, àquilo que se expressa e que se propagandeia em um amplo mundo compartilhado” (MONTANER *et al*, 2015, p. 29). Nesse sentido, seria tudo aquilo pertencente à dimensão do uso geral ou da coletividade. O poder aqui está projetado na figura da população como um todo e na administração pública como representante dessa população. Seria nessa esfera onde deveriam acontecer os diálogos e debates em prol do bem comum, visando o bom uso da coisa pública.

- Esfera do Privado: “[...] está relacionada à privacidade e à propriedade e sua concepção parte da consciência de “estar privado de coisas essenciais de uma verdadeira vida humana. Estar privado da realidade que provém de ser visto e ouvido pelos outros” (MONTANER *et al*, 2015, p. 29). Essa esfera representa uma das dinâmicas da primeira modernização: a individualização, colocada por Ascher (2014, p. 22).

- Esfera Social: está relacionada ao “[...] privado [...] por um lado, e, por outro, do político” (MONTANER *et al*, 2015, p. 29). Barros (2012, p. 31) complementa dizendo que a esfera social é “fruto da indistinção entre as esferas pública e privada”

e “acaba por avocar as questões da esfera privada para si [...] proporcionando a elevação do trabalho à coisa pública”, levando o homem a uma certa comodidade e individualidade exagerada, deixando de lado o homem de ação (o homem político) e a política.

As relações entre as mais diversas esferas podem ser compreendidas a partir do direito e do uso do espaço, como aponta Montaner *et al* (2015, p. 29) no seu texto, ao dizer que o direito à propriedade:

[...] aparece após a Revolução Francesa, por uma lei de 1807, como garantia da posse de terras, da casa e dos móveis contra a arbitrariedade do poder. Trata-se de uma conquista da revolução burguesa, e, ao longo da história, a resposta consistiu em regular esse direito, a fim de que a garantia da propriedade privada não trouxesse consigo abusos por parte de quem acumula riqueza e concentra a propriedade do solo e dos bens imobiliários de um modo anti social, evitando os excessos de quem faz tal uso da propriedade ou de quem faz uma reivindicação abusiva de suas expectativas especulativas.

O trecho acima nos ajuda a compreender como se deu essa diferenciação entre público e privado também na história brasileira. No período colonial, o Brasil viveu o regime de sesmarias, no qual toda a terra era entendida pelos colonizadores como de domínio da coroa portuguesa. Nesse sistema, o rei concedia uma sesmaria (trecho de terra) no Brasil exigindo do posseiro em contrapartida, a manutenção de uma atividade econômica que lhe permitisse gerar riquezas e tributos para a metrópole colonial. A concessão da sesmaria poderia ser desfeita, e o concessionário substituído no caso de terras improdutivas. Esse regime garantia, no período colonial, o uso, a produtividade e a posse da terra aos brasileiros, mas não o entendimento moderno de propriedade.

Mesmo com a independência de Portugal em 1822, esse regime perdurou até 1850, com o surgimento da Lei de Terras, talvez já influenciada pela Lei de 1807 na França, comentada acima por Montaner. A lei brasileira garantiu o direito à propriedade de terra aos então posseiros do regime de sesmarias. Coincidindo com os primeiros investimentos em urbanização e consequente urbanização do país, a propriedade das terras nas franjas urbanas permitiu o nascimento do que chamamos hoje de mercado imobiliário, bem como da retenção especulativa do solo, resultante da valorização e das livres negociações nesse mercado.

Hoje, essa esfera privada está representada por todos os que usufruem do espaço urbano ou rural nas cidades e que possuem o direito à propriedade. Além desses, também está representada pelos capitalistas na figura das empresas e das multinacionais. Em relação à esfera social, Hannah Arendt (2004 *apud* Montaner *et al*, p. 29) defende “[...] o público em relação ao social, o direito da liberdade política em face de qualquer outra liberdade”. Pois, para ela “[...] o espaço do público constituiria a promessa da democracia e da liberdade”.

Baseado no que nos ensinam os autores sobre a esfera pública ter que se sobressair em relação à esfera social ou à esfera privada, pode-se acrescentar uma pequena diferença sobre esse entendimento: muitos dos interesses privados se apropriam do discurso social para dominar o público ou se apropriam do público, a exemplo dos políticos de carreira, para dominar o social. No entanto, esse último (o social) deveria estar, na verdade, regulando as relações entre o público e o privado. O privado, por exemplo, vai ser regulado pelo público contanto que tenha uma justificativa social para isso, caso contrário, o público não pode regular o privado e vice-versa. Por outro lado, o privado pode ter influência sobre o público se este também passar pelo interesse social. Isso acontece nas parcerias

público-privadas, por exemplo, nas quais não se deve fazer com que os recursos públicos beneficiem apenas a esfera privada, pois elas devem beneficiar primordialmente os interesses coletivos.

Na perspectiva do que foi apresentado até o momento, é notável a presença dessas esferas de poder no espaço público. Observa-se, por exemplo, que a esfera do público precisa obedecer à uma ordem coletiva, visto que os espaços que envolvem essa dimensão são aqueles em que acontecem as atividades coletivas, do convívio e da diversidade, como é o caso das praças, parques e ruas. Já os espaços privados, mais relacionados a individualidade, ao direito à propriedade e à intimidade, não precisam obedecer completamente a essa mesma ordem coletiva, ainda que compartilhem do mesmo espaço geográfico, pois eles se configuram como lugares que não precisam, a priori, das decisões coletivas para serem concretizados.

No entanto, além desses, também foi apresentada a esfera social. Essa, por estar presente tanto na esfera pública quanto na privada deveria se sobressair em qualquer decisão que envolvesse o espaço público e até o privado (se este envolver o público), pois é no espaço público que deveriam acontecer as decisões democráticas, como afirma Habermas (1989 *apud* UNESP 2016) ao dizer que é nesse espaço que “[...] os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas, o que é necessário para a efetiva participação democrática e para o processo democrático”.

2. O espaço público como objeto de disputa na cidade de Marco

Como pôde ser percebido no tópico anterior, o espaço urbano é um importante instrumento de observação das

relações entre as três esferas que compõem as relações entre os cidadãos: pública, privada e social. No presente tópico será analisado como a esfera pública, na figura do Estado (instituição pública) e das pessoas que utilizam os espaços comuns atuam. Para isso, observaremos o caso da cidade de Marco/CE, observando em especial a área da Praça Dom José Tupinambá da Frota, conhecida como Praça da Prefeitura, e as mudanças que vem ocorrendo nesse espaço ao longo do tempo.

Para se entender as mudanças por que a praça tem passado na sua história recente, é necessário, inicialmente, compreender o cenário político da cidade de Marco-CE. A administração desse município tem sido disputada ao longo das décadas por uma única família, os Osterno, desde a emancipação da cidade na década de 50.

No entanto, mudanças passam a ocorrer, em parte influenciadas pela movimentação política gerada a nível nacional durante as eleições presidenciais do segundo mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2006-2011). Com a construção da imagem política de “homem do povo” chegando ao poder na esfera federal, os ambientes políticos nas instâncias locais foram fortemente influenciados - não apenas os políticos, mas os eleitores também - pelo sentimento de mudança e de inversão dos papéis.

A ideia de retirar a chamada “elite” do poder tomou força e isso repercutiu nas eleições para prefeito na cidade de Marco, no ano de 2008. Nesse ano, foram disputadas as eleições entre Roger Neves Aguiar (situação) - candidato ligado ao grupo político dos Osterno - e o Paredão⁴ (oposição). Este último foi o vencedor e quebrou uma tradição de quase 60 anos de poder familiar na administração da cidade.

⁴ Apelido dado ao candidato à prefeitura de Marco José Grijalma Neves, no ano de 2008.

O clima de tensão cresceu e a cidade polarizou-se no campo político. Isso se refletiu em diversos setores da sociedade, inclusive na administração pública, que tem grande relevância do ponto de vista social e econômico para a vida na cidade. Ganharam força as notícias na cidade de perseguição política, demissões e remoções dos funcionários públicos, sejam eles concursados ou contratados. A partir dessa eleição a cidade passou a ver de forma mais explícita as disputas existentes.

Dentre os conflitos observados, ganhou grande destaque um conflito específico: o “Chitão Maravilha de Marco”, considerada a principal festa do calendário cultural da cidade. É justamente a partir disso que se inicia a disputa no espaço público que será analisada neste tópico. A festa do Chitão, como é conhecida popularmente, acontece desde 1963 e já foi realizada em diversos pontos da cidade: na rua, no salão paroquial, na quadra do Centro Educacional São Manuel e no Centro Comunitário (Clube Recreativo de Marco). Este último sendo o palco da festa desde a década de 80, época em que foi necessário um espaço maior para o evento.

A festa, muito embora de responsabilidade do Município, não era gratuita. Com a entrada da nova administração, o então prefeito “Paredão” decidiu mais uma vez mudar o espaço da festa e, com isso, a levou para a Praça Dom José Tupinambá da Frota (Praça da Prefeitura). Não há registros do motivo pelo qual ele decidiu retirar a festa do local em que foi durante anos, mas na cidade surge a informação de que ele gostaria de desvincular a festa às administrações anteriores. Entretanto, ao mesmo tempo, as propagandas elaboradas para o novo espaço passaram a intitular a Praça Dom José Tupinambá da Frota de “Praça do Povo”, nome até então desconhecido da linguagem popular. Na imagem a seguir pode-se conferir uma dessas propagandas, do ano de 2011, com respectivas atrações musicais nacionais:

Essa atitude tomada pela administração mostra uma provável intenção do prefeito em se desligar da tradição e criar a sua própria, ao se autopromover com uma imagem popular, já que, sem consultar a população, ele intitula a praça de “Praça do Povo”. Concomitante a isso, a então oposição, evitando perder apoio político, criou uma festa em paralelo com nome similar, intitulada de “Chitão de Marco”. Essa festa passou a ser realizada em um espaço privado: no *Park* Maravilha, situado aproximadamente a 855 m a norte da Praça.

Supõe-se que, depois da construção desse local, começou-se uma disputa para saber qual seria a maior festa: se a tradicional e então gratuita de responsabilidade da Prefeitura ou se seria a nova que passou a acontecer no *Park* Maravilha e que era privada.

Essa “concorrência” levou à decisões que levaram à desconfiguração da Praça da Prefeitura, em sua morfologia e sentido. Sabendo que, para uma festa maior, seriam necessários mais espaços para palcos e pessoas, o então prefeito (Paredão) reformulou os espaços da Praça da Prefeitura, retirando grandes áreas verdes de canteiro, árvores, bancos e outros elementos que faziam parte da paisagem daquele lugar

Com isso, não se alterou apenas a paisagem, mas o microclima do lugar. Inclusive, nessa mesma época, foram substituídos o tipo de pavimentação do entorno da praça, que até então era de pedra, por asfalto. Além do mais, a praça perdeu as características de “Praça do Povo”, pois, além de ter perdido o sentido de praça, de convívio, ela não se configura como um espaço acessível para todas as pessoas, já que não apresenta elementos básicos da acessibilidade universal.

Após dois mandatos de governo do gestor “Paredão”, nas eleições para prefeito de 2016, o representante apoiado pela situação de então perdeu para o representante ligado à família Osterno, o mesmo grupo político hegemônico no passado.

Roger Aguiar foi o vencedor e assumiu o mandato (2017/2020), em vigor atualmente. Da mesma forma que o anterior, o atual prefeito, já em seu primeiro ano de gestão, também propôs modificações na paisagem da cidade, inclusive na referente Praça Dom José Tupinambá da Frota.

No final do primeiro semestre de 2017 foi amplamente divulgado na cidade e no site do município cartazes falando sobre uma apresentação de projetos em que se propunha “[...] revolucionar o urbanismo, o lazer e a educação do município de Marco” (MARCO, 2017). Esse projeto, em um claro sinal de que a gestão municipal se alinha a estratégias pósmodernas de valorização urbanística e de *city marketing*, foi representado por um escritório de arquitetura de Fortaleza com atuação internacional (LDBW - Luiz Deusdara Building Workshop) e mediado pelo então prefeito Roger Aguiar. Na imagem a seguir é possível conferir o cartaz divulgado na cidade:

Referindo-se à essa prática institucional baseada na valorização da imagem e na cultura do espetáculo, Montaner *et al* (2015, p. 226) comenta:

As sociedades contemporâneas caracterizam-se por suas cisões, e uma das mais importantes é a separação cada vez maior, às vezes abissal, entre a cultura institucional e a sociedade civil; isto é, por um lado, entre os argumentos e expectativas propostos pelas administrações, com suas políticas baseadas na imagem [...] e, por outro lado, a vida cotidiana das pessoas, baseada na experiência empírica da realidade, com todas as suas dificuldades e com toda a sua capacidade reivindicativa e criativa de formar redes.

O que tem acontecido na paisagem da Praça da Prefeitura é justamente essa cisão comentada acima por Montaner. De um lado, existe a prefeitura com o seu interesse em se autopromover com uma imagem de democracia e de progresso, como os exemplos da “Praça do Povo” ou de “Revolucionar o

Urbanismo”, enquanto que, do outro, a população civil não participa efetivamente dos diálogos e decisões, mesmo nas fases de projeto. Afinal, para quem está sendo construída a cidade? Montaner et al (2015, p. 227) destaca:

Revela-se um ponto-chave saber ver que existem diversos tipos de poder institucional, segundo as diversas posições políticas a que correspondem, com diversas atitudes, mais impositivas ou mais dialogantes, mais fechadas ou mais capazes de melhorar as condições de vida das pessoas.

Em síntese, a “Praça da Prefeitura” tem sido alvo, em tese, de uma política de autopromoção política dos representantes da cidade, que usufruem da imagem de democracia e progresso como meio para esse fim. Muito embora não seja intencional, essa autopromoção acontece por meio de atitudes que demonstram apenas o interesse unilateral dentro da esfera pública. Por sinal, isso mostra traços de uma política tradicionalista baseada no patrimonialismo, como já comentado no tópico anterior, em que a administração trata a coisa pública como se essa fosse particular.

Vale ressaltar que isso se confirma não apenas com o que tem acontecido no espaço da Praça da Prefeitura, mas também com o que acontece em outros pontos da cidade. Por exemplo, qual o sentido de angariar recursos para o projeto de uma praça que não possui ao menos vizinhança, se existe outra no coração da cidade que precisa ser urgentemente requalificada (Praça da Prefeitura)? Esse é o caso da Praça Francisco Frota Neves, que foi entregue pela prefeitura de Marco-CE. Nela está situado o Santuário Sagrado Coração de Jesus, recentemente inaugurado. Localizada a aproximadamente 715 metros da Praça da Prefeitura e sem possuir a mesma vivacidade dessa, a Praça Francisco Frota Neves parece ser apenas mais uma imagem de autopromoção e de apelo midiático.

Em síntese, o mundo real, o espaço público com suas reais necessidades, como Montaner *et al* (2015, p.227) fala, as “[...] administrações preferem ignorar e ocultar”, na verdade, como ele completa “Perante a crescente complexidade e o descontentamento das sociedades, as administrações tendem a se esquivar nos mesmos esquemas tradicionais de gestão e controle”. Nesse sentido, as administrações públicas da cidade de Marco sempre pareceram ignorar as necessidades reais da população. Ao invés disso, sempre preferiram utilizar a máquina pública como uma forma de promoção da imagem política dos seus gestores, através de decisões unilaterais. Recentemente, a cidade tem perdido muito da sua paisagem, principalmente no seu núcleo histórico de origem. A recente demolição da Santa Casa de Misericórdia, em março de 2018, representa justamente essa falta de interesse da administração pública de tratar das reais necessidades da cidade.

Ao invés de se preocuparem em preservar e conservar a memória, através de políticas públicas de preservação e de educação patrimonial, nossos gestores públicos parecem não se incomodar em apagar pouco a pouco a história da cidade. Esse tipo de situação, de apagamento da memória, parece se configurar como mais uma forma de dominação e estabelecimento de controle estado-sociedade.

3. O papel do arquiteto como agente modificador do espaço público

A Paisagem, como afirma Sandeville Júnior (2005, p. 49) “diz respeito muito de perto ao arquiteto” e que “é fundamental discutirmos a relação da profissão com a paisagem” pois esta, “se situa muito além da mera implantação de melhores ou piores objetos construídos (edifícios, praças, jardins, mobiliários, etc.)”. O objeto paisagem, por exemplo, é

muito complexo e abrangente, pois o seu significado muitas vezes é confuso, sendo comparado constantemente apenas à uma mera imagem a ser vista pelo observador: um cenário a ser lembrado como algo decorativo.

No entanto, esse termo vai além dessa simplificação, pois, como afirma Sandeville

Júnior (2005, p. 53) “É necessário distinguir, definitivamente, paisagem da representação pictórica ou figurativa da paisagem” Sobre isso, Sandeville Júnior (2005, p. 53) afirma:

[...] aquilo que na pintura corresponde a uma representação, domínio do imaginário e uma inequívoca problemática cultural, transposto como base de entendimento para o espaço a que, simbolicamente, refere-se, conduziria a uma percepção, na maioria das vezes, estática e não-essencial. O problema maior ocorrerá quando se pretender entender e lidar com a paisagem a partir de sua estereotipação como uma figura (bidimensionalidade, rapidamente, referida a uma forma, como contrapartida de sua desmaterialização), desvinculando-a de sua natureza processual complexa, a qual ocorre e se explica a partir de processos sociais e naturais.

Sandeville Júnior (2005, p. 53) completa:

Ao homem comum - e a cada um de nós cumpre também este papel - na paisagem basta apreciá-la (mesmo na posição distraída de um observador a distância), percorrê-la, vivenciá-la, com todos os valores implicados. Mas podemos estar caindo, novamente, naquele falso descomprometimento do olhar a distância, daí insistirmos: paisagem, mais do que espaço observado, trata-se de espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas do seu entorno.

Como pode ser percebido, a paisagem está atrelada aos processos naturais e sociais comentados. O primeiro, como afirma Sandeville Júnior (2005, p. 53) “se inscrevem em um

campo de fenômenos”, da própria ação modificadora da natureza; enquanto o outro, estaria situado “em um campo de conflitos e tensões, de intencionalidade”. Este último está vinculado às diversas relações de poder que acontecem no espaço público, a exemplo da manifestação das três esferas: pública, privada e social, comentadas anteriormente. Para isso, como técnico, o projetista deverá entender, como nos conta Sandeville Júnior (2005, p. 58), que estudar a paisagem é “[...] estabelecer uma discussão da cultura, de implicações políticas, ou não a perceber como paisagem”, pois, como ele mesmo completa, as:

Sociedades organizaram o território em função de suas necessidades e valores, definindo suas condições de existência. Discutir paisagem é discutir como nos vimos, como nos vemos, como gostaríamos de ser vistos. É reconhecer, antecipadamente, como seremos vistos como sociedade. Nesse sentido por vezes, a paisagem incomoda (e muito): evidencia nossas práticas para além dos discursos que a camuflam, questiona valores correntes, aponta para um desejo possível de mudança - o que nos proporciona alguma esperança e faz brotar um sentimento de urgência.

Sandeville Júnior (2005, p. 54) acrescenta:

Entender a paisagem em sua concretude é entendê-la como resultante da ação histórica dos homens em interação com a natureza, ou seja, como conformação em câmbio de processos naturais e humanos em um sítio (lugar, região). É, portanto, um termo complexo, a implicar em sínteses diversas, posto que a realidade designada é complexa e interativa. Como arquitetos, creio que nos interessa um conceito operativo para nossas práticas, as quais envolvem a inteligência e a organização do espaço em escalas diversas. Portanto, na percepção da paisagem (sua imagem, aspecto e

significado, que é cognição), interessa-nos sua materialidade em processo e significação.

Nesse sentido, o arquiteto deverá compreender, antes de elaborar um projeto, que a paisagem a ser trabalhada pertence a um contexto histórico, cultural, social e natural que deverá ser respeitado. No entanto, sabe-se que muitas vezes esse processo não é tão simples, visto que independe ao arquiteto, em alguns casos, convencer o cliente da importância de se trabalhar respeitando esse contexto.

Isso acontece bastante nas situações em que o arquiteto projeta para o mercado imobiliário ou mesmo para a administração pública, por exemplo, ou mesmo quando ele está inserido na figura do Estado, sendo agente público ou mesmo gestor democraticamente eleito. Nesses e em outros casos, dentro da lógica contemporânea, imediatista e neoliberal⁵, ao arquiteto é colocado o direcionamento geral do projeto, devendo este acatá-lo, sem muito poder de interferência ou de construção das estratégias e diretrizes norteadoras da proposta. De forma semelhante acontece com a população, na ausência de projetos e processos participativos que lhes permitam tomar decisões quanto aos projetos a se desenvolverem.

Essa prática, como nos mostra Sandeville Júnior (2005, p. 56), é uma “Simplificação que torna mais fácil o mundo”, pois vivemos em uma “sociedade utilitarista e imediata” e que torna “menos complexa a projeção, essa antevisão do que vai ser”. Sobre isso o mesmo autor completa (2005, p. 56):

⁵ Segundo Duméil e Lévy (2007, p. 1) “O neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir do começo dos anos 1980” e que se destaca por possuir “[...] uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade [...]” e, também, pela “[...] criação de rendas a favor das classes mais abastadas [...]”.

Este último termo de grande interesse ao arquiteto, que, associando projeção ao sentido de desígnio, ato criativo e volitivo, tornaria o projeto mais simples e livre de questionamentos e indagações. Porém, essa convergência acaba por revelar suas limitações e demanda que se reinsira o projeto em um contexto social complexo, no qual não é a única projeção possível e necessária.

Como pode ser visto, essa simplificação da paisagem é um problema, pois, se deixou de lado a complexidade do contexto social durante o processo de projeto. Esse tipo de prática, deixa claro alguns conflitos existentes na profissão e na formação do arquiteto, que envolve o campo da moral e da ética referente à prática profissional e as influências ideológicas de movimentos recentes na história da arquitetura mundial.

Como comentado no tópico anterior, o costume de simplificação da prática projetual do arquiteto relacionado à paisagem têm feito com que ele tenha deixado de lado a complexidade do contexto social em prol da necessidade individualista do poder privado. A propósito, esse costume de simplificação, surgida com a sociedade racional e tecnicista do

Iluminismo, ganha novos contornos e força no século XXI, no “[...] contexto de monopólio do poder econômico [...]” como afirma Montaner et al (2014, p. 38).

Nesse mesmo contexto, Montaner et al (2014, p. 38) fala que a “[...] função do arquiteto tornou mais ambígua e ambivalente”. Ele explica que o arquiteto “[...] tendeu a se transformar em um servente dos interesses do poder privado e da ideologia do poder público”, e que este perdeu a sua liberdade crítica, pois “[...] no contexto da sociedade neoliberal, arrisca-se a ficar sem fonte de trabalho”.

Nesse sentido, destaca-se a existência dessa ambivalência, pois é justamente dela que será debatida a ética em relação à função do arquiteto, da política e do projeto participativo no

contexto da sociedade atual. Essa ambivalência da função do arquiteto tem origem da polarização de dois extremos, como aponta Montaner et al (2014, p. 38):

[...] por um lado, os arquitetos que querem ser fiéis ao status quo, a seus clientes e amos, e, por outro, aqueles que tentam melhorar a vida das pessoas. Se um arquiteto quiser ser reconhecido e aparecer na mídia a todo custo, ele se verá condenado a ser fiel aos poderosos e a adotar com impostura as mensagens que os meios e os grupos de pressão tendem a promover. Se quiser ser leal a sua função social, será forçado a superar suas coordenadas profissionais, industriais e comerciais para poder fazer um trabalho autenticamente culto e crítico, multidisciplinar e coletivo que participe de projetos sociais e de cooperação.

A profissão da arquitetura e do urbanismo encontra-se em uma “encruzilhada” colocada por uma sociedade em que todos precisam trabalhar e dependem disso para sobreviver, inclusive ele. No entanto, o problema, como pode ser percebido, não é fruto apenas dessa relação no mercado de trabalho, principalmente quanto aos projetos de âmbito coletivo, mas, também, da perda da postura crítica do arquiteto, principalmente frente aos possíveis projetos que venham a deixar de lado o interesse da coletividade em prol do individual. O arquiteto, como ser ético e político, deve primar por cumprir os interesses sociais acima dos privados. Como nos coloca Montaner *et al* (2014, p. 38):

[...] é de vital importância desmascarar aqueles que, dedicados a seu papel de servidores do poder e dos interesses imobiliários, recorrem a impostura, à hipocrisia e aos falsos argumentos para se justificar, utilizando legitimações falsas e alheias à realidade das obras, como a sustentabilidade, a sociabilidade e a vanguarda. Deveriam reconhecer abertamente que sua obra se insere em uma lógica de

controle e domínio, de exploração e especulação, que são arquitetos dos poderosos.

Esses que se propõem a realizar o discurso dos poderosos, se dispõem a argumentar apenas no intuito de justificarem os empreendimentos milionários deles. Essa prática é chamada por Montaner *et al* (2014, p. 236) de “discurso duplo e [...] moral dupla”. Isso põe em cheque o sentido ético do dever do arquiteto na sociedade. Aliás, como afirma Montaner *et al* (2014, p. 236), entre os profissionais desse discurso:

[...] encontram-se aqueles que agem sob os auspícios de entidades financeiras e organizações religiosas de caráter marcadamente reacionário, promovendo eventos culturais, revistas e congressos a partir dos quais se pretende construir alternativas e mostrar arquiteturas comprometidas com o planeta e com a sociedade.

Esses arquitetos, como fala Montaner *et al* (2014, p. 242):

[...] oferecem seus argumentos e conhecimentos arquitetônicos para legitimar operações especulativas. Para eles, não há outro objetivo senão a rentabilidade e o negócio, o prestígio e o poder, por mais que se escudem em argumentos falsamente teóricos, estéticos, urbanos e ecológicos.

No entanto, ao contrário desses, também existem arquitetos que trabalham com visão crítica e política, de modo a tentar cumprir sua função social. No campo da política, por exemplo, Montaner *et al* (2014, p. 54) fala da experiência de **Josep Puig i Cadafalch**, o qual foi presidente da Mancomunitat de Catalunya. Sobre este arquiteto, Montaner *et al* (2014, p. 54) comenta que ele “[...] liderou o projeto cívico da Lliga Regionalista Catalana com a pretensão de fazer infraestruturas e obras públicas que reforçassem e reequilibrassem a Catalunha”. O mesmo, como afirma

Montaner *et al* (2014, p. 54) se posicionou “[...] como político [...] da elite dirigente” e pretendeu “[...] conduzir as massas populares”.

Além dele, o autor também pontua a participação política de **Oriol Bohigas**, também na Catalunha; **Adolf Loos**, em Viena; **Ernst May**, em Frankfurt; **Fritz Schumacher**, em Hamburgo; **Otto Haesler**, em Celle; **Max Berg**, em Breslau; **Bruto Taut**, em Magdeburgo; e **Martin Wagner**, em Belim [grifos nossos]”. (Montaner, 2014, p. 55).

Entretanto, nem todos tinham essa intenção do bem comum muito bem compreendida, como afirmam alguns críticos ao falar do caso de **Robert Moses** (1888-1981), contratado para reformar a cidade de Nova York entre 1934 e 1969. “Seus métodos eram muito controversos e suas iniciativas foram duramente criticadas pelo pensamento urbano progressista, da parte de autores como **Lewis Mumford**, **Jane Jacobs** e **Charles Adams** [grifos nossos]”, como nos conta Montaner *et al* (2014, p. 61).

Diferente dos outros que tiveram experiências positivas relacionando política e arquitetura, Robert Moses, como afirma Montaner *et al* (2014, p. 61):

[...] foi o símbolo da degradação do paradigma de cidade moderna baseada, sobretudo, no acesso do automóvel, nas torres de moradia para pobres não brancos, na moradia unifamiliar suburbana para a classe média branca e no planejamento top-down (“de cima para baixo”).

Por outro lado, outras alternativas mostradas por Montaner que ilustram as possibilidades da atuação do arquiteto agindo de forma ética juntamente com a política, são as do arquiteto **Jaime Lerner** (1937), no Brasil, como conta Montaner *et al* (2014, p. 64) ao falar um pouco sobre a experiência desse arquiteto:

Formado arquiteto e urbanista na Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, em 1964, participou no desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba (1966-1969), dirigido por Jorge Wilhelm, e foi três vezes prefeito de Curitiba (1971-1975, 1978-1983 e 1989-1992). Além disso, foi um dos fundadores do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), a partir do qual definiu as linhas principais do desenvolvimento da cidade: ênfase no transporte público, geração de um crescimento urbano controlado, grandes reservas de espaços verdes e reabilitação do centro histórico. Também foi governador do estado do Paraná [...] quando tentou transferir o modelo de infraestrutura e sustentabilidade de Curitiba para a escala territorial [...]

Além dele, também vale ressaltar a importância da voz crítica e política do papel feminino na arquitetura. Nesse sentido, Montaner *et al* (2014, p. 65) fala das funções realizadas pela arquiteta **Raquel Rolnik** e por **Ana Falú**. Sobre Rolnik, Montaner *et al* (2014, p. 65) destaca:

[...] especialista em planejamento urbano e muito crítica em relação ao impacto do neoliberalismo na produção da cidade - é titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Brasil) e, em 2008, foi escolhida como redatora da ONU para o direito à moradia digna [...]

Já Ana Falú “[...] se destaca por seu compromisso com os direitos das mulheres e foi diretora da Unifem para a América Latina até 2009, quando voltou a ocupar seu cargo de professora na universidade Nacional de Córdoba” (MONTANER *et al*, 2014, p. 65). Sobre essa experiência de ação política através da arquitetura, Montaner *et al* (2014, p. 65) afirma:

[...] sempre existiu, apesar de haver profissionais que negam essa relação e que fazem política por omissão. Se a política é

a organização social de um grupo que se desenvolve em um espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador, inclusivo ou excludente, estará orientado de acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes. É por isso que a arquitetura é sempre política.

Pelo que foi analisado até o momento, pode-se dizer que o arquiteto, no âmbito das suas atividades técnicas, segue dois caminhos: o primeiro seria o equivalente aos exemplos mostrados nos trechos acima - a exemplo da Raquel Rolnik e do Jaime Lerner - nos quais o arquiteto pode seguir o caminho ético e cumprir, da melhor forma possível, a sua função social; já o segundo, seria aquele, como mostra Montaner et al (2014, p. 229), atrelado à:

[...] iniciativa dos técnicos e dos profissionais na tomada de decisões urbanas que, ao se protegerem com falsos neutralismos e tecnicismos, acabam favorecendo os interesses privados e corporativos em vez da sociedade em seu conjunto e no lugar daqueles que são mais vulneráveis e carentes [...] Com escassa ética profissional, as soluções predominantes são o individualismo empresarial e o servilismo vil, com uma prática profissional que, por temer cair na marginalidade, responde sem questionar às exigências do cliente, sem levar em consideração os efeitos reais sobre a população.

Sabendo disso, é necessário reavaliar os modelos de gestão pública, os quais se dizem democráticos e as práticas neoliberais dos mercados financeiros, que ultrapassam os limites da ética e da moral, unicamente pela necessidade de se alcançar o lucro.

Uma saída se encontra na aplicação do **projeto participativo**. Como observa Montaner *et al* (2014, p. 229):

[...] o modelo de decisões impostas pela administração está esgotado e é vital dar espaço e voz a participação em todos os sentidos e a todos os estratos sociais; em vez de se aplicar as decisões impostas pelas administrações à sociedade civil, que se criem as condições para o contrário, isto é, para que os cidadãos a influam nas administrações, independentemente de eleições a cada quatro anos.

Sobre isso, Montaner *et al* (2014, p. 230) completa:

A alternativa se encontra em mecanismos de democracia direta e participativa [...]. Embora a participação seja uma velha ideia, a sua efetivação ativa e real em todas as fases dos processos - diagnóstico das necessidades, projeto, realização e seguimento - significa mudar radicalmente o funcionamento dessas sociedades.

Como pode ser notado, é importante que o projeto participativo esteja presente nos processos de decisões públicas e que o arquiteto esteja envolvido nesses processos, pois ele tem uma função social a cumprir. Nesse sentido, Montaner *et al* (2014, p. 233) fala um pouco sobre a importância da arquitetura e do urbanismo no espaço público:

Além da capacidade de projetar, a arquitetura e o urbanismo têm o papel específico de contribuir para a formação de um espaço comunicativo e compartilhável de cultura e crítica, de entornos que favoreçam a inter-relação e a capacitação, que possibilitem a comunicação e as relações intersubjetivas. Tudo isso é imprescindível para aproximar a sociedade das instituições democráticas, e a arquitetura, que imagina, projeta e constrói espaços, tem muitas possibilidades e responsabilidades.

Além do que aponta Montaner, Harvey (2015, p. 312) fala que, enquanto arquitetos, não podemos “[...] avançar muito nisso sozinho”, referindo-se aos meios participativos.

Contudo, Harvey sugere que a postura do arquiteto contemporâneo deverá ser “posicionado como arquiteto rebelde, equipado de uma variedade de recursos e desejos, alguns derivados da tradição utópica [...]” em que se possa “[...] aspirar a ser um agente subversivo [...] com um pé plantado em algum campo alternativo”. (HARVEY, 2015, p. 312). Sobre esse posicionamento que o arquiteto deve buscar, Harvey (2015, p. 321) conclui:

Não obstante, na qualidade de reais arquitetos de nosso futuro, não podemos nos lançar numa interminável problematização e em conversações que jamais chegam a termo. É preciso fazer firmes recomendações e tomar decisões a partir do conhecimento claro de todas as limitações e de todas as possibilidades de consequências não pretendidas (tanto boas como ruins). Precisamos avançar passo a passo rumo a compreensões mais compartilhadas. Isso se deve a dois motivos bem ponderáveis. Em primeiro lugar, como observa Zeldin (1994, p. 16), entre outros, sabemos muito sobre o que separa as pessoas, mas nosso saber sobre o que temos em comum nem de longe se aproxima daquele.

Sobre o papel que o arquiteto deverá desempenhar, Harvey (2015, p. 321) conclui:

O arquiteto rebelde tem um papel a desempenhar tanto na definição dos pontos em comum como no registro das diferenças. Mas a segunda razão de peso é: sem tradução, tornam-se impossíveis formas coletivas de ação. Desaparece todo o potencial para uma política alternativa. A fluida capacidade dos capitalistas e de seus agentes no sentido de traduzir entre si empregando as linguagens básicas do dinheiro, da mercadoria e da propriedade [...] é uma de suas mais avantajadas forças de classe. Todo movimento oposicionista rebelde tem de fazer o mesmo com a mesma, se não com maior, eficácia. Por mais que nos esforcemos, é

impossível fazer política sem dispor de uma prática adequada de tradução.

Em poucas palavras, o que Montaner e Harvey buscam mostrar é que o arquiteto não deve perder o seu papel como indivíduo político, crítico e que faz parte da construção do pensamento social. O profissional arquiteto deve buscar meios de se fazer cumprir a sua função social de forma ética, eficaz e clara, pois esse conjunto de virtudes servirá como um gatilho para que ele consiga agir de forma alternativa na sociedade atual e, com isso, construir juntamente com as instituições públicas e a sociedade civil formas coletivas de ação no espaço público.

Considerações finais

Diante do exposto até aqui, pode-se dizer que a paisagem é algo em elaboração, já que ela é uma constante construção, resultado das relações das diversas dimensões presentes na sociedade. Por isso mesmo, pode-se dizer que ela é consequência do movimento natural, cultural e social das pessoas que a vivenciam. Ela não é externa ao homem, pois, na verdade, ela faz parte do processo de significação e de identidade de uma sociedade. Por isso, é importante que ela não seja tratada como algo apenas a ser observado - como uma imagem - pois, para que ela seja compreendida em sua totalidade, é necessário que seja vivenciada e sentida por todos aqueles que participam da sua construção.

Sabendo disso, ressaltamos que o arquiteto, como agente atuante dessa criação, tem um importante papel de mediador da atuação desses poderes - que estão ligados aos processos sociais - no espaço público, durante a concepção dessa paisagem. Assim, é necessário que este se aprofunde mais no conteúdo desse tema, pois é fundamental que a construção da

paisagem seja fruto de um processo democrático e plural, ao invés de ser uma consequência de uma consciência tecnocrática e imediatista

Referências

ACARAU, O. *Tá chegando o grande dia* - 02 de Julho Zezé di Camargo e Luciano no 48° Chitão Maravilha de Marco. 2011. Disponível em: <<http://www.oacarau.com/2011/06/ta-chegando-o-grandedia-02-de-julho.html>>. Acesso em: 10 mar.2018.

ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano-Guerra, 2010.

BARROS, Halanne Fontenele. A esfera social e o homem de massa. *Cadernos do Pet Filosofia*, Piauí, v. 3, n. 6, p.27-34, dez. 2012.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*,

Campinas, v. 16, n. 1, p.1-19, 01 abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo:

Biblioteca Azul – Ed. Globo, 2012.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MARCO, Prefeitura Municipal de. Apresentação dos projetos que irão revolucionar o urbanismo, o lazer e a educação do município de Marco.2017.Disponívelem:

<<http://www.marco.ce.gov.br/noticia/66-apresentacao-dos-projetos-que-iraorevolucionar-o-urbanismo-o-lazer-e-a-educacao-do-municipio-de-marco>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos*. Barcelona: Editora G.gilli, Ltda, 2014.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANDEVILLE JÚNIOR, Euler. Paisagem. *Paisagem e Ambiente*, [s.l.], n. 20, p.47-59, 30 jun. 2005. Anual. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i20p47-59>.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40228>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

UNESP, Editora. *Confira o conceito de "esfera pública", de acordo com Giddens e Sutton*. 2016. Disponível em: <<http://editoraunesp.com.br/blog/confira-o-conceito-de-esfera-publica-de-acordo-comgiddens-e-sutton->>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Dilemas urbanos: Espaços de Exclusão. Rio de Janeiro – drogas, favelas e territorialidade

André Luis Toribio Dantas

NUCLEAS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

As atividades do tráfico proliferam nos morros cariocas, em bairros da periferia e em outras cidades da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro. Em determinados períodos de conflito entre os grupos rivais, os traficantes impõem um toque-de-recolher. A partir de determinado horário, os moradores devem permanecer em suas casas com as luzes apagadas e ninguém deve circular nas ruas, sob risco de ser punido. Nas comunidades cariocas, o tráfico se organiza em áreas controladas por quadrilhas, e cada uma monopoliza as vendas em determinados bairros ou favelas. É bastante comum os grupos rivais se hostilizam. Quando algum integrante do bando é morto pela polícia ou em confronto com grupos rivais, imprime-se um “luto”, que força os estabelecimentos comerciais e as escolas no interior dos morros e nas ruas adjacentes a fecharem as portas.

Palavras-chaves: Tráfico; droga; violência; confrontos; espaços de terror.

Resumen

Las actividades del tráfico proliferan en los morros cariocas, en barrios de la periferia y en otras ciudades de la Región Metropolitana y del Estado de Río de Janeiro. En determinados períodos de conflicto entre los grupos rivales, los traficantes imponen un toque de queda. A partir de cierto horario, los residentes deben permanecer en sus casas

con las luces apagadas y nadie debe circular en las calles, bajo riesgo de ser castigado. En las comunidades cariocas, el tráfico se organiza en áreas controladas por pandillas, y cada una monopoliza las ventas en determinados barrios o favelas. Es bastante común que los grupos rivales se hostilizan. Cuando algún integrante de la banda es muerto por la policía o en enfrentamiento con grupos rivales, se imprime un "luto", que fuerza los establecimientos comerciales y las escuelas en el interior de los cerros y en las calles adyacentes a cerrar las puertas.

Palabras-claves: Tráfico; drogas, la violencia, espacio de terror.

Abstract

Trafficking activities proliferate in the hills of Rio de Janeiro, in neighborhoods in the periphery and in other cities in the Metropolitan Region and the State of Rio de Janeiro. In certain periods of conflict between rival groups, traffickers impose a curfew. After a certain time, the residents must remain in their homes with the lights off and no one should move on the streets, at risk of being punished. In Rio de Janeiro communities, traffic is organized in areas controlled by gangs, and each monopolizes sales in certain neighborhoods or slums. It is quite common for rival groups to become hostile. When a member of the gang is killed by the police or in confrontation with rival groups, a "mourning" takes place, which forces commercial establishments and schools inside the hills and in the adjacent streets to close their doors.

Keywords: Trafficking; damn it; violence; confrontations; terror spaces.

Introdução

Dilemas urbanos: drogas – favelas e territorialidade aborda questões pertinentes à sociedade brasileira e especialmente à cidade do Rio de Janeiro.

Nas comunidades cariocas, o tráfico se organiza em áreas controladas por quadrilhas, e cada uma monopoliza as vendas em determinados bairros ou favelas. É bastante comum os grupos rivais se hostilizarem e buscarem tomar os pontos de venda alheios para ampliar seus lucros e raio de ação. Esses confrontos geralmente resultam na morte de muitas pessoas, envolvidas ou não com a venda, e ampliam seus efeitos para além dos limites dos pontos de comercialização.

Em meados de 2004, na Favela da Rocinha, quando um grupo rival tentou invadir o morro para tomar os pontos de venda. Morreram dez pessoas, os moradores foram impedidos de entrar e sair da favela e seus reflexos foram sentidos nas vias públicas adjacentes, num raio de quatro quilômetros, de onde podia se ver e ouvir os intensos tiroteios com fuzis e submetralhadoras.

Essa prática é bastante comum, e naquele mesmo ano houve várias tentativas de tomada de bocas-de-fumo em favelas como o Complexo da Maré, ocasionando grande número de mortos, cerca de duas dezenas, no Morro dos Macacos e no Complexo do Alemão. Após o conflito a área foi ocupada pela polícia.

Favelas e territorialidade

As atividades do tráfico proliferam nos morros cariocas, em bairros da periferia e em outras cidades da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro. Estima-se que das 704 favelas existentes na cidade, apenas em duas não haja

a constituição do narcotráfico. Esta presença ao longo dos anos mudou completamente a rotina da cidade e, notadamente, a vida nas favelas.

Em determinados períodos de conflito entre os grupos rivais, os traficantes impõem um toque-de-recolher. A partir de determinado horário, os moradores devem permanecer em suas casas com as luzes apagadas e ninguém deve circular nas ruas, sob risco de ser punido. Quando algum integrante do bando é morto pela polícia ou em confronto com grupos rivais, imprime-se um “luto”, que força os estabelecimentos comerciais e as escolas no interior dos morros e nas ruas adjacentes a fecharem as portas. A lista de arbitrariedades e mandonismos é grande, seus itens incluem “grampear” telefones, tomar casas consideradas estratégicas para o negócio, entre outros, com vista a controlar o território de seus negócios.

No entanto, o fato mais marcante foi a paralisação de praticamente todos os municípios situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2002. Segundo fontes policiais, a ordem para paralisação teria partido dos presídios, onde estão encarcerados traficantes influentes na hierarquia do tráfico, e impôs a todos os estabelecimentos comerciais e industriais, ônibus e escolas. O medo dominou a comunidade.

Apesar dos apelos das autoridades e da presença de efetivos da polícia na rua para que as pessoas desempenhassem suas funções normalmente naquele dia, a comunidade parou. O pânico da população com os códigos do tráfico são conhecidos por praticamente toda a população e respeitados. Para a comunidade, as autoridades e os agentes de segurança pública não representam proteção. Tem as retaliações.

A despeito da extrema violência com que se manifesta e atua, o tráfico do Rio não é uma máfia, nos moldes que se conhece. Segundo Misse (2002), não está subordinado diretamente nem a grandes atacadistas nem a organizações verticais estrangeiras, ou organizações do tipo família, como as máfias nova-iorquinas e italianas. Embora possa ter uma base familiar local, esta dificilmente extrapola o dono ou o gerente da boca-de-fumo.

Outra característica é que a organização das redes que lhes dão sustentação é bastante fragmentada e vulnerável. O capital inicial empregado para a compra de drogas, cocaína e maconha, em sua maior parte advém de roubos a bancos e de trocas no Paraguai de carros roubados no Brasil.

Economia da droga

O narcotráfico no Rio de Janeiro é hoje, sem dúvida, o maior desafio de segurança pública do país. Seus reflexos se dão principalmente no espaço da Região Metropolitana com a entrada massiva de jovens em suas fileiras; constantes tiroteios entre facções e entre estas e a polícia, que atemorizam a população; corrupção das instâncias de poder constituído; institucionalidade que funda uma nova escala de valores, na qual a vida é um elemento precário e a imposição da força bruta e do consumismo de massa ganham relevância; ocorrência do esvaziamento das redes de solidariedade; aumento da violência policial; e maior dispêndio de recursos públicos para se contrapor aos efeitos dessa conjuntura, como no caso das emergências hospitalares.

Suas causas mais profundas e possíveis soluções estão, todavia, para além dos limites metropolitanos. O combate à corrupção em diversos órgãos, como nas Polícias Civil, Militar

e Federal, é fundamental para evitar a chegada de armas pelas fronteiras e o seu escoamento pelos aeroportos, rodovias e portos. É urgente um maior controle sobre o Judiciário, para impedir que juízes e promotores facilitem *habeas corpus* a traficantes e funcionários públicos igualmente comprometidos com atos de corrupção e prevaricação.

Necessita-se retirar as favelas, que representam 40% da população carioca, do isolamento em que foram historicamente colocadas, como se não pertencessem à cidade, excluídas de políticas públicas de educação, saúde, emprego e renda, promoção social e segurança. E com isso evitar que o único órgão estatal que chega às favelas seja a polícia, cuja atuação sempre se pautou pelo descaso e desrespeitos aos seus moradores.

Em novembro de 1994, após pressões de setores da mídia e de empresários e de uma campanha de desmoralização das Polícias Civil e Militar, o Exército ocupou os morros do Rio de Janeiro em ações denominadas Operações Rio I e II. Essas medidas se tornaram ineficientes nos seus propósitos e acabaram com o mito de que o Exército é incorruptível e está preparado para qualquer ação. Denúncias vieram à tona, como os desvios de armas, oficiais que circulavam com carros roubados e a morte misteriosa de alguns militares que investigavam esses casos, não divulgados pela imprensa (Coimbra, 2001).

As operações ficaram marcadas também por casos de torturas praticadas por agentes do Exército. Recentemente, com o confronto entre traficantes na Favela da Rocinha, que deixou 11 mortos entre traficantes, moradores e policiais, voltou-se a solicitar apoio do Exército.

Vários programas já existentes em diversas favelas cariocas têm demonstrado que, o que empurra os jovens para

compor as fileiras do narcotráfico, é muito mais o abandono que se encontram em termos de políticas culturais e educacionais que valorizem a sua criatividade do que a mera necessidade de sobrevivência.

A situação é complexa. Uma sucessão de governos estaduais nas últimas décadas não foi capaz de enfrentar o problema de maneira competente. Insiste-se apenas na solução armamentista, bélica. Aumenta-se o efetivo da polícia, equipase a corporação com armamentos mais poderosos, recorre-se ao auxílio das Forças Armadas como forma de maior repressão. No entanto, a cada ano os resultados se mostram mais ineficientes.

Da mesma forma, dificilmente haverá qualquer melhoria efetiva da situação, sem a participação da população em geral – e, mais particularmente, dos moradores das favelas – na formulação e implementação de políticas públicas que efetivamente invistam na inclusão social.

A questão de tráfico se insere, além dos fatores expostos anteriormente, no âmbito da segurança pública, e não nos parece um problema de segurança nacional. Impulsionar essa mentalidade, reforçar esse argumento, significa dar salvo-conduto para o aumento de violações aos direitos humanos de grande parcela da população pobre da cidade, que já são alarmantes. As drogas viraram a senha para chacinar, prender arbitrariamente e inculpar determinadas pessoas de crimes.

A perseguição aos inimigos do regime militar parece ter sido substituída nesses tempos neoliberais pelo estigma de traficante. A ilegalidade de tráfico de drogas foi transformada em uma prática delinquente pelas instituições do poder. Portanto, não se constituem como estranhas às artimanhas de poder, mas fazem parte de seu cotidiano, que envolve a justiça penal, os órgãos de detenção e repressão.

As análises precedentes permitem notar uma situação gerada por múltiplas relações que brotam do emaranhado de disputas das políticas de drogas no Brasil. Por um lado, a situação de violência urbana teve um incremento, conjuntamente à presença do comércio de drogas. Por outro, também houve um aumento da violência nas áreas rurais, gerada a partir da presença da cadeia produtiva das drogas.

Políticas Antidrogas

Atualmente, no Brasil, existem três tendências relativas à política antidrogas. A que possui posição hegemônica na prática e no discurso governamental é aquela proibicionista, repressiva e militarizada. Os atores principais dessa política são a Secretaria Nacional de Política de Drogas (Senad), o Ministério do Exterior, o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça. Por meio dela, implementa-se o reforço legal com justiça terapêutica e Lei do Abate, com o fito de coibir a oferta e a demanda.

Uma segunda ótica é a de redução de danos. O principal agente dessa política é o Ministério da Saúde. Essa é uma política que surge ligada à ação de contenção da pandemia do HIV/Aids, especialmente com a medida terapêutica da substituição de seringas. Essas ações também se apoiam no sucesso das políticas públicas relativas à prevenção do HIV/Aids. Uma conquista dessa postura da redução de danos foi a alteração do nome do Senad, de Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Política de Drogas.

Uma terceira tendência, muito mais débil que as anteriores, tem a ver com o debate público sobre controle social das drogas. Os atores principais são o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Nesse

caso, chega-se até a formular a possibilidade do uso terapêutico da *Cannabis*. De fato, no seminário do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), realizado em 2003, recomendou-se que a *Cannabis* fosse retirada da Lista I, de entorpecentes, e posta na Lista 4, de fármacos controlados. Trata-se de um cenário ainda em construção.

As consequências das políticas de drogas e da organização empresarial para a cadeia produtiva das drogas têm sido nefastas para a sociedade brasileira. Do ponto de vista imediato, o que mais preocupa é a questão do alto índice de homicídios, de jovens, pobres, negros, entre 15 e 24 anos. Um outro efeito trágico é provocado para o mundo rural com a prisão de trabalhadores que constroem estratégias de sobrevivência possíveis.

Preocupante também é a situação dos jovens nas comunidades das periferias urbanas que encontram nas atividades comerciais relativas às drogas estilos de vida que lhes permitem se sentir superiores. Finalmente, é fator destoante o tratamento legal que se tem oferecido à situação dos usuários de drogas, tratados como doentes e delinquentes.

Encontramos exemplos na relação entre violência urbana e o tratamento legal ao usuário de droga, na qual é importante que os legisladores observem na proposta de lei, que ainda se encontra em tramitação no Senado, a criação da figura do usuário difusor. Essa designação termina por imputar ao usuário o crime de tráfico que, conforme a atual legislação, é crime hediondo. Isso imputará ao usuário penalidade para traficante, detenção de 3 a 15 anos.

O conjunto dos temas referentes às drogas deveria ser tratado a partir do marco de um debate sobre a redução de danos e do controle social das drogas. É necessário que se

produzam estudos mais acurados sobre os processos produtivos e de circulação, seus efeitos societários nas comunidades camponesas e urbanas, bem como políticas públicas de redução de danos para as populações mais afetadas. Sem um tratamento mais objetivo do tema permaneceremos com políticas repressivas de impacto duvidoso para os propósitos que se procura – redução da oferta e da demanda.

Drogas e o Conselho Federal de Entorpecentes -COFEN

O Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) assinala que o Brasil jamais teve efetivamente uma política nacional de drogas e que é necessário “implementar um plano de ação, para que se opere uma verdadeira e necessária mudança de mentalidade pertinente ao tratamento do assunto” (CONFEN, 1998).

O CONFEN também se refere à necessidade de uma profunda reforma da legislação, mas não aceita a liberalidade desorganizada, assim como rejeita as certezas absolutas e o discurso repressivo e violento. O Conselho entende que é preciso aprender a conviver com a liberdade de pensamento e estimular a discussão sobre o tema drogas. Só com a conscientização da comunidade será viável estabelecer um programa de ação que contribua para que o problema da droga seja encaminhado a partir do objetivo maior: construir uma sociedade mais fraterna.

Vale lembrar que a política de drogas no Brasil é expressão da Lei nº 6.368/76, elaborada durante a ditadura militar de 1964 a 1982. A opção pela criminalização de condutas de uso, produção e comércio de substâncias definidas como ilícitas – portanto passíveis de penas – tem orientado as ações educativas e de tratamento relacionadas.

A opção de ampliar o poder do Estado no campo do

controle social refletiu os ditames e a linguagem da Lei de Segurança Nacional, instrumento de garantia da ordem *de exceção* que, na vigência da ditadura de 1964, consagrava uma cultura essencialmente repressiva. Alguns artigos desta lei são expressivos: todo cidadão *deve* colaborar no combate ao uso e tráfico de substâncias ilícitas; estimula-se a delação; embora o uso das drogas ilícitas seja considerado uma doença, o “tratamento prescrito” é a perda da liberdade; apesar de a pena ser maior para os casos de tráfico – hoje tipificados como crime hediondo –, não se explicita a quantidade de droga que poderia distinguir o uso pessoal; responsáveis por escolas e outras instituições devem denunciar e afastar pessoas com drogas em suas dependências, e podem vir a perder eventuais subvenções, caso não o façam.

A interferência exacerbada do poder do Estado em legislar no espaço da vida, quando não há prejuízos a terceiros, caso específico do uso de drogas, a sugestão mais ou menos clara de delação e a expulsão do convívio coletivo como método preventivo são ações que contribuem para o esvaziamento da função pedagógica de ensinar, orientar e preparar para a vida em coletividade, pois a esta função se sobrepõe o papel de vigiar, julgar e punir.

A força simbólica da lei influencia os educadores que, mesmo sem o conhecimento detalhado do texto, incorporam no seu cotidiano, em termos de linguagem e ações, as determinações legais: pânico diante dos casos relacionados com drogas ilícitas e necessidade imperiosa de sua erradicação; permissividade em relação ao uso indevido de substâncias de venda legal – tabaco, álcool, mesmo diante dos sabidos danos decorrentes de seu uso; controle “policial” dos alunos – revista de bolsas, bolsos e mochilas, exames *antidopping*; expulsão de casa e da escola, diante do fato real ou suposto de envolvimento com drogas ilícitas. O impacto da política antidrogas muitas

vezes também se expressa pela omissão – “é melhor se omitir do que errar” – em detrimento do diálogo afirmativo da solução pedagógica.

A construção do direito do menor

Desde 1916, o Brasil possui, ainda em pleno vigor, um Código Civil que basicamente regula os direitos individuais, o direito de propriedade e o direito de família. Na parte referente ao direito de família estão especificadas as obrigações dos pais em relação aos seus filhos, desde o nascimento até à idade de 21 anos. Dentre tais obrigações estão o direito de filiação, a sucessão no nome e na herança, a alimentação, a educação e a saúde; o Estado entra apenas a título complementar, no caso de faltar a proteção familiar.

O Código de Menores de 1927, que consolidou toda a legislação sobre crianças até então emanada por Portugal, pelo Império e pela República, consagrou um sistema dual no atendimento à criança, e atua especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, que atribui ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e os pais presumidos como ausentes, e torna disponíveis os seus direitos de pátrio poder. O descumprimento de quaisquer das obrigações estipuladas aos pais pelo Código Civil, bem como a “conduta anti-social” por parte da criança, passou a justificar a transferência da sua tutela dos pais para o juiz, conseqüentemente, do Código Civil para o Código de Menores.

O Código de Menores de 1927 se destinava, especificamente a legislar sobre os menores de 0 a 18 anos, em estado de abandono, quando não possuíssem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos,

mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole.

O Código denominou, estas crianças de “expostos” – as menores de sete anos); “abandonados” – as menores de 18 anos; “vadios” – os atuais meninos de rua; “mendigos” – os que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas; e “libertinos” – os que freqüentam prostíbulos.

O mesmo código estabeleceu que os processos de internação destas crianças e o processo de destituição do pátrio poder seriam gratuitos e deveriam correr em segredo de Justiça, sem possibilidade de veiculação pública de seus dados, de suas fotos ou de acesso aos seus processos por parte de terceiros.

O Código de Menores também instituiu o intervencionismo oficial no âmbito da família, e deu poderes aos juízes e aos comissários de menores, pelo Artigo 131, para vistoriarem suas casas e quaisquer instituições que se ocupassem das crianças já caracterizadas como “menores”.

O Código de Menores estendeu a autoridade do juiz sobre os jovens de 18 a 21 anos de idade, concedendo-lhes atenuantes frente ao Código Penal, mas determinou o recolhimento dos vadios e dos jogadores de capoeira, pelo prazo de um até cinco anos, em colônias correccionais.

O Código Penal, que data de 1940 e também está ainda em vigor, estabeleceu penas de detenção de seis meses a três anos ao genitor que abandonasse crianças; aumentou-a para pena de reclusão de um a cinco anos, se do abandono resultassem lesões corporais de natureza grave; e se o abandono causasse a morte da criança, a pena era de 4 a 12 anos, agravada se o abandono ocorresse em lugar ermo onde não fosse possível o socorro à criança.

A situação retratada caracterizou o que se convencionou chamar Doutrina do Direito do Menor, substituída pela Doutrina da Situação Irregular, ao ser aprovado o Código de Menores de 1979. Trata-se de uma construção doutrinária oriunda do Instituto Interamericano del Niño, órgão da OEA, do qual o Brasil participa, juntamente com os Estados Unidos, Canadá e demais países das Américas. Sua formulação teórica é atribuída ao jurista argentino Ubaldino Calvento e teve como maior propagador no Brasil o juiz de menores do Rio de Janeiro, Alyrio Cavallieri, que propôs e fez aprovar no Código de Menores de 1979 a substituição das diferentes terminologias pelas quais se designava a criança – exposto, abandonado, delinqüente, transviado, infrator, vadio, libertino, etc. –, e reuniu todas sob a mesma condição de “situação irregular”.

Sob esta categoria, o Código de Menores de 1979 passou a designar as crianças privadas das condições essenciais de sobrevivência, mesmo que eventuais, as vítimas de maus-tratos e castigos imoderados, as que se encontrassem em perigo moral – entendido como as que viviam em ambientes contrários aos bons costumes e as vítimas de exploração por parte de terceiros –, as privadas de representação legal pela ausência dos pais, mesmo que eventual, as que apresentassem desvios de conduta e as autoras de atos infracionais.

A transição entre os Códigos de 1927 e de 1979 ocorreu efetivamente com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em dezembro de 1964, que modelou a criação das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), ainda hoje existentes em alguns estados brasileiros.

A criação da FUNABEM implicou na formulação de uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a que tiveram que se

subordinar todas as entidades públicas e particulares que prestavam atendimento à criança e ao adolescente.

Concebida para ter autonomia financeira e administrativa, a FUNABEM incorporou toda a estrutura do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) existente nos estados, o que incluiu o atendimento tanto aos carentes e abandonados quanto aos infratores.

É preciso entender que a FUNABEM e as FEBENS estaduais foram concebidas no bojo de uma ampla reforma, entendida como conquista da Revolução de 1964, que incluiu a outorga de uma nova Constituição em setembro do mesmo ano. O menor começou a figurar em lugar de destaque na Doutrina da Segurança Nacional, passou a ser efetivamente tratado como um problema de ordem estratégica, saiu da esfera do Poder Judiciário e ficou na competência do Poder Executivo.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, não obstante ter sido aprovado pela ONU em 16 de dezembro de 1966, só foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já aprovado, passou a incorporar as regras previstas nos Artigos segundo, 14, 17, 23 e 24 do Pacto, que condenavam o tratamento diferenciado para crianças em razão da forma como fora concebida, de sua origem social ou de sua condição econômica, preceitos estes presentes no sistema dual enunciado pela subordinação de crianças, ora ao Código Civil ora ao Código de Menores, segundo a sua composição familiar e origem social. A Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, portanto depois da aprovação do ECA, é o mais completo tratado internacional sobre os direitos da criança, e coloca-a, ao longo de seus 54

artigos, em posição de absoluta prioridade na formulação de políticas sociais e na destinação de recursos públicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, finalmente aprovado em 13 de julho de 1990, incorpora como obrigação da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente.

Criança até 12 anos, e adolescente até 18, são então definidos como “pessoas em fase de desenvolvimento”; eliminou-se a rotulação de “menor”, “infrator”, “carente”, “abandonado”, etc., classificando-os todos como crianças e adolescentes em situação de risco.

A legislação específica depois normatizou a atuação do Poder Judiciário na defesa destes direitos, atribuiu ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares a promoção e a fiscalização, e aos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais a responsabilidade pela formulação das políticas nacional, estaduais e municipais para a criança e o adolescente.

Parcela significativa da sociedade brasileira cultiva o sentimento de que o ECA, ao estabelecer limites ao exercício da autoridade familiar, jurídica, institucional e policial sobre a criança e o adolescente, reforçou também a impunidade aos delitos cometidos por eles.

Neste sentido, a distorção mais visível na interpretação e aplicação do ECA é o uso que adultos, quadrilhas criminosas e o tráfico organizado passaram a fazer da criança e do adolescente, ao iniciá-los precocemente na delinquência. Crianças e adolescentes são recrutados por adultos e por quadrilhas para os trabalhos “sujos”, como ser o portador da droga e das armas, ou exercer a vigilância armada nos locais de tráfico.

O resultado desta distorção foi o recrudescimento do extermínio de crianças e de adolescentes – por parte da polícia e de grupos de justiceiros, geralmente compostos por policiais

pagos por comerciantes das periferias das grandes cidades – e clamores da sociedade no sentido de redução da maioria penal para os 16 anos.

Crianças e Infracções – Tráfico de Drogas

Os atendimentos da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro – instância do Poder Judiciário, encarregada de tratar dos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes até 18 anos – mostram que entre 1996 e 2000 foram atendidas 25.488 crianças e adolescentes, sendo 11 % do gênero feminino e 89% do gênero masculino. O envolvimento com entorpecentes abrange 36% dos atos criminosos registrados. Desse total, 23% estão inscritos no Artigo 12 – tráfico – e 13% foram transgressões ao Artigo 16 – uso. Assim, o enquadramento por uso ou tráfico de drogas já é o delito com maior percentual de registros na 2ª Vara, fato que se reproduz nos atos criminosos cometidos por maiores de 18 anos, conforme informações do Ministério da Justiça.

Contudo, o dado que mais chama atenção é o grau de instrução dos atendidos: cerca de 30% das crianças não informaram sua escolaridade. Dentre os 70% que a informaram, 37% têm escolaridade entre zero e quatro anos, metade do tempo de permanência média da população do Rio de Janeiro, em torno de oito anos.

Os dados da 2ª Vara também revelam uma forte concentração de adolescentes entre 15 e 17 anos envolvidos em atos criminosos. Há, assim, um aumento progressivo do número de empregados no tráfico a partir dos 13 anos, com um máximo de 17 anos. Todavia, cabe ressaltar que o ingresso de menores de 18 anos no tráfico de drogas foi uma das principais mudanças ocorridas, a partir da década de 1990, na

dinâmica de atuação do comércio ilícito.

Até então, o ingresso de crianças não era uma estratégia comum. Dentre as principais razões para a mudança de postura, destaca-se o custo menor da criança, em caso de prisão ou de extorsão da polícia. Nesse aspecto, a maioria penal aos 18 anos gera o que se pode denominar de efeito perverso: a ação efetivada para resolver um problema termina por provocar outro, de igual complexidade.

O segundo elemento que estimula a contratação de mão-de-obra infanto-juvenil é a maior disponibilidade desta para o grupo. A criança, em seu ingresso, termina, como afirmam alguns entrevistados, embriagada pela adrenalina presente no cotidiano. Assim, em geral, ela saboreia de forma bem mais intensa do que seus pares mais velhos a troca de tiros com a polícia ou com membros de outra facção ou a demonstração de força com outros moradores, por exemplo.

Não é casual que muitos deles percam a vida no primeiro ano de sua entrada no tráfico. A afirmação de um dos entrevistados – "quem sobrevive dois anos no tráfico, não morre mais" – embora não reflita uma verdade cabal, demonstra a necessidade de um tempo para incorporação de regras básicas de sobrevivência, que as crianças recém-ingressas muitas vezes não têm possibilidades de adquirir.

No caso da cor da pele, chama a atenção o forte percentual de negros e pardos no tráfico de drogas; o índice, em torno de 90%, é quase o dobro de participação de ambos os grupos no total da população brasileira, aproximadamente de 45%. A maior utilização da mão-de-obra de negros e pardos no comércio varejista das drogas combina com a concentração nos espaços sociais populares, habitados majoritariamente por esses grupos étnicos, e com a marginalização da atividade, na qual terminam por ingressar justamente os que têm menores oportunidades de ascensão no mercado de trabalho formal.

O sentimento de pertencimento ao grupo e a defesa do território são aspectos que caracterizam as crianças entrevistadas. Esse sentimento é mais forte quanto mais nova é a criança. O desejo de fortalecer sua facção, de que esta amplie seus domínios na cidade e a declaração de que daria a vida por ela são afirmativas típicas dos mais novos. Conforme o tempo de ingresso no tráfico se amplia, ocorre uma certa relativização dos vínculos com o grupo. De qualquer forma, ele é extremamente valorizado, pois as relações ali estabelecidas são profundas e fechadas: o cotidiano é vivido com aqueles colegas, de modo integral.

As regras cotidianas do tráfico, cabe salientar, são duras e tensas. A fluidez das posições e das situações, com efeito, faz com que aquela rede social funcione sustentada em normas rigorosas, defendidas no plano do discurso. A capacidade de cumprir com maior competência as normas vigentes no grupo define o processo de ascensão. Ser “inimigo do dinheiro”, por exemplo, é uma frase que revela a importância de não se deixar levar pela ambição e ser um bom depositário ou administrador dos valores ou produtos que estão sob a responsabilidade pessoal. A coragem e a ousadia no enfrentamento da polícia ou de outra facção são fatores relevantes para a conquista de melhores posições no grupo.

A forma de assalariamento e a carga horária são diferenciadas do padrão tradicional vigente no mercado de trabalho. Nesse sentido, tem pouco significado tentar enquadrá-las nas regras que norteiam as práticas profissionais em ofícios formais ou informais. O assalariamento pode ocorrer por um pagamento semanal fixo, diário, de um percentual sobre as vendas – uma forma de consignação – ou da combinação entre um pagamento fixo e a participação nas vendas. O seu valor depende do faturamento do ponto de

venda que, cabe frisar, é muito diferenciado de comunidade para comunidade. As áreas com maior faturamento, em geral são as mais estruturadas, com maior força bélica e melhores remunerações.

A carga horária varia de acordo com a demanda e com a quantidade de trabalhadores empregados nas atividades. No entanto, a característica marcante é a absoluta disponibilidade para as atividades cotidianas de todos os integrantes do grupo, elemento assumido com mais radicalidade pelos integrantes mais recentes.

Assim, o trabalhador do tráfico não tem seu comportamento orientado pelas mesmas variáveis dos empregados em atividades formais. O que mais se aproxima destes é o “vapor” e o “olheiro”. O primeiro só pode sair de seu posto quando vender toda a carga – lote do produto, embalado em pequenas quantidades – que está sob sua responsabilidade. Em geral, sua remuneração é maior do que a do “soldado”, e é fruto justamente dessa responsabilidade, além de ficar mais exposto. O “olheiro”, da mesma forma, fica vinculado ao turno do “vapor”. Por sua vez, o “soldado” pode se divertir no baile e circular na comunidade, sem a obrigatoriedade de estar em um posto determinado. Caso seja o segurança do gerente ou do dono, circula com este, permanentemente à sua disposição. A carga horária fica dependente do desejo do seu superior.

O principal fator responsável pela disponibilidade cotidiana dos trabalhadores do tráfico é sua pequena possibilidade de circulação. O ato de sair da comunidade é sempre um risco, seja em função da polícia seja pelo enfrentamento com grupos rivais. Assim, as saídas são preparadas com antecedência e grandes cuidados. Basicamente, a circulação é restrita às localidades nas quais o tráfico local é aliado. Ela depende, também, do grau de exposição do integrante do grupo – o quanto ele está visado pela polícia ou

pelos outros grupos. Quanto mais tempo no trânsito, mais difícil fica a circulação nos espaços da cidade. Com isso, reforçam-se seus vínculos locais e a sua rotina. Portanto, há uma forte tendência de afirmação de territorialidades particulares que limitam a experiência de tempo-espaço dos jovens envolvidos diretamente no trânsito de drogas.

O ingresso no trânsito, assim como o não-ingresso, só pode ser interpretado se levarmos em conta um conjunto de relações socioespaciais complexas. Dessa forma, as trajetórias dos agentes dos diversos grupos sociais são encaminhadas a partir das influências recíprocas de suas características subjetivas e das redes socioespaciais nas quais se inscrevem. Nesse sentido, a inserção em determinadas redes – seja família, vizinhança, Igreja, escola, bairro, favela, etc. –, a forma singular como se relacionam com os diversos grupos e com as próprias experiências, além dos valores fundamentais que norteiam a vida, é que podem permitir uma melhor compreensão dos fatores que levam crianças e adolescentes a ingressar no trânsito de drogas.

Estatuto da Criança e do Adolescente- implantação e considerações

Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, esperava-se criar um instrumento para a melhoria da condição de vida das crianças e adolescentes. Porém, o que não foi avaliado na época é a interpretação utilizada pelos marginais, que se aproveitaram deste Estatuto para ampliar a rede de contravenções, ao utilizar menores para a prática do delito e a consequente impunidade resultante da proteção da lei sobre eles. Com a convivência cada vez mais prematura da criança com os delinquentes, o menor tem

contato com a violência cada dia mais cedo e se acostuma com a condição de impune para praticar seus próprios delitos, e sempre coloca a culpa de sua condição marginalizada na sociedade.

Com o estabelecimento de novas bases para a política de atendimento à Infância e Juventude, garantida pela Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, surge uma nova concepção acerca dos fatos que envolvem a vida destes atores. Em relação aos atos infracionais, foi constatado que o tráfico de substância entorpecente, representado pelo Artigo 12 da Lei nº 6.368/76, e o roubo com emprego de arma, Artigo 157 do Código Penal, representam a maioria dos atos infracionais cometidos pelos grupos de menores e adolescentes.

A constatação da participação de crianças e adolescentes no tráfico alerta para a realidade dessa situação social e demonstra como é imperioso o combate ao narcotráfico, que não deve se restringir aos grupos de adolescentes envolvidos, mas a toda a engrenagem que move o tráfico de drogas no país. É preciso observar também que a sociedade brasileira ainda não tem um consenso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por exemplo, para o Arcebispo de Mariana, em Minas Gerais, e ex-Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Dom Luciano Mendes, em relação aos jovens infratores, “é indispensável à aplicação de medidas socioeducativas, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente” (*Folha de São Paulo*, 2003, 27 jan).

Sobre a maioridade penal, ele entende que o tema requer análise abrangente e correta e que os argumentos apontam para a necessidade de se garantir a segurança pessoal e pública. “Não podemos, no entanto, esquecer que a própria sociedade tem por missão prioritária contribuir para o desenvolvimento integral de cada pessoa e, portanto, deve empenhar-se em corrigir quem erra e em reinseri-la na vida social”, diz.

Para Dom Luciano, o Estatuto da Criança e do Adolescente, atual dispositivo legal da Constituição Federal, fixando a idade de 18 anos para a imputabilidade penal, é o que melhor responde à finalidade de punir o erro, de resgatar a dignidade do jovem e de garantir a ordem e a segurança social. "O caminho adequado para coibir a violência é a ampla colaboração de toda a sociedade na ação preventiva em favor da família, do trabalho, da educação, da superação das injustiças sociais e de exigências de critérios éticos nos programas televisivos", observa.

Já em oposição a Dom Luciano Mendes, o Cardeal de Aparecida do Norte, em São Paulo, Dom Aloísio Lorscheider, defende a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e maior rigor na aplicação da lei contra a criminalidade. De acordo com o cardeal, as leis estão muito brandas e o que está acontecendo com a violência em São Paulo é uma "crueldade". Segundo Lorscheider, muitos "adolescentes sabem o que estão fazendo". Por isso, ele defende a redução da maioridade penal. Para ele, é necessária uma revisão no Estatuto da Criança e do Adolescente para melhor adequação às leis e à ordem, pois muitas crianças, pela vivência, já são consideradas adultas.

O cardeal afirma que o governo tem grande responsabilidade com relação à segurança do Estado. "O governo ou a própria sociedade podem tomar uma atitude. Está na hora de fortificar a segurança nacional e a segurança dos estados", afirma.

Portanto, não há unanimidade na sociedade em relação ao problema do menor que atua na contravenção, logo no crime. A maioria acredita que o problema se concentra na influência dos marginais adultos sobre os menores. Muitas vezes eles são convencidos por adultos a praticarem a delinquência, entregarem a droga, servirem de "avião" – função de quem entrega a droga-, porque são livres de cumprir penas.

Outros acham que devem ser punidos como se fossem adultos. O Estatuto do Menor e do Adolescente não diferencia o menor adicto do menor traficante. Todos são conduzidos para a Febem, em consonância com o ECA, para serem ressocializados, mas ao continuarem juntos no mesmo local, misturados, dependentes químicos e traficantes, os menores deixam de ser protegidos pelo Estatuto, que assim perde a sua finalidade.

Avanços na política antidrogas no Brasil

Se de um lado permanece a ótica repressiva da política Guerra às Drogas, de militarização de um fenômeno que é social, alguns avanços podem ser identificados nas diretrizes da Política Nacional Antidrogas (PNAD).

- Referência ao uso *indevido*, distinto de outros usos – inicial, ocasional, uso indevido, uso pernicioso.
- Reconhecimento da importância de respeito aos Direitos Humanos previstos na Constituição Federal, base do Estado de Direito, com endosso a compromissos internacionais.
- Redução de danos referida como forma de prevenir a hepatite B e C. Sugere-se experimentar a redução de danos, sem preconceitos, uma vez que nem todos conseguem chegar à abstinência.
- Definição de um modelo aberto, que reúne governo e sociedade, instituições e cidadãos, no desenvolvimento das ações empreendidas, em um projeto de responsabilidade compartilhada.
- Prevenção como forma de reduzir consequências perniciosas sociais e de saúde. Ações preventivas e

educativas no ambiente de trabalho como direito do empregado e obrigação do empregador.

Entretanto, em alguns trechos, reafirma-se a resposta repressiva e se compromete a democratização anunciada. O problema da droga continua visto como decorrente do uso indevido das drogas ilícitas. Com esta afirmação, mantém-se entorpecida nossa razão, porque não se leva em conta que maconha e cocaína, substâncias ilícitas tão associadas à violência, têm seu uso tolerado em alguns países atualmente, ou foram até permitidas no passado, sem que um quadro de violência estivesse associado. Se muitas das drogas de ontem são as mesmas de hoje, o que mudou não terão sido as relações que mantemos com elas? Drogas ilícitas e dependência são consideradas uma ameaça à humanidade, à segurança, à soberania dos Estados. As drogas são identificadas como um mal em si, descontextualizadas. Se o uso de drogas é paralelo à história da humanidade, até que ponto a forma como se dá hoje encontra no próprio modelo de relação social preconizado – de consumo, de competitividade, de exploração do outro – a verdadeira ameaça à nossa humanidade, o verdadeiro flagelo?

O uso mencionado acontece entre os jovens. A afirmação obscurece a generalização do uso, como forma de expansão do lúdico, como estimulante no trabalho, sem distinção de idade. Não seria uma forma de se legitimar a manutenção do controle social?

O objetivo é o de uma sociedade sem drogas, uma sociedade livre do uso de drogas, realidade que, de fato, nunca existiu. A erradicação, a abstinência como normas. O desenvolvimento pleno da sociedade só pode ser pensado com a erradicação das drogas ilícitas.

Política democrática antidrogas

Segundo a ACSELRAD (2000), a construção de uma política democrática de drogas passa, minimamente, pela descriminalização do uso. A consideração maior dos danos decorrentes de uso das drogas ilícitas – que não são as mais consumidas – entorpece nossa reflexão e não nos deixa pensar o consumo real de drogas, suas características atuais e as possibilidades de mudança. No projeto de lei em discussão no Senado Federal, permanece a criminalização do usuário, e se mantém o que já foi considerado um absurdo jurídico – o exacerbado direito de o Estado legislar no espaço privado quando não há prejuízo de terceiros.

A determinação de combater os crimes relacionados às drogas não faz menção a medidas preventivas do mal-estar na civilização, resultado de relações sociais competitivas e desiguais. Até que ponto se objetiva combater consequências sem atentar para as causas dos desequilíbrios decorrentes das drogas?

A colaboração dos cidadãos com os órgãos repressivos lembra perigosamente o discurso da Lei nº 6.368/76, inspirado na Lei de Segurança Nacional da ditadura militar – a enfatizada responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade civil, quando de fato, são níveis diferentes.

O Programa de Justiça Terapêutica apresenta alternativa à prisão, com possibilidade de extinção do processo, desde que preenchida a condição de abstinência. Mas que tipo de relação terapêutica pode ser estabelecida numa situação de constrangimento? E como resolver as implicações éticas do exercício profissional? Assistentes sociais e psicólogos podem controlar a realização de exames *antidopping* exigidos aos jovens sob este programa?

O tratamento dos usuários pressupõe seu desejo

categorico de querer se recuperar, mas se mantém um objetivo único – a abstinência –, ainda que sejam aceitas etapas capazes de romper o círculo vicioso da dependência. Sem especificar que uma e outra possibilidade valem para uns e não para outros, como podem coexistir as duas recomendações, se uma delas é considerada como objetivo único?

O usuário de drogas continua visto como um doente, fortalecido o conceito de dependente químico. Em que pesem os conhecimentos acumulados na área, a história do sujeito e o contexto de uso ainda não podem ser considerados pela PNAD?

No processo de eleição do Presidente Lula, profissionais da área social apresentaram a proposta "Por uma Política de Drogas Justa e Eficaz", de crítica à política antidrogas, na qual assinalaram seus efeitos danosos, como a associação violência-tráfico de drogas; a incapacidade de controle sobre a violência vinculada ao consumo prejudicial de álcool e drogas; a violação dos direitos humanos; a priorização do combate ao uso de drogas de menor incidência de uso e a negligência de drogas que trazem maiores danos – álcool e medicamentos; o maior gasto com a repressão e as ações fragmentadas nas diversas áreas sociais. Seus signatários se comprometem com os direitos humanos, e entendem que o mal-estar na civilização gera fragilidades que não podem ter uma solução apenas no âmbito individual.

A proposta não foi aceita, e até o momento os avanços ainda são tímidos e se restringem à linguagem: a Secretaria Nacional Antidrogas passa a se chamar Secretaria Nacional de Políticas de Drogas. Houve a assinatura de um acordo interministerial "para prevenção do uso de drogas pela população brasileira e no combate às consequências provocadas pelo seu consumo", que prevê o "lançamento do curso a distância sobre prevenção ao uso de drogas para

professores da rede pública de ensino". Também estabelece um "termo de cooperação institucional entre o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e a Secretaria de Ensino Superior (sesu) para implementação de ações de prevenção em instituições de ensino superior", além de uma portaria que "recomenda às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes nas empresas (CIPAS) discutirem a ingestão de bebidas alcoólicas no ambiente de trabalho". As atividades não são novas, a não ser pela ação interministerial, sem dúvida, significativa. Mas se o conteúdo da PNAD não muda, que significação e resultados podem ser alcançados?

É inovadora a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, destinado a avaliar e apresentar propostas para rever, propor e discutir a política do governo federal para atenção aos usuários de álcool, bem como harmonizar e aperfeiçoar a legislação que envolva o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas em território nacional; pelo seu alcance, pela metodologia e porque contempla a prevenção do uso indevido de uma droga lícita de alto consumo no país. Mas como poderá conviver com uma política que ainda é essencialmente antidrogas ilícitas?

No Projeto de Lei nº 7.1341/2002, aprovado na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado Federal, permanece a criminalização do usuário, e se mantém o que já foi considerado um absurdo jurídico – o exacerbado direito do Estado legislar no espaço privado quando não há prejuízo de terceiros.

Acreditar, que o sujeito é o único responsável pelos danos decorrentes do uso de drogas, é considerar que apenas as drogas definidas hoje como ilícitas causam problemas, dar prioridade à repressão como método, buscar de forma dogmática a abstinência, ignorar os estragos que a injeção simbólica do consumismo pode causar, são dados que

constituem a agenda da política antidrogas, apesar de um ou outro tópico democrático, quando o caminho democrático sugere que o uso indevido de drogas resulta do "encontro de um sujeito, um produto e um meio sociocultural".

A construção de hábitos de uso, coletivamente elaborados e consensualmente incorporados de forma democrática, é a base do projeto pedagógico que procura desenvolver a capacidade de aprender do sujeito – aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar. No projeto de educação democrática, dois princípios são firmemente defendidos: todo processo de educação que não visa desenvolver ao máximo a atividade própria dos sujeitos é ruim; todo sistema educativo incapaz de fornecer uma resposta razoável à questão – "Por que deveremos aprender isto, por que devemos agir assim?" – Não terá sucesso; exatamente porque não leva em conta que o uso indevido de drogas resulta do "encontro de um sujeito, um produto e um meio sociocultural".

Espaço da droga: territorialidades distintas: As rotas do Tráfico

No caso da Amazônia, há duas relevantes pesquisas desenvolvidas. A primeira é de autoria de Argemiro Procópio, professor da Universidade de Brasília. Ele indica a presença de rotas de tráfico por todo o interior da Amazônia, com a presença de pistas clandestinas de pouso e decolagem e a existência de diversos laboratórios de transformação da coca. Segundo ele, a absorção da mão-de-obra local nas atividades relacionadas ao tráfico é muito mais lucrativa do que as atividades econômicas lícitas disponíveis na região. Ele não nos oferece muitos dados, porém assegura que o Brasil seria o segundo maior consumidor de cocaína do mundo (1999–2000).

A outra pesquisa é fruto do trabalho de um grupo de estudiosos que conduziu uma investigação sob o título *Globalization, Drugs and Criminalization*, coordenada pelo economista Michel Schiray (2002). Essa equipe realizou uma análise comparativa entre Brasil, China, Índia e México. No Brasil, participaram da pesquisa as professoras Alba Zaluar, da UERJ, Liam Osório, da UFRJ, e Sandra Goulart, e os professores Ronaldo Araújo, do Instituto Goeldi, de Belém, no Pará, e Christian Geffray.

As pesquisas sobre o Norte do Brasil, na região amazônica, foram particularmente conduzidas por Osório, Araújo e Geffray. Eles analisaram diferentes áreas e recortes temáticos. Osório avaliou o Acre e os impactos econômico-financeiros da presença naquele estado do comércio de substâncias qualificadas como ilícitas. Araújo e Geffray, de modo distinto, analisaram a formação organizativa da operação comercial, o primeiro, no Acre, e o segundo, em Rondônia e Amapá. As análises de Osório revelam a existência de uma rede com altos investimentos financeiros, e mostram o absoluto descompasso entre a realidade agrícola das cidades analisadas, em comparação com o volume de dinheiro circulante, e a quantidade de agências bancárias existentes na região. Isso, por si só, demonstra alguma anuência do setor financeiro para o funcionamento dessa atividade econômica do ilícito. Afinal, os bancos não questionam a procedência dos depósitos, ainda que a realidade econômica da região não corresponda às quantias.

Araújo, por sua vez, faz uma análise das operações criminosas de Hildebrando Pascoal e de Cameli, dois personagens fundamentais nos processos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Narcotráfico, criada no final da década de 1990. Seus argumentos procuram desvendar o mistério da intensidade da violência aplicada por esses grupos criminais. Geffray, entre outras coisas, indica a necessidade de

uma investigação mais profunda dos diferentes ciclos da economia das drogas. Para uma melhor compreensão do processo, ele os denomina de ciclo de baixo, o do varejo, e ciclo de cima, o dos financistas.

Entre 1997 e 2003, a situação dos trabalhadores rurais, relativa ao plantio de maconha, se degrada. Agricultores que plantam *Cannabis* sofrem o efeito das ondas de violência, tanto de parte da repressão do Estado quanto daquela conduzida pelos gerentes do plantio. Muitos jovens também são aliciados para o tráfico.

Na região do Submédio São Francisco, o plantio cresce em escala na segunda metade da década de 1980, especialmente a partir de 1986. Coincidentemente, esse é o período de acirramento da repressão ao plantio de maconha no estado do Maranhão, que afeta a tribo dos guajajara. No mesmo período, houve a crise do preço de um dos principais produtos da região, a cebola, e o assim chamado “Escândalo da mandioca”, uma séria corrupção financeira ocorrida durante o governo de Collor de Mello. Agrega-se a esse conjunto de fatores, que pauperizaram os camponeses, a existência de guerras de famílias, sobretudo na região de Pernambuco, em Belém do São Francisco e Floresta, verdadeiras batalhas por domínio e ocupação territorial. Tais conflitos não eram propriamente fundiários, embora incluíssem invasões de territórios. Eram gerados por “questões de honra” e ainda hoje repercutem em mútuos assassinios entre as famílias.

Considerações

Em geral, em qualquer parte do mundo, e especificamente segundo nossas investigações, no Rio de Janeiro, as políticas oficiais de controle do uso e comércio das drogas funcionam como meios de coerção social. No Sistema Prisional do Rio de

Janeiro há muito mais pobres detidos do que cidadãos de classe média ou superior, além de uma higiene social com discriminação racial.

O narcotráfico faz parte da indústria transnacional do crime organizado comandado pela elite burocrática instalada nos Estados Nacionais, que desenvolvem Políticas Públicas que viraram sinônimo de internação compulsória de miseráveis dependentes de crack e outras drogas químicas.

A descriminalização, legalização e regulamentação do consumo de drogas ilícitas podem contribuir decisivamente para minimizar a principal política de ação policial e jurídica que atualmente higieniza e criminaliza a miséria social no Brasil, produzindo uma nova pauta para a nossa juventude pobre que não seja a cadeia ou o extermínio.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DETRANS. *Impacto do uso do álcool e outras vítimas de acidentes de trânsito*. Brasília: Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDUTORES DE DANOS. Disponível em: <<http://www.aborda.org.br>>. Acesso em: 3 mar. 2005.

ABEAD. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, dez. 2002.

ABRAMOVAY, Pedro. *O Globo*, p. 03, 11/01/2011.

ACSELRAD, G (Org.). *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

ALARCON, Sérgio. *A gestão de riscos e a perspectiva jurídico-policial sobre os entorpecentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2004.

ALVATER, Elma. *Fim do Capitalismo tal qual o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALVES SAMPAIO, C. M.; ARAÚJO CAMPOS, M. *Drogas: dignidade & inclusão social, a lei e a prática de redução de danos*. Rio de Janeiro: Ed. Aborda, 2003.

ANDERSON, Perry, *Considerações sobre o marxismo ocidental nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *As origens da pós modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ANDREAZZI, M. F. S.; TURA, L. F. R. *Financiamento e gestão do setor Saúde: novos modelos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

ANDREWS, George. *The coca leaf and cocaine papers*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1975.

ARANTES, Esther. Considerações sobre a Lei Antidrogas. *Revista do Conselho Federal de Psicologia*, Brasília, maio 2004.

ARIAS, Enrique Desmond. *The Trouble with Social Capital: Criminal Networks and Social Capital in Rio de Janeiro*. Boston, ago. /set. 2002.

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. Welfare State: o caso brasileiro. In: _____. *A política social em tempo de crise*. Brasília: Ministério da Previdência Social e Comissão para América Latina e Caribe, 1989.

BACOCINA, Denize. *Política antidrogas dos Estados Unidos põe muita ênfase na maconha, diz estudo*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050504_denizemacohacg.shtml>. Acesso em: 9 jul. 2005.

BAHIA, L. *Mudanças e padrões das relações público-privado. Seguros e planos de saúde no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado) - Fiocruz, ENSP. Rio de Janeiro, 2000.

BAPTISTA T. W. F. *Seguridade social no Brasil: uma discussão sobre as microrrelações político institucionais no modelo de proteção social brasileiro*. Rio de Janeiro: IMS/Cierj, [200-?]

BARNARD, H. P. *The Netherland's Drug Policy: 20 Years Of Experience*. New York: [s. n.], 1999.

BASPINEIRO, Alex. *Gobierno de Carlos Mesa se mancha de sangre cocatera*. Disponível em:

<http://www.emancipacion.org/dada/mail.cgi?flavor=archive&id=20041001232643&list=CBP_Port>. Acesso em: 10 jul. 2005.

BATISTA, Vera Malaguti. *O Tribunal de Drogas e o Tigre de Papel*. Disponível em: <<http://www.mundojuridico.adv.br/html/artigos/documentos/texto817.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2005.

BASTOS, F.; GONÇALVES, O. (Orgs.). *Só socialmente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. BASTOS, F. *Ruína e reconstrução*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ABIA/ IMS/ UERJ, 1996.

BASTOS. *A Construção do Mito Lula*, O Globo, p.10, 19 dez 2011.

BATISTA, Nilo. Política Criminal com Derramamento de Sangue. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 20, 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. "História sem Fim". In: PASSETTI, Edson (Org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. *Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Ed. Freitas, 2004.

_____. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Ed. Freitas Bastos, 1999.

_____. Nada de Novo no Front. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, set. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. [S. l.]: Zahar. 2005.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1995.

BECKER; GARY. *El Capital Humano*. [S. l.]: Alianza Editorial. 1998.

BENJAMIM, Walter. Crítica do Poder/ Crítica Violência. In: BOLLE. W. (org.). *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

BERNARD, Morel; RYCHEN, Frederic. *Le Marché des Drogues*. Éditions de l'aube, Francia, 1994.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIRMAN, Patrícia et al. (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

BLACHLY, Paul. *Drug abuse: data and debate*. Illinois: Charles C. Thomas, 1973.

BLEGER, J. *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BOTELHO, V. A. *Por que drogas?* Rio de Janeiro: J. di Giorgio Editores, 1984.

BRASIL. Câmara Federal. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito*. Brasília, nov. 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico Aids*, Brasília, 1997.

_____. *Boletim Uso Indevido de Drogas & DST/Aids*, Brasília, 1997.

_____. *Diretrizes para projetos de redução de danos*. Brasília: Secretaria de Projetos Especiais de Saúde/Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, 1997. (mimeo.).

_____. *Manual do Multiplicador: prevenção às DST/Aids*. Brasília: Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, 1996.

_____. *Prevenção ao abuso de drogas com ênfase especial na prevenção do HIV entre usuários de drogas intravenosas no Brasil*. Brasília: Secretaria de Projetos Especiais de Saúde/Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, 1994. (mimeo.).

BRASIL. Senado Federal. *Ementa Substitutiva Global ao Projeto de Lei n° 7.134, de 2002*. Brasília, 2002.

BRILL, Leon. *Authority and addiction*. Boston: Little, Brown and Company, 1969.

BUNING, Ernst. *Harm Reduction In Mainstream Thinking*. Amsterdam: Bureau International Contacts Drugs/AIDS, [19--?].

BUSS, P. M.; LABRA, M. E. (Orgs.). *Sistemas de Saúde. Continuidade e mudanças*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Hucitec, 1995.

CALLIGARIS, Contardo. *Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Novas abordagens geopolíticas em tempos de globalização: Considerações sobre a gestão do petróleo no Brasil.

Ciro Marques Reis¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo tem como objetivo construir uma discussão teórica sobre o conceito de geopolítica, desde suas concepções iniciais, em especial a Escola Alemã, até as suas novas abordagens conceituais, passando por sua íntima relação com o Estado e o território como categorias analíticas fundamentais. Com especial atenção ao conceito de território nacional, como base espacial da ação política e de projeção de poder do Estado. Tal empreitada foi desenvolvida a partir das relações de poder estabelecidas na geopolítica do petróleo mundial e do Brasil, e sua complexa rede de poder com atuação de novos atores geopolíticos contemporâneos. Conclui-se que apesar dos processos globais que pressionam constantemente o território, o Estado permanece como ator privilegiado na geopolítica contemporânea, embora sua atuação esteja cada vez mais atrelada a uma lógica capitalista, empresarial e corporativa, descolada dos interesses e necessidades locais.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo construir una discusión teórica sobre el concepto de geopolítica, desde sus

¹ Doutor em Geografia PPGEU UERJ; Mestre em História PPGH UERJ; Cientista Social UERJ

concepciones iniciales, especialmente la Escuela Alemana, hasta sus nuevos enfoques conceptuales, pasando por su relación íntima con el Estado y el territorio como categorías analíticas fundamentales. Con especial atención al concepto de territorio nacional, como base espacial para la acción política y la proyección del poder del Estado. Tal empresa se desarrolló en base a las relaciones de poder establecidas en la geopolítica del petróleo mundial y Brasil, y su compleja red de poder con el desempeño de nuevos actores geopolíticos contemporáneos. Se concluye que a pesar de los procesos globales que presionan constantemente el territorio, el Estado sigue siendo un actor privilegiado en la geopolítica contemporánea, aunque su desempeño está cada vez más vinculado a una lógica capitalista, empresarial y corporativa, separada de los intereses y necesidades locales.

Abstract

This article aims to build a theoretical discussion on the concept of geopolitics, from its initial conceptions, especially the German school, to its new conceptual approaches, going through its intimate relationship with the State and the territory as fundamental analytical categories. With special attention to the concept of national territory, as a spatial basis for political action and the projection of state power. Such an undertaking was developed based on the power relations established in the geopolitics of world oil and Brazil, and its complex power network with the performance of new contemporary geopolitical actors. It is concluded that despite the global processes that constantly pressure the territory, the State remains a privileged actor in contemporary geopolitics, although its performance is increasingly tied to a capitalist, business and corporate logic, detached from local interests and needs.

Introdução

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras (BECKER, 2005, p. 71).

Em conferência do mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, realizada em abril de 2004², Bertha Becker sintetizou de forma precisa as transformações nas abordagens analíticas da geopolítica, desde o seu nascimento, na virada do XIX para o XX, até a atualidade, quanto ao papel ocupado pelo Estado nas teorias de análise nessa área de estudo. E este artigo tem esta finalidade, construir uma discussão teórica sobre o conceito de geopolítica, desde suas concepções iniciais, em especial a escola alemã, até as suas novas abordagens conceituais, passando por sua íntima relação com o território como um dos conceitos-chave da Geografia, e particularmente, com o conceito de território nacional, como base espacial da ação política e de projeção de poder do Estado.

Tal empreitada se faz necessária no presente trabalho, pois as relações de poder estabelecidas na geopolítica do petróleo mundial amalgamam agentes diversos e interesses específicos e conflitantes. As tensões entre os Estados-nacionais na busca por recursos energéticos no que tange ao acesso, controle e

²Publicado em 2005 na Revista de Estudos Avançados em 2005, com o título Geopolítica da Amazônia.

comércio de petróleo são o maior exemplo, mas não o único. O que dizer sobre o papel histórico desempenhado pelas grandes empresas privadas internacionais do setor petrolífero e sua relação conflituosa com países produtores e possuidores de grandes reservas de petróleo? Ou das ações políticas de grupos em defesa do meio ambiente na atualidade, em oposição às atividades exploratórias de petróleo em regiões como o Ártico? Agentes tradicionais e novos compondo um novo quadro de forças global em torno da gestão do petróleo.

Desta forma, evidenciasse que a esta complexa rede de poder pertence também toda uma gama de agentes sociais, políticos, culturais e econômicos, atuantes em variadas escalas espaciais, que geram e sofrem impactos sobre, e advindos, da geopolítica do setor petrolífero. Organizações internacionais e intergovernamentais, sindicatos de trabalhadores e patronais, gestores de políticas públicas de todas as esferas do poder, universidades, sistema financeiro, cidades, regiões, populações indígenas e tradicionais, organizações setoriais da economia, associações civis, consórcios intergovernamentais, organizações não governamentais ligadas à cultura, religião, ao trabalho, ao desenvolvimento social e às preocupações com meio ambiente, isoladamente, como partes conflitantes, ou sob uma mesma agenda, são atores geopolíticos contemporâneos atuantes, como agentes influenciadores na densa rede política da indústria do petróleo mundial.

As interfaces entre a indústria do petróleo e esses agentes geopolíticos são diversas, pois a primeira gera impactos igualmente variados, e intensos: no processo de (des)regulação, nas relações de trabalho, no comportamento da oferta de emprego, na indicação do nível da qualidade da mão-de-obra, nas formas do uso da terra, na estruturação fundiária, na especulação imobiliária, no crescimento acelerado e desordenado das cidades, nos fluxos migratórios, na

refuncionalização dos espaços rurais e urbanos, nos setores de atividade econômica, no meio ambiente, entre outros. E tais impactos estão atualmente conectados a uma lógica global, e fortemente influenciados por uma commodity energética altamente estratégica e vital para a maioria dos países.

Na escala global o petróleo tem sido o pivô de guerras, sanções comerciais, acordos bilaterais, ingerência política estrangeira e guerra de preços, que atuam verticalmente, atravessando escalas espaciais e níveis de gestão territorial até chegar ao espaço local, gerando os impactos supracitados. O aumento ou a queda do preço do petróleo, resultante da guerra de preços, instrumento clássico da geopolítica do petróleo, que tem como uma de suas origens principais a tensão macro entre países produtores e países consumidores, é um perfeito exemplo da conexão entre as esferas global e local, e de como estratégias geopolíticas voltadas para o embate internacional entre atores de peso podem afetar a mais diminuta região do planeta dependente direta ou indiretamente da cadeia produtiva do petróleo³.

Revela-se assim, que o conceito tradicional de território na geopolítica, intimamente ligado à figura do Estado-nação não traduz a capilaridade contemporânea das relações de poder estabelecidas entre agentes diversos, através de fluxos multidirecionais que inter cruzam escalas espaciais variadas, ignorando fronteiras e desafiando o controle territorial do Estado.

Ocorre, como consequência direta, a própria ressignificação do conceito de geopolítica, na medida em que o

³Macaé, no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro tem sido uma das cidades mais analisadas em estudos sobre os impactos socioespaciais da indústria do petróleo no Brasil por ser a principal base territorial da indústria de petróleo que se instalou na Bacia de Campos, RJ na década de 1970.

território, como unidade política, antes base sólida de projeção da ação geopolítica do Estado, assumiu múltiplas dimensões expressas em variadas territorialidades. O solo sob o qual repousou e floresceu a geopolítica clássica, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, onde o Estado era visto como ator fundamental e o controle territorial a materialização de seu poder geopolítico, vinculada à lógica imperialista, tornou-se movediço em tempos de globalização.

Assumisse aqui a superação de uma “concepção unidimensional do poder” (Estado = Poder), na qual, segundo Reffestin (1993), o Estado, compreendido como ator privilegiado e principal ordenador do território, acaba por sublimar uma intensa teia de relações de poder. É oportuno ressaltar, que em tempos de pressões econômicas de caráter liberal na economia, cada vez mais intensas sobre os Estados, acompanhadas de leituras que apontam a “erosão do Estado como forma política” (Rangel, 2012), visto em obras de grande repercussão como em Huntington (1996) – *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial* - que desloca o protagonismo da política mundial para a esfera da cultura e das relações de poder entre civilizações, e Fukuyama (1992) – *O Fim da História e o Último Homem* – que aponta a supremacia do liberalismo econômico sobre o político, e suas formas tradicionais de ordenamento do mundo, não há aqui o abandono do Estado como importante objeto analítico da geopolítica, e da geografia política. Nem tão pouco negar o papel fundamental, ainda desempenhado pelos Estados-nacionais, seja na organização doméstica do território, como também na disputa e organização do poder em escalas supranacionais. Seria um erro, tanto epistemológico quanto conceitual. Logo, deslocar o olhar da análise geopolítica para a esfera das relações de poder, não significa de forma alguma,

retirar o Estado e suas estratégias de ordenamento e gestão do território desta equação.

Da escola geopolítica determinista alemã (*Geopolitik*) onde, segundo Shiguenoli Miyamoto (1981, p. 77), a geografia determinava os destinos da nação, com expoentes como Friedrich Ratzel (1844-1904), Rudolf Kjellén (1864-1922) e Karl Haushofer (1869-1946), passando por um período de ostracismo pós-Segunda Grande Guerra Mundial, quando para Costa (2008, p. 222) a geopolítica passa a assumir um papel de “instrumento pseudocientífico” quase que somente restrita a círculos militares afastada da condição de ciência, e, após os anos 1970, com o resgate da perspectiva política como eixo de investigação geográfica com as abordagens geopolíticas de Lacoste (1977 e 2003), Raffestin (1980), a geopolítica percorreu uma trajetória oscilante, sendo suas teorias resultantes de seus contextos históricos, políticos, sociais e espaciais específicos. Desta forma, será apresentamos uma breve recuperação dessa trajetória.

Temporalmente optou-se por iniciar pelo período imediatamente anterior ao surgimento da geopolítica como disciplina, ao final do século XIX. Isso não significa o não reconhecimento e importância das obras de estrategistas e de teóricos de guerra e de Estado, em períodos anteriores como Clausewitz, Maquiave ou Sun Tzu, mas, sobretudo, a necessidade metodológica, de estabelecer um recorte temporal voltado ao interesse específico deste artigo.

Ascensão e queda da Geopolítica: o Estado como ator privilegiado

A literatura é praticamente unânime ao atribuir a criação do termo Geopolítica a Rudolf Kjellén. O termo

Geopolitik surge uma única vez em “*Die Großmächte der Gegenwart*” (As Grandes Potências, 1905. p.39).

Mas autores como Cohen (Geopolitics of the World Sistem, 2003, p.11), e Font & Rufí (Geopolítica, Identidade e Globalização, 2006, p.60) referenciam o uso do termo pela primeira vez em 1899 e 1898. Becker (2011, p. 277) não só lhe atribui a paternidade do termo e criação da Geopolítica como disciplina. Para Costa (2008, pp.56-58), Kjellén “teve o mérito de ter operacionalizado” a herança teórica de Ratzel.

De fato, Kjellén deu forma, dinâmica e função às teorias deterministas e organicistas de Ratzel, ligando a Geopolítica às ações políticas e estratégicas de Estado, elevando-a à condição de “Ciência de Estado”. É preciso ressaltar que Ratzel produzira suas principais obras *Antropogeographie* (1882), *Politische Geographie* (1897), e *Der Lebensraum* (1901) e um contexto histórico e social fortemente influenciado pelo processo de unificação da Alemanha (1871), e pelo impacto científico de A Origem das Espécies de Charles Darwin (1859), e sua derivação na área do saber sociológico – o darwinismo social de Spencer (1820-1903). Havia, portanto, um caldo de cultura na Europa do século XIX, a estimular teorias legitimadoras da expansão imperialista, de base territorial de suas potências, principalmente na Alemanha, retardatária na corrida neocolonialista. É nesta linha de pensamento que Kjellén sentencia que “a geopolítica é a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal e como esse se manifesta no espaço”, em sua obra *Der Staat als Lebensform* (1916)⁴. A “metáfora orgânica do Estado” (Hepple, 2013, p. 136), se mostraria vigorosa, não só para o contexto alemão da primeira metade do século XX, mas também para fora dele, transformando-se na base da Geopolítica Clássica de cunho realista, sendo o Estado

⁴O Estado como forma de vida.

o ator principal das ações políticas. Hepple também aponta como receptores desta forte discurso metafórico, as ditaduras latino-americanas na segunda metade do século XX⁵.

Ratzel inaugura a Geografia Política emprestando uma perspectiva geográfica às análises históricas e políticas do Estado, valorizando os conceitos de espaço e posição. Tais escolhas são reveladoras da preocupação maior de Ratzel - legitimar a expansão territorial alemã - potência capitalista emergente sedenta por novos espaços que lhe garantissem a ampliação do seu mercado, e o acesso a matérias primas, condições vitais para a reprodução ampliada capitalista.

O espaço alemão pós-unificação fora construído, e foi mesmo pré-condição, para sua estratégia orgânica de sobrevivência pautada no crescimento, e esse só poderia se realizar com a anexação de novos territórios, diante da lógica de acumulação capitalista. Em resumo, a expansão territorial surgia como solução para o excedente de produção de mercadorias e de capital. Luxemburgo revela tal relação do econômico com o espaço e com a reprodução ampliada capitalista:

O Capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas a formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital -,daí resulta a tendência incontida

⁵Myamoto faz uma recuperação histórica das contribuições teóricas de geopolíticos brasileiros desde os pioneiros Everardo Backheuser e Mário Travassos, até Therezinha de Castro, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva, representantes de uma nova etapa do pensamento geopolítico brasileiro.

do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (SANTOS apud LUXEMBURGO, 2010, p. 5).

É durante a segunda metade do século XIX, com o adensamento das atividades industriais, que ocorre o surgimento do capitalismo de formato monopolista (Huberman, 1983). Como o ambiente europeu do fim do século XIX era de crescente protecionismo comercial entre as nações ricas e industriais, esses excedentes encontraram nas colônias o lugar de suas realizações.

Moraes (2003, p. 69) reforça essa ideia ao analisar o contexto histórico ao qual está inserida a produção intelectual de Ratzel. A Alemanha seria o elo mais fraco ou destoante da expansiva cadeia imperialista europeia da segunda metade do século XIX⁶.

Entendimento semelhante ao de Santiago (2013, p.174), para quem a atenção de Ratzel estava voltada primordialmente no “*subsidiar estrategicamente as camadas dominantes com o que deve ser levado em conta para construir um Estado-nação forte e soberano, para a expansão dos interesses vitais que demandam o crescimento estatal*”.

Vale mencionar que, ao Ratzel traduzir o Estado como organismo vivo, a questão das fronteiras acaba superando o determinismo geográfico que lhe poderia servir de demarcações interestatais, como rios ou cordilheiras. Para o crescimento do Estado as fronteiras devem ser entendidas como políticas, sendo assim, móveis, produtos do momento histórico e da situação geográfica na qual estão inseridos os atores estatais. As determinantes geográficas surgem de forma importante como objetivo de conquista para manutenção do crescimento do Estado. Regiões estratégicas e recursos naturais ocupam importância central neste debate, como as saídas para

⁶Segundo Moraes o termo “cadeia imperialista” vem de Nico Poulantzas.

o mar, domínio de bacias hidrográficas, áreas para plantio de culturas, e recursos minerais.

Em um século XIX repleto de conflitos, que remodelavam constantemente as fronteiras, o saber geográfico se tornava importante instrumento estratégico. Segundo Moraes (2003, p. 69), isso ocorreu de forma mais intensa na Alemanha imperial, onde a necessidade de pensar o espaço levou à sistematização do pensamento geográfico, e criou as condições para seu uso estratégico voltado para a conquista de territórios e para a guerra, o que levou ao surgimento da Geopolítica como ciência geradora de informações/conhecimentos estratégicos para o Estado.

Se, como conclui Moraes, Ratzel “elogia o imperialismo”, pode-se dizer que Kjéllen dá um passo além com a aplicação do conhecimento geográfico para fins específicos. Há mesmo o afastamento da geografia política, com a aproximação e consolidação da geopolítica como uma disciplina específica. Costa revela o caráter instrumental que Kjellén empresta à geopolítica:

Em nenhum momento Kjellén deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua “nova ciência”, intencionalmente dirigida aos “Estados-Maiores” dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Daí a sua rejeição da geografia política tal como vinha de desenvolvendo, isto é, um campo de investigação acadêmica autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos. Toma-a como base geral apenas naqueles seus aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio. Com isso, inaugura a mais controversa de suas vertentes, a *geografia política da guerra*, ou a geopolítica (COSTA, 2008, p.56-57).

Mas ninguém foi tão responsável, tanto para o apogeu quanto para “queda” da geopolítica como disciplina ou subárea do saber, quanto Haushofer (1869-1946). Influenciado pelas teorias de Ratzel, Kjéllen, e MacKinder, Haushofer foi o grande impulsionador da geopolítica na Alemanha. Principal expoente da chamada escola alemã de geopolítica - a Geopolitik - ocuparia lugar de destaque no desenvolvimento da geopolítica alemã, “radicalizando”, segundo Martin (1992, p.42), a ideia de limites e de “espaço vital” oriundas de Ratzel, “interessado em criar um “lebensraum” (espaço vital) de dimensões mundiais”.

Para Haushofer os limites ou fronteiras da Alemanha seguiriam o princípio da necessidade de expansão do Estado. Havia de fato, em Haushofer, como bem observado por Martin (1992), Font & Rufi (2006), White (2007), Binimelis (2008), Costa (2008), e Arcassa & Mourão (2011), uma geopolítica voltada para a retomada da expansão territorial alemã, interrompida e debilitada após a derrota na Primeira Guerra Mundial e pelas perdas territoriais impostas à Alemanha em virtude do Tratado de Versalhes (1919).

Haushofer também dialoga com as obras Mahan (1840-1914) - *The Influence of Sea Power upon History - 1600-1783* (1890), mesmo como um embate teórico entre o poder terrestre o poder marítimo, e pela própria influência das ideias de Mahan sobre Ratzel (Mattelard, 1994; Murphy, 1997; Hobson, 2002; Font & Rufi, 2006; Baranowski, 2011; e Penha, 2011). Em sua mais conhecida contribuição à geopolítica - as Pan Regiões - Haushofer une a organicidade expansiva de caráter inexorável e de base territorial do Estado alemão, às estratégias geopolíticas de Mackinder.

Durante a República de Weimar (1919-1933), Haushofer consolidou a geopolítica na Alemanha. Neste mesmo período,

segundo a literatura ⁷, parece estabelecer uma relação de proximidade com a política nazi. Neste ponto da História estabelecesse a associação mais íntima entre a geopolítica e o Estado no preparo para a guerra, que Moraes (2003, p.73) define como uma geopolítica de “caráter diretamente bélico”.

Especialmente no meio acadêmico tanto a geopolítica quanto a geografia política caíram no ostracismo. Fechava-se após 1945, o ciclo que se iniciara com a geografia política de Ratzel, e seu “pecado original” (Castro, 2011, p.67) como uma “disciplina” legitimadora do imperialismo europeu do século XIX, e que se findara com Haushofer e o fracasso do expansionismo nazista.

De uma forma geral, como bem observado por Raffestin (1993, p.15), a geografia política iniciada por Ratzel, bem como a geopolítica que surgiria a seguir (“geografia do Estado totalitário”) foram produtos do pensamento do século XIX e início do século XX, “que racionaliza o Estado”. Mesmo as outras escolas de geografia política do período, como a francesa, não romperam com o objeto central da geografia política e da geopolítica, o Estado como ordenador do território e ator privilegiado das relações de poder no espaço mundial. Independente dos países de origem e dos enfoques deterministas ou possibilistas, essas escolas, até meados do século XX estão encerradas na geografia política clássica, que “é na verdade uma geografia do Estado” (Raffestin, 1993, p.7).

Embora Lacoste (1997) aponte a negação da geopolítica pela geografia universitária francesa, como um processo anterior à sua associação com as estratégias de expansão da Alemanha nazista, este último evento parece ter sido

⁷Martin (1992), Diner (2000), Defarges (2003), Costa (2008), Gray & Sloan (2014), Blouet (2001), White (2007), Arcassa & Mourão (2011), Weinberg (2013), Padfield (2013), Livingstone (2013), e muitos outros.

fundamental para seu “banimento” e para demora na retomada da geopolítica como tema acadêmico. Aqui, Costa (2008, p.249) adiciona uma hipótese: o histórico de agressões sofridas pelo país, *“com três ocupações, destruições e humilhações sofridas pelo país entre 1870 e 1944”*. Para Fernandes (2010, p. 24), os geopolíticos norte-americanos desempenharam importante papel na “diabolização da Geopolitik”.

De fato, a Geografia só resgataria a discussão política do espaço na década de 1970, em meio ao processo de reestruturação capitalista em curso nos países desenvolvidos, com a gradual desconstrução do Estado de Bem-Estar Social, num contexto de aceleradas transformações no sistema produtivo, onde passariam a atuar “novas fontes de poder” que não só o Estado, na ordenação do território.

Exorcizando velhos fantasmas: geopolítica e globalização

Lacoste (1976) é recorrentemente apontado como o autor que deu início ao processo de recuperação da geopolítica nos meios acadêmicos geográficos (BECKER, 2012; FONT&RUFU, 2006; COSTA, 2008) e na abordagem política do espaço nos estudos geográficos. Valorizando a disputa, o conflito, e concorrência entre atores em variadas dimensões espaciais dada a inerente disputa pelo poder.

Num quadro internacional caracterizado, por um lado, pela ascensão do poder de atores tais como grandes corporações transnacionais, e por outro lado, pelo surgimento de organizações sub e supranacionais, estava em processo um novo ordenamento do poder mundial onde os Estados-nacionais, embora ainda importantes, não se converteriam mais nas únicas fontes de poder político, passando, conseqüentemente, a dividir com outros atores, a atenção dos

analistas políticos das ciências humanas, inclusive os geógrafos.

O conflito de interesses entre as grandes corporações internacionais do petróleo e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo é um importante exemplo, de uma esfera relacional, na qual o Estado, embora envolvido, não figura como contendor principal. Temos em oposição: representantes privados de um setor específico da indústria mundial - o setor petrolífero - e uma organização supranacional territorialmente descontínua de países, criada como resposta ao poder das próprias corporações petrolíferas.

Não se pode perder de vista, que organizações supranacionais como a OPEP são resultantes do esforço coletivo de Estados, que isoladamente não teriam força diante do poderio econômico de grandes corporações privadas da indústria do petróleo. Há uma passagem consentida do protagonismo geopolítico de Estados isolados para um bloco representativo de seus interesses, poderoso o suficiente para barganhar melhores condições nos contratos com as empresas petrolíferas, e, quando necessário, pelo potencial estratégico do petróleo, interferir em questões políticas de outras naturezas, como nos mostrou a história.

Por outro lado, podemos passar de estratégias de organização espacial, política e econômica de escalas supranacionais, para aquelas subnacionais, e suas mais variadas expressões geopolíticas na complexa rede de disputa de poder. Pode-se pensar em mecanismos de atração de investimentos utilizados por entes intermediários, como os estados e os municípios, tais como as isenções fiscais.

O que ocorre na atualidade é o aumento expressivo de *players*, com poderes de influência diversos, com alcances distintos, e forças variadas, em um campo de disputa outrora fixo e dominado quase que totalmente pelo Estado, mas

atualmente em constante transformação. Para Dejan Mihailovic (2007), a tarefa de compreender essa nova realidade da organização espacial do poder no mundo pós-guerra fria está relacionada com uma nova corrente teórica da geopolítica, distinta da geopolítica clássica: a neo-geopolítica ou geopolítica pós-moderna.

Los autores como Gearoid O´Tauthail, John Agnew o Simon Dalby cuestionam abiertamente el monopolio del el Estado en la definición de la seguridad nacional. Ellos buscan una síntesis entre la geopolítica tradicional y la geo-economía para crear una nueva comprensión de las configuraciones geográficas que cambian con el tempo, dependiendo de las alteraciones políticas, económicas y tecnológicas. **Su argumento parte de la idea que el espacio global no solamente está dividido entre Estados nacionales, sino que aparecen y actúan en él, um amplio y heterogéneo espectro de protagonistas que incluye las empresas transnacionales, grupo terroristas, movimientos pacifistas, activistas de derechos humanos u organizaciones ambientales.** Los teóricos de la geopolítica pós-moderna están concientes que las aproximaciones geopolíticas a la política mundial forman parte de un conjunto más amplio de presupuestos conceptuales y metodológicos sobre el mundo. Esta nueva geopolítica en las “prácticas espaciales reales”, pero también contempla las modalidades en las que estas prácticas son representadas y contestadas. A su vez, esto implica que los políticos, administradores o gestores de diversos perfiles, se vean involucrados en una red internacional de negociaciones y acuerdos sobre todo tipo de asuntos. El mundo de la publicidad, los negocios, y los discursos políticos demuestra que el espacio global actual carece de fronteras fijas.”(MIHAILOVIC, 2007, p.158) (Grifo nosso).

Por mais diversos que sejam os agentes que passaram a compor o quadro de atores geopolíticos no mundo globalizado ou mundializado, são as empresas transnacionais que se destacam como agentes que reestruturam constantemente o modo de produção capitalista. Pode-se mesmo dizer que muitos dos novos atores geopolíticos nascem em resposta ao alcance global das empresas transnacionais e suas pressões sobre o território: os movimentos ambientalistas, pacifistas, e pelos direitos humanos citados por Mihailovic.

A expressão dessas transformações advindas da ação das empresas transnacionais no espaço se revela com o surgimento daquilo que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2012) denominaram como “privatização do território”. E é sobre esse “espaço corporativo” que a geopolítica na atualidade também se debruça. O modo corporativo de gestão do território entra em conflito com a antiga ordenação territorial via Estado.

Percebe-se que a ordenação econômica global testa constantemente o papel do Estado e seu controle sobre território. Por consequência, pela própria natureza dos recursos naturais como fatores indispensáveis à produção, agora ordenada “de fora para dentro”, a disputa pelo acesso e controle destes se revela como campo de tensões geopolíticas constantes.

Sobre as tensões existentes entre à lógica global das empresas transnacionais e à lógica local, em especial sobre a gestão dos recursos naturais, podemos recorrer a Berta Becker e seu trabalho sobre a Geopolítica da Amazônia. Becker (2005, p.53) chega a admitir a existência de geopolíticas particulares para cada agente, em virtude do surgimento de suas próprias territorialidades, mas também não exclui o Estado do jogo de poder, apenas revela a existência de agentes “acima e abaixo da escala do Estado”. Revela o difícil equilíbrio entre crescimento econômico e preservação dos recursos naturais e ressalta a

necessidade de compreender “os projetos geopolíticos” dos agentes envolvidos no conflito, no caso específico, a região amazônica e as demandas externas.

É bem verdade que a interpretação da Autora se mostra aplicável a qualquer disputa entre um centro hegemônico em busca de recursos naturais e regiões periféricas ricas em recursos naturais, como o petróleo.

Tanto Becker quanto Mihailovic apontam para uma pluralidade de agentes que não podem ser ignorados pela nova geopolítica. No entanto Becker aponta para duas condições cruciais: primeiro, a força geopolítica da região, do território ou do local, já que os recursos naturais estão fixados no solo, ou no subsolo; e, em segundo, o processo de apropriação das tecnologias pela periferia e seu conseqüente uso geopolítico como resistência às demandas externas dos centros hegemônicos.

Ao optarmos por uma abordagem geopolítica contemporânea para compreender os impactos do petróleo do pré-sal na posição ocupada pelo Brasil no cenário mundial, o fazemos cientes do contexto mundial organizado em rede, de fronteiras mais políticas do que fixas. Mas no caso do petróleo a realização da produção é em última instância territorial. Ou seja, as reservas de petróleo pertencem naturalmente ao território, são fixas, e isso significa uma vantagem estratégica para os países detentores de reservas, diante do interesse das demandas dos países grandes consumidores.

No caso do Brasil, que é possuidor de grandes reservas de petróleo no pré-sal dentro de seu próprio território, e também detentor de tecnologia de ponta na exploração e produção de petróleo em águas profundas, evidenciam-se vantagens geopolíticas raras.

É nesse sentido que vale reforçar, que o papel do Estado permanece vital, principalmente quando promotor de desenvolvimento. Mas se já admitimos que a nova geopolítica traduz a necessidade de compreender um mundo multiterritorial ou desterritorializado, como entender o papel do Estado nesta trama complexa? Faz-se necessário um outro olhar, ligado às estratégias adotadas pelo Estado para atuar num mundo globalizado.

Geiger (2015) sobre o novo papel do Estado:

Em diversas instâncias a globalização vem diminuindo o poder do Estado, quando a Internet ignora as fronteiras internacionais. Porém, a aventura espacial que também ignora fronteiras nacionais é comandada pelo Estado. São os Estados que promovem os mercados comuns, que através de instituições como a do G-20 controlam a economia mundial. Sair-se-ão melhor as Nações que melhor entenderem o papel do Estado na fase histórica atual. Na verdade, estas são as grandes perguntas que hoje se apresentam nas encruzilhadas para o futuro. Quais os papéis a serem desempenhados pelo Estado? Onde e quando o capitalismo será realmente substituído por novo modo de produção? (GEIGER, 2015, p. 377)

Um dos exemplos mais fortes desse ambiente novo tem sido a relação entre Estado e sistema financeiro. O Estado acionista tem sido uma das estratégias adotadas por governos, na disputa pela manutenção de poder sobre empresas estatais. O Estado como acionista majoritário pode ser compreendido como estratégia de controle de uma empresa com enorme importância para o desenvolvimento nacional. Instala-se a contradição entre a necessidade de obtenção de lucro e o papel social como estatal. Subserviência ao mercado internacional ou proteção à indústria nacional e afirmação de soberania?

Ou seja, o conflito instalado na gestão do petróleo nacional, se estabelece também no campo do mercado, e depende do tamanho do governo na composição acionário da Petrobras ⁸ . Revelam-se então tensões entre investidores/acionistas não governamentais e gestores públicos que entendem que a Petrobras possui um papel social prioritário em detrimento de seus compromissos com o mercado. Ambos os lados exercem suas estratégias específicas de influência sobre os tomadores de decisão, em especial, os legisladores. Aliás, vale ressaltar que pressões globais sobre a regulações locais são características do período de globalização desde as últimas décadas do século XX, o que Antas Jr. (2004) chamou de “lex mercatória”.

Esse fenômeno[globalização] vem produzindo uma determinada pressão sobre os sistemas jurídicos nacionais e tem resultado em efeitos diversos sobre os modos de regulação das formações socioespaciais. [...] O território no Ocidente é regulado pelo Estado, pelas corporações e pelas instituições civis não-estatais, sobretudo aquelas de alcance planetário. (ANTAS JR, 2004, p.84)

Pode-se compreender que o advento da globalização não significou a superação de velhos atores ou velhas formas de exercício do poder político, o que ocorre, são sobreposições de formas de ação política em constantes ajustes, na busca por um equilíbrio intangível ou de um desequilíbrio proposital, que espacialmente se expressam em desenvolvimentos regionais desiguais.

A geopolítica clássica nasceu como disciplina no início do século XX, de “braços dados” com as estratégias imperialistas

⁸ Atualmente a União Federal possui 50,3% das ações ordinárias da Petrobrás. Posição que lhe garante controle acionário e poder de influir nas diretrizes da companhia

de caráter territorial das potências europeias do período, como tradutora do quadro de poder interestatal, ou como instrumento a serviço do Estado, e da acumulação capitalista ascendente. A nova geopolítica rompe com qualquer acusação de anacronismo que poderia classifica-la como incapaz de traduzir os cenários de poder atuais ou de servir como disciplina para ação estratégica nas relações de poder, pois o capitalismo, e o(s) imperialismo(s) mudaram suas superfícies, mas a raiz principal de ambos – o processo de acumulação e sua necessidade de expansão – ainda norteiam suas sobrevivências. Bauman (2010) ilustra com clareza a sua capacidade transformadora, citando Luxemburgo:

[...] Escrevendo na época do capitalismo ascendente e da conquista territorial, Rosa Luxemburgo não previa nem podia prever que os territórios pré-modernos de continentes exóticos não eram os únicos “hospedeiros” potenciais, dos quais o capitalismo poderia se nutrir para prolongar a própria existência e gerar uma série de períodos de prosperidade. [...] Hoje, quase um século depois de Rosa Luxemburgo ter divulgado sua intuição, sabemos que a força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem.” (BAUMAN, 2010, pp.8-10)

As contradições do “imperialismo capitalista” são resultantes do conflito gerado pelo avançar da política econômica neoliberal de caráter universal e globalizante, sobre as realidades locais, nacionais e regionais com identidades geográficas muito variadas. Daí os mecanismos de resistência às demandas externas gerarem suas geopolíticas particulares com estratégias altamente especializadas que visam formas menos injustas de inserção no mercado global.

Daí a geopolítica na atualidade permanecer tão vital como instrumento a serviço também do Estado, só que agora em outro contexto (re)formatado pela capacidade do capitalismo de (re)criar novos espaços para acumulação. É por isso que Egler & Mattos (2012, p.86-87) definem a geopolítica na atualidade como “instrumento do Estado para aumentar seu poder estratégico diante da acirrada concorrência global por mercados”, e definem que “em outras palavras, o mercado mundial é o “labensraum” (espaço vital) do grande conglomerado financeiro contemporâneo”.

Retornando ao exemplo da Petrobras, podemos dizer que, como grande empresa estatal transnacional de um país em desenvolvimento com orientação Estado desenvolvimentista com estratégias de inserção no mercado mundial, a petroleira brasileira carrega em suas engrenagens tanto a lógica territorial, quanto a lógica capitalista, o que implica que este conflito interno cria obstáculos aos projetos geopolíticos que envolvem a Petrobras como elemento chave.

Grande parte das críticas ao uso geopolítico da Petrobras tem sua origem no mercado. Mais uma vez as contradições se estabelecem, de um lado o Estado criando estratégias para assegurar a geração de riqueza, a internalização de tecnologia, o emprego, a geração de mão-de-obra qualificada, a criação de cadeias produtivas, e o desenvolvimento industrial nacional, e do outro lado a pressão de empresas internacionais clamando por mais espaço para participar do negócio. Mas a despeito da resistência do Estado como forma política, a atual forma de organização da economia mundial pode ser caracterizada pelo protagonismo do capital financeiro internacional.

A geopolítica contemporânea, que tenta dar cabo de uma realidade mundial mais complexa no final do século XX e início do XXI é aquela que, segundo Penha (2011, p.13), superou:

“[...] o momento em que as clivagens de natureza ideológica passam a ser substituídas por critérios mais pragmáticos de abordagem, a respeito das forças motrizes que comandam as decisões estratégicas”.(PENHA, 2011, p. 13).

A partir dessa concepção, Penha afirma que *“nenhuma política exterior consistente pode, nesse sentido, prescindir dos aportes trazidos pela Geopolítica”* (PENHA, 2011, p.13). Fica evidenciada, que a geopolítica possui papel fundamental nas estratégias de controle territorial.

Por fim, vale mencionar que não são raros os estudos atuais que utilizam a abordagem geopolítica, integral ou parcialmente, tratando de temas específicos e altamente segmentados. São exemplos, aqueles baseados nos recursos naturais, que tratam da geopolítica do petróleo (MONIÉ&BINSZTOK, 2012; REIS, 2013), da geopolítica da água (RIBEIRO, 2008; GUIMARÃES, 2015), da geopolítica da biodiversidade (ALBAGLI, 1998), da geopolítica da soja (ANDRADE, 2005), como aqueles que tratam da geopolítica dos meios de circulação, como a geopolítica dos gasodutos (GOSMANN, 2011), a geopolítica do Estreito de Ormuz (NAZEMROAYA, 2012), geopolítica do Atlântico Sul (PENHA, 2011), e a geopolítica dos oceanos mares e rios (OLIC, 2011). Há, inclusive, aquelas não menos importantes de ordem cultural, como bem observado por Lacoste (2005) em “Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês”, e bem expressa na obra de Mattelart (2002) “Geopolítica de la cultura”. O que revela a complexidade de cenários que se desdobram diante dos geopolíticos, e a ultra especialização do termo no meio acadêmico e corporativo.

Considerações finais

Sendo assim, assumi-se que a geopolítica se apresentará como instrumento analítico possível onde houver relações de poder, mesmo quando a questão territorial e a presença do Estado estiverem sublimadas pelas novas formas de acumulação de poder (ARENDDT, 2013) e de capital. A compreensão das relações de poder em todas as suas escalas, permeadas pelo *modos operandi* de um “novo imperialismo” de caráter universal requer uma abordagem geopolítica atenta aos processos globais que pressionam constantemente o território e o Estado.

No entanto, por uma natural imposição do espaço físico para a realização da produção, as demandas externas caracterizadas atualmente pela fluidez de suas trocas, não podem prescindir do território. São necessários o terreno e o solo para o plantio, o subsolo para extração mineral, os rios, mares e oceanos com suas riquezas naturais e para servir de rotas comerciais. Ou seja, todo o substrato sobre qual são erguidas todas as formas de infraestrutura que servem à reprodução do modo de produção capitalista, é composto por espaço político, por território.

E o Estado, pela força histórica de sua formação como ente político e territorial, e por reunir em seu ceio, a despeito de ondas privatizantes, toda uma gama de instituições ⁹ reguladoras da vida política e social, e por ser a expressão política da unidade territorial, ainda permanece como ator de destaque na geopolítica atual. É bem verdade que o Estado na atualidade, pode adotar ações que servem ao imperialismo capitalista (HARVEY, 2011), ao mesmo tempo em que resiste à espoliação, dada sua responsabilidade social, mas o que fica evidenciado, como bem ressaltado por Fiori (2015, p183) é que

⁹ Sistemas Judiciário, Legislativo e Executivo e toda máquina burocrática estatal, em todas as esferas do poder.

a globalização não significou o fim das fronteiras e tão pouco determinou a falência política do Estado, e o fim da “velha geopolítica das nações”:

O que observamos é a existência de uma permanente tensão entre em movimento global, de caráter fortemente econômico e comercial, e formas tradicionais de ordenamento político e espacial do mundo, que algumas vezes resistem, e outras vezes se adequam e até mesmo aceleram as transformações vindas de fora para dentro.

Nesta equação, os recursos naturais ocupam um lugar de destaque - principalmente o petróleo por: (1) ser o insumo energético mais estratégico do planeta, e apresentar distribuição geográfica desigual pelo globo, (2) também por estar ligado à segurança e à independência energética dos Estados e conseqüentemente às suas soberanias;(3) por ser um potencial instrumento geopolítico sem igual nas disputas econômicas e políticas em âmbito internacional; (4) e porque, em última instância, após falharem todos os mecanismos do “softpower”, ou todos os esforços da diplomacia, ainda será o petróleo que moverá as máquinas de guerra de forma mais eficiente.

Estão reunidos dessa forma todos os elementos que corroboram serem a Geográfica, e a Geopolítica, sempre contextualizadas pela História, as disciplinas fundamentais na tradução das relações de poder em torno do petróleo, por estarem ambas teórica e conceitualmente instrumentalizadas para traduzir as relações de poder no espaço em tempos de globalização, como também reforçar a importância e resistência do território, como categoria analítica chave da Geografia e da Geopolítica, mesmo submetido a uma lógica global.

E no caso brasileiro, com o advento do pré-sal, as Ciências Humanas não podem ficar à margem de tema tão fundamental

para o desenvolvimento econômico nacional, para a independência e a segurança energética, para a soberania nacional, e para uma almejada posição de destaque do Brasil no cenário mundial que se converta em melhoria de qualidade de vida para os brasileiros.

Referências Bibliográficas

ABAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Edições Ibama, 1998.

ANDRADE, M. I. C. de. *A plataforma continental brasileira*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994

ANTAS JR, R. M. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação do território. *GEOUSP – Espaço Tempo*, n. 16, p. 81-86. 2004.

ARCASSA, W. de S.; MOURÃO, P. F. C. Karl Haushofer: *a geopolitik alemã e o III Reich*. *Geografia em Atos (on-line)*, v. 1. n. 11, 2011, p. 1-14.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

ARRIGHI, G. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. London; New York: Verso, 1994.

BARANOWSKI, S.: *Nazi empire: german colonialism and imperialism from Bismarck to Hitler*. New York: Cambridge University Press, 2011.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Capitalismo parasitário: e outros tempos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, 1988, n.50 (1-2), p.99-125

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG-UFRJ, v.2, n.1, p.117-150, 2012.

_____. A Geopolítica na virada do milênio: *logística e desenvolvimento sustentável*. In: CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (Org.).-14^a ed - Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 271-307

_____. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BINIMELIS, C. Q. Sobre as origens da geopolítica alemã. In: PENNAFORTE, C. (Org.). *Panorama contemporâneo: geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2008. p. 13-39.

BLOUET, B. W. *Geopolitics and globalization in the twentieth century*. London: Reaktion Books Ltd, 2001.

BOWMAN, I. Geography vs. Geopolitics. *Geographical Review*. v.32, n. 4, out., 1942, p. 646-658.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e Geopolítica: território, escalas de ação e instituições*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COHEN, S. B. *Geopolitics of the world system*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

DEFARGES, P. M. *Introdução à geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2003.

DINER, D. *Beyond the conceivable: studies on Germany, nazism, and the holocaust*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

EGLER, C. A. G.; MATTOS, M. M. C. L. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. in: MONIÉ, F; BINSZTOK, J. (Org.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauá X, 2012. p. 81-104.

FERNANDES, J. P. F. Da geopolítica clássica à geopolítica moderna. In: PENNAFORTE, C.; LUIGI, R. (Org.). *Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010. p. 20-46

FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FIORI, J. L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEIGER, P. P. Será o século XXI um século chinês? *Geo UERJ*, n.27, 2015, p. 362-377.

GRAY, C. S.; SLOAN, G. *Geopolitics, geography, and strategy*. London/New York: Routledge Taylor&Francis Group, 2014.

GOSMANN, H. L. *A integração gasífera na América do Sul: estudo dos casos dos gasodutos Bolívia-Brasil (GASBOL) e Lateral-Cuiabá no contexto das relações bilaterais Bolívia-Brasil*. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, DF, 2011.

HAESBAERT, R. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: _____. *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 1998. p. 11-54.

HARVEY, D. *O enigma do capital as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEPPLE, L. W. Metaphor, geopolitical discourse and the military in South América. In: Barnes, T. J; Duncan J. S (org.). *Writing worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. London/New York: Routledge. 2013. p. 136-154.

HOBSON. R. *Imperialism at Sea: Naval Strategic Thought, the Ideology of Sea Power, and the Tirpitz Plan, 1875-1914*. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 19. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HUNTINGTON, S. P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996

KJELLÉN, R. Die Großmächte der Gegenwart. Paderborn: egv, 2015.

LACOSTE, Y. A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra. São Paulo: Papirus, 1977.

_____. De la Géopolitique aux Paysages: dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colini, 2003.

LIVINGSTONE, D. Black terror, white soldiers: islam, facism & the new age. EUA: Sabilillah Publications, 2013.

MARTIN, A. R. O Meridionalismo Geopolítico. Auditório do Congresso Nacional, Brasília - DF, 27/11/2012.

_____. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MATTELARD, A. *Mapping world communication: war, progress, culture*. Minneapolis: Minnessota Press, 1994.

_____. *Geopolítica de la cultura*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2002.

MIHAILOVIC, D. Geopolitica y orden global: posibilidades para un nuevo meridionalism. *Maracanan*, v. 3. n. 3, 2007. p. 155-178.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p. 75-92, 1981.

MONIÉ, F; BINSZTOK, J. (orgs.). Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XXI*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MURPHY, D. T. *The heroic earth: geopolitical thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent: The Kent State University Press, 1997.

NAZEMROAYA, M. D. A The Geo-Politics of the Strait of Hormuz: *Could the U.S. Navy be defeated by Iran in the Persian Gulf?* *Global Research*, 8 jan. 2012

OLIC, N. B. Geopolítica- dos oceanos, mares e rios. _____: Moderna Editora, 2011.

PENHA, E. A. *Relações Brasil-África e relações do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PADFIELD, P. Hess, Hitler & Churchill: the real turning point of the second world war – a secret history. London: Icon Books, 2013.

PIQUET, R.; SERRA, R. (Org.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIRES, H. F. Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: *o endividamento dos EUA e das economias centrais*. *Biblio3w*, v. XVII, n. 963, 2012.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Ed Ática, 1980.

RANGEL, P. C. O estado do estado: *ensaio de política constitucional sobre justiça e democracia*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2012.

REGAZZINI, D. *Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci*. Campinas: Autores Associados, 2005.

REIS, C. M. A nova geopolítica do petróleo: *será o Brasil um global player?* In: Encontros de Geógrafos da América Latina, 14., 2013, Lima. *Anais do XIVEGAL 2013*. Lima: IGU/UGI, 2013.

RIBEIRO, F. G. B. D. *A geografia militar no Brasil: a questão da defesa nacional*. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: _____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.

SANTOS, C. R. S. Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. *Mercator.*, v. 9, n. 18, 2010: jan. /abr. p. 27-38

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 16 ed., Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTIAGO, J. P. *Espaço geográfico e geografia do estado em Froedrich Ratzel*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

VISENTINI, P. F. China, potência emergente: pivô da transformação mundial. In: (Visentini et al, (Org.). *BRICS as potências emergentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

WEINBERG, G. L. *Hitler's foreing policy 1933-1939: the road to World War II*. New York: Enigma Book, 2013.

WHITE, G. W. *Nation, state and territory: origins, evolutions, and relationships*, v. 1. New York: Rowman & Littlefield publishers, 2007.

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Latinidade

A linguagem midiática na construção do pensamento hegemônico: manipulação ideológica e exclusão

Cleuza Faustino¹

UNIGRANRIO

Alba Valéria de S. F. Loiola²

UNIGRANRIO

Resumo

A presente reflexão toma como ponto de partida o relatório final da Pesquisa Brasileira de Mídia (PMB) 2016, cujos dados apontam que 63% da população brasileira usa a televisão como principal fonte de informação sobre as questões que ocorrem no Brasil. A questão subjacente a esse resultado se ancora na temática da intencionalidade das relações discursivas expressas nos meios midiáticos, os quais favorecem um pensamento hegemônico e dificultam a percepção crítica do leitor e/ou espectador comum. Neste cenário, a educação precisa emergir como fronteira de resistência para fomentar a reflexão sobre como a ciência e a tecnologia, por exemplo, são apresentadas nas mídias televisivas, induzindo pensamentos e atitudes alinhados a uma determinada intenção. A pesquisa aponta o papel da mídia na formação da opinião e a importância do educador como mediador e questionador desse discurso hegemônico. Os resultados mostram que a mídia cria um cenário que favorece ao observador comum concordar com os argumentos apresentados. Dessa forma, havendo pouco espaço para leituras polissêmicas, o espectador encontra-se excluído dos debates de temas relevantes.

¹ cleo2863@gmail.com

² alba.portugues@gmail.com

Palavras-chave: Mídia televisiva, relações de poder, *crítica social*

Resumen

Esta reflexión toma como punto de partida el informe final de la Encuesta Brasileña de Medios (PMB) 2016, cuyos datos muestran que el 63% de la población brasileña usa la televisión como la principal fuente de información sobre los problemas que ocurren en Brasil. La pregunta que subyace a este resultado está anclada en el tema de la intencionalidad de las relaciones discursivas expresadas en los medios, que favorecen el pensamiento hegemónico y dificultan la percepción crítica del lector y / o espectador común. En este escenario, la educación necesita emerger como una frontera de resistencia para alentar la reflexión sobre cómo la ciencia y la tecnología, por ejemplo, se presentan en los medios de televisión, induciendo pensamientos y actitudes alineadas con una determinada intención. La investigación señala el papel de los medios en la formación de opinión y la importancia del educador como mediador y cuestionador de este discurso hegemónico. Los resultados muestran que los medios crean un escenario que favorece que el observador común esté de acuerdo con los argumentos presentados. Por lo tanto, con poco espacio para lecturas polisémicas, el espectador queda excluido de los debates sobre temas relevantes.

Palabra clave: medios de televisión, relaciones de poder, crítica social

Abstract

This reflection takes as its starting point the final report of the Brazilian Media Survey (PMB) 2016, whose data show

that 63% of the Brazilian population uses television as the main source of information on the issues that occur in Brazil. The question underlying this result is anchored in the theme of the intentionality of the discursive relations expressed in the media, which favor hegemonic thinking and hinder the critical perception of the reader and / or common viewer. In this scenario, education needs to emerge as a frontier of resistance to encourage reflection on how science and technology, for example, are presented in television media, inducing thoughts and attitudes aligned with a certain intention. The research points out the role of the media in the formation of opinion and the importance of the educator as a mediator and questioner of this hegemonic discourse. The results show that the media creates a scenario that favors the common observer to agree with the arguments presented. Thus, with little space for polysemic readings, the viewer is excluded from debates on relevant topics.

Keywords: Television media, power relations, social criticism

Introdução

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, (2018), é por meio da televisão que o povo brasileiro tem buscado compreender a realidade que o cerca. Desta forma, a televisão é responsável não só por informar, mas por formar pessoas, influenciando seu modo de agir, pensar e compreender a realidade que o cerca.

Desta feita, reconhecer o papel educativo desse veículo é fundamental para que se possam estabelecer movimentos dereflexões críticas sobre sua influência na formação da sociedade em que vivemos.

Thompson (2011) afirma que a todo tempo nos modificamos ao recebermos mensagens e interagirmos com as

mídias e propagandas. Entretanto, Barros (2015) percebe esse movimento muito mais intenso, ele afirma que a manipulação e persuasão da televisão não têm limites. Por isso, neste momento tão complexo em que avanços dos mais variados tipos têm sido colocados em xeque nos meios midiáticos e o desenvolvimento tecnológico tem sido mostrado como um caminho capaz de possibilitar a redução da desigualdade, julgamos fundamental refletir sobre o papel da mídia na educação, na construção de padrões comportamentais e manutenção de mecanismos de controle social.

A mídia e seu papel educativo e reforço de verdades

“Os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível” (THOMPSON, 2011, p. 35) e dentre eles a televisão é reconhecida como o principal influenciador de comportamento, induzindo fortemente a sociedade ao consumo. A população, segundo o autor, é todo tempo seduzida pelo discurso da propaganda que apresenta a felicidade a partir da possibilidade de consumir produtos e serviços apresentados como necessários sem que sua real utilidade seja colocada em xeque.

Os problemas cotidianos passam então a ser resolvidos e superados a partir da aquisição de “coisas”. Assim, a propaganda veiculada pela mídia constrói um discurso no qual se identifica que consumir preenche os vazios “de ordem social, amorosa, religiosa” a partir do consumo. Os impactos de tal pensamento são sentidos na escola, onde encontramos crianças sofrendo com obesidade, ausência de colaboração, extrema competitividade, entre outros comportamentos sem que, no entanto, sintam-se preenchidas e felizes. Pelo contrário. Há cada vez mais uma necessidade de ter que supera

o desejo de ser.

O Grupo de Pesquisa Brasileira de Mídia (GPBM) (2016), entrevistou um total de 15.050 pessoas fazendo a seguinte pergunta: Em que meio de comunicação o(a) senhor(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? Como resultado, apurou-se que 63% dos entrevistados usam como fonte de informação a televisão, 26% utilizam a internet, 7% usam o rádio, 3% jornal e 1% relataram se informar por outros meios.

Assim, é possível perceber que a televisão, por meio de suas propagandas e reportagens, tem educado a população para desenvolver certo comportamento que coloca na figura dos artefatos vendidos ali toda a responsabilidade de “salvar” a sociedade. Seja por meio do remédio que irá tirar todo o tipo dor, ou do carro mais veloz que dará liberdade, prestígio e poder a quem o pilotar, ou ainda a bebida capaz de fazer o espectador (o consumidor) ser aceito em qualquer espaço em que se encontrar, mesmo que para isso seja necessário contrair longas dívidas com os bancos, ou mesmo uma gastrite devido ao consumo da bebida da moda.

Compreender que a mídia educa e constrói padrões, normalizando comportamentos é um passo importante para que se possa construir uma resistência crítica a comportamentos padronizados neste espaço.

Tomaz Tadeu (2014) apresenta como interdependente a relação exercida entre a construção da identidade e a diferença, em que a primeira só se constitui a partir da existência da segunda, ou seja, só é possível compreender o que se é após saber o que não somos.

Nesse sentido, a televisão tem esse potencial de dar visibilidade às questões e às pessoas, permitindo a construção de uma normalização no sentido de parametrizar certo grau de normalidade que pretendemos alcançar para sermos iguais (LOIOLA e PEREIRA, 2019)

Na definição de Silva e colaboradores, normalizar significa

eleger arbitrariamente uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (2014, p.83).

Esse mesmo autor descreve, ainda, a relação interdependente entre a construção da identidade e a diferença, em que a primeira só se constitui a partir da existência da segunda, ou seja, a compreensão do que não somos precede a compreensão do que somos (SILVA, 2014). A televisão tem esse potencial de dar visibilidade às questões e às pessoas, permitindo a construção de uma normalização no sentido de parametrizar certo grau de normalidade que pretendemos alcançar para sermos iguais.

Dessa forma, compreendemos que ao reforçar padrões de comportamentos, consumos, beleza e cultura, etc. a televisão acaba por deixar de fora aqueles que não são capazes de se encaixar nos padrões comportamentais e estéticos que são apresentados ali, criando uma lacuna intransponível entre o que se é e o que se pretende ser. Esta lacuna acaba estimulando comportamentos de consumo de todo e qualquer serviço ou produto que possa nos aproximar do padrão que desejamos alcançar, gerando um ciclo vicioso entre consumo e desejo quase infinito.

O letramento midiático como recurso ao pensamento hegemônico construído pela mídia

Nesse cenário, a aprendizagem da leitura e da escrita emerge como um recurso do qual os educadores podem explorar no processo de construção de um pensamento crítico

àquilo que a televisão oferece massivamente.

Cabe resgatar, nesse contexto, os conceitos de alfabetização e letramento. Segundo Soares (2000, p.7), o conceito de alfabetização passou por uma progressiva extensão ao longo de décadas, até alcançar um patamar diferente de apenas saber ler e escrever, ou seja, uma outra habilidade: a de fazer uso da leitura e da escrita. Até o Censo de 1940, alfabetizado era “aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome”. Depois, a partir do Censo de 1950, considerava-se alfabetizado quem era capaz de produzir um texto simples como um bilhete, ou seja, com habilidades um pouco mais avançadas para exercer uma prática de leitura e escrita. Atualmente, os resultados do Censo, especialmente nos casos das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), apresentam um conceito de alfabetização funcional da população, baseada no critério de anos de escolarização,

ficando implícito nesse critério que, após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não só aprendido a ler e escrever, mas também a fazer uso da leitura e da escrita, verifica-se uma progressiva, embora cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita. (ibid., p.7)

É esse tipo de leitura que propomos como recurso ao pensamento hegemônico construído pela mídia, ou seja, a leitura no interior de um contexto maior - o contexto de letramento, que identifica o leitor capaz de ir além do que as palavras dizem ou as imagens demonstram. Assim, passada a etapa de apropriação do sistema alfabético, fonológico e ortográfico, o leitor se envolve em “práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a

essas práticas” (ibid., p. 7).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar a visão de Setton (2010, p. 8) de que as mídias - e nós acrescentamos particularmente a televisão - são “agentes da socialização, isto é, possuem um papel educativo no mundo contemporâneo. Junto com a família, a religião e a escola, elas funcionam como instâncias transmissoras de valores, padrões e normas de comportamentos.” Sendo assim, como a escola deveria lidar com esse fenômeno que a autora chama de “fenômeno midiático”?

A resposta não é simples. pois envolve diferentes instâncias, mas sabemos que não cabe simplesmente ignorá-lo. Considerando o “envolvimento com diferentes áreas do conhecimento, a mídia torna-se interdisciplinar e complexa” (ibid., p.9); e a educação deve se fazer presente, no caso, comofronteira de resistência ao pensamento hegemônico imposto pela mídia. Diante disso, o letramento midiático emerge como um recurso importante na construção dessa fronteira. Para tanto, o educador reorganiza suas práticas incluindo materiais, práticas e eventos que envolvam a televisão, com objetivo de promover uma leitura crítica e contextualizada das mensagens veiculadas.

Dessa forma, “o letramento midiático não modifica apenas a relação do estudante com o ensino/aprendizagem, mas altera o papel do professor, que antes transmitia o conhecimento contido, em sua grande maioria, em livros.” (SETTON, 2010, p.10)

Conclusão

O letramento midiático auxilia nas práticas pedagógicas no sentido de ser uma forma de transformar leitores passivos, que não questionam o que veem, ouvem e leem nos meios

mediáticos, em leitores críticos, capazes de apreender as informações contidas nas entrelinhas e decidir como utilizá-la e se posicionar em relação ao assunto e/ou propaganda veiculados. Nesse sentido, ressaltamos a importância do desenvolvimento, por parte dos professores, de uma prática de leitura crítica e reflexiva dos materiais veiculados pela mídia, especificamente pela televisão, levados para a sala de aula. Tal leitura deve comportar questionamentos como: qual é a ideologia desse veículo? Qual é a ideologia desse discurso? Quem são seus donos? Quem são os anunciantes? Quem eles representam? Mediante essas e outras questões, conseguimos suscitar o pensamento crítico e autônomo, próprios de atores sociais que, pretende-se, sejam protagonistas e não uma massa de manobra nas mãos do poder a quem interessa apenas a riqueza gerada pelo consumo irrefletido.

Referências

BARROS, A. F. Manipulação ideológica: Propaganda e educação na sociedade capitalista. I. ed. Curitiba: Appris, 2015. v. único

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005

Pesquisa Brasileira de Mídia. Disponível em <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917> Acesso em 22/08/2019.

LOIOLA, A. V. S. F. **Reportagem televisiva e letramento científico na formação de pedagogos**. 118p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Instituto Federal do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2019.

REZENDE FILHO, L. A. C., BASTOS, W. G., PASTOR JUNIOR, A. de A; PEREIRA, M.V; SÁ, M. B. Contribuições dos estudos de recepção audiovisual para a educação em ciências

e saúde. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 143-161, 2015.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e educação**. Contexto: São Paulo, 2010.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n. 25, p. 5-17, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Educação não-escolar e cultura popular no quilombo do Camorim o Jongo como movimento cultural e educativo

Érica Aragão Monteiro¹

Universidade Federal Fluminense

Este artigo tem como objetivo provocar algumas reflexões sobre educação não Escolar e Cultura popular no Quilombo do Camorim, por meio de notas de campo e fotografias que (re)velam o cotidiano, os saberes e as práticas culturais Afro-brasileiras e outras ações educativas realizadas no local.

Estar em campo inicialmente é como visitar uma casa no qual ainda não se tem tanta intimidade com os moradores, mas o visitante realiza um trabalho lá e precisa conviver e inserir-se naquele espaço, participando o mais intensamente da vida ali. A princípio a afirmação anterior cabe muito bem para descrever a sensação de um pesquisador que busca fazer etnografia sem ser especificamente nativo de um local, e por isso, não compartilha das práticas culturais cotidianas e de convívio da comunidade. É muito denso descrever a complexidade de uma comunidade e de um local, e analisa-la, primeiramente porque a natureza humana é complexa mesmo, e segundo porque o pesquisador é tão humano como os humanos que serão observados e que permitirão (na medida que quiserem) a convivência com um ser-outro tão igual e ao mesmo tempo muito diferente dele. É notório que as condições materiais e sociais do local delineiam as ações e

¹ Doutoranda em educação UFF/pesquisadora bolsista CNPQ Linha de pesquisa: Ciência, Cultura e educação.
erica.aragao.ufrj@gmail.com

as práticas cotidianas, mas elas não são determinantes, tendo em vista que estruturas são rompidas justamente pelas forças da cultura, da educação não escolar e da resistência.

Ao nos depararmos com a completude e incompletude do ser, das situações do nosso “estudo”, no qual alguns denominam objeto, percebemos que todo estudo e “objeto” é uma pequena peça de um todo complexo, que precisamos analisar e revelar a maior parte possível deste pequeno mundo numa dada área. E revelar conjuga-se com conflitar, logo é preciso mostrar os conflitos, os paradoxos, para que uma descrição etnográfica e sua análise não seja uma narrativa romântica e uma dada realidade.

E por que tantas justificativas para a introdução deste trabalho? Ela ocorre porque, metaforicamente, o objetivo deste trabalho é mostrar um feixe de luz e uma pequena cena de um dado “objeto” de estudo, no qual o trabalho no/do campo permitiu revelar, sendo assim as reflexões sobre a imersão e as contradições em campo, em um estudo etnográfico, na área de educação são necessárias mesmo que elas não sejam tão óbvias. O campo selecionado e a situação são partes da tese de doutorado que ainda será apresentada, cujo tema é: “Cultura popular Afro-Brasileira, educação não escolar no Quilombo do Camorim – Espaço de resistência identidades e diversidade de saberes”. A nota de campo que aqui iremos apresentar provém do acompanhamento e desfecho da Festa de Dandara e Zumbi, em comemoração à semana da Consciência Negra. Para falarmos de cultura popular precisamos situar o que estamos pensando sobre este conceito. Cultura popular refere-se ao povo, as pessoas no geral que compõe a sociedade sem especificação de raça,

credos, classe social, mas é um conceito bastante complexo e carregado de estereótipos. Para Abreu (2003, p. 2)

Antes, porém, é bom deixar claro que não entendo cultura popular como um conceito que possa ser definido a priori, como uma fórmula imutável e limitante. Talvez possa ser visto como uma perspectiva, no sentido de ser mais um ponto (de vista) para se observar a sociedade e sua produção cultural. O fundamental, no meu modo de ver, é considerar cultura popular como um instrumento que serve para nos auxiliar, não no sentido de resolver, mas no de colocar problemas, evidenciar diferenças e ajudar a pensar a realidade social e cultural, sempre multifacetada, seja ela a da sala de aula, a do nosso cotidiano, ou a das fontes históricas.

Isso posto, é importante que contextualizemos o nosso Quilombo: Camorim é um Bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, cujo Quilombo está localizado em Jacarepaguá e próximo ao Parque Estadual da Pedra Branca, área urbana, mas ainda cercada pelo verde e vizinha da Barra da Tijuca, espaço que sofre forte especulação imobiliária. Um Quilombo em uma área urbana é bastante interessante, pois a maioria deles ficam em áreas mais agrícolas e distantes dos centros urbanos, o que amplifica a complexidade do espaço que é muito descaracterizado em sua aparência arquitetônica. Hoje o crescimento da cidade mescla-se com a Natureza e com as origens históricas Afro-Brasileiras presentes no Camorim. Nesse local, há ainda vestígios e outras referências pouco preservadas como patrimônio que marcaram a história do Quilombo, como: a Igreja de São Gonçalo do Amarante (construída em 1625), as pedras na rua no início do Quilombo (colocadas pelos escravizados e refeitas pelo IPHAN), a Casa Grande, que agora é um casarão bastante descaracterizado ocupado por moradores do local, e um terreno tombado pelo

IPHAN que, atualmente, é considerado o sítio arqueológico Engenho do Camorim. No terreno, há diversos vestígios do engenho do século XVII. O Quilombo foi certificado como comunidade remanescente de Quilombola pela Fundação Cultural Palmares, somente em 2014, após intensos trabalhos da Associação Cultural Quilombo do Camorim (ACUQCA)

O trabalho organizado e respaldado pelo IPHAN e feito pela ACUQCA na busca do resgate das tradições e da memória do povo Afrobrasileiro, está ainda recente. A Associação foi fundada em outubro de 2003, com o objetivo de divulgar o patrimônio cultural, histórico e ambiental e preservá-lo, desenvolvendo atividades educacionais junto à comunidade. A pesquisadora Doutora Silva Peixoto da UFRJ, desenvolveu uma pesquisa arqueológica no local que contribuiu para a regulamentação do terreno pertencente ao Quilombo, junto ao IPHAN, como Sítio Arqueológico Engenho do Camorim e área preservação do patrimônio histórico-cultural. Além do trabalho realizado pela pesquisadora, é importante destacar que as atividades educativas que lá ocorrem foram implementadas por um morador quilombola, que na busca por sua missão de vida e no resgate à suas raízes, sentiu a necessidade de iniciar essas atividades no local. Este morador é Adilson Batista de Almeida, o principal informante sobre a Festa de Dandara e Zumbi e sobre todas as atividades que ocorrem sob sua liderança no local. Adilson possui saberes e conhecimentos não-formais que apresentam uma outra pedagogia e história local, além disso, o remanescente de Quilombola é o fundador da ACUQCA e quem mais parece se empenhar na preservação da história e memória do Quilombo. Estive duas vezes no Quilombo, uma no período dos preparativos e no espaço onde ocorreu o evento: o sítio Arqueológico Engenho do Camorim, onde ele me recebeu e a segunda, após o evento.

No primeiro dia, fui acompanhar a organização inicial da estrutura da festa, montagem das barracas, limpeza do terreno e como preparam e pensam as oficinas etc, porém neste dia, houve uma visita (da qual eu não sabia) da ONG *Rede de favelas sustentável*, onde eles foram conhecer o sítio arqueológico do Quilombo e fazer uma imersão. Assim, o que estava previsto foi alterado, sendo importante para mim como pesquisadora a experiência de repensar os objetivos e o roteiro, realizando outras observações que me serviram de experiência para o campo. Adilson, Talita, Adriana e Thais receberam o grupo pela manhã com uma mesa de café farta no qual serviram, frutas, pães, leite e frios. Eles recebem as pessoas de forma muito afetuosa, preparam tudo com muito carinho. A banana que estava a mesa é da plantação do próprio Quilombo, os demais alimentos são industrializados. No Quilombo do Camorim há uma forte urbanização e especulação imobiliária, desta forma, ele não é mais um quilombo rural, apesar de estar localizado quase dentro da mata do Parque Estadual da Pedra Branca. O local situa-se em uma região em valorização devido a especulação imobiliária, pois é próximo a Barra da Tijuca e a região Olímpica. Assim os hábitos são urbanos e as práticas são impregnadas pela cultura da cidade grande. Todavia, Adilson e as mulheres da ACUQCA tentam resgatar algumas tradições Quilombolas, tais como manter as festas e as apresentação de atividades da Cultura Afro-brasileira (como Jongo, capoeira, oficina de Xequerê), feijoada na lenha, horta orgânica entre outros.

Retornando ao relato da visita, o grupo, após tomar o café da manhã, foi conhecer a Horta orgânica, recentemente criada pelos moradores do Quilombo, ela fica dentro do sítio arqueológico. Adilson, o líder quilombola, mostrou as plantas e falou sobre elas, transmitindo saberes e também ouvindo orientações de um dos visitantes que era geógrafo especialista

em ecologia. O grupo, composto por, em torno de dez pessoas, percorreu as trilhas que compõem o percurso até os pontos onde há escavações arqueológicas com vestígios materiais do Engenho do Camorim. Fui acompanhando e fazendo fotos, conforme foi solicitado por Adilson que me apresentou ao grupo como uma amiga e pesquisadora da UFF ali do Quilombo. Os visitantes ficaram curiosos e uma das moças perguntou o que eu pesquisava, então esclareci que pesquisava Cultura popular Afro-brasileira e a educação não-escolar no Quilombo do Camorim. Ao longo da trilha, Adilson falava sobre a história local, e a importância de cada vestígio. Falou da importância do rio Camorim (que corta o terreno), da área de escavação onde estão alguns vestígios como cerâmicas, fainças portuguesas, restos de panelas, cachimbos etc e sobre o processo de luta para conquistar o espaço como área pertencente ao Quilombo. Após toda a trilha que levou em torno de 1 hora no total, Adilson narrou as dificuldades que tiveram para conseguir tombar o local e os preconceitos sofridos por moradores vizinhos ao espaço, eles olham da janela dos seus prédios de classe média (construídos na época das Olimpíadas para abrigar a mídia internacional) e julgam as atividades. Adilson relata que um grupo de moradores já chamou a polícia em um evento porque acreditavam que no terreno estavam realizando rituais e seitas com crianças. Além dessa história, ele contou outras sobre o terreno do Quilombo, como a que ele narra o seu choro ao ver as máquinas derrubando as árvores centenárias e os sambaquis próximo ao Rio Camorim. As máquinas eram de empreiteiras que ocuparam o local para realizar a construção de novos prédios, tomando parte do terreno que pertencia ao Quilombo e onde foi delimitado pelo IPHAN como sítio arqueológico Engenho do Camorim. Este fato nos mostra como a preservação da nossa cultura, história e memória não é um

valor intrínseco no nosso País, e como o Estado pode colaborar para empoderar a Escola e as estruturas capitalistas e colonialista da sociedade produziram uma pedagogia que tentou inferiorizar o negro, apagar a memória e a história, todavia as manifestações e lutas populares buscaram outros caminhos, outras pedagogias. Conforme afirma Arroyo (2014, p. 14):

Os coletivos sociais em suas presenças nos movimentos ou nas escolas trazem outras pedagogias. Vítimas de processo histórico de dominação/subalternização trazem suas pedagogias de resistências. Trazem os contextos históricos, as relações políticas em que foram produzidos subalternos, mas também trazem, com maior destaque, as resistências a esses contextos e essas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e pedagógicas. Por que essa história de resistências populares foi ignorada como uma história de tensos processos de formação/humanização de que foram sujeitos os grupos populares? A cultura da resistência faz patê constituinte da cultura popular latino-americana.

Diante destas reflexões, retomamos o relato: Por fim, na mesma manhã em que narrávamos, após todo roteiro, a visita terminou com uma roda de jongo, com as mulheres líderes do Quilombo e da ACQCA. Eu participei, aprendendo passos e ritmo, lembro-me que diante da minha dificuldade de seguir o ritmo, Thais uma das mulheres Quilombolas e uma das percussionistas da roda, chegou próximo do meu ouvido e falou: “siga o tambor. Seu pé bate no chão junto com o tambor e no ritmo dele, olhe para a pessoa que está jogando com você, isso é uma parceria, um combinado, imagine se você estivesse tramando uma fuga. Você deveria dançar e se aproximar do “negão” falar algo próximo ao ouvido dele”.

Diante destes “conselhos” eu compreendi muito do jongo na vivência. Entendi que o jongo não é só um ritmo, uma

herança cultural, um movimento corporal, mas um movimento de resistência e flexibilidade, uma linguagem metafórica e capaz de dar ritmo a vida e busca pela sobrevivência. É também uma forma de se comunicar com o corpo, atribuindo um ritmo à vida e poetizando as palavras.

No dia do Evento denominado Festa de Dandara e Zumbi, em comemoração à semana da consciência negra, cheguei ao local após 1 hora de início, às 13h já estavam servindo a como afirma Adilson: “tradicional feijoada na lenha, couve cortada a mão, sem máquinas, tudo feito de forma muito tradicional”. Afinal, o alimento é também parte da cultura de um povo e constitui uma das suas marcas identitárias e, por isso, é essencial para Adilson que a feijoada seja feita de forma artesanal, sem equipamentos para cortar couve e cozida na lenha. Ele me recebeu com um grupo de amigos na entrada do evento, pois estava ali para receber a todos que chegavam, como um bom anfitrião que está atento a quem chega e entra na sua casa.

Comi a feijoada e deixei um valor como contribuição voluntária para a ACUQCA, era apenas o que eles sugeriam no encontro (contribuição voluntária). Observando os participantes do evento, vi que a maioria era negra, e isso me deu um alento, pois é muito comum no Rio de Janeiro, que eventos para comemorar a cultura negra, ou eventos de lazer cuja atividade é de origem Afro-Brasileira, como samba, tenham muito brancos. Neste dia não, os negros reinavam como reis e rainhas Africanos. A nossa África urbana carioca é bem diversificada. O bairro Camorim é bastante heterogêneo e há uma grande diversidade social, economia, cultural e racial que, muitas vezes, é espelhada nos eventos que ocorrem no Quilombo, mas desta vez foi diferente, pois os negros eram a maioria. Outro fato muito marcante aos olhos é a vestimenta e como o ambiente estava preparado para a festa. Quase todos os

negros com acessórios que simbolizavam a cultura Afro. As barraquinhas da festa todas enfeitadas com cores e adereços Afro-Brasileiros. Esta paisagem, certamente, chama a atenção de quem comparece ao local, principalmente pela primeira vez, sendo assim parte de um processo de imersão e multiculturalidade que pode contribuir para a educação das pessoas que não conhecem o espaço e pouco sabem da Cultura-Afro Brasileira. Afinal tudo que é novo ou estranho nos causa questionamentos e, assim, por meio dos questionamentos e estranhamentos que as pessoas podem transpor a ignorância e chegar ao conhecimento, o que contribui para minimizar os preconceitos, diminuir a discriminação. Estas trocas estabelecidas nesses encontros coletivos são educativas, pois sujeitos tem a oportunidade de conhecer, refletir e aprender. É muito interessante pensar que na Escola essas práticas, manifestações e saberes foram e ainda são espaços restritos que são abordados no currículo por força da lei 10639/2003, ou apenas nos eventos de comemoração da consciência negra ou Abolição da escravatura. Ou seja, a Escola e a sociedade produziram uma pedagogia que tentou inferiorizar o negro, apagar a memória e a história, todavia as manifestações e lutas populares buscaram outros caminhos, outras pedagogias. Conforme afirma Arroyo (2014, p. 14):

Os coletivos sociais em suas presenças nos movimentos ou nas escolas trazem Outras pedagogias. Vítimas de processo histórico de dominação/subalternização trazem suas pedagogias de resistências. Trazem os contextos históricos, as relações políticas em que foram produzidos subalternos, mas também trazem, com maior destaque, as resistências a esses contextos e essas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e pedagógicas. Por que essa história de resistências populares foi ignorada como uma história de tensos processos de formação/humanização de que foram sujeitos

os grupos populares? A cultura da resistência faz patê constituinte da cultura popular latino-americana.

Voltando ao relato sobre a festa de Dandara e Zumbi, após o início da feijoada, fui observando que outras pessoas foram chegando ao local, dentre elas, pessoas convidadas para participar das rodas de danças e expressões de cultura popular. Mestres e referências em cultura popular: oficina de Xequerê com Amauri Santos, Oficina de côco de roda com a Mestra D.Aurinha e Andreza Karla, oficina de jongo Mestre José Geraldo e Mestre Feinho Senzala. Encerramento com Rapper Dudu de Morro Agudo e grupo. Todos eles teceram uma colcha multicultural, no qual a identidade Afro-Brasileira-indígena Europei ente outras, dialogou nas expressões e manifestações culturais. Na roda de jongo, tocavam o tambor, as mulheres quilombolas do Camorim que sempre compõe a roda: Thais Oliveira, Adriana Lopes e Rosilene Almeida. Enquanto eu fiquei na roda, acompanhando os pontos, um senhor negro olhou para mim e me deu uma saia estampada, dizendo para mim que eu a vestisse. O fiz, e fiquei na roda sendo movida pela energia da música, do ritmo e das letras fortes que falam de luta, de resistência. Adilson entrou para jogar na roda com uma mulher, após algum tempo dançando, ele me olhou como se me chamasse para participar, eu ainda tímida, entrei na parte interna da roda para jogar. Uma emoção muito forte surgiu em mim, movendo saberes, ancestralidade, memórias e história. Adilson me olhou mais uma vez enquanto jongávamos, e entre o intervalo de um ponto e outro, disse para mim que eu tirasse os sapatos. Eu obviamente atendi ao pedido, colocando meus pés no chão e percebendo a terra como algo sagrado, conforme o mestre José Geraldo já tinha dito num grito lindo e resistente. Esta experiência foi uma outra pedagogia que a Escola nunca me ofereceu, nem a família e

nenhum outro espaço de cultura e lazer tradicional que já frequentei. Assim, vou me reeducando e contando para as pessoas do meu convívio todos esses saberes, tentando fazer com que o olhar condicionado da vida e, muitas vezes, dos currículos tradicionais, sejam transformados por experiência outras que são libertadores (como dizia Freire)

Adilson relata sempre que na roda de jongo do Camorim “quem manda são as mulheres”. Ele fala sobre a importância de valorização das mulheres, apontando que antigamente nós não podíamos participar da roda, mas que hoje estamos em outra época. Assim ele aponta que o jongo se renova, reinventa, abrindo-se às influências sociais-culturais e políticas da contemporaneidade.

Essas experiências coletivas, organizadas pelos moradores do Quilombo são movimento pedagógicos, culturais que agregam valores, memórias e histórias, com o objetivo de manter os saberes, espaços e história da cultura Afro-Brasileira. Porém Adilson que foi o percussor deste movimento no Quilombo, relata que sente muita dificuldade nesta luta e em muitos momentos pensa em desistir por falta de apoio dos próprios moradores do Quilombo que não reconhecem a própria história e nem mostram interesse em conhecê-la, sob influência das religiões neopentecostais e outras influências que negam suas raízes, eles ignoram a sua história e memória. Tal fato nos leva a uma ponderação: Qual é o papel da Escola e de outros espaços educativos em relação ao um trabalho que olhe para a identidade e cultura dos indivíduos? Os cidadãos remanescentes de Quilombola, que vivem no Quilombo, não foram educados da Escola que abordava no seu currículo a cultura e história Afro-brasileira. Isso pode ter influenciado a alienação deste indivíduos sobre a própria história, cultura e identidade?

Após esta nota de campo, pensei que para ampliar a reflexão sobre um momento tão importante, seria imprescindível uma entrevista com Adilson, o que poderia esclarecer algumas questões que surgiram enquanto acompanhei a Festa de Zumbi e Dandara e outras atividades que já presenciei no Quilombo, assim, realizei uma entrevista com ele no dia 09/01/2019, no qual percorrendo as trilhas da matas do Camorim e banhando-se na cachoeira onde os escravizados banharam-se, nós fomos conversando, onde paramos em um local e ele me concedeu o relato de forma muito atenciosa e segura.

Eu: Conte-me um pouco sobre a história? Como foi a ideia de como resgatar a cultural popular Afro-Brasileira aqui no Quilombo. Como surgiu? Como foi pensada e elaboração da festa de Dandara e Zumbi?

Adilson: Esse trabalho é sobre a questão do resgate, da memória e de toda a história do nosso povo, dos africanos escravizados trazidos para o Brasil, eles já tinham sua cultura, suas crenças e inclusive festas, né. Então todo esse trabalho desse resgate, nós estamos trazendo para o Quilombo do Camorim. É..Nós começamos com uma coreografia chamada Sancofa. Essa coreografia foi criada mesmo por nós, aqui dentro do próprio Quilombo com a batida do ²Ijexa. E daí a gente começou a fazer várias apresentações e muitas pessoas não sabiam o que que era. Até mesmo porque o nome da coreografia era sancofa, então... sancofa é um pássaro com a cabeça voltada para traz, e segundo o dicionário Incra, é voltar ao passado, buscar suas origens, aprender coisas boas, trazer para o presente e poder construir um futuro melhor. Então

² Ritmo Afro Brasileiro que vem dos terreiros. O vocábulo *Ijesá* é de origem Iorubá. É uma subdivisão da etnia Iorubá e designa também uma cidade da Nigéria que é o berço do grupo.

todo esse trabalho de resgate vem do passado com toda história, memória do nosso povo e nos traz para o presente. Então todas essas coisas boas vieram com as festas, danças, cânticos e não podíamos deixar de trazer o empoderamento pelo jongo que é uma parte mais de ancestralidade e uma questão religiosa, onde na África, inclusive os Africanos escravizados trazidos para o Brasil, para manter as suas lembranças com o passado, buscavam no presente cantarolar, dançar e fazer a prática do jongo. Esse resgate no Quilombo do Camorim nós estamos fazendo. E também nos começamos a trazer esses manifestos de resgate das danças para um evento e então como a gente tem a comemoração de Zumbi dos Palmares (dia da consciência negra), mas só que as pessoas esquecem o lado da luta das mulheres e aqui nós conseguimos trazer este lado e desconstruir o lado machista, esse lado, enfim todo o lado pejorativo que tem, não só com as mulheres, mas com o povo negro. Então começamos a criar um evento com o nome de Dandara e Zumbi dos Palmares porque a gente tem que buscar empoderar as mulheres, elas têm que vir em primeiro lugar. Por isso se chama então Dia da Consciência negra: Dandara e Zumbi dos Palmares, porque a Dandara foi uma mulher negra, então foi uma guerreira como as mulheres hoje são, e eu admiro muito. Foi assim que começou o início do processo do resgate da memória do Quilombo. Nós fizemos o primeiro evento e nestes eventos a gente vem trazendo um pouco da história real do nosso quilombo. Essa história real é de lutas e também de vitórias e nós vamos mostrando para a sociedade que o Quilombo não traz só a história de sofrimento, tem o lado festivo, nós somos felizes e estamos a todo momento sorrindo, lutando e festejando. Então esse projeto, é que a gente tem hoje como um Projeto, que Dandara e Zumbi dos Palmares no dia da consciência negra. A gente fala do Quilombo, a gente faz apresentações na roda de jongo, faz uma

palestra inicial, convida as pessoas a conhecerem e participarem da roda de jongo, como também da capoeira. A gente faz a abertura do evento com a história local, que é a história da construção do nosso País, que a construção do Brasil foi feita pelos negros e, então, a gente fala da história local e nisso a gente acaba não só passando esse conhecimento para a população, mas também o quanto a gente acaba aprendendo com cada um que vem. Vem pessoas com gabarito em história da África, história Quilombola, e então a gente acaba ensinando e aprendendo. Não só dentro destas festas, mas também tem muitas Escolas públicas que vem visitar o Quilombo e buscam mais um pouco desses saberes. Então esse conhecimento não está só dentro da sala de aula, ele está nesse trabalho de campo, e sei que isso tem feito muita diferença para os nossos jovens da rede pública, Municipal, Estadual...e também para as faculdades. O trabalho de campo tem ajudado muito. Principalmente a história da construção de um País, uma história dos Africanos Escravizados trazidos para o Brasil. Eu acho que isso, esse empoderamento dentro dos saberes com a população é fundamental. Essa troca... isso para mim é uma troca e eu fico muito feliz em poder estar dialogando e mostrando um pouco a história dos nossos antepassados. Ou seja, uma história e memória que desde pequeno... vem de berço, dos meus avós tataravós e meus pais.

Após este relato e a experiência de andar pelas trilhas na mata do Quilombo com Adilson, vejo que ele tem a consciência da importância do trabalho que lá realiza, e percebe que esses saberes, cultura e história também educam e tem importância até mesmo para contribuir com a formação escolar. Adilson fala sobre pautas que são importantes na nossa sociedade, como o valor das mulheres, empoderamento, resistência, luta e superação. Porém no seu próprio discurso aparentemente de apoio ao feminismo, fica subentendido o machismo que está

inconsciente, pois ele afirma “nós temos que empoderar as mulheres”, ou seja, para ele, as mulheres não se empoderaram por si mesmas, mas parecem que são empoderadas pelos homens. Além disso, Adilson não mostra ou fala muito sobre a dor, o preconceito e a subalternização, ele prefere apontar os caminhos positivos de luta e vitórias e as festas e a cultura Afro-Brasileira como algo que traz felicidade para eles. Nos parece uma celebração da vida por meio da cultura popular. No seu discurso, também revela que as trocas estabelecidas compõem os seus saberes e contribuí para a formação de jovens estudantes e universitários. Ele reconhece que o trabalho de resgate e memória é algo importante para si e para sua comunidade e isso parece fazê-lo feliz.

Considerações finais

Essas notas de campo preliminares são parte de experiências no qual a imersão em um ambiente e contexto diferente do que vivo leva para a minha pesquisa uma visão humanizada e que busca ser fiel ao que pude ver, mas que é muito pequena diante da complexidade das práticas culturais, políticas e cotidianas do povo do Quilombo do Camorim, principalmente daqueles que participam ativamente da construção da memória e história local e do resgate das festas e cultura Afro-Brasileira. Somente o tempo, a convivência profunda e cotidiana podem apresentar uma aproximação mais profunda com o que de fato ocorre naquele lugar ainda bucólico dentro da cidade do Rio de Janeiro, um lugar de fala e silêncio, de cidade grande e interior, de festa/vida e de funeral/morte. Um lugar que precisa manter a sua memória viva e, para isso precisa de apoio de Instituições, Pesquisadores e pessoas que possam compreendê-lo como um espaço de memória, de

história e de cultura, enfim, compreender o Quilombo contemporâneo e urbano como um espaço educativo, de trocas e experiências de vida e de saberes que nenhum currículo tradicional consegue abarcar e que passa muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, do poder público e até mesmo dos seus próprios habitantes. Desta forma, o papel de um pesquisador que faz etnografia e também repensar a sua contribuição para a sociedade, trocando experiências, saberes e contribuindo para que o seu objeto de estudo, neste caso, um objeto humano/humanizado tenha mais possibilidades de manter suas raízes, porém ampliar a sua cidadania, a sua história e marcar o seu território físico e simbólico como parte de um processo que compõe a nossa identidade nacional.

As fotografias que estão no anexo compõem uma importante ilustração das festas e a visitas de campo.

Referências

ABREU, Martha e Soihet, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. *Transformações da Paisagem e a Memória em Camorim*, *Revista Antítese*. v. 7, n. 14, p. 171-200, jul. - dez. 2014

MALINOSWSKI, Branislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

EMERSON, Robert; FRETZ, Rachel; SHAW, Linda L. *Notas de campo da pesquisa etnográfica*. Chicago: universidade Chicago Press, 1995. Tradução para língua portuguesa por Leandro de Oliveira. *Revista Tendências: Caderno de ciências Sociais*, nº 7, 2013 ISSN: 1677 - 9460

HALL, Stuart. Cultura e representação/ Stuart Hall Organização e revisão técnica; Arthur Ituassu – Rio de Janeiro/ ed. PUC Rio: Apicuri, 2016

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O velho e bom caderno de campo*. Revista Sexta-feira, n.1, Maio de 1997, São Paulo.

MUNANGA, kabenguele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo – Histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009.

<http://acuca-camorim.blogspot.com> (acesso em abril de 2019 às 14h)

https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2008/ju398pag12.html (acesso em 09/09 às 23h)

<http://acuca-camorim.blogspot.com> (acesso em 20/08 às 09h)

<http://www.palmares.gov.br> (acesso em 30/08 às 21h)

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Continuidades y rupturas en los centros y periferias historiográficas desde los años 90

Juan Manuel Santana¹
Israel Sanmartín²

Resumo

Neste trabalho, examinamos a redação da história após as mudanças ocorridas na disciplina no final do século XX, e que alguns especialistas consideraram como uma espécie de "sequestro" da disciplina. Essa situação se deve à circulação de algumas histórias importadas da ciência política, como a tese do "fim da história", discussões sobre o fim do marxismo ou os enterros da própria disciplina histórica. Essa situação fez os diferentes paradigmas historiográficos de 1597 fracassarem, com os quais muitos diagnosticaram a situação como um "destrução" da história como uma disciplina contra a ciência política ou a filosofia política. Com esse diagnóstico, analisaremos geograficamente como essas circunstâncias afetaram a prática historiográfica em centros historiográficos tradicionais, como a escola de Annales, o materialismo histórico e, genericamente, referido como "pós-modernismo". Esses três paradigmas conformam

¹ Español, Dr. en historia, historiador especialista en Teoría de la Historia e Historia de los siglos XVI-XVIII.

Catedrático de Historia Moderna de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria desde 2009 ORCID: 00000002-9505-9288
juanmanuel.santana@ulpgc.es

² Español. Dr. en Historia. Especialista en historia medieval e historiografía. Líneas de investigación: a) Historia del milenarismo medieval b) historiografía y teoría de la historia; c) Historiografía latinoamericana d) Historia digital. Universidad de Santiago de Compostela
israel.sanmartin@usc.es

amplamente o centro historiográfico pertencente França, Reino Unido e EUA e suas periferias dependentes e colonizadas. Uma vez estudados e sistematizados esses três grandes paradigmas historiográficos do século XX e do século XXI, e testado o diagnóstico da situação da história, voltaremos para outras realidades geográficas mais periféricas. Assim, pararemos na América Latina, Europa e África, onde compararemos como esses lugares evoluíram historicamente. A conclusão que tiraremos tem a ver com o diagnóstico de um certo "vigor" da disciplina da história nos últimos anos, podendo ser muito sólido contra os ataques recebidos de outras disciplinas. Poderíamos dizer que a história está "de volta", ou mesmo que nunca saiu. A verdade é que a disciplina caminha de novo com significado e mantém alguns de seus princípios clássicos, como rigor, racionalidade e comprometimento. Todos esses elementos expressam claramente que a renovação historiográfica passa por espaços periféricos, tanto dentro dos centros historiográficos quanto fora deles.

Palavras-chave: teoria da história, materialismo histórico, anais, história integral, marxismo do século XXI, historiografias periféricas

Resumen

En este trabajo examinamos la escritura de la historia después de los cambios que tuvieron lugar en la disciplina a finales del siglo XX, y que algunos especialistas consideraron como una especie de "secuestro" de la disciplina. Esta situación se debió a la circulación de algunos relatos importados desde la ciencia política, como la tesis de "el fin de la Historia", las discusiones sobre el fin del marxismo, o los propios enterradores de la propia disciplina de la historia. Esta situación hizo tambalear los diferentes paradigmas historiográficos, con lo que muchos diagnosticaron la situación como de "arrumbamiento" de la historia como

disciplina frente a la ciencia política o la filosofía política. Con este diagnóstico, analizaremos geográficamente cómo han afectado esas circunstancias a la práctica historiográfica en los centros historiográficos tradicionales, como la escuela de *Annales*, el materialismo histórico, y al denominado genéricamente como “posmodernismo”. Estos tres paradigmas conforman en gran parte el centro historiográfico perteneciente Francia, Reino Unido y EE.UU. y sus periferias dependientes y colonizadas. Una vez estudiados y sistematizados estos tres grandes paradigmas historiográficos del siglo XX y principios del XXI, y testeado el diagnóstico sobre la situación de la historia, nos dirigiremos a otras realidades geográficas más periféricas. Así, nos detendremos en América Latina, Europa y África, donde cotejaremos cómo han evolucionado historiográficamente esos lugares. La conclusión que plantearemos tiene que ver con un diagnóstico de cierto “vigor” de la disciplina de la historia en los últimos años, al ser capaz de mostrarse muy sólida frente a los ataques recibidos de otras disciplinas. Podríamos decir que la historia está “de vuelta”, o incluso que nunca se ha ido. Lo cierto, es que la disciplina vuelve a caminar con sentido y manteniendo algunos de sus principios clásicos, como el rigor, la racionalidad y el compromiso. Todos estos elementos expresan de forma clara que la renovación historiográfica pasa por espacios periféricos tanto dentro de los centros historiográficos como fuera de ellos.

Palabras clave: Teoría de la historia, Materialismo histórico, Annales, historia integral, Marxismo del siglo XXI, Historiografías periféricas

Abstract

We are examining the writing of history after the hijacking of the discipline at the end of the 20th century. The reports imported from political science on the end of history, of

Marxism and of the historical discipline itself, have shaken historical paradigms. We are analyzing the continuities and the ruptures in the *Annales* and in historical materialism these changes. There has been a new way of making history that had not had much travel until the 90s, postmodernism. Once analyzed and systematized the three major historiographical paradigms of the twentieth century and early twenty-first, and certified the idea of "Clio's return" we find novelties and inheritances in different geographies. Latin America, Europe and Africa, will be some of the places we have chosen to test the new situation of history. You can observe methodologies and efforts that suggest that the "return" of history is a fact. The 1598 discipline again walks with vigor, with sense and maintaining some of its classic principles, such as rigor, rationality and commitment. All these elements clearly express that the historiographical renovation passes through peripheral spaces both within historiographical centers and outside of them.

Keywords: Theory of History, Historical Materialism, *Annales*, Integral History, Marxism of the 21st Century, Peripheral Historiographies

Introducción

Los años 90 fueron muy confusos para el campo de la historia. La propia aceleración de la disciplina desde la caída del muro de Berlín y sus consecuencias abrieron el campo para la aparición e influencia de las tesis neoconservadoras, como la de "el fin de la Historia", la "brecha transatlántica" o "el choque de civilizaciones". Estas teorías hicieron que una parte de la profesión asumiera una importante crisis en la disciplina, como muestran los libros de Fontana (*La Historia después del fin de la historia*) o Noiriel (*La crisis de la historia*).

Esta situación se vio agravada porque el debate sobre la disciplina de la historia se vio también salpicado por las complicaciones que sufría el materialismo histórico tras la caída del llamado “socialismo real” en 1989. Poco después de esa fecha, en 1993, el profesor Santana exponía en el Congreso Internacional Historia a Debate que “Clío había sido secuestrada” (Santana 1995: 249-259). Esa frase resumía una situación en la que una parte de historiadores compartía. Todo se debía al desborde de significado que había supuesto para la disciplina de la historia someterse a todos los debates “finalistas” (sobre la historia, el marxismo o el mismo materialismo histórico), y al stress que supuso para los historiadores convencionales el creciente peso de los presupuestos relativistas acunados por el llamado “postmodernismo” historiográfico (White, Ankersmit, etc.).

Históricamente, las condiciones sociales y políticas del presente siempre han condicionado el desenvolvimiento de la ciencia histórica. Y la teoría de la Historia siempre se ha visto influenciada por todos los acontecimientos políticos, económicos y sociales. En otro sentido, historiográficamente muchos historiadores han aceptado la fragmentación y el narrativismo, como correlato del hiperrelativismo postmoderno después de los años 90. En esta línea, volviendo a 1983, en el centenario de la muerte de Marx, Pierre Vilar concluía una conferencia inaugural diciendo que todo el mundo, excepto los historiadores, le tienen miedo a Marx. Sin embargo, décadas después, las cosas han cambiado mucho y creemos que ya no podemos excluir a algunos historiadores que se han visto cautivados por los cantos de sirena narrativistas.

Hemos asistido, por tanto, a un “desembarco” de algunos historiadores que se identificaron con el materialismo histórico años atrás. Hubo una huida foucaultiana de los

"ismos" para llegar a una avalancha lyotardiana de los "post". Así, gran parte de aquella generación de historiadores formados en las interpretaciones socio-económicas, se autodenominaron postmodernos, postmarxistas o postestructuralistas para salir de las diferentes crisis (política, filosófica, epistemológica y disciplinar) de los años 90.

Pero en esta ocasión, los historiadores y la historia han salido lentamente de esa situación. El shock que supuso toda esa situación dio paso a una época de análisis, de estudio y de proposiciones durante la segunda parte de los años 90. Y así, aquel "secuestro" que certificaba el profesor Santana se volvió lentamente en liberación, en crítica y distancia con muchas teorías neoconservadoras y postmodernas. Se comprobó que las crisis afectaron tanto a las concepciones modernas como postmodernas y que la caída del sistema soviético no sólo supuso el presunto triunfo del capitalismo, sino que también tuvo un efecto liberalizador para los pensadores marxianos.

Con estas premisas debemos de tener en cuenta que buena parte de la historiografía del siglo XX se desarrolló bajo el desarrollo de la llamada Guerra Fría, que terminó formalmente en el año 1989. Ese año, sin embargo, puede ser considerado como la continuidad de parte de las esencias de la Guerra Fría en cuanto al control del pensamiento y en cuanto al desvío de recursos. El gran objetivo era continuar una forma de entender el mundo bipolar y dicotómica (Sanmartín 2007). Esa es una de las causas del éxito de las tesis neoconservadoras expuestas en párrafos anteriores. La presencia de la historia ha hecho que esto se matice considerablemente, puesto que la articulación de argumentos a partir de la racionalidad y de la dialéctica ha hecho que podamos entender de forma más compleja, donde la interdisciplinaridad y la transdisciplinaridad (Jordana y Sanmartín 2015: 11-23) forman parte ya de la nueva historiografía de la que nos hacemos eco en este trabajo.

Tomando todo esto en consideración, nos proponemos en un primer instante hacer un balance de las permanencias y los cambios en la historiografía de los grandes centros historiográficos. A Continuación, rastreadremos esas mudanzas y continuidades en otros espacios periféricos. Para ello nos detendremos en la evolución de diferentes historiografías desde un punto de vista geográfico. Por último, constataremos esas permanencias y mutaciones historiográficas en cuestiones concretas, que están envueltas en ropajes interdisciplinares y alejadas de las lógicas bipolares del siglo pasado.

1. Permanencias y cambios en los centros historiográficos

La Historia que hacemos en el siglo XXI integra, se quiera o no, los aportes más importantes de los tres grandes paradigmas historiográficos del siglo XX: el historicismopositivismo, los *Annales* y el Materialismo Histórico, además se debe de tener en cuenta el postmodernismo (sobre todo, en lo relativo a los estudios sobre el discurso). Esta propuesta cuatripartita está edificada sin dogmatismos ni exclusiones, sin ataduras ni encasillamientos en dogmas; y con una actitud científica flexible y heterodoxa³. Desde esa perspectiva comenzamos el análisis.

³ Barros (1995: 95-117) proponía reflexionar sobre qué historia se debe hacer, para ello expuso 16 tesis o proposiciones argumentadas para un posible consenso histórico que han tenido una importancia notable en nuestras reflexiones. Dentro de estas tesis destacamos en esta ocasión la 2ª que afirma que existe un paradigma común entre los historiadores y la 9ª que resalta la necesidad de pluralidad en la innovación metodológica, lo que implica la obligatoriedad de ser más global y transnacional.

1.1. La continuidad del historicismo-positivismo

Gracias al historicismo-positivismo la historia es una ciencia que se sustenta en la búsqueda y en la confirmación estricta de los hechos históricos. Esa forma de entender la disciplina de la historia supuso un gran avance no solo para la historia, sino también para todas las ciencias humanas y sociales. Con la aplicación de que todo hecho tiene que ser probado, se puso especial énfasis en la importancia de los datos, esto es, de la experiencia, a la hora de sostener cualquier teoría que nos acerque a la realidad. Es precisamente en este contexto en el que habría que situar los avances en la paleografía y las grandes ediciones de *corpus* documentales. Igualmente, la utilización de las ciencias auxiliares (sigilografía, paleografía, diplomática), ayudaron a establecer la autenticidad de los textos y conocer sus fechas⁴.

El positivismo se enfrentó al idealismo tradicional mediante la empiria. De tal forma, se empezó a dar importancia a los datos y acontecimientos, que comenzaron a ser tomados con seriedad y de forma sistemática. La crítica y denuncia que hicieron el propio Leopold von Ranke y la *Escuela Histórica Alemana* del teoricismo sin base documental, y la apuesta por la sistematización de los datos, el empleo de las técnicas auxiliares, y el apoyo de la crítica histórica, nos hacen ser deudores, en gran medida, de sus planteamientos. Es muy meritoria la insistencia de Ranke en el estudio de las fuentes, como también lo es el empeño en manejar la documentación de forma escrupulosa. Ranke posibilitó un gran impulso a la investigación histórica, que favoreció, en muchos campos de

⁴ A partir de ahí se desarrolla la crítica interna que se apoya sobre la interpretación del documento, y se evalúa la diferencia entre su testimonio y los hechos ya conocidos, que determina su grado de veracidad (Burguière 1991: 558).

estudio, la posibilidad de pensar las diferentes ciencias en base a problemas (Elias 1993: 14-15). Hoy en día esta escuela está plenamente vigente con los llamados retornos: de lo político con la nueva historia política, de la biografía con la nueva biografía o de la nueva historia social.

1.2. La ruptura hacia el pluralismo en la Escuela de los Annales

En cuanto a la escuela francesa de los *Annales*, debemos darle, aún, más importancia que al Historicismo. En ella, la historia no es sólo política ni un mero estudio de las élites y grandes personajes, sino que ofrece la posibilidad de prestar atención a los factores socioeconómicos y a las acciones colectivas (acorde con los grandes movimientos de masas)⁵. Ello implica sustituir el relato factual por la síntesis y la generalización. Aquí radica lo esencial del salto cualitativo que experimenta la ciencia histórica en el transcurso de la reacción contra el historicismo-positivismo (Casanova 1991, 22). Se trata de hacer la reconstrucción de la Historia sobre nuevas bases científicas como la historia-problema o la idea de totalidad. La aportación de este paradigma francés a la historiografía ha sido inmensa, ya que logró avances en la metodología, en el planteamiento de hipótesis, en la

⁵ En este sentido, es indispensable tener presente el trabajo del marxista británico George Rudé (2000) que consiguió revelar “los rostros entre la multitud”, ofreciendo un análisis de las acciones, la composición social, los liderazgos, los motivos y los legados de las multitudes de París y Londres. Rudé nunca trata a la multitud ni a sus integrantes de forma unidimensional; incluso sus estudios más tempranos revelan que las capas bajas también tenían intereses y aspiraciones que, si en ocasiones coincidían con los de los de arriba, había otras en que no. Rudé escribió que aprendió de Marx que las vidas y las acciones de la gente corriente son la esencia de la propia historia. Existe un magnífico trabajo sobre las concepciones historiográficas de Rudé (Kaye 2000: 1577).

ampliación del campo de estudio (temas), así como en la búsqueda de nuevas fuentes y el desarrollo de análisis más complejos.

Annales propuso ensanchar el horizonte de la historia que, al desertar del terreno político, condujo el interés de los historiadores hacia otros horizontes, bien sea la naturaleza, el paisaje, la población o la demografía. Con el concepto de materialidad convertido en central, se da un desplazamiento de las fuentes del historiador, quien ya no puede contentarse con la exégesis de los documentos provenientes de la esfera de la política. Así se amplía el número de fuentes y de métodos integrando la estadística, la demografía, la lingüística, la psicología o la numismática.

En otro sentido, la escuela de los Annales avanzó la cuestión de la concepción globalizadora de la Historia, la llamada “historia total”, interpretada a partir de *l’histoire a part entière* de Febvre, y que, nosotros preferimos traducir como “historia integral”. En palabras de Hobsbawm (2005: 483-492) se trata de una historia que es como una tela indivisible donde se interconectan todas las actividades humanas. Esto implica una apertura temática y una preocupación metodológica que impulsará la colaboración con otras ciencias sociales, especialmente la sociología y la geografía, pero también con la etnología, la psicología y, algo más tarde, la antropología. Por idénticas razones, la comparación es reclamada por M. Bloch como un instrumento esencial para el historiador, pues sólo a través de ella éste puede tener acceso a las causas generales de los fenómenos observados⁶.

⁶ Sobre la comprensión de la historia de Marc Bloch tenemos destacadas obras, baste señalar Geremek (1994: 3-16) o Brito Figueroa (1996). Uno de los más destacados historiadores venezolanos, fallecido en el 2000. Igualmente, el

Las últimas obras producidas de historiadores franceses hacen referencia al “pluralismo interpretativo de los años 2000” (Delacroix, Dosse & García 2005: 633-678 y Delacroix, Dosse & García & Offenstadt 2010). También hay que hacer reseña de la enorme influencia en Francia del llamado paradigma postmoderno que incide en los estudios del discurso, especialmente con la destacada figura de Hayden White (2003; 2011 y 2012).

Actualmente la *École des Hautes Études des Sciences Sociales* de París continúa siendo un referente de la historiografía mundial, ya incrementada considerablemente en el número de miembros, con un centenar de investigadores que trabajan de forma interdisciplinar. Destacaremos en esta ocasión como ejemplo de doctores formados en ese centro, bajo la dirección de Jacques Le Goff, con gran proyección, a Jérôme Baschet (2010), profesor de Historia Intelectual del *Centre de Recherche Historique* de la *École*, con investigaciones sobre el feudalismo y sobre Chiapas y cómo ese movimiento indígena ha influido en la historia reciente con un diálogo desde la colonia hasta el siglo XXI, manteniendo el esfuerzo por estudiar la larga duración.

1.3. Los marxismos después de 1989

Otra corriente importante en el siglo XX fue el materialismo histórico, que hoy en día es parte de la herencia de toda historiografía que pretenda tener una concepción teórica del pasado. Centrado en el funcionamiento y en el cambio de las sociedades humanas, el materialismo histórico representa un ejercicio ambicioso de formular una teoría integral de la Historia que contemple tanto a los diferentes elementos constitutivos y su articulación, como a los mecanismos mediante los cuales la sociedad modifica

permanentemente su fisonomía y estructuras, dando lugar a una sucesión temporal de formas diversas de organización social.

La teoría general del desarrollo histórico que propone el materialismo histórico parte del reconocimiento de la sociedad como una totalidad dialécticamente articulada y constituida básicamente por la esfera económica, la estructura social y el armazón político e ideológico. Al mismo tiempo, considera que los factores principales del dinamismo histórico no se localizan en el ámbito político-institucional sino en el de la producción y en el de las relaciones sociales entroncadas con ésta. O sea, que es la naturaleza y el grado de desarrollo de la producción los que determinan en última instancia el perfil de la sociedad, la organización política y las formas de conciencia. Por tanto, conforman el esqueleto del materialismo histórico: a) la totalidad social y la concordancia dialéctica de sus partes; y b) la determinación en un sentido estructural de las condiciones económicas

En este sentido, el marxismo después de 1999 estuvo inmerso en un gran debate, en el que destacaron libros como el de Jacques Derrida (1998), *Espectros de Marx* o el libro de Terrel Carver (1998) titulado *The Postmodern Marx*. La situación del marxismo evolucionó entre diferentes sensibilidades. Así, nos encontramos con los postmarxistas, que son autores con formación marxista cuya obra reciente ha trascendido la problemática marxista y que boletín de la Association Marc Bloch, que se publica desde 1994 y también se celebraron las *VII Jornadas Nacionales de Investigación y Docencia en la Ciencia de la Historia*, Barquisimeto, 23-26 de julio 1997, cuya edición fue en homenaje a Marc Bloch. Tenemos una buena biografía elaborada por Fink (2004), aunque quizás el trabajo más interesante sea el hecho por su hijo Étienne Bloch (2009: 105-113). no reivindican en público

un compromiso actual con el marxismo. Entre estos autores nos encontramos a Ernesto Laclau (2005) y su compañera, la politóloga belga Chantal Mouffe (Laclau & Mouffe 1985; 2001), a Jürgen Habermas (1991 y 2003), y también es postmarxista el actual sucesor de la escuela de Frankfurt, Axel Honneth (2009), así como André Gorz, Rudolf Bahro, Samule Bowles y Herbert Gintis. En el mismo grupo están Manuel Castells, Régis Debray o también a Zygmunt Bauman, aunque son marxistas más ligeros.

El postmarxismo hace hincapié en la autonomía de lo político y lo ideológico frente al reduccionismo economicista y de clase de un tipo de marxismo que fue mayoritario debido a la simpleza y al apoyo de la URSS. Como consecuencia nos hallamos en un proceso de disolución de la realidad social en el lenguaje o ante una elevación del lenguaje o del discurso como principio determinante de la realidad social, como vemos en los trabajos de Martínez & Valencia (1992: 123-128)⁷.

Además de los postmarxistas están los llamados neomarxistas, como Slavoj Žižek (1992 y 2001), que ha renovado la crítica cultural marxista y ha defendido enérgicamente un marxismo iconoclasta que lucha contra las ideas liberales. Se caracteriza por una vehemente defensa de la modernidad clásica y un apoyo del verdadero socialismo a partir de Lenin. Otros en esta línea, fueron Hardt y Negri (2000) con su libro *Imperio*, que también recurren al Lenin de *El Estado y la revolución* (1975) y han dinamizado los debates sobre la renovación del marxismo, lo mismo ocurre con Callinicos (2003). Todos abogan por una idea revolucionaria para el siglo XXI.

Otro de los grandes teóricos influyentes en la segunda mitad del siglo XX e inicios del siglo XXI fue André Gunder

⁷ Para más información: McLennan (1996: 53-4).

Frank (2009: 125-130), desde el World History Center, Northeastern University de Boston, mantuvo análisis históricos materialistas y fue un ejemplo de lucidez. Creemos especialmente destacable como historiador a Inmanuel Wallerstein (2004) que ha seguido estudiando las tendencias a largo plazo de los sistemas económicos mundiales desde el Centro Fernand Braudel en la Universidad Estatal de Nueva York. Al analizar la crisis económica actual la pone en relación con las ocurridas en otros momentos históricos.

Junto a los neomarxistas y los postmarxistas, hay toda una serie de proyectos editoriales de resistencias de izquierdas, como pueden ser la *New Left Review* otras revistas destacadas del marxismo europeo: *Das Argument*, *Prokla* y *Sozialismus*, o como la revista *Capital and Class*. Incluso en una unión entre Rusia y Chile tenemos la *Revista Izquierdas* que analiza la historia desde la perspectiva de las izquierdas y el socialismo latinoamericano. También sobrevive la revista *Les Temps Modernes*, por el contrario, han cerrado las publicaciones *Marxism Today* y la *Rivista del manifesto*. Paralelamente, se han creado nuevas revistas como *Historical Materialism* (Brill) y *Rethinking Marxism* (Routledge, que también ha relanzado *Critique*), que es un foro de reflexión de las diversas corrientes marxianas en EE.UU. Los filósofos, economistas, politólogos e historiadores vinculados a esa publicación han mantenido reuniones en la Universidad de Massachussets desde la década de los noventa tratando de mejorar sus propuestas.

Tampoco nos podemos olvidar de la española *Viento Sur* (donde se han fraguado importantes artículos de los nuevos cambios tras el 15 M). Así mismo han sobrevivido la histórica *Montly Review* y *Science and Society*, que han conseguido superar los cambios después de 1989. La *Monthly Review Press* ha traducido al inglés algunos trabajos de autores como Louis Althusser, Samir Amin, Charles Bettelheim, Henri Lefebvre,

Ernest Mandel, etc. Y sigue existiendo *Socialist Register*, la francesa *Actuel Marx* (Therborn 2008: 184-187) y *Past and Present*, aparecida por primera vez en 1952, que en sus primeros años se tituló "Una revista de historia científica" y, posteriormente, "Una revista de estudios históricos", poniendo especial énfasis en las experiencias de resistencia y rebelión de las clases desposeídas (Santana 2013: 104). Después ha habido autores que han intentado la reconstrucción de la economía política de Marx con conceptos como el tiempo, el trabajo y la dominación social (Moishe Postone 2007 o Bertell Ollman 1993), la desigualdad (Piketty 2013) o desde una perspectiva global (Bidet & Kouvelakis 2008).

Junto a esto hay que recordar al denominado marxismo analítico. Se llaman también el "grupo de septiembre marxista" de decisión racional o marxistas subjetivos (Loone 1992: XIII-XVII). Algunos de los autores vinculados son John Roemer, Jon Elster, G. A. Cohen, Eirk Olin Wright, Adam Przeworski, Prabhan Pardhan, etc. Es un marxismo único, aunque es semejante al postmarxino en su determinación de trascender a las formulaciones rígidas del marxismo de Lenin, Stalin y Althusser. Las premisas de este pensamiento se encuentran en Elster y Roemer. Elster se concentra en la decisión individual y Romer en la dotación no equitativa de recursos.

El marxismo analítico se concentra en cuatro áreas principales: decisión racional, dotación desigual de recursos, problemas de acción colectiva y teoría de la historia. Adoptaron algunas de las palabras clave del marxismo y transformaron su significado, especialmente los términos de "explotación" y "clase". La "explotación" es vista como una manifestación de relaciones desiguales de recursos y no como una extracción de una parte del día del trabajador. En otro sentido, la "clase" ya no caracteriza el proceso según el cual las personas se diferencian a través del proceso de trabajo sino en grupos de

personas o unidades colectivas con las mismas dotaciones de recursos (esto hace renovar el marxismo). El sistema adoptado por estos intelectuales se concentra en el comportamiento racional de los individuos. Para la elección racional no hay intereses de clase, sino que hay una coincidencia de intereses individuales, donde la clase es el agregado de individuos o un simple espejismo teórico. El marxismo es colectivista y la elección racional individualista. El marxismo quiere explicar la historia y la elección racional se conforma con explicar la acción social (Callincos 1989; Paramio 1990: 59-65; Sober 1992: 1-5; Mayer 1989: 416-441)⁸. En cierto sentido, esto podría entroncar con el pensamiento de Korsch (1980: 43-69) quien reaccionó contra los estudios de la división social que se habían basado durante mucho tiempo en una estratificación, caracterizada por análisis de clases estáticos y ahistóricos. El tratamiento de las clases como estratos estadísticos y jerárquicamente organizados, ignoraba las relaciones temporales y sociales. Pero como afirma E. P. Thompson, la clase en sí no es una cosa, sino un suceso⁹. Vendría a ser una formación social y cultural que con frecuencia encuentra una expresión institucional y que no puede ser definida en abstracto o aisladamente, sino únicamente en términos de las relaciones con las otras clases. Y, por tanto, la definición solamente es posible tomando el tiempo como medio, es decir, acción y reacción, cambio y conflicto (Abrams 1982: 12).

Al lado de estas corrientes, surgieron otras. Por ejemplo, los nuevos marxistas neoestructuralistas (Wright, Wolff, Resnick,

⁸ Existen diferentes críticas respecto al marxismo analítico (Teira 1995: 21-32; Kirkpatrick 1994: 34-52; Carling 1995: 31-65).

⁹ Para una profundización sobre el concepto thompsoniano de clase remitimos a Wood (1984: 47-86) Igualmente, imprescindible es Cainzos López (1989: 1-69). El propio E. P. Thompson (1989: 34-39) ha expuesto de manera sistemática su concepción de clase en el trabajo titulado.

Isaac, Burawoy, Samir Amin, Immanuel Wallerstein, Hirst o Hirst). Sus premisas se refieren a relecturas de las formulaciones clásicas del marxismo, como la de clase y los dilemas a ella asociados. Se centran en las propiedades estructurales de las clases y las condiciones de su formación y dinámica de sus luchas. También hay que notar la presencia de un pseudomarxismo surgido a raíz de las interpretaciones ortodoxas del pensamiento marxista que implica una concepción petrificada y fosilizada de los conceptos marxianos, que se han calificado como una forma de fetichismo reclamando la vuelta a una consideración histórica de los conceptos que es la propia de Marx (Fontana 1992: 10-16).

Por último, en EEUU, nos encontramos bajo la denominación de “historiadores de izquierdas” o “historiadores radicales”, a un grupo muy activo: Genovese, Gutman, Montgomery, Dawley, Wilentz, Stern, etc. (Kraditor 1972: 136-153). Ha sido muy importante la revista *Monthly Review* que es en sí misma una institución de la izquierda norteamericana, que era editada por Paul Sweezy y Paul Baran. Durante los últimos años ha publicado análisis de todo el mundo con una regularidad y calidad que la han convertido en una de las más influyentes publicaciones socialistas del mundo.

En Francia también destacó sobre manera Pierre Vilar con la economía como aspecto fundamental pero no único, abogando por una Historia global lejos de la ortodoxia marxista. Su libro *Introducción al vocabulario del análisis histórico*, significó un verdadero acontecimiento para los historiadores y otros científicos sociales en general, de tendencia marxista (Vilar 1982). Además, Guy Bois, Albert Soboul, Jean Cheneaux, Charles Parain, George Lefebvre, Michel Vovelle, e incluso, tal vez, podríamos incluir a Ernest

Labrousse centrado en la evolución de las relaciones de las clases y los mecanismos de esta evolución.

1.4. El postmodernismo como ruptura hacia la crisis de la historia

La evolución de los acontecimientos históricos e historiográficos desde los años setenta, introdujo nuevas sensibilidades a la hora de escribir la Historia. Lawrence Stone en su famoso artículo de 1979 “The revival of narrative: reflections on a new old history” (Stone 1979: 3-24) avisaba del resurgimiento de lo narrativo y del agotamiento de los modelos analíticos y estructurales característicos hasta ese momento. En este sentido, al argumento de Stone ayudó a la crisis de los modelos de la llamada “historia científica”, es decir, de los paradigmas ecológico-demográfico de la revista francesa *Annales* y del económico-social de inspiración marxista, así como de la metodología cliométrica de génesis estadounidense. Esta situación llevó a una cierta confusión, que lejos de crear alternativas a las escuelas en crisis en sentido global, ha dado lugar a soluciones parciales. Tal es el caso del llamado “giro lingüístico” (desde el mundo angloamericano), la “microhistoria” (con centro en Italia) o la llamada “nueva historia cultural” francesa.

Dentro de estas tres últimas tendencias nos detendremos en la microhistoria, que pretende un conocimiento histórico del mundo a través de los límites de la experiencia vivida por algún personaje. Tiene unas fronteras espaciales limitadas de conocimiento, pero busca elementos antes no encontrados. Realza la individualidad, la creatividad y la cultura. Tiene como su máximo representante a Carlo Ginzburg quien sostiene que su nacimiento y desarrollo hay que situarlos en el marco de oposición a la historia estructural funcionalista, en el rechazo

del etnocentrismo, y en el finalismo que dominaba la Historia en el momento de la quiebra del sistema intelectual de la modernidad (Ginzburg 1994, 13-42). Entre los representantes más destacados de la microhistoria junto a Ginzburg (1981) se encuentran Natalie Zemon Davis (1984), Giovanni Levi (1990), Robert Darnton (1987) y Richard L. Kagan (1991). Muchos de ellos tienen una cierta preocupación por una óptica de la historia desde abajo, es decir, “desde” y “de” las clases populares.

Todo lo desarrollado hasta aquí en este apartado lo podemos englobar dentro de lo que podemos denominar muy sucintamente como “posmodernismo”. Éste supone una ruptura epistémica con la modernidad. Defiende el abandono de la idea de progreso y de los grandes metarrelatos, dando paso a una visión compleja y poliédrica de la realidad. Filosóficamente el postmodernismo parte de las ideas contenidas en el libro de Jean François Lyotard (1979), *La condición postmoderna*.

En cuanto a las ideas historiográficas, en buena medida la problemática deriva del libro *Metahistoria*, de Hayden White (1973). Otros autores que son seminales en esta idea son Frank Ankersmit (1983) y los llamados postestructuralistas franceses, tales como Baudrillard, Barthes, Dumézil, Foucault, Derrida, Kristeva, Kellner, Spiegel o Deleuze. El mayor problema que tiene el posmodernismo es “sin duda, la falta de referentes en la práctica” (Aurell 2005: 116). El posmodernismo ha ido avanzando en varias fases que algunos han ido denominando a partir de la idea de “giro”: giro lingüístico, giro narrativo, giro antropológico o giro cultural.

Estas ideas han provocado una serie de discusiones sobre la pertinencia del posmodernismo tanto en sus relaciones con la derecha (Norris 1990 y Himmelfarb 1989: 661670) como con la izquierda (Palmer 1990 y Callinicos 1995). La situación de

indefinición y de duda favoreció la aparición de nuevos libros de reflexión historiográfica, como el texto coordinado por Peter Burke (1991), que contiene un sugerente capítulo escrito por él y titulado “Obertura: la nueva historia, su pasado y su futuro”. Otro libro, con cierta incidencia, fue editado por Juliet Gardiner, “*What is History today?*” donde diferentes especialistas analizan distintas esferas de interés de la historia, como la historia de las mujeres, la historia del arte, la historia intelectual o la historia de la cultura popular, entre otras. Además de estos libros, tenemos la aparición del libro de Giuseppe Galasso (2000), *Nada más que historia* y el de François Hartog (2003), *Regímenes de historicidad*. De tal forma, podemos hablar en los últimos años a partir de las ideas postmodernas de un importante impulso de los estudios de género, las propuestas poscoloniales o la historia de las emociones.

Por otro lado, es notoria la labor de Lawrence J. McCrank desde la Chicago State University, muy preocupado por los debates historiográficos y la historia crítica¹⁰, con aportaciones en cuanto a la incorporación de la computación a la historia e investigaciones empíricas sobre antiguas bibliotecas. También habría que destacar a Ronald W. Davis en la Western Michigan University con estudios sobre diversas áreas como la costa oeste de África y el mundo islámico, con una metodología etnohistórica que ofrece resultados muy destacados. Tampoco debemos olvidar la historiografía vinculadas a posturas postmodernas, vinculadas a la revista *History and Theory*, ni tampoco todo lo concerniente a la llamada “World history”, “Global history” (Woolf 2011 y Iggers & Wang 2008) o los estudios de género, “Gender studies”.

¹⁰ Ha participado en la edición de un libro que recoge discusiones internacionales sobre teoría de la historia (Barros & McCrank 2004).

La historiografía canadiense ha dado también buenos ejemplos de pujanza académica con autores como Hubert Watelet (2004: 213-238) y sus estudios sobre historia de Europa desde la University of Ottawa, Donald Harman Akenson, o Jean-Paul Bernard¹¹. En Montreal se celebró el XVIII Congreso Internacional de Ciencias Históricas, en 1995, allí a se pudo ver el quehacer de esos historiadores, tanto francófonos como anglófonos.

2. Las periferias como nuevos centros de producción historiográfica

En este apartado trataremos de realizar una aproximación al estudio de la historiografía en diferentes realidades cartográficas que conforman la periferia historiográfica. Por un lado, tomaremos el polo latinoamericano y por otro, el europeo y africano. En cada continente nos detendremos en algunos países o historiadores en concreto que hayan aportado algo diferente.

2.1. De la periferia al centro. La historiografía latinoamericana

Comenzaremos por la historiografía latinoamericana. Historiadores latinoamericanos que fueron referencia en otra época, continúan siendo claves en la historia del siglo XXI, como es el caso del fallecido *Ciro F.S. Cardoso* (2008: 105-128 y 2009: 39-56). Las nuevas perspectivas han penetrado extensamente en el continente latinoamericano y podríamos afirmar que un inventario de la producción histórica actual en América Latina permitiría observar el alto porcentaje de

¹¹ Hay un buen trabajo sobre la historiografía canadiense de Bernard (1995: 321-353).

trabajos sobre temas como el *tournant critique*, que fue el título del editorial de *Annales* (marzo-abril 1988: 291-293)¹², lo que no quiere decir, de ningún modo, que se haya dejado de cultivar la siempre necesaria y fructífera historia económica y social¹³. Ahora, a diferencia de décadas anteriores, detectamos la paulatina desaparición de un cerrado dogmatismo sobre cómo hacer historia, y la aparición de un eclecticismo cuyos frutos veremos en algunos historiadores/as (Lima 1984)¹⁴. La lista se haría interminable en cada uno de los países de ese continente¹⁵, pero veamos algunas particularidades.

Uno de los debates globales más importantes ha girado en torno a la propia reflexión sobre qué es lo latinoamericano, no desde una dimensión cartográfica sino desde una perspectiva conceptual o historiográfica. En cuanto a lo historiográfico tenemos los trabajos de Sergio Guerra (2003) o los de Horacio Crespo (2016). También ha habido intentos más corales en torno a teoría historiográfica como el dossier coordinado por Sansón Corbo (2017). Sobre lo conceptual ha sido muy fértil toda la reflexión sobre la idea de Latinoamérica. En especial a

¹² Desde mediados de la década de los ochenta la historiografía francesa que se veía envuelta en la polémica de los caminos que debía seguir, ha ido abandonando los temas económico sociales en favor de lo mental, lo antropológico y lo cultural. Esto converge en la historia del imaginario, es decir, que las representaciones imaginarias (imágenes, símbolos y realidades inventadas) desplazan el interés anterior por otras funciones mentales.

¹³ Sirva de ejemplo el trabajo de Reinaldo Rojas (1995), toda la primera parte del libro es un desarrollo teórico de la Historia desde una concepción social por definición que dedica la segunda parte de la obra a la exposición empírica de esa propuesta. Supone un estudio bien conceptualizado en Venezuela, con trascendencia internacional que se inserta en las líneas más renovadoras de la Historia del siglo XXI.

¹⁴ Sugerente propuesta de estudio de historia cultural adaptado a la realidad brasileña, con influencias de las filosofías europeas, particularmente vemos la presencia foucaultiana en los primeros momentos que comienza historia y contexto político.

¹⁵ Ya hemos desarrollado este tema con las referencias concretas en Santana Pérez (2003: 307-324).

partir de tres autores, Enrique Dussel (1973), Walter Mignolo (2005) o Claudio Canaparo (2009), quien ha definido el concepto de geoeistemología como el lugar académico donde se estudia cómo las ideas se injertan y desarrollan en espacios determinados.

En Argentina han surgido toda una serie de estudios sobre la memoria y el trauma, amagalmados bajo la idea de “historia reciente”¹⁶. Aunque también hay algunos textos más generales (Bragoni 2004), incluso con carácter generacional (Cibotti 1993: 7-20). También podemos encontrar trabajos conjuntos para todo el Río de la Plata, como algunos textos de uno de los grandes historiógrafos argentinos, Fernando Devoto (Devoto y Pagano 2004 y Devoto y Pagano 2009). Desde Montevideo también nos encontramos con los trabajos de Carlos Zubillaga (2002) y de Andrés Bresciano (2010 y 2015), quien se ha especializado en la historiografía digital.

En Brasil ha habido una serie de movimientos relativos al fomento de publicaciones periódicas sobre historiografía. Así nos encontramos con la revista *História da Historiografia*, que se fundó en el año 2008 en el ámbito de la Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Otra publicación periódica importante es la revista electrónica *Revista de Teoria da História*, lanzada en 2009 y editada gracias a la Faculdade de História y al Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Del mismo lugar es *Expedições: Teoria da História e Historiografia*. Una publicación online creada en el año 2010 por el Grupo de Pesquisa em Teoria da História e Historiografia (GPETH) y por el Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas (GPTEC) vinculados a la Universidade Estadual de Goiás.

¹⁶ En este sentido es muy interesante el libro de Marina Franco y Florencia Levín (2007). Para un estudio posterior, Luciano Alonso (2018: 72-92).

En cuanto a otros países, tenemos algunos trabajos destacables, como los de Guillermo Zermeño (1990: 26-35 y 2011) en México, Liliana Regalado (2002; 2007 y 2010) en Perú o Luis G. Mussy y Miguel Valderrama (2010) en Chile.

2.2. ¿África como eterna periferia?

Cambiando de tercio geográfico, en África sigue destacando el historiador y economista fallecido en 2018 Samir Amin, director del Foro del Tercer Mundo de Dakar y fundador de la red CODESRIA que aglutina a intelectuales africanos mayoritariamente residentes fuera de África. Sus propuestas desde la década de los setenta fueron de gran importancia, aunando el materialismo histórico con las influencias de las ideas de historiográficas de Braudel (Roffinelli y Kohan 2003).

El decano de la historiografía subsahariana Joseph Ki-Zerbo (1974-1987) coordinador de la Historia de África de la UNESCO, ha coordinado nueve volúmenes producidos a lo largo de treinta años en el que han colaborado más de trescientos cincuenta expertos. KiZerbo denunciaba la diversión estéril hacia la memoria, por lo que hace un llamamiento a combatir el “complejo museográfico” en relación al pasado, en vez de recogerse sobre sí mismo, y afirmaba que, en muchos frentes, África ha brillado por su ausencia o ha aparecido solamente encubierta (Devés 2017: 621-622)

También es destacable la obra del congoleño Mbuyi Kabunda (2007) que, desde las ciencias sociales, ha edificado análisis muy certeros que contribuyen a la reconstrucción y adaptación del materialismo histórico a las sociedades africanas, con su “teoría de la dimensión y de la dependencia”. También es reseñable la figura del senegalés Iba der Timaquien, que ha mantenido una importante militancia

política, e incluso estuvo en la cárcel por su actividad sindical. Timaquien ha trabajado de forma excelente las relaciones laborales en África Occidental. Igualmente, desde una línea crítica, ha abordado trabajos sobre la organización económica en el África Occidental Francesa y en Dakar. También podríamos resaltar los trabajos de Mor Ndao. Desde otra latitud, contamos con una historia del Congo muy bien argumentada por parte de Isidore Ndaywel È Nziem (2011). Los últimos temas en la historiografía africana han girado sobre la historia colonial, la situación económica o la subalternidad (Falola 1993; Falola 2011: 399-422; Howe 1998). Los mismos tópicos han sido objeto de la historiografía india (Mukherjee 1911: 515-539) y lateralmente de las historias escritas en Indonesia, China (On-cho Ng & Wang 2005), Japón y Corea (Schneider & Woolf 2011).

2.3 La periferia Europea

España, Portugal o Italia conforman las diferentes velocidades que existen en el desarrollo de las historiografías periféricas en Europa. En España en cuanto a teoría y metodología de la historia lo más destacado de las dos últimas décadas ha sido, sin dudas, la aparición de *Historia a Debate*¹⁷, coordinada por Carlos Barros desde la Universidad de Santiago de Compostela, con un primer congreso celebrado en 1993 hasta el cuarto de 2010, con un manifiesto que apareció en 2001 que sirvió como una propuesta de renovación metodológica, con sugerentes propuestas de nuevos retos. Historia a Debate considera que tanto en historia como en historiografía la descripción es necesaria pero no suficiente,

¹⁷ Ver Historia a Debate: www.h-debate.com y los doce volúmenes de las actas que editó el profesor compostelano.

pretendiendo profundizar en la explicación de la hegemonía y los cambios de las formas de escribir la historia. Además de este movimiento colectivo, existen otros autores como José Carlos Bermejo (2004; 2005; 2006; 2007 y 2009) o los múltiples trabajos del grupo de la Universidad de Zaragoza, en especial Julián Casanova (1991), Gonzalo Pasamar (2000; 2010 y 2014) e Ignacio Peiró (2006 y 2013). Además de otros autores como Hernández Sandoica (2004), Teresa Ortega (2007), Jaime Aurell (Aurell; Burke; Balmaceda y Soza 2013), Julio Aróstegui (1995 y 2004), Enrique Moradiellos (2001), Juan José Carreras (2000), Analet Pons (2013) o el director de la Asociación de Historia Actual y de la Revista Historia Actual, Julio Pérez Serrano (2014: 19-48).

Portugal también ha sido una de las periferias que más ha variado en su historiografía. Además de buscar una gran internacionalización en su publicística y de atraer investigadores de toda Europa para sus universidades, han renovado de forma ejemplar su historiografía. Así, ha reflexionado sobre las nuevas tecnologías, la historia local y regional, las relaciones entre historia y literatura, el patrimonio, o sobre la historia reciente (Encarnação 2002 y 2003). Esto no fue obstáculo para que grandes historiadores portugueses como José Mattoso, Fernando Catroga (2001 y 2003) o Luis Reis Torgal siguieran siendo referentes en sus ámbitos correspondientes.

En Italia, tras la segunda guerra mundial, siguiendo la teoría gramsciana, tenemos los trabajos de Procacci, Zangheri, Caracciolo, Mori, Rosario y Pasquale Villani, entre otros. Sus principales aportaciones continúan en la conceptualización de clase y dominación, así como en la transición del feudalismo al capitalismo de Giuliano Procacci (1987: 180-199). Publican algunos artículos en revistas como *Società* o *Studi Storici*,

donde contribuyen al debate sobre diversos temas (Aragno 2005).

3. El vigor de la disciplina de la historia en la nueva distribución de centros y periferias.

Con todo lo desarrollado hasta aquí, nos encontramos como decíamos en la introducción con una cartografía historiográfica de continuidad y ruptura después de 1989. La caída del Muro de Berlín y la crisis de del marxismo hicieron que muchos de los conceptos que habían estado asentados durante años en los escritos históricos estuviesen bajo duda, al menos durante un tiempo. Las ideas liberales que dominaron la sociedad y la política durante los años 90 hicieron emerger un conjunto de relatos historiográficos teleológicos hacia la idea de estar en el mejor de los mundos posibles, que afectó a la historiografía. Solo a partir de mediados de los años 90, hay un renacer de los estudios a partir de conceptos como “revolución”, “clase” y sobre todo, de la idea de “subalternidad” asociada a estudios “decoloniales”, “postcoloniales” y de género. Con este nuevo impulso, los antiguos paradigmas continuaron siendo referentes.

El materialismo histórico y *Annales* pudieron ser de nuevo cobijo para albergar la identidad de muchos historiadores después de los años 90. Desde ese momento han tenido en el posmodernismo, que impulsó la fragmentación historiográfica, una competencia feroz. El posmodernismo se había extendido al abrigo de las ideas conservadoras y liberales en los años posteriores a la desintegración del mundo soviético. Esto supuso la atomización temática y epistémica de la disciplina de la historia. La vida cotidiana, los estudios culturales y la incidencia en anecdotarios, así como un

ensanchamiento temático de la mayoría de los historiadores y sus publicaciones, hicieron que algunos considerasen la situación actual como de “anarquía epistémica”. Esta situación se puede entrever en el momento actual, donde el materialismo histórico y los *Annales* han perdido gran parte de su hegemonía, aunque siguen teniendo a muchos historiadores en sus filas.

Por otro lado, la renovación historiográfica pasa cada vez más por las periferias, que han pasado de ser centros de recepción a lugares de producción. Parece que todo se ha vuelto del revés. Hay inquietudes y propuestas más allá de la colonización historiográfica bajo la que hemos vivido tantos años.

Con todo esto podemos concluir para la disciplina de la historia las siguientes continuidades:

a) La historia ha sido utilizada una vez más desde un punto de vista político desde la caída del Muro de Berlín;

b) Desde la crisis económica de 2007 la historia ha sido utilizada como coartada política por diferentes partidos a derecha e izquierda, tanto tradicionales como populistas;

c) La historia también ha sido víctima de las *cultural wars* entre diferentes facciones sociales, sobre todo, en países donde ha habido traumas o intentos de construcción de hegemonías sociales o culturales;

d) El materialismo histórico y *Annales* siguen siendo lugares de referencia historiográfica, aunque el posmodernismo ha alentado una pluralidad temática, metodológica e historiográfica que ha hecho que pierdan su carácter referencial;

e) La historia se ha visto enriquecida por enfoques subalternos tanto en su configuración política como social.

Y a la vez, hemos identificado algunas rupturas que se han detectado en los diferentes centros y periferias a partir de los años 90:

a) Defensa de la explicación y la interpretación, en una perspectiva globalizadora, sin perder la capacidad relativizante,

b) Predominio neto de la teoría sobre el instrumentalismo desde dentro del materialismo histórico, entendido este como una teoría en constante construcción y movimiento, pero sin que la teoría aniquile la práctica investigadora. Hay que recordar que el materialismo histórico dogmático deviene en catecismo doctrinal en cuyo seno -y ésta es la principal característica del dogmatismo- la teoría ocupa el lugar que corresponde a los resultados de la práctica investigadora. De esta forma, la teoría se ajusta al análisis y la práctica y no al revés, lo que lo convierte en mero formalismo. Así, la actividad investigadora queda reducida a la toma de la realidad de aquellos elementos que confirman unas conclusiones previamente existentes y extraídas de la teoría misma.

c) Actualmente proliferan en multitud de países, historiadores que hacen historia inspirada en el materialismo histórico y no sólo en los centros historiográficos clásicos (Francia, Reino Unido o Alemania).

d) La perspectiva histórica. Sólo desde ella se puede alcanzar la certeza de que la identidad colectiva de una sociedad, al igual que la personalidad de los individuos, se va definiendo progresivamente tanto por el conocimiento o reconocimiento de las características propias de la colectividad, como por la contrastación con el entorno físico y social externo a la misma.

e) Una historia que combine adecuadamente los elementos objetivos con las subjetividades, puede servir para analizar teorías explicativas globales para pensar el mundo. Por ejemplo, frente al discurso del “choque de civilizaciones” que

conduce a un revisionismo histórico en esta clave, la historia nos muestra como las civilizaciones pueden superponerse como placas tectónicas sin necesidad de un choque. La historia resulta necesaria para manejar las claves explicativas que nos guíen hacia el conocimiento y la proyección de futuros acontecimientos.

f) La historia sirve también para ordenar el tiempo. El pasado como referente se encuentra cuestionado por parte de los historiadores, que han reducido la realidad a textos (Jameson 1995: 46). Sin embargo, en este marco, no dejan de surgir preguntas sobre el futuro, que a su vez hacen resurgir el pasado. Esto hace que se creen museos, asociaciones por la memoria, polémicas sobre los “pasados incómodos” de los países, etc.

g) La historia política y la historia económica-social se han visto acompañas por la historia cultural y las diferentes historias subalternas;

h) La historia sigue ofreciendo un relato teleológico al servicio de diferentes argumentarios;

i) Es destacable el nuevo papel de América Latina, la India y otros espacios periféricos (por ejemplo, Portugal), así como el nuevo papel de universidades periféricas dentro de los antiguos centros historiográficos.

Bibliografía

Abrams, Philip (1982) *Historical sociology*. Cornell University Press, New York

Alonso, Luciano (2018) “La Historia reciente argentina como forma de Historia actual: emergencia, logros, ¿bloqueos?”, *Historiografías*, n 15, 72-92, enero-Junio

Ankersmit, Frank (1983) *Narrative logic. A semantic analysis of the historian's language*, Den Haag, Nijhoff

Aragno, Giuseppe (2005) *Scritti di storia e politica*, La Città del Sole, Napoli, 2005

Aróstegui, Julio (1995) *La investigación histórica: Teoría y método*. Crítica, Barcelona

Aróstegui, Julio (2004) *La historia vivida. Sobre la historia del presente*, Alianza Editorial, Madrid

Aurell, Jaume (2005) *La escritura de la memoria. De los positivismos a los postmodernismos*, Universitat de Valencia, Valencia

Aurell, Jaume; Burke, Peter; Balmaceda, Catalina y Soza (2013) Felipe, *Comprender el pasado. Una historia de la escritura y el pensamiento histórico*, Akal, Madrid

Barros, Carlos (1995) “*La historia que viene*”, (95-117) en Barros, Carlos (Ed.): *Historia a Debate*, T. I, Xunta de Galicia-Historia a Debate, Santiago de Compostela

Barros, Carlos y McCrank, Lawrence J. (Eds.) (2004) *History Under Debate. International Reflection of the Discipline*. The Haworth Press, New York

Baschet, Jérôme (2010) *La civilización feudal. Europa del año mil a la colonización de América*, Fondo de Cultura Económica, México

Bermejo Barrera, José Carlos (2004) *¿Qué es la historia teórica?*, Akal, Madrid

Bermejo Barrera, José Carlos (2005) *Sobre la historia considerada como poesía*, Akal, Madrid

Bermejo Barrera, José Carlos (2006) *Ciencia, Ideología y Mercado*, Akal, Madrid

Bermejo Barrera, José Carlos (2007) *Moscas en una botella: cómo dominar a la gente con palabras*, Akal, Madrid

Bermejo Barrera, José Carlos (2009) *La Fábrica de la Ignorancia*, Akal, Madrid

Bernard, Jean-Paul (1995) "L'historiographie canadienne récent (1964-94) et l'histoire des peuples du Canada". *The Canadian Historical Review*. Vol. 76, n 3, 321-353, septiembre Bidet, Jacques & Kouvelakis, Stathis (eds.) (2008) *Critical Companion to Contemporary Marxism*, Brill, Laiden

Bloch, Étienne (2009) "Mieux connaître Marc Bloch. Vuelques aspects de son oeuvre", (105-113) en Barros, Carlos (ed.), *Historia a Debate. Actas del III Congreso Internacional Historia a debate*. T. I, Historia a Debate, Santiago de Compostela

Bragoni, Beatriz (ed.) (2004) *Microanálisis: ensayos de historiografía argentina*, Prometeo, Buenos Aires

Bresciano, Juan Andrés (2010) *La historiografía en el amanecer de la cultura digital. Innovaciones metodológicas, discursivas e institucionales*, Cruz del Sur, Montevideo

Bresciano, Juan Andrés y Tiago Gil, Tiago (eds) (2015) *La historiografía ante el giro digital. Reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*, Cruz del Sur, Montevideo

Brito Figueroa Federico (1996) *La comprensión de la Historia en Marc Bloch*, Fundación Buría, Barquisimeto

Burguière, André (1991) *Diccionario de Ciencias Históricas*, Akal, Madrid

Burke, Peter (ed.) (1991) *New Perspectives on Historical Writing*, Polity Press, Cambridge Cainzos López, Miguel Ángel (1989) "Clase, acción y estructura: de E. P. Thompson al posmarxismo". *Zona Abierta*. n 50, 1-69, enero-marzo

Callinicos, Alex (1989) *Marxist theory*, Oxford University Press, Oxford

Callinicos, Alex (1995) *Contra el postmodernismo*, Paidós, Barcelona

Canaparo, Claudio (2009) *Geo-epistemology. Latin American and the Location of Knowledge*, Peter Lang, Bern

Carreras Ares, Juan José (2000) *Razón de historia. Estudios sobre historiografía*, Prensas Universitarias, Zaragoza

Carver Terrell (1998) *The Postmodern Marx*, Penn State University Press, Pennsylvania
Cardoso, Ciro F.S. (2008) “Combatiendo la arrogancia epistemológica: algunos caminos que se podrían recorrer”, (105-128) *Edad Media. Revista de Historia*, n 9

Cardoso, Ciro F.S. (2009) “Sociedade e cultura: comparação e confronto”, (39-56) en Barros, Carlos (ed.), *Historia a Debate. Actas del III Congreso Internacional História a debate*, T. III, Historia a Debate, Santiago de Compostela

Carling, Alan (1995) “Analytical marxism and historical materialism: the debate on social evolution”, *Science & Society*, Vol. 57, n 1, 31-65, Spring

Casanova, Julián (1991) *La historia social y los historiadores*, Crítica, Barcelona

Catroga, Fernando (2001) *Memória, História e Historiografia*, Quarteto, Coimbra

Catroga, Fernando (2003) *Caminhos do Fim da História*, Quarteto, Coimbra

Cibotti, Ema (1993) “El aporte en la historiografía argentina de una generación ausente, 1983-1993”, *Entrepasados*, n 3:4-5, 7-2

Crespo, Horacio (2016) *En torno a la historiografía latinoamericana. Conceptos y ensayos críticos*, UAEM, Morelos

Darnton, Robert (1987) *La gran matanza de gatos y otros episodios de la cultura francesa*. Fondo de Cultura Económica, México

Davis, Natalie Zemon (1984) *El regreso de Martín Guerre*, Bosch, Barcelona

Delacroix, Christian, Dosse François & García Patrick (2005) *Les courants historiques en France. XIX-XX siècle*, Gallimard, París.

Delacroix, Christian, Dosse François & García Patrick & Offenstadt, Nicolas (2010) *Historiographies II. Concepts et débats*, Gallimard, París

Derrida, Jacques (1998), *Espectros de Marx. El estado de la deuda, el trabajo del duelo y la nueva internacional*, Trotta, Madrid

Devés-Valdés, Eduardo (2017) *Pensamiento periférico. Asia-África-América Latina-Eurasia y más. Una tesis interpretativa global*, Ariadna Ediciones, Santiago de Chile

Devoto, Fernando y Pagano, Nora (2004) *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*, Biblos, Buenos Aires

Devoto, Fernando y Pagano, Nora (2009) *Historia de la historiografía argentina*, Sudamericana, Buenos Aires

Dussel, Enrique (1973) *América Latina dependencia y liberación*, García Cambeiro, Buenos Aires Editorial (1988) "Histoire et Sciences Sociales. Un tournant critique?". (291-293) *Annales. Economies, Sociétés. Civilisations*, marzo-abril

Elias, Norbert (1993) *La sociedad cortesana*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, Madrid

Encarnação, José d' (ed) (2002) *As oficinas da História*, Edições Colibri, Lisboa

Encarnação, José d' (ed) (2003) *A História tal Qual se Faz*, Edições Colibri, Lisboa

Falola, Toyin (ed.) (1993) *African historiography: Essays in Honour of Ade Ajayi*, Longman, London

Falola, Toyin (2011) "African Historical Writing" (399-422) en Schneider, Axel & Woolf,

Daniel (ed.), *The Oxford History of Historical Writing. Historical Writing since 1945*, Oxford University Press, Oxford

Fink, Carole (2004) *March Bloch. Una vida para la Historia*, Universidad de Valencia-Universidad de Granada, Valencia

Fontana, Josep (1992) *La historia después del fin de la historia. Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica*, Crítica, Barcelona

Marina Franco, Marina y Levín, Florencia (eds) (2007) *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*, Paidós, Buenos Aires
Frank, André Gunder (2009), "ReOrient Global Historiography and Social Theory", (125-130) en Carlos Barros (ed.), *Historia a Debate. Actas del III Congreso Internacional Historia a debate*. T. I, Historia a Debate, Santiago de Compostela

Galasso, Giuseppe (2000) *Nient'altro che storia. Saggi di teoria e metodologia della storia*, Il Mulino, Bolonia

Geremek, Bronislaw (1994) "Marc Bloch, Historien et résistant". *Cahiers Marc Bloch*, n 1, 3-16

Ginzburg, Carlo (1981) *El queso y los gusanos. El cosmos, según un molinero del siglo XVI*, Muchnik, Barcelona

Ginzburg, Carlo (1994) "Microhistoria: dos o tres cosas que sé de ella", (13-42) *Manuscrits*, n 12

Gómez Jordana, Sonia y Sanmartín, Israel, *Temporalidad y contextos la interdiscipliniedad a partir de la historia, el arte y la lingüística*, Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2015

Guerra, Sergio (2003) *Cinco siglos de historiografía latinoamericana*, Editorial Félix Varela, La Habana

Habermas, Jürgen (1991) *La necesidad de revisión de la izquierda*, Tecnos, Madrid

Habermas, Jürgen (2003) *Acción comunicativa y razón sin trascendencia*, Paidós, Barcelona

Hardt, Michael y Negri, Antonio (2000) *Empire*, Harvard University Press, Cambridge

Hartog, François (2003) *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Éditions du Seuil, Paris

- Hernández Sandoica, Elena (2004) *Tendencias historiográficas actuales*, Akal, Madrid
- Hobsbawm, Eric (2005) “El desafío de la razón. Manifiesto para la renovación de la historia”, (483-492) *Polis. Revista de la Universidad Bolivariana*, Vol. 4, n 11
- Honneth, Axel (2009) *Patologías de la razón. Historia y actualidad de la Teoría Crítica*, Katz, Madrid
- Howe, Stephen (1998) *Afrocentrism: Mythical Past and Imagined Homes*, Verso, London
- Hayden V. White (1973) *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Johns Hopkins University Baltimore, Baltimore
- Jameson, Fredric (1995) *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*, Paidós, Barcelona
- Himmelfarb, Gertrude (1989) “Some Reflections on the New History”, *American Historical Review*, n 94, 3, 661-670
- Iggers, Georges G. & Wang, Q. Edward (2008) *A Global History of Modern Historiography*, Pearson Education, London
- Kabunda Badi, Mbuyi (2007) “Relaciones internacionales africanas y relaciones interafricanas en la era de la globalización”, (74-109) en Echart Muñoz, Enara y Santamaría, Antonio (eds.) *África en el horizonte*. La Catarata, Madrid
- Kagan, Richard L. (1991) *Los sueños de Lucrecia. Política y profecía en la España del siglo XVI*, Nerea, Madrid
- Kirkpatrick, Graeme (1994) “Philosophical foundations of analytical marxism”, *Science & Society*, Vol. 58, n 1, 34-52, Spring
- Ki-Zerbo, Joseph (1974-1987) *General History of Africa*, 9 Vols, UNESCO, New York
- Korsch, Karl (1980) “La concepción materialista de la historia. Una controversia con Karl

Katsky". (5-150) En Korsch H, Karl: *La concepción materialista de la historia y otros ensayos*. Ariel, Barcelona

Kaye, Harvey, J. (2000) "George Rudé, historiador social", en Rudé, George, *El rostro de la multitud. Estudios sobre revolución, ideología y protesta popular*, Fundación Instituto de Historia Social, Valencia

Kraditor, Aileen S. (1972) "American radical historians on their heritage", *Past & Present*, n 56, August

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985) *Hegemonía y estrategia socialista*, FCE, Buenos Aires, 1985, y su reimpresión (2001) Siglo XXI, Madrid

Laclau, Ernesto (2005) *La Razón Populista*, FCE, Buenos Aires

Lenin, Vladimir Ilich (1975) *El Estado y la revolución*, Ariel, Barcelona

Levi, Giovanni (1990) *La herencia inmaterial. La historia de un exorcista piamontés del siglo XVII*. Nerea, Madrid

Lima, Luiz Costa (1984) *O control do imaginário*, Brasiliense, Sao Paulo

Loone, Eero (1992) *Soviet marxism and analytical philosophies of history*, Verso, New York

Lyotard, Jean-François (1979) *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*, Minuit, París Martínez, Miguel & Valencia, Ángel (1992) "Postmarxismo, ¿por qué no?", *Sistema*, n 92, septiembre

Mayer, Thomas F. (1989) "In defense of analytical marxism", *Science & Society*, Vol. 53, n 4, 416-441, Winter

McLennan, Gregor (1996) "Post-Marxism and the Four Sins of Modernist Theorizing", *New Left Review*, n 218, July/august

Mignolo, Walter (2005) *The Idea of Latin America*, Blackwell, London

Moradiellos, Enrique (2001) *Las caras de Clío. Una introducción a la historia*, Siglo XXI, Madrid

Mukjerjee, Supriya (2011) "Indian Historical Writing since 1947" (515-539) en Schneider,

Axel & Woolf, Daniel (ed.) *The Oxford History of Historical Writing. Historical Writing since 1945*, Oxford University Press, Oxford

Mussy, Luis G. de y Valderrama, Miguel (2010) *Historiografía postmoderna. Conceptos, figuras, manifiestos*. Universidad Finis Terrae, Santiago de Chile

Ndaywel È Nziem, Isidore (2011) *Historia del Congo*, Madrid, La Catarata

Norris, Christopher (1990) *What's Wrong with Postmodernism*, Harvester Wheatsheaf, Hemel Hempstead

Ollman, Bertell (1993) *Dialectical Investigations*, Routledge, London

On-cho Ng & Wang, Q. Edward (2005) *Mirroring the Past: the Writing and Use of History in Imperial China*, University of Hawai'i Press, Honolulu

Ortega, Teresa María (2007) *Por una historia global. El debate historiográfico en los últimos tiempos*, Universidad de Granada, Granada

Palmer, Bryan (1990) *Descent into Discourse*, Temple University Press, Philadelphia

Paramio, Ludolfo (1990) "Marxismo analítico", *Claves*, n 7, 59-65, noviembre

Pasamar, Gonzalo (2000) *La historia contemporánea. Aspectos teóricos e historiográficos*, Editorial Síntesis, Madrid

Pasamar, Gonzalo (ed.) (2014) *Ha estallado la memoria. Las huellas de la Guerra Civil en la Transición a la democracia*, Biblioteca Nueva, Madrid

Pasamar, Gonzalo (2010) *Apologia and criticism: historians and the history of Spain, 1500-2000*, Peter Lang, New York

Peiró, Ignacio (2006) *Los Guardianes de la Historia. La Historiografía Académica de la Restauración*, Institución Fernando el Católico, Zaragoza

Peiró, Ignacio (2013) *Historiadores en España. Historia de la Historia y memoria de la profesión*, Pressas de la Universidad de Zaragoza, Zaragoza

Pérez Serrano, Julio, “La Historia Actual como tendencia historiográfica” (19-48) en Delgado Idarreta, José Miguel; Viguera

Ruiz, Rebeca y Pérez Serrano, Julio (eds.) (2014) *Iglesia y Estado en la sociedad actual: política, cine y religión*, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño

Piketty, Thomas (2013) *Le capital au XXIe siècle*, Seuil, Paris

Pons, Anacleto (2013) *El desorden digital. Guía para historiadores y humanistas*, Siglo XXI, Madrid

Postone, Moishe (2007) *Marx Reloaded. Repensar la teoría crítica del capitalismo*, Editorial

Traficantes de Sueños, Madrid Procacci, Giuliano (1987) “Perspectiva sobre el debate”, (180-199) en Hilton, Rodney (Ed) *La transición del feudalismo al capitalismo*, Crítica, Barcelona

Liliana Regalado, Liliana (2002) *El rostro actual de Clío. Historiografía contemporánea: Desarrollo, cuestiones y perspectivas*, PUCP, Lima

Liliana Regalado, Liliana (2007) *Clío y Mnemósine. Estudios sobre historia, memoria e historia del tiempo reciente*, PUCP, Lima

Liliana Regalado, Liliana (2010) *Historiografía occidental. Un tránsito por los predios de Clío*, PUCP, Lima

Roffinelli, Gabriela & Kohan, Néstor (2003) “Entrevista a Samir Amin He sido y sigo siendo un comunista”, *Rebelión*, 27 de septiembre

Rojas, Reinaldo (1995) *Historia social de la región Barquisimeto en el tiempo histórico colonial 1530-1810*, Academia Nacional de la Historia, Caracas

Rudé George, *El rostro de la multitud. Estudios sobre revolución, ideología y protesta popular*, Fundación Instituto de Historia Social, Valencia

Sansón Corbo, Tomás (2017) “La historiografía latinoamericana en la primera mitad del siglo XX. Conexiones, Problemas, Itinerarios”, *Revista Expedições*, Morrinhos/GO, v. 8, n 1, jan./abr

Sanmartín, Israel, *Entre dos siglos: globalización y pensamiento único*, Akal, Madrid, 2007.

Santana Pérez, Juan Manuel (1995) “La historia en el fin de una época o el secuestro de Clío”, (249-259) en Barros, Carlos (ed.): *Historia a Debate. Actas del I Congreso Internacional Historia a debate*, T. I, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela

Santana Pérez, Juan Manuel (2003) “La historiografía latinoamericana e Historia a Debate”,(307-324) en Berenzon, Boris et al. (ed.), *Historiografía, herencia y nuevas aportaciones*, La Vasija, México

Santana Pérez, Juan Manuel (2013) *La historia contratada*, Fundación Buría, Barquisimeto

Schneider, Axel & Woolf Daniel (ed.) (2011) *The Oxford History of Historical Writing. Historical Writing since 1945*, Oxford University Press, Oxford

Sober Elliot (1992) *Reconstructing marxism. Essays on explanation and the theory of history*, Verso, New York

Stone, Lawrence (1979) "The revival of narrative: reflections on a new old history", *Past and Present*, n 85, 3-24, november

Teira, David (1995) "El marxismo analítico (I). Explicación e historia", *El Basilisco*, n 19, 21-32, Julio-Diciembre

Therborn, Göran (2008) *¿Del marxismo al postmarxismo?*, Akal, Madrid

Thompson, Edward Palmer (1979) "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?" (34-39) en Thompson, Edward Palmer *Tradicción, revuelta y conciencia de clase. Estudio sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Crítica, Barcelona

Vilar, Pierre (1982) *Introducción al vocabulario del análisis histórico*, Crítica, Barcelona

Wallerstein, Immanuel (2004) *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Un análisis de sistemas-mundo*, Akal, Madrid

Watelet, Hubert (2004) "Illusions About and Underestimation of Role of Sentiment in the Historian's Work" (213-238) en Barros, Carlos y McCrank, Lawrence J. (Eds.), *History Under Debate. International Reflection of the Discipline*, The Haworth Press, New York

White, Hayden (2003) *El texto histórico como artefacto literario y otros escritos*, Paidós Ibérica, Barcelona

White, Hayden (2011) *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*, Prometeo Libros, Buenos Aires

White, Hayden (2012) *La ficción de la narrativa*, Eterna Cadencia, Buenos Aires

Wood, Ellen Meiksins (1984) "El concepto de clase en E. P. Thompson". *Zona Abierta*, n 32, 4786, julio-septiembre

Woolf, Daniel R. (2011) *A Global History of History*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011

Zermeño, Guillermo (1990) “La historia ¿una ciencia en crisis? Teoría e historia en México 1968-1988: una primera aproximación” (26-35) *Memorias del Simposio de Historiografía Mexicanista*, Comité Mexicano de Ciencias Históricas, México

Zermeño, Guillermo (2011) *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*, El Colegio de México, México

Žižek, Slavoj (1992) *El sublime objeto de la ideología*, Siglo XXI, México

Žižek, Slavoj (2001) *El espinoso sujeto. El centro ausente de la ontología política*, Paidós, Buenos Aires

Zubillaga, Carlos (2002) *Historia e Historiadores en el Uruguay del siglo XX*, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Montevideo

Recebido em: Outubro de 2019.
Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Educación Sexual Integral en una escuela de la modalidad de Educación Permanente para Jóvenes y Adultos de la provincia de Jujuy-Argentina

Balceda, Sofía Melina¹

Universidad Nacional de Jujuy (UNJu)

Gutierrez, Brenda Doris del Valle²

Universidad Nacional de Jujuy (UNJu)

Villagra, Gabriela Soledad³

Universidad Nacional de Jujuy (UNJu)

Resumo

O objetivo deste artigo é descrever o nível de conhecimento, percepções, status e desafios relacionados à aplicação da Lei Nacional n° 26.150 de Educação Sexual Abrangente (ESI) de alunos de uma Escola de Modalidade de Educação Permanente de Jovens e Adultos (EPJA) do Bairro Alto Comedero da província de Jujuy-Argentina, segundo trimestre de 2018. A metodologia utilizada teve uma abordagem quantitativa-qualitativa, para isto aplicou-se um questionário semiestruturado a uma amostra selecionada randomizado (N = 53), obtido pela assinatura voluntária do termo de consentimento livre e esclarecido. Nos resultados observou-se que 84,6% dos alunos pesquisados desconhecem a existência da Lei. As questões de ESI que predominam referem-se à questão biológica. Em relação à abordagem institucional, diante de situações de gravidez e discriminação de gênero, existem poucas estratégias institucionais para seu tratamento e pouco reconhecimento de seus pares. A partir

¹ melinabalceda9@gmail.com

² brendadguti@gmail.com

³ gabriela-soledad.villagra@yahoo.com.ar

dos resultados obtidos, constatamos que as práticas cotidianas em relação à implementação da ESI requerem propostas de intervenção precisas e concretas em sala de aula.

Palavras-chave: Escola, Educação Sexual Abrangente, Juventude e Adultos.

Resumen

El objetivo del presente trabajo es describir el nivel de conocimientos, las percepciones, el estado de situación y los desafíos en torno a la aplicación de la Ley Nacional N° 26.150 de Educación Sexual Integral (ESI) de estudiantes de una escuela de la Modalidad de Educación Permanente de Jóvenes y Adultos (EPJA) del Barrio Alto Comedero de la provincia de Jujuy-Argentina, segundo trimestre de 2018. La metodología empleada tuvo un abordaje cuanti-cualitativo, para ello se aplicó un cuestionario semi estructurado a una muestra seleccionada de manera aleatoria (N=53), que se obtuvo a través de la firma voluntaria de una hoja de consentimiento informado. En los resultados se observó que el 84,6% de los estudiantes encuestados no conoce la existencia de la Ley. Los temas de ESI que predominan refieren a la cuestión biológica. En cuanto al abordaje institucional, frente a situaciones de embarazo y discriminación por género, existen escasas estrategias institucionales para su tratamiento y poco reconocimiento de sus pares. A partir de los resultados obtenidos, encontramos que las prácticas cotidianas en relación a la implementación de la ESI requieren de propuestas de intervención precisas y concretas en el aula.

Palabras Claves: Escuela, Educación Sexual Integral, Jóvenes y Adultos.

Abstract

The objective of this paper is to describe the level of knowledge, perceptions, status and challenges related to the application of National Law No. 26,150 of Comprehensive Sexual Education (ESI) of students of a Modality School of Permanent Education of Youth and Adults (EPJA) of the Barrio Alto Comedero of the province of Jujuy-Argentina, second quarter of 2018. The methodology used had a quantitative-qualitative approach, for this a semi-structured questionnaire was applied to a sample selected so randomized (N = 53), which was obtained through the voluntary signature of an informed consent form. In the results it was observed that 84.6% of the students surveyed do not know the existence of the Law. The ESI issues that predominate refer to the biological issue. Regarding the institutional approach, when faced with situations of pregnancy and gender discrimination, there are few institutional strategies for their treatment and little recognition of their peers. From the results obtained, we find that daily practices in relation to the implementation of the ESI require precise and concrete intervention proposals in the classroom.

Keywords: School, Comprehensive Sex Education, Youth and Adults.

Introducción

En Argentina la sanción de la Ley 26.150 de Educación Sexual Integral instituye que “Todos los educandos tienen derecho a recibir Educación Sexual Integral en todos los establecimientos educativos públicos de gestión estatal y privada” (Argentina, 2006, Art. 1).

En la siguiente ponencia se trabaja sobre la vigencia, impacto y aplicación efectiva de esta ley en una escuela de la

modalidad de Educación Permanente para Jóvenes y Adultos (EPJA), provincia de Jujuy-Argentina.

La EPJA tiene como objetivo promover acciones educativas inclusivas que garanticen la alfabetización y el cumplimiento de la obligatoriedad escolar a los que, por alguna razón, no hayan completado sus estudios en los niveles obligatorios, además de brindar posibilidades de educación para toda la vida.

Esta, es una modalidad del sistema que presenta diversas propuestas de formación en la que se incluyen áreas, programas, proyectos, etc. La característica principal que tienen los estudiantes que concurren a estos espacios es la heterogeneidad; son jóvenes y adultos atravesados por dimensiones sociohistóricas, políticas, económicas y culturales diferentes. Dicha población, históricamente ha estado constituida por sectores excluidos y postergados que no han podido atravesar trayectorias escolares formales, sino que se caracterizan por trayectorias reales donde se presentan fenómenos tales como la repitencia, abandono de la escuela, etc.

El documento base de la EPJA (ME, CFE 2009, p.6), enmarcado en la Ley Nacional de Educación (Argentina, 2006), sostiene que los alumnos cuyas trayectorias escolares se inscriben en esta modalidad, presentan las siguientes características:

“- Tener experiencias anteriores de educación formal y estar motivados a mejorar sus proyectos personales ante un mercado laboral con nuevas exigencias.

- Poseer una diversidad de conocimientos y saberes y estar incluidos en un ámbito laboral, teniendo como asignatura pendiente y necesidad personal obtener una certificación de

estudios, en algunos casos para proseguir estudios de nivel superior.

- Ser padres y/o madres que quieren acompañar mejor a sus hijos en lo escolar y en su desarrollo personal y social.
- Ser alfabetizados o aspirar a serlo”.

Esta diversidad de realidades y trayectorias complejiza las situaciones de enseñanza y requiere de formas organizativas y propuestas educativas diferenciadas (ME, CFE. 2009, p. 7).

Por otra parte la propuesta Curricular de la EPJA está centrada en el desarrollo de capacidades e implica relacionar los saberes y conocimientos con situaciones de la vida cotidiana y con las prácticas sociales transformadoras de la realidad. Resignifica el conocimiento escolar a partir de situaciones problemáticas reales y proyectos de acción para desarrollar capacidades.

Los marcos teóricos desde los cuales se construyen las visiones de la política jurisdiccional sobre estas propuestas responden a la concepción de educación popular donde la alfabetización implica reconocer al otro como sujeto de saber, poniendo en práctica procesos de democratización de la cultura. (Rodríguez, 2007, p. 144).

El “sujeto pedagógico” se define como una construcción que permite articular educando, educador y conocimiento. Propiciando la posibilidad de aprender a aprender, de continuar aprendiendo con su propio estilo y de asumirse como un sujeto social a partir de la revalorización de sus capacidades. Por ello, le compete a la EPJA generar una propuesta basada en la confianza de lo que los sujetos pueden y tienen para aportar para sí y para su comunidad. (ME, CFE 2009, p. 7).

Programa de Educación Sexual Integral (ESI)

La Ley 26.150 (Argentina, 2006) define a la ESI como aquella “que articula aspectos biológicos, psicológicos, sociales, afectivos y éticos”.

La mencionada normativa:

- Determina el derecho a recibir ESI.
- Establece un carácter universal de la implementación.
- Crea el Programa Nacional de ESI.
- Impulsa la definición de lineamientos curriculares de ESI.
- Atiende a la articulación familias y escuelas.

Al respecto de los Lineamientos Curriculares ESI cabe mencionarse que por Resolución N° 382 del Ministerio de Educación (Argentina, 2008) se crea la comisión interdisciplinaria de especialistas para la elaboración de documentos orientadores, y que desde el año 2008 se ha aprobado por el Consejo Federal de Educación bajo la modalidad de espacio transversal o específico, con propósitos formativos delimitados, orientaciones para la formación docente e identificación de un piso común de contenidos para todos los niveles del sistema educativo formal.

Se sostiene la necesidad de continuar profundizando el trabajo de ESI y para ello las escuelas necesitan contar con información actualizada, bien fundada y rigurosa que les dé sustento para tomar mejores decisiones en esta materia. Decisiones respaldadas y sostenidas en aquellos aprendizajes que surgen del trabajo de reflexión colectiva a partir de las experiencias que se construyen en las escuelas todos los días.

El Programa Nacional de ESI tiene como propósito principal “coordinar el diseño, implementación y evaluación de las acciones tendientes a poner en marcha, apoyar y/o fortalecer el Programa Nacional de Educación Sexual Integral

en todas las jurisdicciones del país” (Ministerio de Educación de la Nación, 2018).

Son objetivos de la Ley 26.150 (Argentina, 2006, art. 3):

- Incorporar la ESI dentro de las propuestas educativas orientadas a la formación armónica equilibrada y permanente de las personas.

- Asegurar la transmisión de conocimientos pertinentes, precisos y confiables y actualizados sobre los distintos aspectos involucrados en la ESI.

- Promover actitudes responsables ante la sexualidad.

- Prevenir los problemas relacionados con la salud en general y la salud sexual y reproductiva en particular.

- Procurar igualdad de trato y oportunidades para varones y mujeres.

La jurisdicción provincial de Jujuy trabaja articuladamente con las esferas nacionales a fin de establecer líneas de acción coherentes con las políticas y marcos regulatorios sobre ESI. Cada una de dichas acciones apunta a promover saberes y habilidades para la toma de decisiones conscientes y críticas en relación con el cuidado del propio cuerpo, las relaciones interpersonales, el ejercicio de la sexualidad y de los derechos de niños/as, jóvenes y adultos.

ESI en la Modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos

El Programa Nacional de ESI presenta una propuesta para docentes de la EPJA. Este material incluye propuestas de enseñanza como bibliografía de trabajo y de apoyo para trabajar con los estudiantes como paso decisivo para continuar fortaleciendo su educación basadas en la “*Revista Educación Sexual Integral para Charlar en familia*”. Se espera que los

aportes de estos materiales, que ofrecen algunos recorridos didácticos para los docentes, sean adaptados y recreados en cada espacio de encuentro y de enseñanza, de manera que promuevan el derecho de jóvenes y adultos a la ESI contribuyendo a la formación de sí mismos y a mejorar las posibilidades de acompañar responsablemente el crecimiento de otros.

La lectura de la revista fue pensada para:

- Acompañar a todas las familias, cualesquiera sean sus características.

- Reconocer que tanto la escuela como las familias tienen responsabilidades respecto de la educación sexual. La escuela tiene la obligación de proveer tanto información precisa, pertinente y actualizada como espacios de confianza que habiliten a que estos temas se traten con el máximo de respeto por las diferencias. Con estos aportes, esas experiencias de aprendizaje posibilitarán, eventualmente, que los jóvenes y adultos vivan una sexualidad libre, plena y respetuosa de las elecciones de cada uno y que puedan acompañar a otros en ese camino.

- Presentar disparadores que propicien la reflexión de los estudiantes.

- Brindar sugerencias, orientaciones y herramientas para abordar los temas de la sexualidad en familia y en grupos de estudio (Ministerio de Educación de la Nación, 2014).

¿Por qué trabajar la ESI con las y los Jóvenes y Adultos/as?

Porque es necesario que los jóvenes y adultos como “adultos responsables” de sí mismos y de otros y otras (hijos, hijas, sobrinos/as, nietos/as, padres, madre, amigos/as) hablemos sobre las posibilidades de llevar adelante esa responsabilidad y los límites para hacerlo.

- Porque las experiencias propias y de otros pueden ser transformadas en capacidades y saberes que aporten a resolver y cambiar realidades presentes y futuras.

- Porque existen necesidades personales acerca del tema, comenzando por abordar qué sabemos; qué quisimos saber y nadie nos contó; qué no sabemos; qué nos pasa, o nos pasó, y no sabemos, o no supimos, por qué; qué hacer cuando algo sucede a nuestro alrededor y compromete la vida y la dignidad propia o de otros.

- Porque temas tan difíciles de abordar como el abuso sexual, las enfermedades de transmisión sexual (ETS), la trata de personas o la violencia de género, entre otros, suelen generar muchas inquietudes y ponen en evidencia creencias populares, a veces erróneas, que perjudican las posibilidades de cuidado.

La institución escolar estudiada, realizó la socialización de la Ley 26.150, teniendo en cuenta la guía de desarrollo, se está trabajando con los profesores de las áreas de lengua, biología y geografía con ejes transversales en cada etapa. En cuanto a la familia, no se pudo concretar la socialización de la información, ni el trabajo en conjunto puesto que en el contexto de jóvenes y adultos se complejiza poder tener contacto con los familiares y aún más, sumarlos a actividades escolares.

En 2017-2018, los docentes de la escuela en cuestión, asistieron a cuatro capacitaciones que brindó el Ministerio de Educación de la provincia de Jujuy, los mismos continúan desempeñándose en la institución, y además, en el presente año se incorporaron otros docentes que también se capacitaron en la temática. Estos propusieron implementar la ESI en proyectos pedagógicos en la escuela, poniendo en práctica lo aprendido y haciendo uso del material brindado por el ministerio.

Características de la Institución Escolar

La institución en la que se realiza el estudio fue creada en abril del año 2009 por iniciativa de una Organización Social con el propósito de brindar educación en los niveles educativos (Inicial, Primario y Secundario) a los habitantes del barrio 30, 18 y 47 hectáreas del barrio Alto Comedero de San Salvador de Jujuy, y Barrio San José, entre otros, de la Ciudad de Palpalá.

Alto Comedero es un barrio ubicado a unos 10 km al sureste de la ciudad de San Salvador de Jujuy. Es el más extenso y poblado de los barrios que conforman el conglomerado urbano conocido como Gran San Salvador de Jujuy.

Este sector concentra aproximadamente la tercera parte de la población total de San Salvador de Jujuy y tiene un alto crecimiento demográfico ya que permanentemente recibe migrantes del interior de la provincia de Jujuy, de la vecina provincia de Salta y de los países con los que limita la provincia: Bolivia, Chile e inclusive inmigrantes del Perú.

En la década de 1980 el barrio Alto Comedero comenzó con un grupo pequeño de casas que actualmente está divididos por diversos sectores que cuenta con electricidad, agua potable, en algunos tramos se instaló la red cloacal y servicio de transporte de pasajeros. El proceso de expansión se caracterizó por la ausencia del estado en garantizar los servicios público, por esta razón cobraron protagonismo las organizaciones sociales, organizaciones barriales y cooperativas realizaron acciones asistencialistas.

El edificio escolar se forma por un grupo habitacional aproximadamente de 12 casas que son utilizadas como aulas escolares, cada una agrupa 4 aulas para 20 estudiantes, formando un total de 26 aulas destinadas a los Niveles Primario y Secundario. Posteriormente, tras el aumento de la

matrícula escolar se llevó a cabo la ampliación edilicia (específicamente del aula de Informática, pileta y quincho).

La creación de esta Institución Educativa surge ante la necesidad de contar con un edificio escolar que dé respuesta a este amplio sector de la comunidad de Alto Comedero, evitando de esta manera que niños/as, adolescentes y adultos se trasladen a distancias considerables para poder estudiar y terminar sus estudios con los riesgos que ello implica.

Se inició con el Nivel Primario y Secundario, pero al ver que habían otras franjas etarias por cubrir, expandieron su oferta educativa y así crearon el Bachillerato Acelerado para jóvenes y Adultos, Plan FINES, el Jardín Maternal, el Centro de Formación Profesional, el Instituto de Formación Profesional y la emancipación de los Jardines de Infantes.

Todas las instituciones educativas de la organización son de Gestión Social no confesional que atiende al desarrollo integral de la persona, instalando espacios de reflexión y participación con el objetivo de formar sujetos críticos que se puedan desenvolver positivamente en su comunidad.

Bachillerato acelerado para Jóvenes y Adultos: “el turno noche”

La organización Social decidió contemplar a un sector vulnerable de la sociedad, el de los jóvenes-adultos, que por diversas causas no pudieron terminar la secundaria y que no pueden concurrir en horarios diurnos a clases ya sea por la edad, por razones laborales o familiares. Para ello se creó en conjunto con el Secundario, el Bachillerato Acelerado para Jóvenes y Adultos, en el horario de 18 a 22 horas, con un plan de estudios reducido de tres años de duración (que se constituye en tres etapas de formación) para mayores de 18

años, donde las clases se dictan en el mismo edificio donde funciona la escuela primaria y el secundario común.

Particularmente, los objetivos del nivel en cuestión son:

-Contribuir a la inserción y permanencia del estudiante adulto en el sistema educativo, colectivizando el conocimiento existente y asistiendo a los mismos desde y para la práctica.

-Brindar una educación equitativa y de calidad tendientes a desarrollar capacidades en nuestros alumnos.

-Favorecer una formación integral que permita a nuestros alumnos a desenvolverse positivamente en la sociedad actual.

-Propiciar espacios tendientes a fortalecer la autoestima de los educandos lo que permitirá un salto cualitativo de conocimientos para insertarse a niveles superiores.

-Generar estrategias de contención y de mejora en el proceso de enseñanza aprendizaje a partir de sus experiencias personales (PEI, 2017).

Todos los niveles educativos pertenecientes a la organización social deben cubrir dos aspectos: asistencial y pedagógico, dado que la población que asiste a las instituciones y habita en los diferentes sectores del Barrio Alto Comedero, presenta en su mayoría, familias con escasos recursos y situaciones de extrema vulnerabilidad. Frente a esta realidad, la escuela debe reforzar su función de ser generadora de conocimientos socialmente válida de manera equitativa, intencional y sistemática frente a las nuevas demandas de la sociedad. Dicha organización logra una lectura de esta realidad y propicia no solo la participación laboral sino también que sus cooperativistas terminen la escuela secundaria siendo participe de la construcción del conocimiento que les permite mejoras en sus responsabilidades, seguir estudiando en niveles superiores y mejor inserción laboral.

La matrícula actual del Bachillerato Acelerado es de 355 estudiantes distribuidos en 16 cursos de tres etapas:

-Primer Etapa: lengua, matemática, biología, instrucción cívica e historia;

-Segunda Etapa: lengua, matemática, geografía, inglés, biología, psicología e historia;

-Tercer Etapa: física, química, inglés, contabilidad práctica, educación cívica, matemática y filosofía.

El personal de la institución educativa, del turno noche, está conformado por: 22 docentes, 10 administrativos, 3 preceptores y 5 maestranza, los cuales detentan cargos y horas subvencionado por el Estado provincial.

Objetivos del Trabajo de Campo

General:

Describir el nivel de conocimientos, las percepciones, el estado de situación y los desafíos en torno a la aplicación de la Ley Nacional N° 26.150 de ESI de estudiantes de una escuela de la EPJA del Barrio Alto Comedero de la provincia de Jujuy-Argentina, segundo trimestre de 2018.

Específicos:

- Caracterizar los aspectos sociodemográficos de la población en estudio: estudiantes de la Segunda Etapa del Bachillerato acelerado de Jóvenes y Adultos.

- Explorar el nivel de conocimiento sobre la existencia de la Ley y las percepciones en torno a la ESI entre los participantes.

- Indagar sobre la implementación efectiva de la Ley 26.150 de ESI en el abordaje institucional frente a situaciones vinculadas a la temática (embarazos, experiencias de discriminación por orientación sexual o identidad de género).

Metodología y Cuestionario Aplicado

Para el presente trabajo se propuso un abordaje cuantitativo en donde se aplicó un cuestionario semi estructurado a una población determinada. El campo de estudio fue una escuela de la Modalidad de Educación Permanente para Jóvenes y Adultos (EPJA) de la provincia de Jujuy-Argentina. La muestra de estudiantes participantes, seleccionada de manera aleatoria, se obtuvo a través de la firma voluntaria de una hoja de consentimiento informado en la que se comunicó sobre las actividades, inconvenientes y beneficios del estudio de investigación.

Durante el transcurso del segundo trimestre de 2018, se aplicó la encuesta a una muestra de 53 estudiantes de 18 a 44 años de edad. A través de éste instrumento se exploró sobre:

- 1) datos sociodemográficos (edad, sexo, cantidad de hijos/as, situación laboral);
- 2) conocimientos y percepciones sobre la Ley Nacional 26.150 de ESI;
- 3) abordaje institucional frente a situaciones vinculadas a la temática:
 - a) embarazos,
 - b) experiencias de discriminación por orientación sexual o identidad de género.

Resultados

1. Datos sociodemográficos

De los resultados obtenidos identificamos los siguientes aspectos socio-demográficos:

-En lo que respecta a la distribución porcentual de los estudiantes por sexo tenemos un predominio de mujeres en un 58,5% con respecto a la cantidad de hombres, quienes

representan el 41,5%.

-Sobre la edad se observa que el 78% son menores de 30 años mientras que el 22% presentan edades comprendidas entre 31 y 44 años.

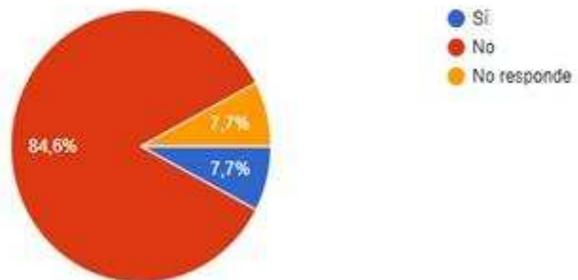
-Se observa que el 60% de los estudiantes no tiene hijos/as, el 26,4% tiene entre 1 y 3 hijos/as, y finalmente el 13,6% tiene más de 4 hijos/as.

-En lo que respecta a la distribución porcentual de la situación laboral de los estudiantes encuestados encontramos que el 66% trabaja y solo el 34% no lo hace.

Conocimiento y percepciones sobre la Ley Nacional 26.150 de ESI

En relación a los conocimientos y percepciones que tienen los estudiantes sobre la Ley Nacional 26.150 de Educación Sexual Integral, los resultados obtenidos demuestran que:

¿Conoce la existencia de la Ley Nacional de ESI?



El 84,6% de los estudiantes encuestados no conoce la existencia de la Ley Nacional de ESI, sólo el 7,7% la conoce y un 7,7% no respondió la pregunta.

Al indagar por el significado de la ESI las nociones obtenidas giran alrededor de temas de prevención de embarazo y de no conocimiento sobre el tema, así encontramos respuestas como “*lo poco que entiendo es para evitar embarazo en la adolescencia*”; “*nada*”; “*no entiendo*”.

Al explorar sobre los temas de ESI abordados en la escuela encontramos que:

Temas	Si	No	No responde
Las partes del cuerpo	69,8%	26,4%	3,8%
El cuidado del cuerpo y la salud	66%	28,3%	5,7%
La edad de los cambios	47,2%	49,1%	3,7%
El respeto por la diversidad	45,3%	50,9%	3,8%
Afectividad	32,1%	58,5%	9,4%
Genero	43,4%	43,4%	13,2%
Prevención de embarazos	47,2%	43,4	9,4%
Prevención de infecciones de transmisión sexual	47,1%	51%	2%
La llegada de un bebé	38,5%	57,7%	3,8%

Trabajo vinculado a derechos	43,4%	50,9%	5,7%
Trabajo vinculado a alternativas frente a situaciones de embarazo no deseado	26,4%	69,8%	3,8%
Planificación familiar	28,3%	67,9%	3,8%
Desigualdad y violencia	52,8%	41,5%	5,7%
Trata de personas	11,3%	13,2%	75,5%

Los resultados evidencian que tienden a predominar los vinculados a la cuestión biológica como las partes del cuerpo (69,8%) y el cuidado del cuerpo y la salud (66%).

Temas como la llegada de un bebé, afectividad, planificación familiar, trabajo vinculado a alternativas frente a situaciones de embarazo no deseado y la trata de personas no fueron trabajados en la escuela en un alto porcentaje de acuerdo a las respuestas brindadas por los estudiantes encuestados.

Se identifica que las materias curriculares que abordaron contenidos de ESI son: biología y cívica.

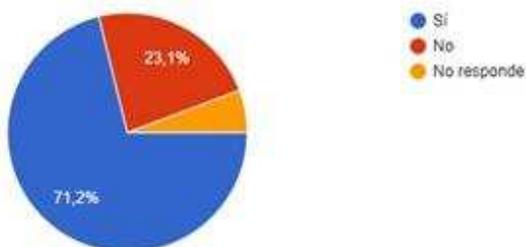
Abordaje institucional frente a situaciones vinculadas a la temática

a) Embarazos

En la encuesta realizada la temática del embarazo se trabajó desde dos ejes, uno enfocado en las propuestas institucionales de intervención desarrolladas y el segundo

enfocado en el abandono de las estudiantes frente a esta situación.

¿Observó situaciones de embarazo en la escuela?



En relación a si se observaron situaciones de embarazo en la escuela, el 71,2% afirma que si, mientras que el 23,1% manifiesta no observar situaciones de embarazo.

Propuesta de Intervención Institucional			
Frente a situaciones de embarazo en la institución:	SI	NO	NO RESPONDE
Se propició el debate entre los propios estudiantes	17%	69,8%	13,2%
Se llevó a cabo algún abordaje por parte del personal de la institución	15,1%	67,9%	17%
No se habló del tema	28,3%	64,2%	7,5%

En relación al primer eje se identifica que los estudiantes observan pocas propuestas por parte de la institución y de los actores involucrados.

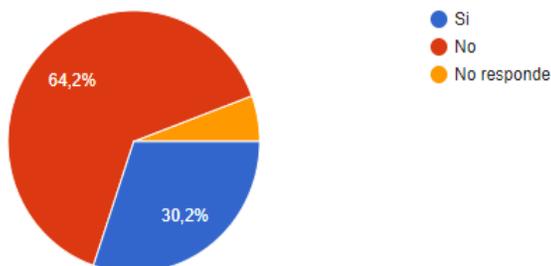
Abandono de estudiantes frente al estado de embarazo			
Frente a situaciones de embarazo en la institución:	SI	NO	NO RESPONDE
La estudiante siguió cursando	49,1%	37,7%	13,2%
Abandonó la escuela por un tiempo	22,6%	64,2%	13,2%
Abandonó la escuela de manera definitiva	71,7%	13,2%	15,1%

A través del segundo eje se identifica que frente al estado de embarazo, la mitad de las estudiantes continúan sus estudios, situación que se modifica y deriva en abandono con el tiempo de gestación ya que el 71,7% de los estudiantes manifiesta que el abandono es definitivo.

b) Experiencias de discriminación por orientación sexual o identidad de género

Observó casos de experiencias de discriminación por orientación sexual o identidad de género

53 respuestas



En relación a si se observaron casos de experiencias de discriminación por orientación sexual o identidad de género, el 64,2% de los estudiantes expresó que no y el 30,2% que sí.

Posteriormente se indagó sobre la intervención institucional aplicada frente a estos casos:

Frente a estos casos en la institución:	SI	NO	NO RESPONDE
¿Se propició el debate entre los estudiantes?	17%	75,5%	7,5%
Se llevó a cabo algún abordaje por parte de docentes y preceptores	20,8%	69,8%	9,4%
No se habló del tema	28,3%	64,2%	7,5%
El estudiante discriminado ¿siguió en su escuela?	28,3%	52,8%	18,9%

¿Quiénes discriminaron siguieron en la misma escuela?	26,4%	50,9%	22,7%
La institución sancionó a quienes cometieron actos de discriminación.	17%	60,4%	22,6%

Los resultados evidencian que la mayoría de los estudiantes expresaron tener conocimientos escasos sobre estas situaciones y que las intervenciones institucionales se traducen en pocas acciones.

Conclusión

En la provincia de Jujuy se han desarrollado políticas socio-educativas para fortalecer la implementación de la Ley 26.150 de ESI. Como se observa, los objetivos, propósitos y acciones diagramados, involucran a diversos actores y entienden a la ESI como un eje transversal a la curricula escolar.

En el marco de la EPJA se han desarrollado materiales y concretado las capacitaciones a docentes, sin embargo a partir de los resultados obtenidos en nuestro trabajo de campo, encontramos que las prácticas cotidianas requieren de propuestas de intervención precisas, dado que existe poco abordaje concreto en el aula.

En cuanto a lo teórico, si bien se ha comenzado, o intentado, trabajar desde algunas áreas sobre temas de ESI como eje transversal, o en algunos proyectos institucionales, este ha sido escaso y muy superficial. Por ejemplo, esto se evidencia cuando los estudiantes no pueden dar respuestas sobre qué es la ESI, cuando manifiestan tener desconocimiento

de diversas problemáticas actuales, puesto que en la escuela no se les habla de ello.

A partir de los resultados del cuestionario, encontramos que más del 80% de los estudiantes de esta escuela desconoce la existencia de esta Ley, por ende no pueden asignarle un significado. En cuanto a los temas abordados en la institución los que mayor tratamiento tienen, refieren a la cuestión biológica.

En relación al abordaje institucional frente a situaciones de embarazo existen escasas estrategias institucionales para su tratamiento; al igual que desde la perspectiva de los estudiantes, hay poco reconocimiento de sus pares ante esta situación.

Con respecto a la discriminación por género, frente a los pocos casos que identificaron los encuestados, estos expresan que en la escuela prácticamente no se habla de ello. No se llevaron a cabo debates con docentes, preceptores ni con el personal administrativo.

Finalmente, es fundamental poder rever las estrategias de acción y metodologías de inclusión y aplicación de esta temática en las diversas materias que pudieran abordarla desde un enfoque basado en la promoción de la salud, el trabajo transversal, la perspectiva contextual. Lo antes citado, debe reconocer y valorar las particularidades del contexto.

Bibliografía

Disponible en medio digital: Argentina, Ley Nacional de Educación 26. 206. Ministerio de Educación de la Nación. [Diciembre 2006] Disponible en: http://www.me.gov.ar/doc_pdf/ley_de_educ_nac.pdf [En línea 20-06-18]

Disponible en medio digital: Argentina, Ley N° 26.150. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Programa Nacional de Educación

Sexual Integral. Disponible en:
http://www.me.gov.ar/doc_pdf/ley26150.pdf [en línea 13-06-18]

Ministerio de Educación de la Nación. Consejo federal de Educación. [Septiembre 2010] Resolución CFE N° 118/10. Anexo I. Educación Permanente de Jóvenes y Adultos. Documento Base. Disponible en:
http://www.me.gov.ar/consejo/resoluciones/res10/118-10_02.pdf

Ministerio de Educación de la Nación. Programa Nacional de Educación Sexual Integral. [En línea 13-06-18] Disponible en:
http://www.me.gov.ar/me_prog/esi.html?mnx=esi&mny=_ques&carpeta=esi

Ministerio de Educación de la Nación. Serie de Cuadernos de ESI. Educación Sexual Integral en la Modalidad de Jóvenes y Adultos. [En línea 13-06-18] Disponible en:
<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL002224.pdf>

Ministerio de Educación de la Nación. Educación Sexual Integral para charlar en familia. [En línea 13-06-18] Disponible en:
<http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/revista-para-charlar-en-familia.pdf>

Ministerio de Educación de la Nación. Dirección de Educación de Jóvenes y Adultos. [septiembre 2010] Bases para el diseño de la estructura curricular de la EPJA. Disponible en:
<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL005642.pdf>

Rodríguez, L. y otros (2007) Paulo Freire: A Pedagogy from Latin América. *Humanities Social Sciences*. Pag. 144-145. Proyecto Educativo Institucional, 2017.

Recibido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul – CLAMOR, no contexto das ditaduras de segurança nacional (1978 - 1990)

Walter Angelo Fernandes Aló¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

“Vamos apoiar este trabalho até eles conseguirem retornar à democracia”

(Dom Paulo Evaristo Arns- Cardeal de São Paulo)

“Primeiramente acabaremos com os subversivos; depois com os colaboradores; em seguida com os simpatizantes; e, por último, com os indiferentes”. Esta frase, proferida pelo General Ibérico Saint Jean, um dos ideólogos do golpe militar argentino de 1976, sintetizou categoricamente a truculência das ditaduras de segurança nacional que cobriram de verde oliva o cone sul.²

Produto autêntico da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional se estrutura nos EUA, a partir de 1945, por intermédio do *National War College*, estabelecendo o conceito

¹ Doutorando em História- Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ; Programa de Estudos de América Latina e Cariba- PROEALC / UERJ; Professor da FAETEC-RJ e da SEEDUC-RJ

² Entre 1964 e 1976, cinco países da América do Sul sofreram rupturas de suas instituições democráticas, erigindo regimes ditatoriais sob inspiração da ideologia de segurança nacional: Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976). A ditadura do general Stroessner no Paraguai, inaugurada em 1954, a despeito das excelentes relações e colaboração com os citados, não se enquadraria no tipo de regime político militarizado como os do Cone Sul, assemelhando-se mais às ditaduras tradicionais, num padrão caudilhesco, como a Nicarágua de Somoza, a República Dominicana de Trujillo e Cuba de Fulgêncio Batista.

de guerra subversiva. Pensando na América Latina, vale destacar Roberto Martins:

Para influir nos países dependentes, especialmente na América Latina, são criados instrumentos desde aqueles mais gerais, como a Organização dos Estados Americanos- OEA-, aos organismos militares, escolas, etc.. Missões militares são enviadas a diversos países, ao mesmo tempo em que são assinados acordos de assistência militar. Os comandantes-chefes dos exércitos americanos passam a reunir-se com regularidade e são programadas manobras militares e operações navais conjuntas e integradas. Entre as escolas, ao lado do NWC, passa a funcionar também em Washington o Colégio Interamericano de Defesa, e na zona de ocupação americana no Canal do Panamá, a Escola do Exército Norte-Americano para as Américas (School of América), em Fort Gulik, que, em pouco mais de 10 anos, a partir de 1961, formou 33.147 militares latino-americanos.³

Funcionando até 1986 em quartéis da zona do Canal do Panamá e posteriormente no Fort Benning, na Carolina do Norte, a School of América teve entre seus 43 mil discentes o paraguaio Strossner, o chileno Pinochet e o argentino Galtiere, fazendo jus ao nome de “escola de ditadores”.

Todavia, consideramos como o aspecto mais relevante a maneira pela qual a doutrina de segurança nacional é introduzida na América do Sul, “contaminando” com idéias totalitárias nossa cultura política. A prevalência norte-americana na sua formulação, bem como a sua aplicação no nosso sistema político, foi assim explicitada por Ana Maria Biedagain:

... pelo final da década de 1940, em função do antagonismo com a URSS e dos novos papéis assumidos em escala

³- MARTINS, 1986, p.15

mundial nos campos político, econômico e militar, realizou-se nos EUA uma profunda reestruturação institucional. Em 1947 são criados, entre outros, o Conselho de Segurança Nacional, a Agência Central de Inteligência e o Conselho para a Indústria de Guerra e Pesquisa (...) durante a presidência de Truman, em função do antagonismo total com os soviéticos, elaborou-se a estratégia da “contenção” ou da “barreira”, a fim de impedir a propagação do poderio soviético, primeiro na Europa e depois no resto do mundo. Esta concepção determinou para a América Latina uma estratégia preventiva de possíveis invasões em sua costa e por isso foi criado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR - e a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, na Europa.⁴

Impregnados pela ideologia de segurança nacional, segmentos da alta oficialidade latino-americana, em estreita sintonia com os interesses arrivistas das respectivas elites nacionais (empresários, latifundiários e banqueiros), estiveram à serviço da manutenção e reorganização do processo de acumulação capitalista no continente, colocando em prática a teoria da contenção e instituindo o “terror de estado”.

Tais regimes acabaram por solapar, em diferentes níveis, as instituições democráticas latino-americanas, atingindo desde sistemas de débil estruturação partidária, como o brasileiro, até as maduras experiências de continuidade institucional dos uruguaios e dos chilenos, estes últimos, verdadeiros “professores de democracia”.⁵

⁴ -BIEDAGAIN, 1987, pp. 170-171

⁵ - Sobre a originalidade da experiência democrática chilena até 1973, verdadeira exceção numa América Latina endemicamente afetada pelos diversos exemplos de ruptura institucional, ver ALÓ, Walter Angelo Fernandes – artigo “*Professores de Democracia; a cultura política chilena nos últimos 160 anos*”. In: SYNTHESIS; cadernos do CCS/ UERJ, 2002, especial. p.53-61.

A segurança do Estado era a salvaguarda da nação e a repressão passou a pautar as relações com a sociedade civil, constituído os órgãos que imprimiram uma brutal violência aos “inimigos” subversivos, prendendo, torturando, assassinando e desaparecendo com milhares de cidadãos latino-americanos (estudantes, camponeses, operários, religiosos, militares, professores, advogados, etc), enlutando e destruindo famílias inteiras.

E é justamente a situação política e humanitária desta grande massa de exilados e refugiados argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios, que transitam pelo o Brasil, atingidos pela repressão estatal, o objeto do presente artigo.

Muitos desses homens e mulheres abandonam suas pátrias a partir da vigência da operação condor (1974-1980), a caçada continental (e internacional) aos “terroristas”, empreendida em colaboração pelos serviços de segurança das ditaduras do Cone Sul.

Buscaremos reconstituir a trajetória praticamente desconhecida do CLAMOR, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, delimitada entre 1978 e 1991.

Clamor não era a sigla do Comitê. Era o nome do seu boletim, cujo primeiro numero foi publicado em junho de 1978. Sua denominação foi inspirada no Salmo 88,2: “Ó Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti clamo, de dia e de noite. Chegue a minha oração perante a tua face; inclina os teus ouvidos ao meu clamor”.

Nascido na cidade de São Paulo, o grupo Clamor teve como finalidade proporcionar proteção e assistência aos refugiados do Cone Sul e suas famílias, ingressados no Brasil, vítimas de brutais violações dos direitos humanos e vivendo no exílio em consequência das ditaduras de segurança nacional vigentes na América Latina entre as décadas de 1970 e 1980.

Vale lembrar que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados- ACNUR não reconhecia oficialmente esses milhares de exilados que chegavam ao Brasil basicamente por duas razões. Primeiro, era necessário verificar se o declarado estrangeiro estava ligado à atividade política de luta armada, o que não era admitido pelo Alto Comissariado. Segundo, e sem dúvida a razão principal, devia-se ao fato de que muitos deles tinham receio, sob pena de comprometer a segurança pessoal, de preencher os formulários da ACNUR.

Assim, ficariam de fora da proteção do estatuto dos refugiados da ONU, vivenciando aquilo que o Jaime Wright definiu como “uma clandestinidade civil dentro da clandestinidade política”.

Fundado em fins de 1977, por iniciativa conjunta do Reverendo Jaime Wright, da jornalista inglesa, radicada no Brasil, Jean Rocha e do advogado brasileiro Luís Eduardo Greenhalgh, o Clamor vinculou-se à Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, apoiados pelo Arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, estabelecendo como objetivos

... juntar e divulgar denúncias de violação aos direitos humanos nos países do Cone Sul e latino-americanos no Brasil e providenciar assistência material à exilados destes países, que por vários motivos não podem obtê-la do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR.⁶

Ainda em seus primeiros passos o CLAMOR também definiu:

⁶ - Impresso- “Proposta para a criação de um Comitê para a defesa dos direitos humanos no cone sul. 1977 “(?). FUNDO CLAMOR / CEDIC /PUC - SP.

Método: denúncias através de um boletim mensal em português, inglês e espanhol, distribuído à imprensa e às organizações de direitos humanos e de um serviço de dados e informações sobre a situação política nestes países;

Estrutura: O Comitê será patrocinado pela Arquidiocese e terá um executivo de brasileiros e colaboradores latino-americanos;

Ligações: Manterá estreitas ligações com organizações internacionais, tais como a Anistia Internacional e o Conselho Mundial de Igrejas, além das entidades nos países do Cone Sul, como as Assembléias Permanentes de Direitos Humanos e com entidades brasileiras, como a Comissão de Justiça e Paz e com grupos de refugiados políticos”;

Financiamento: Doações de entidades como a Anistia Internacional e outras estrangeiras; Natureza: O Comitê não tem finalidade ou afinidade com qualquer grupo político e a sua principal razão de ser é o humanitarismo.⁷

Se entre 1978 e 1984 o Clamor viveu as suas fases de “conspiração” e “ação” contra os regimes ditatoriais do Cone Sul, a partir de 1985, e até 1991, acabou assumindo, em função da aceleração dos processos de redemocratização na região⁸, o papel de “guardião” de uma memória de luta política (inclusive de rico acervo documental), voltando-se, por extensão, para a denúncia da violação aos direitos humanos na América Central, na Ásia e na África, bem como ainda focando mais diretamente em questões nacionais, como a situação dos brasiguaios⁹ e a proposição de projetos voltados para a questão

⁷ - Idem, impresso Fundo Clamor.

⁸ - Já em 1985, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai experimentavam a realidade das transições democráticas, ao contrário de Chile e Paraguai, que iniciaram seus processos de redemocratização a partir de 1989.

⁹ - Situação de milhares de brasileiros, principalmente do oeste do Paraná e do Mato Grosso, que a partir dos anos sessenta, atraídos pela oferta de terra barata no Paraguai, migraram para àquele país, passando a enfrentar

dos direitos humanos durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte de 1986.

Algumas dessas proposições foram apresentadas no IV Congresso Nacional de Direitos Humanos, realizado na cidade do Recife, em janeiro de 1986. Entre elas estavam a efetiva aplicação das convenções internacionais sobre os direitos humanos e a suspensão das relações diplomáticas com os países que violam esses direitos.

E foi assim, sob o “guarda chuva” de Dom Paulo Evaristo Arns, um Franciscano tenaz e disciplinado, desde 1970 acostumado a denunciar os arbítrios do regime ditatorial brasileiro, precursor entre os regimes de segurança nacional na América Latina, que o Clamor construiu a sua corajosa história, pautada por mais de uma década pelos princípios do ecumenismo, da solidariedade e do respeito à dignidade humana.

Acreditamos plenamente que a singularidade da presente pesquisa reside no fato que a trajetória do CLAMOR é praticamente ignorada pela grande história política brasileira, para não falar dos segmentos da opinião pública nacional e dos consumidores de livros de conteúdo histórico e didáticos. Salvo engano, amadurecemos a convicção que o próprio pensamento historiográfico da academia, se não desconhece totalmente a temática, possivelmente optou, por razões desconhecidas, em não investir na produção de conhecimento.

Ora, a história do Clamor captura a experiência recente de toda uma geração (nossos avós, pais ou até irmãos) na luta pelo

progressivamente a violência e a xenofobia no campo paraguaio. Em 1985 houve um grande movimento de retorno ao Brasil, possibilitando a formação de acampamentos improvisados para os refugiados, como o de Mundo Novo (MS). Ver COSTA, Jéssica Ausier da. Artigo “As relações bilaterais Brasil- Paraguai e a problemática dos ‘brasiguaios’ “. Revista *Habitus*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2009.

retorno das liberdades democráticas e pela prevalência dos direitos humanos, em um período nefasto da vida política latino-americana, povoada ainda por “feridas abertas” daquele tempo, demandando, em vários países, a busca pela memória, justiça e reparação para milhares de vítimas do terror de estado praticado entre 1964-1989.

Numa América Latina onde a idéia de integração entre os povos é uma utopia desde Simon Bolívar, paradoxalmente a solidariedade surgiu no momento de dor e de desespero, na denúncia das violações dos direitos humanos cometidos pelas ditaduras de segurança nacional e na luta pela redemocratização.

A própria democracia restaurada a partir de meados dos anos oitenta foi incapaz, até o presente momento, de abrir caminho para a construção de uma sociedade que possa desfrutar concomitantemente de prosperidade material e dignidade social. Ou não vivemos em nosso subcontinente as mazelas da fome, do desemprego, da violência urbana, da criminalidade organizada, do tráfico de drogas, da concentração fundiária, da falência dos serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação, entre outros?

A árdua luta de pessoas e entidades como o Clamor pelo resgate e preservação da democracia não pode ter sido em vão. Sua experiência deve balizar o caminho das nações, sinalizar, como em toda trajetória, para um registro do “preço” pago por uma geração na manutenção da liberdade. Devemos aprender com os exemplos, sendo que para tanto é necessário conhecer, tarefa que o pensamento historiográfico contemporâneo precisa executar, descobrindo e tornando conhecida a atuação militante e solidária do Comitê naqueles “anos de chumbo”.

Como se desenvolveu a trajetória do CLAMOR? O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul surgiu no final de 1977, época em que o Brasil experimentava

o processo de abertura política, iniciada ainda em 1974, com o governo do general Ernesto Geisel.

Idealizada general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil, pretendeu-se “lenta e gradual”, numa ótica tutelada, não sendo capaz de controlar as forças sociais que irromperam no cenário político brasileiro, cujo primeiro momento de vitória manifestou-se nas eleições legislativas de 1974, quando o MDB obteve, em termos absolutos, mais votos do que a ARENA.

Nesse mesmo cenário, o movimento estudantil e as organizações operárias mostraram capacidade de reorganização, respectivamente através das mobilizações de rua organizadas pela UNE e por intermédio das greves no ABC paulista, fortalecendo a pressão política contra a ditadura e a própria campanha que culminou com a vitória da anistia geral e irrestrita, que possibilitou a volta ao país de centenas de exilados políticos, e representando simbolicamente o retorno à participação política plena de todos os brasileiros como cidadãos, o que se materializaria mais amplamente com o quadro pluripartidário do início dos anos 1980.¹⁰ Apesar dos impasses desse processo de abertura¹¹, outra significativa via de luta política recuperada pela cidadania foi se consolidando, de maneira paulatina, com o abrandamento da censura sobre os meios de comunicação e a retomada da liberdade de imprensa. E foi justamente nesse momento que o Clamor surgiu, paradoxalmente quando as ditaduras do Cone Sul viviam seus momentos mais terríveis de repressão, expurgando politicamente milhares de sul-americanos.

¹⁰ - Ver SADER, 1990, p. 28 a 34.

¹¹ - O Pacote de Abril de 1977, baixado pelo Executivo, voltaria a fechar o Congresso, incluindo a outorga de mandatos biônicos para parlamentares, governadores e prefeitos.

Pessoas como o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, a jornalista Jan Rocha e o Pastor Presbiteriano Jaime Wright passaram a receber relatos de primeira mão de vários refugiados latino-americanos em trânsito pelo Brasil, narrando a tragédia humana dos perseguidos pelas ditaduras no Paraguai, Bolívia, Chile, Uruguai e, sobretudo, da Argentina, decidindo então procurar aconselhamento e apoio do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Eles conheciam de perto mais de uma década de arbítrio no Brasil, que àquela época já tinha produzido milhares de exilados, centenas de banidos e quase uma centena de presos políticos. O próprio Jaime Wright trazia a dor pessoal do desaparecimento do irmão, o sociólogo e deputado Paulo Stuart Wright, capturado pela Operação Bandeirante (1973).

O encontro que sacramentou a formação do Comitê é narrado da seguinte forma por Samarone Lima:

No final do ano de 1977, quando recebeu em seu gabinete, aquele pequeno grupo que se denominava Clamor, dom Paulo Evaristo Arns estava com 57 anos. Elogiou o nome escolhido, aguardou explicações, fez algumas perguntas e imediatamente decidiu apoiar a iniciativa. Só fez uma exigência: _ 'Vamos apoiar este trabalho até eles conseguirem retornar à democracia'. Sua idéia era dar a cobertura institucional da Igreja Católica, sem que isso representasse, no futuro, uma nova entidade de direitos humanos para a América Latina. Acreditava que seria mais saudável que cada país pudesse desenvolver e fortalecer seus próprios grupos¹²

Apesar de se manter vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, passando a funcionar na sala 19 do casarão da Av. Higienópolis, sede da Arquidiocese, o Comitê preservou, contudo, um caráter

¹² - LIMA, 2003, p. 39.

ecumênico, congregando católicos e protestantes, militantes da defesa dos direitos humanos e comprometido com a solidariedade aos povos Cone Sul.

A perseverança e a esperança do grupo foram simbolizadas por um desenho de uma chama que brilha através das grades de uma prisão, criação do preso político brasileiro Manoel Cirilo de Oliveira Neto. E o slogan era: “Solidariedade não tem fronteiras”. A missionária norte-americana Mary Nolan, que passou a integrar o Clamor em 1979, lembrou mais detalhadamente a atuação dos primeiros tempos do grupo:

O primeiro boletim do Clamor saiu e começa com uma preocupação com o pessoal que vinha chegando desses países, e por várias razões, não queriam ser reconhecidas pelo ACNUR. E queriam ficar no Brasil. Porque ser reconhecido pelo ACNUR queria dizer que você teria que ir para a Europa. O Brasil não tinha, não permitia o refugiado ficar. Foi só posterior de toda uma luta do Clamor e de outras entidades de mudar a questão do refúgio no Brasil. Não tinha. Quem vinha e foi reconhecido como refugiado, era obrigado a sair do país. Isso queria dizer que a pessoa tinha que ir para a Europa, e muitas vezes você tinha gente que chegava e não sabia do resto da família. Ou o resto da família estava em perigo, e não queria ir para a Europa, então ficava clandestino (...) Então basicamente o Clamor começou a responder a uma necessidade montada para esse pessoal. Achar casa, achar emprego, achar escola para as crianças. E denunciado as violações.¹³

Para denunciar essas violações aos direitos humanos no Cone Sul o Comitê passou a editar um boletim, denominado Clamor, publicado em português, inglês e espanhol, enviado, sem assinaturas, a 22 estados brasileiros, 23 países americanos

¹³ -ANDRADE, 2000, pp. 122-123.

e 25 nos demais continentes. Visava atingir aos brasileiros e à imprensa brasileira, às entidades de direitos humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados, e às entidades européias e da América do Norte.

As edições do boletim tinham tiragens de 2.000 exemplares, sendo 1.000 redigidos em português, 600 em espanhol e 400 em inglês, compondo 17 números ao longo de doze anos. O primeiro número circulou a partir de junho de 1978, aproveitando uma circunstância internacional favorável, assim descrita na apresentação: “... Este primeiro número do boletim, saindo às vésperas da Copa do Mundo (de futebol), quando a atenção do mundo está voltada para a Argentina, é dedicado exclusivamente àquele país”¹⁴.

Ana Célia Navarro de Almeida, historiadora e arquivista do Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho - CEDIC, da Pontifícia Universidade de São Paulo, organizadora do fundo CLAMOR, nos apresenta um resumo da diversidade de assuntos enfocados pelos boletins:

... Entre os assuntos tratados, podemos citar: documento especial sobre cada um dos países do Cone Sul, enfocando as violações dos direitos humanos; a luta dos povos para denunciar e derrotar os regimes militares implantados; a situação das prisões e o tratamento dado aos presos; edição especial sobre a opressão sofrida pelos sindicatos no Cone Sul; número sobre a legislação pertinente aos refugiados; denúncia completa das violências praticadas na Bolívia depois do golpe militar, em 1980. Além destas edições especiais, o boletim serviu de intercâmbio com entidades congêneres para

¹⁴ - Boletim CLAMOR. Ano I, nº 1. Junho de 1978.

estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar¹⁵

Entre as principais entidades parceiras do Clamor na defesa dos direitos humanos, baseadas na América do Norte, nos Estados Unidos e na Europa, podemos citar, entre outras: Human Rights Internet, Comisión Chilena de Derechos Humanos, Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos Desaparecidos, Asociación Centroamericana de Familiares de Detenidos Desaparecidos, Consejo de Educación de Adultos de América Latina, Comisión Andina de Juristas, SOS Torture, Madres e Abuelas da Plaza de Mayo, Amnistia Internacional, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Servicio Paz e Justiça, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas e Organização das Nações Unidas.

A atuação do Clamor somente foi possível em função do financiamento proporcionado por diversas organizações, viabilizando rotinas como o custeio de passagens, linhas telefônicas, estrutura de escritório e publicações. Os principais financiadores do trabalho do Comitê foram Algemeen Diakonaal Bureau (Holanda), Ação Ecumênica Sueca, United Church of Canadá, Knox United Presbyterian Church (EUA) e Anistia Internacional. Entretanto, maior suporte financeiro vinha do Conselho Mundial de Igrejas, por intermédio de Charles Harper, representante da instituição para a questão dos direitos humanos na América Latina, com a anuência do próprio Secretário-Geral da entidade, Philip Potter.

Além do boletim, o grupo usou o expediente de convocar entrevistas coletivas e comunicados de imprensa para denunciar atos de violação dos direitos humanos. Outra importante forma de atuação se dava através de gestões junto

¹⁵ -ANDRADE, 2000, Ob. Citada, p.124

a instituições, órgãos governamentais e a chefes de Estado, mediante a “correspondência diplomática” do Cardeal Arns.

Ao Presidente da Conferência Episcopal Argentina, respondendo à contrariedade do mesmo em relação ao culto ecumênico realizado na igreja da Consolação, em São Paulo, pelos 12 mil desaparecidos argentinos, em 04 de setembro de 1979, respondeu:

Nunca imaginei que nosso culto ecumênico de 4 de setembro último pudesse causar-lhe tamanho desconforto. (...) Só admitimos sua celebração após diversas reuniões com numeroso grupo de refugiados de seus país. Aliás, o representante da Nações Unidas (ACNUR), naquele tempo, me garantia que eram mais de 100 por mês que, da Argentina e do Uruguai, solicitavam a qualificação e os benefícios de refugiados. (...) Os organizadores do programa pedem que as palavras de sua carta, como ‘tergiversaciones’, ‘exageraciones’, ‘calumnias’ e ‘falta de verdad’, sejam explicadas, para nós podermos restabelecer a verdade, se ela não foi respeitada. (...) Pedindo bênçãos para os numerosos argentinos que nos vêm solicitar, quase diariamente, conforto material e espiritual, continuo inteiramente à disposição de Vossa Eminência¹⁶.

Ou se dirigindo ao Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, em 1979, manifestando preocupação com a situação de preso político no país:

Me dirijo a V.E. com mis saludos y com la inquietud suscitada por las informaciones em torno al confinamento Del Dr. Domingo Laino (...) Le invito interceda a fines de que as tomen las medidas para asegurar la vigência de los

¹⁶ - FUNDO CLAMOR / CEDIC / PUC-SP. Carta do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Cardeal Raul Francisco Primatesta. 22/12/79.

derechos humanos acorde a los principios de nuestra fe cristiana ¹⁷

E ainda, se reportando ao embaixador da Suíça em Buenos Aires, no ano de 1980, tratando da situação de cidadão uruguaio detido e contemplado com asilo político no país europeu, cuja família estava em São Paulo: “... dirijo-me a V. Exa. para que, através dos vossos bons ofícios, seja comunicado ao governo argentino a nossa preocupação de que a sua libertação ocorra com a maior brevidade possível”¹⁸

Jaime Wright também fez intenso uso da “correspondência diplomática”, sendo signatário de pressões dirigidas, por exemplo, a ACNUR, para a elaboração de projetos para refugiados no Brasil e também ao governo Raul Alfonsín, no tocante à revogação da Lei Nápoli ¹⁹.

Dirigiu em 1983 gestões ao presidente peruano Alan Garcia para a resolução dos conflitos ligados a greve dos mineiros e solicitou ainda ao Papa João Paulo II, em nome de Dom Paulo Arns, uma audiência por ocasião da visita do Pontífice ao Brasil em 1980, encontro que efetivamente ocorreu.

Foi nesse encontro que Dom Paulo entregou ao Papa uma lista com nomes de desaparecidos políticos de diferentes países do Cone Sul, que estimulou o início de um trabalho de maior fôlego, redundando na posterior confecção da relação dos desaparecidos argentinos, também entregue ao Papa, em 1983. Uma cópia igualmente foi destinada ao Rei Juan Carlos da Espanha. Esta relação foi a base para o trabalho de montagem

¹⁷ - FUNDO CLAMOR, Idem. Telegrama do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Presidente Alfredo Stroessner. 26/09/79.

¹⁸ - FUNDO CLAMOR, Idem, Idem. Carta do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Embaixador Suíço em Buenos Aires. 02/01/80.

¹⁹ - Lei argentina que possibilitou a revogação de sentenças e a liberdade dos presos políticos condenados em processos militares sem o devido direito de defesa (1983).

da listagem oficial da Comissão Nacional dos Desaparecidos Políticos (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, criada nos primeiros momentos do governo Alfonsín. Antes disso, o CLAMOR já tinha repassado ao presidente norte-americano Jimmy Carter, em visita ao Brasil em 1978, uma lista com os nomes de dezesseis desaparecidos políticos brasileiros.

A partir de 1979 o padre canadense Robert Grand-Maison passou a colaborar com o CLAMOR, incrementando a capacidade do Comitê de aproveitar qualquer nova possibilidade de ação, o que era denominado pelo mesmo como uma “improvisação desorganizada”. Jaime Wright preferia chamar este trabalho de “teologia das brechas”. Para ele o CLAMOR estava sempre procurando brechas e lacunas deixadas pelas ditaduras, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada das oportunidades para denunciar as violações dos direitos humanos.

Como fizeram em 1981, conseguindo se infiltrar num almoço oferecido ao ex- primeiro- ministro canadense Pierre Elliot Trudeau no hotel Hilton de São Paulo, então em campanha pela secretaria das Nações Unidas. É Samarone Lima mais uma vez que descreve:

O CLAMOR, por iniciativa do Padre Robert, conseguiu entregar ao canadense um relatório detalhando suas atividades e descrevendo o sombrio panorama dos direitos humanos no Cone Sul. O Objetivo de divulgar o mais amplamente possível a situação da repressão política na América Latina tinha sido alcançado.²⁰

Nessa trajetória de mais de uma década (1978-1991), além proporcionar proteção e assistência aos exilados e refugiados que chegaram ao Brasil e de efetivar a permanente denúncia das

²⁰- LIMA, Ob. Citada, 2003, p. 167-169

violações aos direitos humanos na América do Sul, o Clamor assumiu ainda o papel de porta-voz das entidades latino-americanas de defesa dos perseguidos políticos, visto que as mesmas estavam cerceadas pelas ditaduras de segurança nacional.

Retrospectivamente, lembramos ainda a atuação do Comitê em outras atividades humanitárias:

- Gestões para denunciar a situação das crianças, filhas de ativistas políticos argentinos e uruguaios, seqüestradas durante a repressão, realizando incursões detetivescas, políticas e jurídicas para localizar o paradeiro das mesmas e esclarecer o “crime inicial” presente em suas biografias;

- Campanhas pelas crianças desaparecidas, em estreita ligação com os grupos argentinos Mães e Avós da Praça de Maio. Nessa estreita parceria, o Clamor financiou o “calendário das crianças desaparecidas argentinas” para os anos de 1983 e 1984, inclusive com fotos das mesmas;

- Visitas aos presos políticos nos cárceres dos países do Cone Sul;

- Organização de seminários e conferências internacionais de direitos humanos;

- Divulgação de casos de violações à dignidade humana em outros países, como Costa Rica, Peru, Honduras, Nicarágua e Filipinas.

Com o desenrolar dos processos de abertura política no Cone Sul em meados dos anos oitenta, quando os grupos ligados às questões dos direitos humanos na região recobram a possibilidade de livre atuação política, gradativamente o Clamor vai transitando de uma atuação mais ativa, “de campo”, para a condição de centro documental e de referência na memória de luta contra o arbítrio.

Esse acervo, denominado Fundo CLAMOR, encontra-se no Centro de Documentação e Informação Professor Casemiro

dos Reis Filho – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com dimensão e suporte iconográfico, sonoro e textual. Os documentos do fundo foram acumulados como decorrência da atuação do próprio Comitê, constituindo parte expressiva do seu arquivo. Com o fim das atividades do grupo, em 1991, seu arquivo foi entregue à guarda da Dra. Michael Nolan, integrante do Clamor, que o repassou, parcialmente, ao Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, da Arquidiocese de São Paulo, sendo outra parcela da documentação, considerada material de apoio, doada ao Centro Ecumênico de Serviço a Evangelização e Educação Popular – CESEP.

Em 1993 os documentos passaram às mãos do CEDIC, após doação efetivada pelo CESEP, ocorrendo mais tarde a fusão com os demais lotes depositados no Arquivo Metropolitano Dom Duarte. Posteriormente, a equipe do CEDIC identificou que outra fração dos documentos produzidos pelo Comitê ficou em poder de alguns militantes, principalmente de Luiz Eduardo Greenhalgh, Jaime Wright, Jean Rocha e Michael Nolan.

Sem dúvida, este importante acervo, constituído por informes mensais (produzidos em inglês, espanhol e português), correspondências expedidas (e recebidas), dossiês de presos políticos, torturados e desaparecidos, manuscritos administrativos, etc., contribuirá em muito para a reconstituição da época em que milhões de sul americanos viveram e morreram sob o signo da ditadura. É importante registrar que a partir da detenção do general Pinochet em Londres (1998-2000), e por extensão, do pedido de sua extradição para julgamento na Espanha, pelo assassinato (tortura e genocídio) de cidadãos daquele país durante a ditadura chilena, o noticiário internacional passou a

repercutir, quase que cotidianamente, os fatos e os personagens daqueles tristes “anos de chumbo” na América do Sul.

A arrojada atitude do Juiz Baltasar Garzón,, invocando o princípio da extraterritorialidade e jurisdição internacional, resgatando do pós Segunda Guerra o conceito de crime contra a humanidade, produziu um fecundo momento de rediscussão dos “passivos” deixados pela ditaduras de segurança nacional nos países do Cone Sul, expressa em questões como a dos desaparecidos, a revisão das anistias e indultos, a responsabilização criminal dos torturadores, o sequestro das crianças filhas de militantes, entre outras.

E a opinião pública brasileira não ficou alheia a esse importante debate, uma vez que o período entre 1964 e 1985 passou a ser revisitado com grande interesse pela mídia. Como consequência, a grande imprensa passou a destacar questões como a participação das forças armadas nacionais na operação condor (o general João Figueiredo, então chefe do SNI teria sido o “homem brasileiro” nas articulações iniciais no Chile), os centros de tortura, os desaparecimentos, assassinatos e toda a sorte de violência patrocinada pelos generais presidentes.

Demandas como o acesso aos arquivos, memória, verdade e justiça ganharam “fôlego”, ocasionando uma corrida aos arquivos disponíveis (o CEDIC/PUC-SP registrou significativo aumento nas solicitações de consulta, inclusive de estrangeiros), que pudessem conter evidências das ações criminosas daqueles regimes discricionários, gerando peças para subsidiarem processos judiciais de indenização/reparação contra os ditadores do Cone Sul.

Antes de encerrar suas atividades em 1991, o Comitê ainda acompanhou, certamente com decepção, as tutelas e os pactos de pacificação nacional expressos nas redemocratizações da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai,

materializadas em algumas leis de indulto e anistia²¹, como as de Ponto Final, Auto-Anistia Militar, Obediência Devida e Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado.²²

Acreditamos que compartilhar a desconhecida história do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR significa manter ativa a mobilização da Sociedade Civil latino-americana na busca pela apuração da verdade e por justiça, com reparações econômicas, reconhecimento e responsabilidade objetiva dos ditadores, dos agentes estatais e colaboradores, aspiração de milhares de vítimas do terror de Estado.

No Brasil representa, atualmente, o estímulo para a continuação de lutas como a abertura dos arquivos da ditadura civil-militar, a criação da Comissão da Verdade²³ e a revisão da Lei da Anistia (1979). Para que não se esqueça e nunca mais aconteça!

²¹- Ver CATELA, Ludimila da Silva. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul”. In: D` ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Consultar ainda, na mesma obra, o anexo “Alguns dados comparativos sobre as ditaduras e as transições no Cone Sul”, p. 314 e 315.

²² -Em 25/10/09 a República uruguaia realizou um referendo com a proposta de reforma constitucional da Lei de Caducidade (1986), que proíbe a abertura de processos contra militares e policiais acusados de crimes de violações aos direitos humanos durante a ditadura. Os 50 % mais um votos necessários à reforma não foram alcançados, tendo o “sim” alcançado 47,35 % das indicações.

²³ - Em maio de 2012, após intensa polêmica parlamentar, e já tardiamente em relação aos outros países latino americanos vítimas das ditaduras de segurança nacional, a presidenta Dilma Housseff instalou a Comissão Nacional da Verdade, composta de sete membros nomeados pelo Executivo, para apurar, ao longo dos próximos dois anos, violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado entre 1946 e 1988.

Bibliografia:

ALMEIDA, Agassiz. *A Ditadura dos generais e o estado militar na América Latina: o calvário da prisão*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2007.

BIEDEGAIN DE URÁN, Ana Maria. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos políticos*. Rio de Janeiro: Global, 1981.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1998.

CATELA, Ludmila. *Não haverá flores no túmulo do passado: As experiências de reconstrução de mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ (mimeo), 1999.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary. *Os Anos de chumbo*. Rio de

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação condor: O seqüestro dos uruguaios*. Porto Alegre: LP&M, 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DINGES, John. *Os Anos do condor; uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FICO, Carlos e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LIMA, Samarone. *CLAMOR; a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MARTINS, Roberto R.. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOLAS, Ricardo R.(org.). *História de La tortura y ordem repressivo em la Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A prisão de Pinochet na Inglaterra e a repercussão no Brasil*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul; para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*. Porto Alegre: Corag, 2006.

PASSOS, José Meireles. *A noite dos generais: os bastidores do terror militar na Argentina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VERDUGO, Patrícia. *A Caravana da Morte*. Rio de Janeiro: Renavan, 2001. .

WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI, César Augusto (org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

Artigos

QUADRAT, Samantha Viz- *Caminhos e Descaminhos do Exílio Argentino no Brasil*. 2006.

_____ - *O Direito à Informação: os Arquivos da “guerra suja” na América Latina*. 2007.

_____ - *Solidariedade no Exílio: os laços entre argentinos e brasileiros* 2008.

Dissertações

ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. *As batalhas da cidadania: formas de luta e resistência civil no Chile da ditadura de segurança nacional (1983-1998)*. Rio de Janeiro: UERJ/CCS/PPGH, 2000.

ANDRADE, Ana Célia Navarro. *Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul*. São Paulo: USP 2000..

SORBILLE, Rosana Núbia. *No olvidamos, no perdonamos, no reconciliamos; a constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e Brasil (1973-1975)*. USP/PROLAM, 2002.

Periódicos

Estado de São Paulo: 01/08/79; 27/01/83

Folha de São Paulo: 23/04/81; 23/09/84

Jornal do Brasil: 26/04/98; 05/02/84

O Globo: 24/12/83; 05/01/84;

O São Paulo (Jornal da Arquidiocese de São Paulo): 11/07/85

Documentários / Vídeos:

* *El último confin.* Espanha, 2006, 57 minutos. Diretor: Pablo Ratto. Equipe Argentina de Antropologia Forense atua na cidade de Córdoba para documentar a exumação de cadáveres de desaparecidos políticos.

* *El alma em dos.* Argentina, 2002, 78 minutos. Diretor: Marcelo Céspedes. Atuação do grupo HIJOS, criado por descendentes de desaparecidos políticos argentinos para manter viva a memória e o legado dos pais.

Sites:

www.desaparecidos.org.ar

www.hijos.org

www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br

Recebido em: Outubro de 2019.

Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.

Terras, conflitos e poder em áreas de engenho - Rio Capim. Pará, final do século XIX

William Gaia Farias¹
Universidade Federal do Pará

Resumo

O estudo procura reconstruir ações dos homens livres ricos e pobres, escravos ou libertos que viveram na área do rio Capim, no estado do Pará, com o objetivo de compreender a constituição de poderes em disputas ao longo do rio para desvendar questões sobre as relações entre a produção econômica, reprodução social, conflitos, negociações e os poderes constituídos em uma região de exploração econômica voltada principalmente à produção de açúcar e arroz. O estudo dá particular atenção aos engenhos de açúcar e arroz e comunidades na área em questão, bem como no levantamento das disputas políticas entre seus proprietários e todos os sujeitos do campo de tensões. Também procura identificar os principais momentos de conflitos armados e “motins políticos” no rio Capim no decorrer da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Conflitos, Engenhos, Rio Capim

Resumen

El estudio busca reconstruir las acciones de los hombres, esclavos o libertos libres ricos y pobres que vivían en el área del río Capim, en el estado de Pará, para comprender la constitución de poderes en disputas a lo largo del río para resolver las preguntas sobre las relaciones entre producción

¹ wgaia@ufpa.br

económica, reproducción social, conflictos, negociaciones y los poderes constituidos en una región de explotación económica centrada principalmente en la producción de azúcar y arroz. El estudio presta especial atención a los ingenios azucareros y arroceros y las comunidades en el área en cuestión, así como a la encuesta de disputas políticas entre sus propietarios y todos los sujetos en el campo de las tensiones. También busca identificar los principales momentos de conflicto armado y "disturbios políticos" en el río Capim durante la segunda mitad del siglo XIX.

Palabra clave: Conflictos, Mill, Rio Capim

Abstract

The study seeks to reconstruct the actions of rich and poor free men, slaves or freedmen who lived in the Capim River area, in the state of Pará, in order to understand the constitution of powers in disputes along the river to unravel questions about the relations between economic production, social reproduction, conflicts, negotiations and the powers constituted in a region of economic exploitation focused mainly on sugar and rice production. The study pays particular attention to the sugar and rice mills and communities in the area in question, as well as the survey of political disputes between their owners and all subjects in the tensions field. It also seeks to identify the main moments of armed conflict and "political riots" in the Capim River during the second half of the nineteenth century.

Keyword: Conflicts, Mill, Rio Capim

Introdução

Este trabalho analisa as ações de homens livres ricos e pobres, escravos ou libertos que viveram na área do rio Capim, sob diferentes dimensões de suas vidas, até porque suas ações

são elementos fundamentais à memória social que alimenta a luta de seus descendentes pelo reconhecimento de identidades de capienses ou de remanescentes de quilombos nessa vasta região.

É importante salientar que esta investida também objetiva compreender as dinâmicas produtivas para além da produção de açúcar nos engenhos na região em questão. Daí a necessidade de em alguns momentos voltar o olhar também ao século XVIII com o interesse em recuperar a atuação de trabalhadores escravos ou livres nos engenhos da região, embora o destaque desta pesquisa sejam as atividades de trabalho, contestações e atuação ao lado de senhores de engenhos que disputavam poder na segunda metade do século XIX.

Portanto, a investigação se volta às relações de poder político, família e patrimônio entre donos de engenhos do rio Capim no século XIX, embora para compreender o processo de estabelecimento dos engenhos na região inicie as discussões no século XVIII. Como ponto de partida, procuro demonstrar as relações políticas e sociais envolvendo os engenhos Aproaga, Taperuçu e Calisto. É possível que a documentação abra possibilidade de estender as análises a um conjunto de engenhos do rio Capim existente no século XVIII, o que pode ser um importante caminho para encontrar algumas respostas à questões relativas aos engenhos do século XIX, em destaque e a partir daí discutir as disputas político-partidárias destes proprietários de engenhos (verdadeiros senhores dos rios), inclusive com o uso de escravos em conflitos ocorridos no final do império entre liberais e conservadores e início da República entre ou republicanos e democratas.

Rio Capim: Dos Engenhos Reais ao Aproaga e Taperuçu

Em 1780 o mestre de campo, André Miguel Aires aos oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará informando sobre a necessidade de aquisição de escravos negros para servir no seu engenho situado nas margens do rio Capim, pois se tratava de engenho real (Ofício ... AHU_ACL_CU_013, Cx. 87, D. 7088).

De acordo com André Aires, em 1758 houve investimento na construção de engenhos de açúcar e alambique com estrutura “grandiosa” com a utilização de grande número de escravos indígenas. E, em seguida houve a compra de escravos negros no valor de dois contos e quinhentos e trinta mil reis. Estes escravos passaram a trabalhar junto com os índios dos soldados para atender as necessidades da Real Fazenda e dos particulares. Os negros etíopes foram preferidos por serem mais resistentes e aplicados a cultura das lavouras que os “demais pretos” do engenho. Segundo André Aires, naquele ano havia vinte escravos capazes de trabalho no canavial e “sete escravos menos capacitados”, quatro escravos aplicados no trabalho da “lavoura de farinha necessária ao sustento de todos” e mais oito escravos [catrapiados] que não podem trabalhar no engenho. Também contava com dois escravos ferreiros e dois carpinteiros para atuarem em atividades necessárias do engenho, nove índios e índias capazes de trabalhar no canavial, além de sete índios “incapazes desta atividade” e duas índias no trabalho de casa, dois índios no trabalho de engenho, dois pescadores e um caçador (*Ibid.*).

Para moer no engenho havia necessidade de trinta “servos”. Para o canavial seriam vintes “servos”, já no engenho “dez pessoas para trabalhar dia e dez a noite”. Para a fomalha seriam necessárias quatro pessoas: duas durante o dia e duas a noite.

Ainda havia o emprego de mais doze pessoas para atuar na casa de purgar, além de seis aos demais serviços.

A força de trabalho e quantidade de cana apresentada por André Aires era para a produção de setecentas arrobas de açúcar, quantidade bastante expressiva. Além desse canavial o mestre de campo André Aires ainda faz referência ao de outro lavrador com muita cana plantada e que também necessitava de mais mão de obra para garantir uma boa produção de açúcar. Na descrição das atividades desenvolvidas no processo produtivo do engenho, há preocupação com os períodos de trabalho durante as “invernadas”, pois nesse período se teria pouca produção e muito trabalho. Neste caso, é preciso considerar outros fatores como o ambiental e os mecanismos e tecnologias dos engenhos para compreender questões fundamentais ao funcionamento dos mesmos e a exploração de mão de obra (*Ibid.*). Em outro ofício, datado de 02 de julho de 1761, André Miguel Aires informa também ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a situação geral dos engenhos e plantações de açúcar de sua propriedade e das dificuldades em obter escravos e, por isso, solicita a introdução de maior número de escravos à coroa portuguesa porque tem a maior possibilidade de produção de açúcar da região e de negócio a fazer com a Companhia de Comércio (Offício ... AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4542).

Estes ofícios de André Aires recorrendo à coroa portuguesa para obtenção de mão de obra escrava não foi a única questão sobre esse tema e outros envolvendo os engenhos reais da região do rio Capim. No ano de 1788, Silvestre José Lopes e sua mulher Luísa Caetana Martins enviaram um requerimento a rainha Dona Maria I solicitando “provisão de confirmação da sociedade que fizeram com Teodoro de Oliveira e sua mulher Joaquina Teresa Martins”, em um engenho de “moer canas e de

descascar arroz”, no rio Capim (Requerimento ... AHU_ACL_CU_013, Cx. 91, D. 7088). Já no documento, bastante ilegível, sob o título de Carta de Confirmação de data de Sesmarias, o rei D. José I concede a Luís Freire, algumas terras devolutas situadas “de frente” à ilha chamada de Capim, entre as terras do mestre de campo André Miguel Aires e as fazendas dos religiosos Carmelitas (Carta de Confirmação ... AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 6000). É relevante destacar que até mesmo a Santa Casa de Misericórdia possuía patrimônio no rio Capim que era a “fazenda denominada Guajarará no rio Capim, na qual lavram sessenta e oito escravos” (BAENA: 2004, p. 197).

Portanto, com base nesta documentação, é possível perceber que na segunda metade do século XVIII, a região do rio Capim, de modo geral contava com produção de açúcar e arroz nos chamados Engenhos Reais, alguns dos quais possivelmente tenham passado ao século XIX ainda produtivos. Se nesta fase da pesquisa ainda é cedo para identificar tais engenhos e, portanto, afirmar quais eram, por outro lado, pelas características e por uma indicação de data de fundação, certamente nenhum deles poderia ser o engenho do Calisto, já que esse fora constituído em 1844 e seu funcionamento era com maquinas a vapor (Exploração e estudo do Valle do Amazonas, 1875, p. 25), bem diferente dos Engenhos Reais do século XVIII, movidos pela força das águas fluviais. Outra questão importante de considerar é que estes documentos sobre os engenhos do século XVIII me permitiram entender que pelas atividades de trabalho e preocupação em garantir a produtividade antes do período de chuvas intensas na Amazônia (de fevereiro a abril), alguns destes engenhos produziam em dois grandes turnos: diurno e noturno.

Com base no Taperuçu e no Aproaga, cujos vestígios demonstram que eram engenhos de áreas de várzea baixa, acredito que a maioria dos engenhos da área do Capim também apresentava a mesma característica. Os engenhos de várzea baixas dependentes das águas do rio aproveitavam as marés diárias para garantir funcionamento na maior parte do ano, pois diferentes dos engenhos localizados em áreas de várzea alta que só contavam com marés diárias no período de fevereiro a abril (MARQUES, 2015). Já nesse mesmo período do ano, os engenhos de várzea baixa tinham mais dificuldade de funcionamento devido a inundação na maior parte do dia. Isto, certamente implicava na necessidade de produção diurna e noturna, sempre considerando o horário das marés, o que demandava maior emprego de força de trabalho e geralmente a intensificação da exploração de mão de obra escrava negra e de indígenas. Portanto, o trabalho de uma fazenda de produção de açúcar levava em consideração as atividades produtivas referentes ao canavial, de onde saía a principal matéria prima, que empregava um maior número de trabalhadores que na Amazônia ocorria na maior parte do ano. O trabalho no engenho que, dependendo da produtividade, requeria maior ou menor quantidade de força de trabalho. A esse respeito, André Miguel Aires, ao descrever as atividades desenvolvidas com trabalho escravo indígena ou negra em seu engenho situado as margens do rio Capim, informava que para moer no engenho era preciso vinte “servos”, sendo dez para o trabalho diurno e dez para o noturno (Offício ... AHU_ACL_CU_013, Cx. 87, D. 7088).

É bom considerar que o engenho Taperuçu (por vezes também escrito Taperussú) recebeu equipamentos novos no ano de 1870, por meio do negociante Alberto Blochouse que publicou um anúncio sob o título “Machinas”, oferecendo seus

serviços de importador autorizado e capacitado para a montagem de novos equipamentos em engenhos e como garantia informava que já havia implantado os equipamentos que melhoravam a produtividade de fabricação de açúcar “n’alguns importantes engenhos assim como os de Curuçambá e Jaguarary, Taperussú e Murutucú etc., collocando desde uns aparelhos, complicados ...” (Diário de Belém. Belém, 04/04/1870, p. 04). Não há como garantir que os equipamentos instalados no engenho Taperuçú representasse uma adaptação para funcionamento a vapor, mas de toda forma era uma face modernizante de um engenho que provavelmente foi construído no século XVIII e que, de acordo com o negociante, no início da década de 1870 do século XIX era considerado um dos mais importantes do Pará.

Certamente a criação desses engenhos da região do Capim nos séculos XVIII e XIX teve como objetivo principal a produção de açúcar, dado sua valorização nos mercados internos e externos. Contudo, as propriedades as margens do Capim produziram arroz. Na documentação referente ao século XVIII, analisada acima há referência ao beneficiamento de arroz nos engenhos. Em jornais paraenses das décadas de 1860 e 1870 o lavrador José Antonio de Miranda, então proprietário do engenho Taperuçú, com frequência, anunciava venda de arroz, “N’esse armazém continua vender-se o excelente arroz graúdo e miúdo do engenho Taperussú de José Antonio de Miranda, e seu depósito nos armazéns do mesmo proprietário ao largo do Carmo” (Jornal do Pará. Belém, 11/02/1870, p. 03).

A Formação do Poder dos irmãos Chermont de Miranda

Com o objetivo de compreender a influência política e econômica dos irmãos Pedro Chermont de Miranda e Vicente Chermont de Miranda na região do rio Capim, sobretudo na área que vai do então distrito de São Domingos da Boa Vista (também conhecido à época como São Domingos do Capim e atualmente assim denominado) e a freguesia de Sant'Anna do Capim, onde despontavam de muito prestígio, procurei investigar dados sobre suas trajetórias na região, já que se trata de dois irmãos que geralmente são citados na produção científica referente a esta região.

Os irmãos Chermont de Miranda passaram a boa parte de suas vidas no rio Capim. Descendentes de duas famílias ricas e conhecidas na sociedade paraense, pelo lado materno eram filhos de Ignêz de Lacerda Chermont, filha do visconde de Arary, Antonio de Lacerda Chermont, e pelo paterno, eram filhos de Antonio José de Miranda. Assim, descendiam do afortunado comendador português Vicente Antonio de Miranda, muito prestigiado na sociedade paraense, sendo inclusive um grande doador a Santa Casa de Misericórdia, que faleceu em Lisboa, no ano de 1846 (Cento de Memória da Amazônia, 1853) e deixou uma considerável herança em testamento a seus filhos e a Santa Casa.

Na década de 1850 os irmãos José Antônio de Miranda e Antonio José de Miranda já viviam no rio Capim nos engenhos que eram de propriedade do seu pai e que herdaram em 1853 (inventariado sete anos após a morte), juntamente um grande patrimônio em imóveis urbanos e rurais, ações, escravos, prataria, firmas, e outros bens. José Antonio de Miranda, dentre outros imóveis ficou com o engenho Taperuçú onde já morava e continuou produzindo. Antonio José ficou com o engenho

Aproaga também o mantendo produtivo. O comendador também deixou mais dois irmãos: Vicente Antonio de Miranda (que faleceu antes da divisão dos bens) e Francisco Antonio de Miranda que parece ter se dedicado a atividades distante da região do Capim e que em 1867 já havia morrido (Jornal do Pará. Belém, 23/02/1867, p. 03). Os irmãos Miranda também herdaram o engenho de Murutucu, em Belém, mas logo o venderam.

Antonio José de Miranda casou com Inês de Lacerda Chermont. O casal teve dois filhos e uma filha: Vicente Chermont de Miranda, Pedro Chermont de Miranda e Leonice Clementina Chermont de Miranda. Esta casou com um nobre holandês tornando-se baronesa de Tautiphöeus (BORGES, 1970). Os dois filhos permaneceram por muito tempo do rio Capim, sendo os senhores de engenho mais lembrados pelos moradores e pelos pesquisadores que escreveram sobre temáticas a respeito da região, o que se deve a seus constantes envolvimento em querelas políticas e outros tipos de disputas, principalmente com José Calisto Furtado, o proprietário do conhecido engenho do Calisto (A Constituição. Belém 11/02/1879, p. 01).

Os irmãos Antonio José e José Antonio de Miranda, respectivos pai e tio de Vicente e Pedro Chermont de Miranda, eram bastante prestigiados na sociedade paraense. Herdeiros de uma boa fortuna, estes trabalharam o suficiente para ampliar o capital deixado pelo pai. Os dois irmãos Miranda constituíram firmas de navegação, armazéns e adquiriram vários outros imóveis em Belém.

Antonio José foi deputado provincial em pelo menos duas legislaturas (Treze de Maio. Belém, 10/04/1847 e 08/04/1856, p. 02) e bastante dedicado aos investimentos, como no vapor Guajará adquirido em 1858, encomendado a um estaleiro

londrino que passou a fazer viagens regulares de passageiros e cargas, principalmente nos trechos de Belém a Vigia e de Belém a Cametá (Gazeta Oficial. Belém, 01/10/1858, p. 04). Contava com investimentos na produção de arroz no rio Capim, mas comprava e vendia este produto nos armazéns em Belém. Atuava na extração de madeira também na região do Capim e na compra e venda de madeira em Belém, especificamente no seu próprio estabelecimento, onde adquiria “partidas de toros de cedro, e outras madeiras próprias de cerrar, e recebe-as na fábrica de serrar, cita a margem da Doca do Reducto” (Treze de Maio. Belém, 22/11/1853, p. 04). Conhecido como hábil investidor Antonio José de Miranda sempre utilizava a imprensa para fazer negócios, tais como anunciar aluguéis de imóveis, solicitar averbação de terras do poder público, divulgar os horários de viagens e as cargas consignadas no vapor Guajará, cobrar vencimentos de hipotecas, leiloar bens hipotecados, anunciar venda de produtos agrícolas, dentre outros investimentos. Também contava com a produção de açúcar que não era anunciada nos jornais, talvez por ser exportada ou por contar com comprador certo.

Contudo, nesses mesmos meios de comunicação que usava para ampliar o capital, também divulgava as doações às obras de caridade como as da Santa Casa de Misericórdia, doação de arroz, como a feita em 1856 quando enviou para Pernambuco que passava por situação difícil em momento da grande epidemia (Treze de Maio. Belém, 02/04/1856, p. 02 e 06/05/1856, p. 01). Antonio José de Miranda faleceu no ano de 1867 e em seu testamento manifestou interesse em doação a Santa Casa de Misericórdia.

José Antonio de Miranda também possuía um patrimônio expressivo, mas com vida social e política bem mais moderada.

Além dos investimentos em parceria com Antonio José, produzia arroz e açúcar no engenho Taperuçu e vendia em seu armazém localizado na praça do Carmo, sendo proprietário de muitos escravos e imóveis (casas, terrenos e prédios) alugados em várias ruas de Belém. Dos irmãos Miranda foi o que viveu mais tempo, passando por uma fase de transtornos psicológicos apresentados pela imprensa como “demência” (A Constituição. Belém, 05/04/1879, p. 01), falecendo em 1879 aos setenta anos (*Ibid.*). No entanto, bem antes de sua morte publicou no jornal O Liberal do Pará de 04 de agosto de 1875, uma nota informando que havia retirado a administração de seus bens das mãos do “Sr. Antonio Joaquim Soveral Barbuda e que constituiu seus bastantes procuradores srs dr. Vicente Chermont de Miranda, dr. Felipe José de Lima e Antonio Ferreira Bentes” (O Liberal do Pará de 04/08/1875, p. 02).

Senhores de engenhos, escravos, libertos e outros camponeses nas querelas políticas

Em pesquisa anterior voltada a Revolta de 11 de junho de 1891, desencadeada pelas disputas políticas alvorecer da República entre o Partido Republicano do Pará – PRP e o Partido Republicano Democrático – PRD, na região do rio Capim verifiquei o grande envolvimento de homens liderados por Vicente Chermont de Miranda nos conflitos político-partidários. Foi justamente esse estudo que me levou a conhecer os “causos” contados pelas comunidades que margeiam o rio Capim (FARIAS, 2008). É também essa a base de sustentação da afirmativa de que os irmãos Vicente Chermont de Miranda e Pedro Chermont de Miranda são os donos de engenho mais citados pelos moradores e pesquisadores que abordaram temáticas sobre o Capim.

Foi a partir dessa observação que surgiu a preocupação em realizar uma pesquisa mais voltada ao entendimento das relações sociais de produção e reprodução e disputas políticas envolvendo os principais senhores de engenho na segunda metade do século XIX e seus subordinados, livres ou escravos.

Como se pode ver no tópico anterior, a família Miranda já vivia nos engenhos do rio Capim na década de 1850 produzindo arroz, açúcar, farinha, explorando madeira e comercializando na cidade de Belém do Pará. Também faziam diversificados tipos de investimentos. Parte expressiva da fortuna da família foi para os irmãos Pedro e Vicente Chermont de Miranda, sobretudo com as heranças do pai e mãe – que também herdou parte do patrimônio de seu pai, visconde de Arary – e do tio paterno, José Antonio de Miranda.

Dos pais, Antonio José de Miranda, os irmãos Pedro, Vicente e Leonice herdaram muitos imóveis urbanos em Belém (casas, pontos comerciais e prédios alugados), o engenho do Aproaga e fazendas na Ilha de Marajó (na área de Camará, Monsarás, distrito de Salvaterra, cidades de Soure e Cachoeira do Arary). A irmã Leonice como informei anteriormente, casou-se com um nobre holandês, provavelmente se afastando de questões relativas a administração de bens.

Pedro e Vicente, atuando em Sant'Anna do Capim, à época distrito do município de Belém se destacaram pelo ativismo político no final da Monarquia e início da República. Os irmãos investiram em negócios rurais como a produção de arroz, açúcar e na criação de gado, além de ocuparem cargos públicos e manterem muitos imóveis alugados na capital paraense².

² Em várias edições dos jornais paraenses do período estudado há publicação de cobrança de impostos e taxas urbanas com quadros contendo dados como locais, valores cobrados, tipos e nomes dos proprietários dos imóveis. Nestas edições de periódicos é possível

O último filho do comendador Vicente Antonio de Miranda a falecer foi José Antonio de Miranda em 1879, que no inventário era proprietário do engenho Taperuçu, muitos imóveis urbanos herdados do pai e outros adquiridos com recursos provenientes de seus investimentos, além de duzentos e dezessete escravos (Inventário de Vicente Antônio de Miranda, CMA, 1853). O capitão José Antonio morreu solteiro, mas tinha uma filha chamada Estephania. No entanto, no inventário consta como principal herdeiro o seu sobrinho Vicente Chermont de Miranda, e isso causou grande discussão pela imprensa, pois os conservadores apresentavam a situação como um provável golpe dos irmãos Chermont de Miranda. Durante alguns dias a herança de José Antonio de Miranda ocupou as páginas dos jornais ligados ao Partido Liberal e ao Conservador.

Portanto, Vicente e Pedro contaram com boas heranças e tiveram atuação destacada na região do Capim durante as décadas de 1870, 1880 e início de 1890 a frente dos engenhos de Taperuçu e Aproaga, mas também faziam negócios e articulações políticas em Belém.

Pedro foi subdelegado de Sant'Anna do Capim na década de 1870 e vereador em Belém, estando envolvido em uma série de conflitos em ações contra os conservadores, principalmente José Calisto Furtado, pelo menos até a metade dos anos de 1880 quando passou a se dedicar mais aos negócios na capital paraense e às viagens a Europa. Na década de 1890, Pedro resolveu morar em uma casa de sua propriedade em Paris.

Vicente Chermont de Miranda, juntamente com o irmão, teve uma trajetória de participação ativa em conflitos no

identificar os imóveis de propriedade dos irmãos Pedro e Vicente Chermont de Miranda.

Capim a ponto ironicamente de ser denominado pela imprensa oposicionista da época como “heroe do Aproaga” (A Constituição. Belém, 2/03/1879, p. 01). Suas ações na região são destacadas, pelo menos no período que vai de 1875 a 1893, seja sob a Monarquia, como membro do Partido Liberal, ou no alvorecer republicano como principal liderança do Partido Republicano Democrático – PRD. Vicente estudou em Portugal, mas foi na Universidade de Gand, na Bélgica que na primeira metade da década de 1870 se formou em engenharia (MIRANDA, 1942, p. 09) e que conheceu e casou com a holandesa Carolina Maria Magdalena Van Gysellar (*Ibid.*).

Portanto, as memórias sobre Vicente Chermont de Miranda não se restringem ao intenso ativismo político à frente de homens armados nos jogos políticos do período em questão. Em várias ocasiões há destaque a sua atuação científica e coletiva em organizações como a Sociedade Paraense de Agricultura de onde foi presidente (O Pará. Belém, 18/11/1898, p. 02), como doador de coleções de espécies vegetais e de animais como um jacaré-açu ao Museu Paraense (Relatório, 1897) e como colaborador do Horto Municipal de Belém no tempo da intendência de Antonio Lemos (O Pará. Belém, 30/04/1898, p. 02). O envolvimento de Vicente em questões ligadas as ciências ocorreu no período em que já não estava tão imerso das querelas políticas do Capim, passando viver na Ilha de Marajó. Mas há registros de que Vicente recebeu e hospedou viajantes intelectuais e expedicionários nos engenhos de Aproaga como nas fazendas do Marajó (Relatório 1902, p. 485). Contudo, há algumas referências a Vicente tanto por doações e colaborações como por estudos que resultaram em obras como *Marajó: estudos sobre seu solo, seus animaes e suas plantas* (1894) e o conhecido *Glossário paraense ou colleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente a ilha de*

Marajó (1905). Vicente Chermont de Miranda faleceu em 1907, aos cinquenta e sete anos de idade (BORGES, *Op. Cit.*) e também é lembrado por ter sido o primeiro a introduzir búfalos na região (raça Carabao), importados da Itália (Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, 2007, p. 02).

Em março de 1875 Vicente Chermont de Miranda publicou em O Liberal do Pará uma matéria dando esclarecimentos sobre as acusações publicadas pelo jornal A Constituição dos dias 19 de fevereiro e 02 de março de que teria usado seus escravos para resgatar a força um prisioneiro em poder do subdelegado Manuel Ignácio Pereira. A respeito do caso, Vicente afirmava que tudo seria resultado de calúnias do proprietário do engenho Santo Antonio, José Calisto Furtado, membro do Partido Conservador e influente na área do Capim. Segundo O Liberal do Pará, se tratava do carpina Paulo, um de seus trabalhadores que seria preso injustamente pelo subdelegado Manuel Pereira que seguia ordens de José Calisto. No entanto, quando a escolta chegou à ponte o prisioneiro conseguiu fugir em uma canoa e adentrou no engenho Aproaga, ou seja, de propriedade de Vicente Chermont de Miranda, por isso passou a ficar sob sua proteção (O Liberal do Pará. Belém, 19/03/1875, p. 02).

Durante todo o ano de 1875 as trocas de acusações foram intensas entre os partidos políticos. De um lado os conservadores publicavam textos no jornal A Constituição condenando as ações dos Chermont de Miranda e dos homens ligados a eles no Capim. Já os liberais publicavam matérias em defesa a Vicente Chermont e de seu grupo, sempre justificando suas ações. E neste sentido, O Liberal do Pará, de 25 de agosto divulgou a chegada de uma lancha a vapor na capital que conduziu uma escolta com 12 soldados de linha, às ordens do delegado de polícia que foi ao Capim e prender 11 escravos de

Vicente Chermont de Miranda, todos residentes no engenho Aproaga.

Segundo os liberais as prisões resultaram das tramas entre o proprietário de engenho José Calisto Furtado e das lideranças do Partido Conservador que moravam em Belém. O texto também remete a outros conflitos envolvendo as lideranças liberais e conservadoras em São Domingos da Boa Vista, inclusive com assassinatos e uso de escravos nos conflitos (O Liberal do Pará. Belém, 25/08/1875, p. 02).

As trocas de acusações e os conflitos envolvendo liberais e conservadores na região em questão foram frequentes desde 1875, possivelmente ano de retorno de Vicente Chermont de Miranda que estava cursando no exterior.

Em julho de 1878, o jornal A Constituição publicou alguns depoimentos dados ao chefe de polícia Miguel Lúcio de Mello Albuquerque (A Constituição, Belém, 23/07/1878, p. 03) sobre conflitos ocorridos na freguesia de Sant'Anna do Capim. Segundo o depoente Fortunato José Lopes, tudo teria começado na área do rio Capim conhecida com igarapé Jaboty-maior (algumas vezes também chamada de rio) onde corriam boatos de que os liberais queriam acabar com a religião e com as igrejas. Joaquim Manço Manito estaria incitando o povo a tirar as chaves da igreja de quem a tivesse. Na ocasião o padre Joaquim Gomes da Rocha procurou José Calisto no engenho Santo Antonio³ para que juntos resistissem as investidas dos liberais. Assim, o coronel Calisto, o padre e o Manço Manito estariam arregimentando gente nos igarapés Caratateua e Jaboty maior para tirar “as chaves da igreja das mãos do subdelegado de polícia do distrito de Sant'Anna do Capim,

³ No material pesquisado até agora há referências a duas fazendas de propriedade de José Calisto Furtado na região do rio Capim: a fazenda Santo Antonio e a fazenda São José, onde possivelmente ficava o engenho.

Pedro Chermont de Miranda por bem ou por mal com mais de trinta pessoas” (A Constituição, Belém, 23/07/1878, p. 03).

Quando o juiz mandou um oficial de justiça em diligência acompanhado do vigário para intimar os irmãos Miranda a entregarem as chaves, estes ao chegarem a Sant’Anna, na manhã de 20 de julho, a igreja matriz, encontraram-na descoberta, “estando em seu redor um montão de pedaços de telhas, e o madeiramento, aliás de acapu e em bom estado de conservação, despedaçado e amontoado sem arrumação, indicando visivelmente que o teto fora destruído com precipitação e não arrêado com vagar”. Vicente Chermont de Miranda teria ido “com muitos escravos seos na mesma madrugada d’esse dia, 20 do corrente” para destruir a igreja matriz. Esta questão foi tema muito explorado na imprensa paraense (A Constituição. Belém, 25/07/1878, p. 03).

A situação de conflito acirrado em função da questão das chaves da igreja matriz resultou na prisão do “respeitável ancião coronel Calisto Furtado, e 19 inofensivos lavradores dedicados ao mesmo sr. coronel Calisto”. Os homens foram presos e conduzidos a Belém pelo subdelegado de Sant’Anna do Capim Pedro Chermont de Miranda. Na audiência os irmãos Chermont de Miranda justificaram a prisão do coronel Calisto e seus homens por receberem informações de que os mesmos estavam preparando um ataque ao subdelegado para lhe retirarem as chaves da igreja matriz de Sant’Anna. Após a prisão os dezenove homens foram levados para o engenho Aproaga e:

Lá estiveram desde sexta-feira ficando 18 fechados em um quartinho escuro e abafado, na phrase do alferes, comendo de 24 em 24 horas, fazendo tudo n’esse cubículo místico ao armazém de assucar. Este suplicio durou até terça-feira,

graças a chegada do alferes (A Constituição, Belém, 20/07/1878, p. 01).

Após a audiência em Belém todos foram colocados em liberdade por meio de um *habeas corpuse* e o subdelegado Pedro foi multado. Também foram condenados dez escravos do engenho Aproaga por sentença de julho de 1878 por tirarem um recruta das mãos da “autoridade policial”. Mas o delegado de polícia, em execução da prisão definida pela sentença, só conseguiu prender dois escravos, pois oito ainda estavam no engenho sob a proteção dos proprietários (A Constituição. Belém, 05/04/1879, p. 03).

No dia três de agosto de 1878, no momento da eleição, uma lancha a serviço do coronel José Calisto Furtado foi ao igarapé Pyrajauara para apanhar eleitores e conduzi-los as urnas, mas foi abordada por outra embarcação comandada por Vicente Chermont de Miranda que ameaçou os conservadores de prendê-los juntamente com José Calisto Furtado que na ocasião não se encontrava. No entanto, Vicente, juntamente com Pedro Chermont de Miranda, seis soldados e cerca de cinquenta pessoas entre soldados, homens livres e escravos todos a bordo da embarcação Aproaga, atiraram na lancha comandada pelo conservador Manito e que tinha a bordo mais cinco tripulantes e oito eleitores. Alguns foram atingidos pelos tiros, outros foram espancados e o senhor Manito foi preso e enviado ao hospital da Santa Casa de Misericórdia, pois estava bastante ferido (A Constituição. Belém, 06/08/1878, p. 03).

Os irmãos Chermont de Miranda moravam no engenho do Aproaga de onde administravam a produção e exerciam controle sobre muitas comunidades das margens do Capim e para garantir esse controle empregavam recursos em armas, munições, escravos e outros subordinados. O engenho Aproaga era uma verdadeira fortaleza e causava medo aos inimigos dos

irmãos Chermont de Miranda que, a considerar as matérias publicadas nos jornais, serviu para prender e torturar inimigos e abrigar companheiros foragidos. O pessoal do Aproaga tinha grande conhecimento do que ocorria no rio Capim e sobre a região, por isso organizavam defesa e preparavam emboscadas com muita agilidade. Na segunda metade da década de 1870 ainda tinham a facilidade de contar com o cargo de subdelegado ocupado por Pedro Chermont de Miranda.

Com o estabelecimento do regime republicano no Pará, a maioria dos integrantes do Partido Liberal se manteve no mesmo lado e, não podendo continuar com a mesma legenda, criaram o Partido Republicano Democrático - PRD e passaram a disputar o poder na República quando até o ano de 1896 tiveram como seu principal adversário o Partido Republicano do Pará. Durante os primeiros anos do novo regime Vicente Chermont de Miranda foi a maior liderança do PRD, sendo seu presidente. No entanto, este político, já sem apoio do irmão Pedro Chermont de Miranda, que a essa altura possivelmente já morava em Paris, se envolveu em novos conflitos na região do Capim e em Belém, chegando inclusive a ser punido com uma breve deportação para Lisboa, logo após as Revolta do Capim (como ficou conhecido uma sequência de eventos envolvendo republicanos e democratas, na referida região) e a Revolta de 11 de Junho de 1891 que ocorreu em Belém como uma extensão dos conflitos do Capim, mas aderida pelo Corpo Militar de Polícia (FARIAS, 2016).

Antes do regime republicano completar um ano, os conflitos políticos já se desencadeavam no Capim. Na manhã de dia seis de setembro, ocorreram problemas relacionados as eleições de setembro de 1890, voltadas a escolha dos deputados e senadores paraenses ao Congresso Constituinte. Os democratas "... Ayres Franco, João Luz, Marcelo Vieira, Fausto

Furtado, Virgílio Vianna, Brasiliano de Carvalho, os ex-escravos do Dr. Vicente Miranda, de nomes Manoel Accacio, Gil, João e um outro, cujo nome ignora-se” agrediram o 1º suplente do juiz de Paz Francisco Ezequiel da Silva na ocasião em que transportava os títulos dos eleitores até a freguesia de Sant’Anna do Capim (A República. Belém, 10/10/1890, p. 01).

Durante o segundo semestre de 1890 a imprensa paraense tratou de uma série de questões sobre as disputas políticas entre republicanos e democratas em várias partes do estado do Pará. Em Belém, Pedro Paulo Baptista, chamado de Malaquias, Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), Manoel João Coutinho e o sócio de Cabralzinho Francisco Martins (todos capoeiras), se envolveram em ações contra os republicanos em diferentes localidades da capital e do interior do estado, com destaque para o distrito de São Domingos da Boa Vista.

Vários artigos foram publicados nos jornais dos dois principais partidos políticos, tratando das buscas policiais com o objetivo de promover a prisão de ativistas democratas. Da região do Capim os mais atuantes foram João Francisco da Luz e Raymundo Ayres Franco, Severino Lopes e Silvestre Lopes. Estes militantes do PRD circulavam por várias localidades desenvolvendo ações articuladas. Cabralzinho, por exemplo, esteve hospedado no engenho Aproaga quando esteve na região para, juntamente com seus companheiros da região “provocar desordens”, ateando fogo na cadeia pública do distrito (A República. Belém, 10/09/1890. p. 01 e A Província do Pará. Belém, 03/12/1891, p. 01). Nesta ocasião a polícia atuou nas buscas a alguns desses homens, conseguindo a prender Antonio João da Silva. Nas trocas de tiros o democrata Severino José Lopes foi morto pela polícia, Raymundo Ayres Franco Pereira foi atingido por um tiro, mas sobreviveu. Os democratas, João Francisco da Luz, Januário da Costa Barral e

Gregório da Costa Barral escaparam da polícia e Cabralzinho já não se encontrava no Capim (O Democrata. Belém, 23/09/1890, p. 01 e 24/09/1890, p. 01).

A situação ficou mais tensa no início de junho de 1891, já as vésperas da abertura do Congresso Estadual Constituinte e da eleição do primeiro governador constitucional do Pará republicano por esta assembleia. Cabe destacar que antes da abertura Lauro Nina Sodré já era indicado ao cargo, o que depois foi confirmado.

Com a aproximação da data da abertura do Congresso Constituinte a região do Capim se tornou num grande palco de disputas entre republicanos e democratas. No final do mês de maio de 1891 o democrata Felix Antonio de Sousa foi procurado em sua casa por uma “patrulha de policiais”. Na ocasião houve trocas de tiros, pois Felix de Sousa e seu filho resistiram, resultando na morte de um civil que fazia parte da escolta e do soldado da polícia João Venâncio José da Silva (O Democrata. Belém, 10/06/1891, p. 01 e 05/06/1891, p. 01).

Nos dias que se seguiram a morte do policial, um grupo liderado por João Francisco da Luz, que contava também com a participação de Felix Antonio de Sousa agiu bastante na região. No dia 4 de junho, esse grupo de democratas que contava com mais de cinquenta homens e era comandado por João Francisco da Luz, atacou a casa comercio de Belmiro Pacheco Barboza, que era membro do Partido Republicano do Pará na localidade de Santo Antonio, no rio Capim. Houve trocas de tiros entre os grupos rivais, já que os republicanos defenderam a casa de Belmiro que na ocasião estava em viagem de retorno da capital paraense (A República. Belém, 06/06/1891, p. 02).

Diante da difícil situação, o capitão tenente da Armada, Duarte Huet Bacellar, governador provisório do estado do

Pará, enviou policiais para prender os democratas acusados de assassinar o soldado de polícia João Venâncio José da Silva e de praticar outros crimes. Logo uma nova expedição da polícia seguiu para a região, comandada pelo capitão de polícia Francisco Antônio de Souza Camisão. Foi com essa expedição que o grupo de democratas comandados por João Francisco da Luz, um dos homens de maior confiança do presidente do PRD e dono do engenho Aproaga, participou da ação mais sangrento daquele contexto e que ficou conhecida como a Revolta do Capim, cujas ações na atualidade fazem parte dos “causos” contados nas comunidades do Capim.

O conflito sangrento entre o grupo de João Francisco da Luz e a expedição policial aconteceu no igarapé Pyrajauara, ao lado do engenho Aproaga e uma das áreas de maior influência de Vicente Chermont de Miranda e lugar de residência de Luz (O Democrata. Belém, 06/06/1891, p. 01).

A expedição policial composta por oitenta e setes homens foi derrotada, pois os moradores da região utilizaram seus conhecimentos sobre os meandros dos rios e desenvolveram estratégias inesperadas pelos policiais que debandaram, após muitas baixas (*Ibid.*). Muitos corpos de policiais mortos boiavam pelo rio Capim, o que fez com que esse evento sangrento ganhasse as páginas dos principais jornais paraenses e até mesmo da imprensa da capital da República. O jornal O Paíz divulgou que os homens que participaram da Revolta do Capim foram “... outr’ora escravos dos engenhos do Districto do Capim, e então fugiram para as cabeceiras dos igarapés sendo por conseguinte muito difficil a sua prisão ...” (O Paiz. Rio de Janeiro, 11/06/1891, p. 03).

Após a Revolta do Capim o chefe de polícia comandou algumas diligências para a captura dos revoltosos, mas teve muita dificuldade de cumprir sua missão, pois os revoltosos

eram hábeis conhecedores da região e também contavam com a proteção dos homens do Aproaga, local que nem a polícia adentrava. Cabe destacar que, segundo a imprensa, negros que moravam nesse engenho e nas cercanias participaram da revolta ao lado de João Francisco da Luz (O Paíz. Rio de Janeiro, 09/06/1891, p. 03. A República. Belém, 10/06/1891, p. 02.).

Os republicanos e o governo alegavam que os negros recém-saídos do regime de escravidão e homens como Félix Antônio de Souza, João Francisco da Luz, José Antônio Tavares Bastos, José Soares, Raymundo Ayres Franco Pereira não teriam recursos suficientes para garantir munições, armas e alimento para os revoltosos sem o auxílio das lideranças dos democratas e, por isso, atribuíram o planejamento e financiamento das ações a Vicente Chermont de Miranda (A República. Belém, 11/06/1891, p. 02).

No dia 02 de outubro de 1891, João Francisco da Luz foi assassinado quando estava trabalhando em sua propriedade no igarapé Pyrajauara, mesmo lugar onde ocorreu a Revolta do Capim (O Democrata. Belém, 08/10/1891, p. 01). João recebeu três tiros, sendo que o último “... cravando-se o projectil ao lado de um dos olhos atravessando o craneo e ficando preste a sair pelo lado oposto ...” (Processo do assassinato de João Francisco da Luz. 13.10.1891).

A morte de João Francisco da Luz, também teve destaque na imprensa paraense da época. Como os conflitos na referida região sempre geravam trocas de acusações na imprensa, os democratas logo acusaram o governo por encomendar o assassinato do “capitão Luz” que era perseguido desde a Revolta do Capim, já que era odiado pelo governo por comandar algumas ações no Capim, mas o processo concluído em 1893 não tenha apontado nenhum culpado, descartando as

suspeitas que no processo aparece como “Antonio Almerio Gentil da Silva, e outros” (*Ibid.*).

Considerações finais

Neste trabalho tentei demonstrar duas diretrizes possíveis de análise. Primeiro, apresentando aspectos do processo de disputas entre proprietários de engenho envolvidos em disputas políticas na região estudada, e para isso apresentei os contextos nos quais os proprietários de engenhos e seus subordinados se envolveram em querelas políticas marcantes e por vezes sangrentas. Em seguida procurei demonstrar que é necessário investir na pesquisa voltada aos poderes dos senhores de engenho em conflito.

É necessário enfatizar que apesar da historiografia amazônica dar atenção especial à produção de açúcar no século XVIII para enfatizar a grande exploração na região, os resultados preliminares dessa pesquisa já indicam que durante todo o século XIX houve uma considerável produção na área do rio Capim. É igualmente perceptível que os engenhos de Taperuçu e Aproaga produziam boa quantidade de arroz, beneficiados nos seus equipamentos, apesar dos estudos pouco destacarem esta produção rizícola. Não se pode pensar nesses engenhos (e talvez em muitos outros da região) como apenas produtores de açúcar. A extração e comercialização de madeira das margens do rio Capim também já era uma atividade desenvolvida pelos proprietários de engenhos, pelo menos desde meados do século XIX, mas sendo intensificada no século XX. É possível que até mesmo a diversificação da produção tenha sido uma estratégia para garantir o funcionamento dos engenhos de várzea baixa, sobretudo quanto a produção de arroz, já que contava com água diária

para a irrigação. Não obstante, é possível também que a investida em produtos como o arroz e a farinha de mandioca e outros fatores, tenha sido relevante à permanência e desenvolvimento de comunidades negras remanescentes desses engenhos na região do Capim após a abolição de 1888.

Como se pode notar, tanto o sobrenome, como a repetição de nomes das famílias dos proprietários de engenhos que, além de uma questão de tradição são verdadeiros distintivos dos poderes que exerciam. Mas é possível que entre os escravos, se os sobrenomes praticamente não existiam, os nomes muitas vezes também se repetiam nos descendentes e talvez esse seja um dos caminhos para se recuperar seus antepassados. Nos casos em que os senhores tiveram filhos com mulheres (escravas ou livres) dos engenhos e de comunidades, há descendentes que tem sobrenomes herdados dos pais. Isso pode ser percebido na atualidade nos nomes das famílias que habitam a região. Por fim, cabe destacar que se as ruínas dos engenhos são verdadeiros patrimônios materiais, as narrativas sobre os conflitos, as festas de santo, as memórias e histórias do funcionamento das máquinas do engenho, o cativeiro e muitas outras, são verdadeiros patrimônios imateriais dos “povos do Aproaga” e da Associação Quilombolas Unidos do Rio Capim - AQURC que ainda luta pela conclusão do processo de titulação de terras de remanescentes de quilombos diante do governo federal que atualmente vem criando obstáculos aos camponeses de forma geral, e aos remanescentes de quilombos, em particular.

Referências

A Constituição. Belém, 11/02/1879, p. 01.

A Constituição. Belém, 05/04/1879, p. 01.

A Constituição. Belém, 2/03/1879, p. 01. Nesse ano há várias publicações que assim chamam a Vicente Chermont de Miranda.

A Constituição, Belém, 23/07/1878, p. 03.

A Constituição, Belém, 23/07/1878, p. 03.

A Constituição. Belém, 25/07/1878, p. 03.

A Constituição, Belém, 20/07/1878, p. 01.

A Constituição. Belém, 05/04/1879, p. 03.

A Constituição. Belém, 06/08/1878, p. 03.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Códice: 2020. Série: Crime contra a pessoa. Subsérie:

Autocrime de homicídio. Autocrime de Homicídio. Processo do assassinato de João Francisco da Luz. 13.10.1891. Alto crime de exame cadavérico (Anexo).

A República. Belém, 10/10/1890, p. 01.

A República. Belém, 10/09/1890. p. 01 e A Província do Pará. Belém, 03/12/1891, p. 01 e outras nesse mesmo período.

A República. Belém, 11/06/1891, p.02.

A República. Belém, 06/06/1891, p. 02.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 197.

BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará: Paraenses históricos do Império, paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

Carta de Confirmação de data de Sesmaria atribuída pelo rei [D. José I] a Luís Freire, concedendo algumas terras devolutas situadas de frente à ilha chamada de Capim, entre as terras do mestre de campo André Miguel Aires e as fazendas dos religiosos Carmelitas. Anexo: carta de data e sesmaria (2ª via). Lisboa, 04 de maio de 1773. Projeto Resgate - Pará (1616-1833), AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 6000.

Centro de Memória da Amazônia (Belém), 2ª Vara Cível/ Ódon, Inventário de Vicente Antônio de Miranda, Belém, 1853.

Diário de Belém. Belém, 04/04/1870, p. 04.

Exploração e Estudo do Valle do Amazonas: *Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Doutor José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas por João Barbosa Rodrigues*. Rio De Janeiro: Typographia Naccional, 1875, p. 25.

FARIAS, William Gaia. A Revolta do Capim: Camponeses envolvidos em disputas político-partidárias no início da República. In: MOTTA, Márcia Menendes; ZARTH, Paulo Afonso. *Formas de resistência camponesa: visibilidade, diversidade e conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 305-328.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açai, 2016.

Gazeta Oficial. Belém, 01/10/1858, p. 04.

Jornal do Pará. Belém, 11/02/1870, p. 03 e outras edições que anunciavam a venda de arroz.

Jornal do Pará. Belém, 23/02/1867, p. 03. A publicação da lista de valores das taxas da Décima Urbana já apresentava Francisco Antonio de Miranda como falecido.

MARQUES, Fernando Luís Tavares. Arqueologia da arquitetura e os engenhos da maré no estuário amazônico. In: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação 4º. 25 a 27 de novembro de 2015. Belo Horizonte. Anais do VI Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/120.pdf>. Acesso em 12 set. 2018.

MIRANDA, Pedro Gysellar Chermont de. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 09.

Offício de André Miguel Aires para os [oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará], sobre a necessidade de aquisição de escravos negros para servir no seu engenho situado nas margens do rio Capim. Pará, 28 de novembro de 1780. Projeto Resgate - Pará (1616-1833), AHU_ACL_CU_013, Cx. 87, D. 7088.

Offício de André Miguel Aires para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando

conta da situação geral dos engenhos e plantações de açúcar de que era possuidor e das dificuldades que tinha em obter escravos. Pará, 02 de julho de 1761. Projeto Resgate - Pará (1616-1833), AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4542.

O Democrata. Belém, 23/09/1890, p. 01 e O Democrata. Belém, 24/09/1890, p. 01.

O Democrata. Belém, 10/06/1891, p. 01 e O Democrata. Belém, 05/06/1891, p. 01.

O Democrata. Belém, 06/06/1891, p.01.

O Democrata. Belém, 08/10/1891, p.01.

Officio de André Miguel Aires. Pará, 28 de novembro de 1780. *Op. Cit.*

O Liberal do Pará de 04/08/1875, p. 02.

O Liberal do Pará. Belém, 19/03/1875, p. 02.

O Liberal do Pará. Belém, 25/08/1875, p.02.

O Paiz. Rio de Janeiro, 11/06/1891, p.03.

O Paíz. Rio de Janeiro, 09/06/1891, p.03. A República. Belém, 10/06/1891, p.02.

O Pará. Belém, 30/04/1898, p. 02.

O Pará. Belém, 18/11/1898, p. 02.

Relatório (1897), apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Para pelo Director do Museu Paraense p. 11. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI DE HISTÓRIA NATURAL E ETHNOGRAPHIA DO ANO DE 1900.

Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Secretário da Justiça, Interior e Instrução Pública referente ao ano de 1902, pelo Director do Museu Paraense p. 485. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO

Requerimento de Silvestre José Lopes e de sua mulher Luísa Caetana Martins, moradores a cidade de Belém do Pará, para a rainha [D. Maria I], solicitando provisão de confirmação da sociedade que fizeram com Teodoro de Oliveira e sua mulher Joaquina Teresa Martins, num engenho de moer canas e de descascar arroz, no rio

Capim. Anexo: escritura. Pará, 08 de julho 1788. Projeto Resgate - Pará (1616-1833), AHU_ACL_CU_013, Cx. 91, D. 7088.

Treze de Maio. Belém, 22/11/1853, p. 04.

Treze de Maio. Belém, 02/04/1856, p. 02. Treze de Maio. Belém, 06/05/1856, p. 01

Treze de Maio. Belém, 10/04/1847, p. 01 e Treze de Maio. Belém, 08/04/1856, p. 02. Nas duas notícias Antonio José de Miranda foi eleito Deputado Provincial.

Recebido em: Outubro de 2019.
Aprovado para publicar em: Novembro de 2019.